



# MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

## HISTÓRIAS DE *vida*

VOLUME II



**MEMORIAL**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

HISTÓRIAS DE  
***vida***

VOLUME II

Coordenação: CEAF – Memorial do MPSC

Organização: Gunter Axt

Florianópolis

2013

**Coordenação:** Helen Crystine Corrêa Sanches

**Organização, edição de entrevistas e introdução:** Gunter Axt

**Pesquisa e preparação:** Alan Cristhian Michelmann, Anderson Elias, Gabriela Schreiber, Manoela de Souza, Mariane Júlia dos Santos, Priscilla Nathani Pessoa de Lima, Thiago Oliva Lima de Araújo

**Entrevistas:** Alexandre Martins, Bruno Mützenberg, Daniela Tallarico, Gabriela Schreiber, Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza, Priscilla Nathani Pessoa de Lima, Thiago Oliva Lima de Araújo.

**Transcrição:** Anderson Elias, Alan Cristhian Michelmann, Angélica Bersch Boff, Antonio Luzzato, Gabriela Schreiber, Gisele Hübe, Gunter Axt, Manoela de Souza, Mariane Julia dos Santos, Thiago Oliva Lima de Araújo

**Revisão:** Elizabeth Castillo Fornés

**Fotografias:** Bianor da Silva Rosa e Rosemeri Bordignon

**Projeto gráfico e editoração:** Coordenadoria de Comunicação Social

**Impressão:** RB Digital Eirele

**Tiragem:** 700 exemplares

H578 Histórias de vida. / organizado por Gunter Axt. - Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, 2013.

286 p. (Histórias de vida, v. 2)

Memorial Ministério Público de Santa Catarina.

1. Ministério Público – Santa Catarina – História.
2. Axt, Gunter, org. I. Série.

CDDir : 341.413

Catálogo na publicação por: Solange Margarida José (CRB 14/122)

# COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

## **Procurador-Geral de Justiça**

Lio Marcos Marin

## **Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**

Antenor Chinato Ribeiro

## **Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais**

José Galvani Alberton

## **Secretário-Geral do Ministério Público**

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

## **Assessoria do Procurador-Geral de Justiça**

Walkyria Ruicir Danielski

Luciano Trierweiler Naschenweng

Abel Antunes de Mello

Fábio Strecker Schmitt

Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt

Paulo Antonio Locatelli

## **Colégio de Procuradores de Justiça**

**Presidente:** Lio Marcos Marin

Anselmo Agostinho da Silva

Paulo Antônio Günther

José Galvani Alberton

Robison Westphal

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Jacson Corrêa

Anselmo Jeronimo de Oliveira

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio Cesar Moreira

Francisco Jose Fabiano

André Carvalho

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Ricardo Francisco da Silveira

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Norival Acácio Engel

Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes

Ivens José Thives de Carvalho

Walkyria Ruicir Danielski

Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim

Ernani Guetten de Almeida

Vânio Martins de Faria

Américo Bigaton

Eliana Volcato Nunes

Sandro José Neis

Mário Luiz de Melo

Rogério Antônio da Luz Bertoncini - secretário

## **Conselho Superior do Ministério Público**

### **Membros Natos**

**Presidente:** Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça

Gladys Afonso - Corregedora-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota

Humberto Francisco Scharf Vieira

Jacson Corrêa

### **Representantes da Primeira Instância**

Pedro Sérgio Steil

Narcísio Geraldino Rodrigues

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Gercino Gerson Gomes Neto

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Américo Bigaton

Sandro José Neis

Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

**Corregedora-Geral do Ministério Público**

Gladys Afonso

**Subcorregedor-Geral**

Newton Henrique Trennepohl

Promotora de Justiça Secretária da Corregedoria-Geral

Thais Cristina Scheffer

**Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral**

Amélia Regina da Silva

Rafael de Moraes Lima

Wilson Paulo Mendonça Neto

Alan Boettger

**Coordenadoria de Recursos**

Aurino Alves de Souza - Coordenador-Geral da área criminal

Fábio de Souza Trajano - Coordenador-Geral da área cível

**Promotores Assessores do Coordenador de Recursos**

Marcelo Gomes Silva

Gustavo Wiggers

**Ouvidor**

Guido Feuser

**Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional**

Helen Crystine Corrêa Sanches - Diretora

**Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor**

Caroline Moreira Suzin - Coordenadora

**Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade**

Walkyria Ruicir Danielski - Coordenadora

Maurly Roberto Viviani - Coordenador Adjunto

**Centro de Apoio Operacional do Consumidor**

Marcelo de Tarso Zanellato - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional Criminal**

Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude**

Helen Crystine Corrêa Sanches - Coordenadora

Marcelo Wegner - Coordenador Adjunto

**Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas**

Odil José Cota - Coordenador-Geral

Adalberto Exterkötter - Coordenador Adjunto

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador de Contra-Inteligência e Segurança Institucional

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador do GAECO da Capital

Fabiano David Baldissarelli - Coordenador do GAECO de Chapecó

Assis Marciel Kretzer - Coordenador do GAECO de Joinville

Maurício de Oliveira Medina - Coordenador do GAECO de Criciúma

Joel Furtado Júnior - Coordenador do GAECO de Lages

Jean Michel Forest - Coordenador do GAECO de Itajaí

**Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente**

Júlio Fumo Fernandes - Coordenador

**Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa**

Vera Lúcia Ferreira Copetti - Coordenadora-Geral

Davi do Espírito Santo - Coordenador Adjunto

**Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária**

Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

# Índice

## APRESENTAÇÃO

Lio Marcos Marin .....	09
------------------------	----

## PALAVRA DA COORDENAÇÃO

Helen Crystine Corrêa Sanches .....	11
-------------------------------------	----

## INTRODUÇÃO

Gunter Axt .....	13
------------------	----

## ENTREVISTAS

Ruy Olympio de Oliveira .....	43
Walmor Cardoso da Silva .....	53
Pedro Paulo Zappellini Schiefler .....	67
Valdemiro Borini .....	75
Walberto Schmidt .....	107
Arno Schmidt .....	119
Nuno de Campos .....	129
Darci Manoel Gonçalves .....	145
Valdir Vieira .....	165
João Guedes da Fonseca Neto .....	185
Vivaldo Domingos Bento .....	205
André Mello Filho .....	215
Luiz Fernando Sirydakís .....	231
Paulo Armando Ribeiro .....	255
Roque Silva Machado .....	277



# ***Apresentação***

Receber esta obra em mãos é uma grata satisfação. As páginas a seguir respiram. Dialogam com a gente a cada linha. Não é apenas a história do Ministério Público de Santa Catarina que emerge delas, mas a dos catarinenses em seu conjunto. A história de como o Ministério Público construiu-se ao longo de décadas, em permanente interação com a sociedade. Mais do que uma narrativa institucional, o que temos em mãos é o testemunho daqueles que nos ajudaram a ser quem somos hoje. Os sentimentos e representações, aqui compartilhados, nos remetem a valores e a conquistas, mas também a desafios, dificuldades de toda a ordem e a conflitos. Pois não há trajetória construtiva sem multiplicidade de opiniões, de vivências e de afetos.

É dessa polifonia que se ergue uma instituição democrática. Felizes os entes capazes de se encontrar, no presente e no rumo ao futuro, com o legado do passado. E de fazê-lo sem a cerimônia das tradições, mas de forma leve e interativa. Sem a carga das celebrações laudatórias, mas com a tranquilidade de quem conversa ao pé de ouvido com o amigo, com o vizinho, com o colega de tantos anos, abrindo-se e mostrando-se para a comunidade, oportunizando este verdadeiro diálogo de gerações.

Edita-se este livro sob os auspícios do Programa de História Oral, uma das atividades desenvolvidas pelo nosso Memorial, espaço que, nesses dois últimos anos, consolidou sua agenda, deixando de ser um projeto para ser institucionalizado, em 6 de junho de 2012, pelo Ato 228/2012, da PGJ. Abrigado no CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional –, juntamente com o Arquivo e a Biblioteca, o Memorial é entendido como parte de um sistema de estudos e de comunicação que tem um papel cada vez mais estratégico nessa nova era da informação.

Devotado à sistematização da nossa história institucional e, além

disso, compromissado com a interlocução com o entorno comunitário, pela via da memória, o Memorial projeta-se como um terreno de reflexão identitária e de debate sobre a dinâmica da cidadania na moderna sociedade democrática. Se ao Ministério Público compete, também, a atribuição de velar pela correta preservação do patrimônio cultural social, coerente é começarmos nossa reverência pela história reconhecendo os nossos valores comuns pelas vozes, exemplos e trajetórias daqueles que ajudaram a conformar a instituição que hoje integramos. Se no Brasil pós-1988, o Ministério Público afirma-se progressivamente como um guardião da cidadania, é pertinente estarmos prontos para discuti-la também a partir da perspectiva da memória, como se fez no Simpósio Nacional sobre os 100 Anos da Guerra do Contestado, que a Procuradoria-Geral de Justiça, por meio de seu Memorial, promoveu, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e com o apoio de importantes instituições de ensino e pesquisa, em agosto de 2012, em Florianópolis, alcançando ampla repercussão.

Com seu conjunto de atividades – pesquisas, bancos de dados, publicações e seminários –, o Memorial torna-se cada vez mais uma ferramenta de apoio indispensável para a importante missão que cabe ao CEAF, setor cujos cursos e eventos atenderam, nos últimos dois anos, mais de dez mil pessoas, entre público interno e externo. Quando tudo se transforma aceleradamente ao nosso redor, a reflexão, o estudo, a atualização e o aperfeiçoamento transcendem a condição de bálsamo para o espírito para se converter no próprio ar que respiramos. O novo, que brota a todo instante no mundo em que habitamos, é também diversificado, uma extraordinária complexidade cuja compreensão demanda investimento constante na atualização – teórica, conceitual e tecnológica. Justamente por isso, os valores referenciados pelo passado que compartilhamos, projetados no presente frenético, são-nos ainda mais caros. É desses valores que este livro fala.

**Lio Marcos Marin**

*Procurador-Geral de Justiça*

# ***Palavra da Coordenação do Memorial***

O Programa de História Oral foi instalado a partir das diretrizes estabelecidas pelo Plano de Gestão Estratégica do Memorial, objetivando a constituição de um acervo de entrevistas capaz de nos ajudar a acessar os afetos e vivências das gerações que nos precederam na construção do Ministério Público de Santa Catarina – informações, representações, saberes e sentires que não se encontram gravados na letra formal dos documentos manuscritos ou impressos que o passado nos legou. A publicação das entrevistas, sob a forma de coletâneas no âmbito da série Histórias de Vida, atende ao compromisso de divulgação dos trabalhos dos pesquisadores do Memorial. Por meio destas edições, espera-se que o Memorial possa estar contribuindo para o debate em torno dos múltiplos projetos que animaram o erguimento da Instituição que hoje nos acolhe e na qual atuamos.

Esta obra é o coroamento, portanto, do trabalho iniciado há mais de dois anos, assinalando a consolidação do Programa de História Oral e do próprio Memorial, como um espaço voltado à sistematização do nosso passado comum e comprometido com o debate em torno da nossa identidade, dos valores basilares que nos amalgamam.

Reúne, esta edição, 15 depoimentos de colegas que ingressaram na Instituição entre os anos 1950 e princípios dos anos 1970. Nas páginas que seguem se verá, como sugere a introdução desta obra, que se tratava de um Ministério Público diferente em muitos aspectos, mas lá já estava presente o germe e a essência do modo de ser do promotor de justiça contemporâneo. Se o contexto, as atribuições, os desafios e

a infraestrutura de trabalho à disposição dos membros eram outros, mesmos são os valores e os princípios que nos regem.

Foram mais de 26 horas de gravação, que se multiplicaram em muitas horas a mais de trabalho da equipe do Memorial, pois, sem mencionar o esforço prévio de preparação das entrevistas, que inclui a mobilização para o agendamento e as pesquisas iniciais, foram os depoimentos laboriosamente transcritos, editados e, finalmente, submetidos à aprovação final dos depoentes. Só então teve início a organização deste livro, com os textos sendo revisados, minibiografias e fotografias confeccionadas, uma introdução redigida, material, este, na sequência, minuciosamente tratado no processo de diagramação. Do Arquivo ao Departamento de Recursos Humanos, passando pelo Departamento de Transportes e pela Comunicação Social, muitos foram os setores da Instituição que se envolveram no processo de confecção desta publicação, aos quais consigno aqui o meu agradecimento. Boa leitura!

**Helen Crystine Corrêa Sanches**

*Promotora de Justiça*

*Diretora do CEAF e Coordenadora do Memorial*

# Introdução

## OUVINDO O PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL

Com a edição do segundo volume da Série Histórias de Vida, o Programa de História Oral do Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, iniciado em julho de 2010, atinge a maturidade. Tendo diretrizes e metodologia assentadas em um manual, o Programa foi concebido como uma das estratégias privilegiadas de pesquisa.

As entrevistas permitem-nos acessar a trajetória da Instituição pela versão daqueles que a viveram. Muito do que se ouve aqui não está impresso nos documentos escritos, pois são memórias pessoais, afetos, opiniões, representações do que se viveu, sempre com forte ênfase pessoal.

É desse caleidoscópio de versões que a História se constrói. A polifonia é desejável, pois encerra respeito pela diferença. O Historiador acolhe múltiplos testemunhos como verdades subjetivadas pela lente do indivíduo, para, a partir daí, encontrar recorrências, divergências, silêncios, sentidos.

O escritor português, Gonçalo Tavares, invoca um ancestral hábito dos ciganos na Península Ibérica, para desenhar uma bela metáfora da necessidade de significação do passado no presente e de sua injunção sobre o porvir. Quando em trânsito, em seus carroções, ao chegarem a uma encruzilhada e convergirem para um lado, os ciganos deixavam uma maçã pousada num moirão próximo, de maneira a sinalizar o local para os viajantes que viriam a seguir, no encalço. Como a maçã

amadurece, tratava-se também de um marco temporal, pois o seu estado indicava não apenas a rota seguida, mas também há quanto tempo a família que deixara o sinal por ali passara. Os familiares, então, ao encontrarem a maçã, poderiam decidir, com livre-arbítrio, se tomariam ou não o mesmo rumo, abraçando, todavia, esta decisão conscientes das trilhas palmilhadas por quem os antecederam. Um pouco, também, como certo personagem cômico, que, em plena quarta-feira, de tão vesgo, tinha um olho na segunda-feira e outro no domingo... Ora, a memória de uma geração precisa alcançar os que estão construindo o mundo no presente voraz. Não para condicionar as opções dos indivíduos e das coletividades, pois, afinal, não se vive sob o tacão de um regime de conservação avesso às mudanças. Mas, sim, para que as decisões tomadas agora, e que desenharão as pegadas a se desenrolarem no futuro, possam acontecer mediante a posse ou o conhecimento da herança daqueles que por ali já passaram.

Se inquiridos a definir a metodologia da História Oral, nós, historiadores, vamos logo explicando que, embora façamos entrevistas, estão elas distantes daquilo que os jornalistas normalmente fazem. O documento oral é o único construído pelo historiador, normalmente acostumado a escarafunchar o passado em arquivos que reúnem acervos constituídos por outras pessoas, em outras épocas. O método empregado nesta tarefa requer tempo e, sobretudo, disposição para ouvir. Não nos interessa arrancar das pessoas uma frase de efeito ou uma informação bombástica, que será destacada nas páginas de algum jornal, para desaparecer no dia seguinte.

Lembro-me, aqui, de Asne Seierstadt, que decidiu largar a reportagem televisiva para se tornar escritora e uma das mais célebres jornalistas de guerra da contemporaneidade, quando, entrevistando um senhor na Bósnia e pedindo-lhe para que resumisse seu relato, ouviu por resposta algo assim: "...como a senhora espera que eu conte em apenas três minutos como os soldados do Governo invadiram a minha casa, torturaram e mataram meu filho em frente de toda a família?"

É preciso, enfim, ouvir... É a narrativa dos outros que nos comove, a chance de captar diferentes representações do passado que nos sensibiliza. São os vestígios da passagem das gerações que nos antecedem, impressos na tonalidade da maçã na encruzilhada, que recolhemos.

Assim, se por um lado nos afastamos do jornalismo de reportagem, pautado pelas notícias do dia, podemos estar mais próximos do chamado jornalismo literário, ou novo jornalismo, como querem alguns. A esse propósito, cabe lembrar o veterano Gay Talese, ex-repórter do *New York Times* e um nome fundamental do ofício no século XX, que escreveu *best-sellers*, apropriando-se de técnicas de ficção. Gay investe num método que procura ir ao encontro das pessoas, deixando-as falarem, sem interrompê-las. Ouvir requer atenção. Ele costuma não fazer anotações enquanto as pessoas falam, pois estar atento ao outro é fundamental.

Talese retira dessa interação o material para seus artigos, livros e reportagens. Muitos dos personagens que povoam suas narrativas são pessoas simples, de carne e osso, com as quais convivemos no dia a dia, mas para quem ele lança um olhar perscrutador, pois, no seu entendimento, elas refletem a sociedade. É dessa coleção de histórias pessoais que seria, assim, possível visualizar o mosaico colorido que o tecido social engendra. Gay Talese tornou-se cronista de vidas.

Esse é, em grande parte, o espírito que nos anima no Programa de História Oral. Queremos ouvir o que as pessoas têm a dizer. Interessamo-nos pelas suas memórias, pelos seus afetos e lembranças. Dedicamos-lhes o tempo e a atenção que forem necessários, processo durante o qual, como Gay Talese ensina, tentamos estabelecer uma empatia com o entrevistado. Contando histórias de vida, vamos, aos poucos, divisando no horizonte a história da Instituição ministerial em Santa Catarina.

Obedecemos a um método. Gravada a entrevista, ela é transcrita e editada. Não imprimimos técnicas de ficção ao depoimento coletado, porém procuramos adaptar a dinâmica da linguagem falada à linguagem escrita, esconsando o texto de vícios da oralidade – tão comuns a todos nós –, repetições desnecessárias, passagens truncadas, etc. Ajudamos a

estruturar parágrafos, a limpar a narrativa, tornando-a mais saborosa ao leitor. Cuidamos de preservar a coloquialidade original do documento, limitando tais intervenções à forma, sem alterar o conteúdo.

Depois disso, as entrevistas são submetidas à aprovação dos depoentes. Sendo nossa intenção arquivá-las no Banco de História Oral e publicá-las, sob a forma de coletâneas como esta, não se pode prescindir da concordância dos entrevistados com relação ao resultado final. Nossa expectativa é de que mínimos sejam os ajustes processados. Porém, isso nem sempre se verifica. Há quem aprove – na verdade, a grande maioria assim o faz – seus depoimentos praticamente sem interferências. Contudo, há também aqueles que os desidratam de coloquialidade, os recheiam de encômios e suprimem passagens que o entrevistador achou tão instigantes. O momento em que a entrevista se processa tende a ser bem mais descontraído do que aquele em que as versões do entrevistado ganham a materialidade do papel, quando, então, alguns são assaltados pela dúvida e repensam o que gostariam que permanecesse.

É certo que o historiador pretende interferir o mínimo possível na construção do documento oral. Destarte, ao coletar um registro, ele acaba se comportando um pouco como o personagem do Ausente no teatro Nô. Na tradição japonesa, a morte não apaga a materialidade do indivíduo. Por isso, a ausência de uma pessoa precisa ser representada. Do ator que encarna o Ausente espera-se apuradíssimo domínio técnico, pois é alguém que fica estático, imóvel, durante todo um espetáculo, empreitada particularmente difícil. Algo parecido acontece com o historiador ao constituir um depoimento oral. Ele está presente, porém procura fazer-se o mais ausente possível. Suas perguntas tendem a ser neutras, suas opiniões não importam, pois o que precisa emergir é a representação do indivíduo sobre o passado vivido. E, nesse cenário, o entrevistado escolhe o que diz, assim como aquilo que de fato ficará.

Nada há, na verdade, de extraordinário nisso. A propósito ainda do jornalismo, o historiador Robert Darnton afirma duvidar que a imprensa possa ser percebida como o primeiro rascunho da História, isto

porque a notícia não é o que aconteceu, mas sim o relato de alguém sobre o que aconteceu. São as inúmeras injunções subjetivas, culturais e institucionais que incidem sobre esse relato. Em um texto famoso, Darnton, cerzindo uma sociologia do jornalismo, esmiúça a rotina na redação do *New York Times*, jornal no qual, assim como Gay Talese, trabalhou na condição de repórter, mostrando ser a notícia produto de um sistema hierárquico e simbólico que pode ser lido pelo analista como um mapa. Assim o são, também, as histórias de vida de Gay Talese, bem como aquelas emuladas num Programa de História Oral. Para o historiador, todo conjunto apreciável de documentos é um meio de acessar o passado, cujo caráter intrinsecamente nebuloso desvanece-se pelo cotejo de narrativas e múltiplas fontes, cada qual acrescentando uma nova peça ao quebra-cabeça, iluminando a penumbra deixada pela fonte anterior, ou realçando tanto mais algo que já fora sintetizado.

## **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**

O passeio pelas histórias de vida que virão a seguir requer, talvez, uma rápida compreensão do contexto que acolheu o desenvolvimento da Instituição ministerial, motivo pelo qual se reproduzem, aqui, aspectos já tratados na introdução do primeiro volume desta série.

Até a organização da Procuradoria-Geral do Estado e da Procuradoria-Geral de Justiça, em 1982, como órgãos independentes, o Ministério Público de Santa Catarina, assim como outros no Brasil, acumulou as atribuições de defesa da sociedade e do Estado. Além da representação da Fazenda Pública, nas comarcas do interior, o Ministério Público também representava a União. O procurador-geral era cargo comissionado de livre escolha e o do governador do Estado, demissível *ad nutum* e com assento junto aos secretários de Governo. A Lei Orgânica de 1971 estabeleceu a exigência de que o cargo fosse preenchido por membro de carreira, criada em 1946. Paulo Henrique Blasi, em 1959, advogado, foi o último Procurador-Geral estranho à carreira. O primeiro

procurador-geral nomeado pelo governador com base em lista tríplice, eleita pela classe, tomou posse no cargo em 1991. Antes das garantias asseguradas pela Constituição Federal de 1988, não havia autonomia administrativa, tampouco financeira, e os vencimentos dos membros eram inferiores aos da Magistratura, cabendo equiparação apenas para o procurador-geral do Estado.

A primeira Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina é de 1952. A Associação de classe foi organizada em 1959. O Conselho Superior, órgão colegiado que regula as movimentações na carreira, foi instituído pela Lei Orgânica de 1961. O primeiro concurso público para ingresso foi realizado em 1962. A Corregedoria-Geral, órgão orientador e fiscalizador da ação dos membros, foi instalada em 29 de janeiro de 1972, por força da Lei Orgânica de 1971. Também foi essa lei que estabeleceu a vedação ao exercício da advocacia privada, até então corrente entre alguns membros, como forma de complementar os baixos salários então auferidos pela categoria. Os promotores também tinham direito a custas pelos atos praticados, bem como às percentagens estabelecidas em lei sobre quantias recolhidas em cartório na representação da Fazenda Pública. Mas não recebiam adicional pelo exercício de suas funções junto à jurisdição eleitoral. Também não havia compensações por substituições e as diárias costumavam ser muito austeras. O Colégio de Procuradores, órgão que reúne os membros do segundo grau e contribui na fixação das diretrizes institucionais, foi criado em 1982. A Escola Superior do Ministério Público, órgão devotado a concorrer na preparação para o ingresso na carreira e no aperfeiçoamento funcional, foi instalada em 1988.

A Lei Orgânica de 1961 substituiu o cargo de subprocurador pelo de procurador – três, ao todo, além de um promotor convocado. A Lei Orgânica de 1971 aumentou o número de procuradores de três para sete. Extinguiu-se, aí, a figura do promotor adjunto, leigos nomeados pelo Governo para substituir os promotores nas comarcas em seus impedimentos, criando o promotor substituto e consolidando o primeiro estágio da carreira. Em 1965, atuavam 37 promotores em Santa Catari-

na. Dez anos mais tarde, já eram 110. Em 1956, apenas três servidores atendiam a Instituição. Em 1965, eram sete. O primeiro concurso para servidores foi realizado em 1990.

Entre 1946 e 1961, a Procuradoria-Geral de Justiça funcionou junto ao Tribunal de Justiça, que se localizava na Praça Pereira Oliveira, zona central de Florianópolis. Mudou-se, então, para uma casa situada no nº 3 da rua Artista Bittencourt, separando-se, pela primeira vez, fisicamente, do Tribunal de Justiça. Em 1968, mudou-se para a área da antiga concessionária da Ford, acompanhando a Corte que para lá se deslocara. Entre 1972 e 1976, funcionou na rua General Bittencourt nº 13, na esquina com a rua Anita Garibaldi. Depois, até 1983, a Procuradoria-Geral abrigou-se em imóvel localizado na Praça XV de Novembro, na esquina com a rua Vitor Meirelles. Foi, então, transferida para a rua Hercílio Luz, no Edifício Alpha Centauri, onde passou a ocupar três andares. Em 1990, mudou-se para um prédio na rua Felipe Schmidt e, em 1995, instalou-se em sua sede própria atual, na rua Bocaiúva nº 1750.

Em 1989, o orçamento do Ministério Público catarinense saltou para 0,7% da receita líquida do Estado e a Instituição assumiu o controle da folha dos inativos. Em 1996, essa participação alcançava 1,6% e em 1995, chegou a 2%. No ano 2000, saltou para 2,5% da receita líquida, quando o número de procuradores alçava-se a 33 e o de promotores, a 243. Nessa época, eram 187 os servidores efetivos, além dos comissionados, totalizando 210. Atualmente, empregam-se, no Ministério Público, cerca de 960 servidores, entre efetivos e comissionados. Membros já são 435, sendo 78 procuradores e 357, promotores.

Nos anos 1980, a evolução da Instituição foi impulsionada pelo conjunto de novos diplomas jurídicos surgidos em nível nacional. Em 14 de dezembro de 1981, a Lei Complementar nº 40, qualificou pela primeira vez o Ministério Público como: "... instituição permanente e essencial à função jurisdicional...", sendo considerado "...responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade". Foram estabelecidos, como seus princípios cardeais, a

unidade, a indivisibilidade e a autonomia funcional. Determinou-se a organização do Ministério Público em todos os Estados e se garantiu um plano de carreira próprio, autonomia administrativa e financeira, com dotação orçamentária específica. Além da Corregedoria e do Conselho Superior, criou-se, dentre os órgãos constitutivos, o Colégio de Procuradores.

Ainda em 1981, legitimou-se o Ministério Público à proposição de ação de responsabilidade civil ou criminal na área do Meio Ambiente, que se tornava sensível no Brasil. Em 24 de julho de 1985, a Lei da Ação Civil Pública, consolidou essa evolução, conferindo-lhe legitimidade para a propositura de ações civis públicas em defesa dos interesses difusos e indisponíveis, como aqueles relacionados à defesa do Meio Ambiente, do patrimônio histórico e paisagístico, do consumidor, do deficiente, dos direitos constitucionais do cidadão, etc. Este diploma estabeleceu um novo horizonte ao Ministério Público na área cível, pois, a partir daí, formou-se um canal proponente para o tratamento judicial das questões atinentes aos direitos coletivos.

A Constituição de 1988 acolheu as novas mudanças e ampliou o seu alcance. Pela primeira vez, um texto constitucional disciplinou de forma orgânica e harmônica a organização e as atribuições do ente ministerial no País. Na área criminal, explicitou que ao Ministério Público competia, privativamente, a promoção da ação penal pública. Conferiu-lhe, ainda, o exercício do controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar, ao nível federal e estadual. Permitiu-lhe requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial. Na área cível, além da promoção da ação de inconstitucionalidade, a Constituição passou a reconhecer-lhe a defesa dos interesses indígenas em juízo e a promoção da ação civil pública. Além disso, deferiu-lhe explicitamente a vigilância da probidade administrativa dos governantes.

Erigido quase como um quarto poder, ao Ministério Público foi cometido o zelo das principais formas do interesse público. Foi responsabilizado pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos

interesses sociais e individuais indisponíveis. As garantias de unidade, indivisibilidade e autonomia firmaram-se na base da independência funcional dos membros. Isto é, os poderes do procurador-geral passaram a encontrar limite constitucional na independência funcional dos membros. Portanto, a hierarquia do Ministério Público foi desenhada como sendo administrativa e não funcional. A Constituição repisou os princípios de autonomia financeira da instituição traçados pela Lei Complementar de 1981. Mas avançou ao admitir iniciativa no processo legislativo, no tocante à edição de leis complementares, à criação ou extinção de cargos, organização de serviços auxiliares e de concursos.

## HISTÓRIAS DE VIDA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

Os quinze promotores e procuradores aqui ouvidos iniciaram sua trajetória no Ministério Público entre 1953 e 1972, sendo que, dez deles, ingressaram na Instituição durante a década de 1960. Afastaram-se da carreira entre 1973 e 2009. Seis deles acompanharam, na ativa, as mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988.

Apenas um deles não é catarinense de origem, e, mesmo assim, graduou-se em Direito na Faculdade de Santa Catarina, criada em 1932 e incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina em 1962, com base em lei de 1960. Dentre os 14 catarinenses, oito nasceram no interior do Estado. Apenas um não se formou em Florianópolis.

Este perfil indica a ênfase regional, no período em tela, na composição dos quadros, bem como revela o peso da Faculdade em Florianópolis na sua formação. Os entrevistados são, em geral, econômicos ao rememorar os tempos de estudantes. Nomeiam alguns professores, aqueles que mais os marcaram, com destaque para Henrique da Silva Fontes, Othon da Gama Lobo d’Eça, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Aldo Ávila da Luz, Joaquim Madeira Neves, José da Rocha Ferreira Bastos, Alfredo Von Trompowsky. Concordam ter sido o curso exigente, ainda que dentro da normalidade. Notam ser o ambiente algo provinciano,

vez que as turmas eram pequenas (em geral de dez alunos) e todos se conheciam. Alguns apontam o clima de agitação política que impactou a Faculdade nos anos 1960, não obstante, o movimento de esquerda parecia pouco expressivo. A cisão entre PSD e UDN, partidos que polarizavam então o cenário político catarinense, impregnava os corredores com prevalência.

De um modo geral, a julgar pela profissão dos pais, os entrevistados provinham de uma pequena classe média: eram filhos de agricultores, artesãos, donas de casa, comerciantes, funcionários públicos, pequenos empresários... Alguns cresceram com mais conforto, outros menos, mas nenhum parece ter vindo de um lar essencialmente pobre, e, menos ainda, de um genuinamente abastado. A autoridade paterna era muito respeitada. Alguns depoentes chegaram a adaptar planos de vida na juventude em função das orientações paternas.

Apenas seis declaram ter optado pelo Direito por vocação. Na época, eram poucas as alternativas oferecidas em Florianópolis, a única cidade do Estado a contar com cursos superiores. Quem não quisesse seguir o Direito, precisava se dedicar à Medicina, à Odontologia ou à Filosofia. O curso de Engenharia mais próximo, a propósito, ficava em Curitiba e o sustento em outra cidade era proibitivo para a maioria. Alguns fizeram cursos técnicos de Contabilidade, pois esse era um caminho para se conseguir um bom emprego. O curso de Filosofia podia ser visto como uma formação complementar para quem fazia Direito.

Dos seis que se manifestaram vocacionados para o Direito, cinco tinham pelo menos um familiar ligado a alguma atividade na área jurídica. Nenhum destes, porém, era membro do Judiciário, que então concentrava a elite dos bacharéis em Direito no Estado de Santa Catarina, e apenas dois eram advogados estabelecidos. Dentre os oito que indicaram terem familiares associados ao Direito (além dos cinco vocacionados, três seguiram Direito por outros motivos); havia rúbulas, isto é, advogados provisionados, não diplomados; promotores adjuntos, ou seja, leigos

que substituíam os efetivos nos seus impedimentos; e escritvães. Quase todos declararam precisar trabalhar para garantir o sustento durante os estudos. Pelo menos cinco serviram no Exército, chegando a se engajar.

Este extrato, assim, sugere que o curso de Direito e o ingresso na Instituição ministerial podiam ser, ambos, percebidos como estratégia de ascensão socioeconômica. O principal atrativo da carreira estava na relativa estabilidade dos proventos, vez que os salários eram considerados baixos. Para quem estava acostumado a se virar com orçamentos apertados, a estabilidade já parecia ser uma garantia importante. Além do mais, existiam algumas alternativas de complementação de renda. Pelos menos cinco dos entrevistados declararam ter-se dedicado ao magistério, básico, secundário ou superior.

A advocacia privada na área civil chegou a ser praticada pelos mais antigos, mesmo assim, segundo indicam, não em volume expressivo, pois as pequenas comunidades interioranas pelas quais passaram no início da carreira não costumavam viabilizar causas rentáveis. Além disso, em 1971, a prática foi vedada pela nova lei orgânica. As gratificações auferidas por meio do Executivo Fiscal, vez que cabia aos promotores a cobrança dos contribuintes inadimplentes com o Fisco, também podiam caracterizar uma complementação de renda. Ainda assim, estes benefícios não pareciam ser requisitados por todos e, além disso, aqueles que atuavam em comarcas nas quais o endividamento era baixo ou inexistentes grandes contribuintes, pouco se beneficiavam dessa faculdade. Por substituições e pela atribuição eleitoral não se percebiam extras. Quando muito, a Procuradoria-Geral distribuía diárias para os promotores em substituição nas comarcas próximas a sua de origem. Todavia, estas mal davam para as despesas básicas de hospedagem, alimentação e transporte.

Assim como nos depoimentos reunidos no primeiro volume desta série, os entrevistados são unânimes em reportar a simplicidade das instalações e da infraestrutura disponíveis para o exercício da função. O acesso a muitas comarcas era penoso, com estradas de rodagem

notadamente precárias. A comunicação com a Procuradoria-Geral era infrequente e se dava por telegramas, cartas, por meio do rádio da Polícia, vez que o sistema de telefonia era pouquíssimo desenvolvido, ou por ocasião das espaçadas visitas à capital. As Promotorias não dispunham de instalações próprias, ocupando, em geral, salas acanhadas nas dependências dos Fóruns, comumente abrigados nos prédios das Prefeituras. Inexistiam funcionários para dar assistência às atividades do promotor, e todo o material de expediente ou era adquirido às suas próprias expensas ou cedido pelo juiz de Direito, assim como acontecia com os préstimos de servidores e eventual mobiliário. Eram raros os municípios aparatados com moradias dignas para os promotores. O mercado imobiliário era restrito e localizar uma residência para se instalar com a família não consistia tarefa fácil. Com frequência, os membros acomodavam-se em pensões, hotéis muito simples ou locavam peças em casas de moradores. Em muitas cidades, além disso, faltavam boas escolas e assistência médica. Nessas condições, nem sempre era possível levar a família.

Portanto, ingressar na carreira naqueles tempos exigia certa dose de sacrifício e disposição para a aventura, em especial para aqueles já acostumados com as facilidades da vida urbana na capital. Parte dos novos promotores era formada de solteiros e recém-egressos da Faculdade de Direito. Em geral, todos eram enviados para as comarcas sem orientações e muitos se sentiam pouco preparados para o exercício da função. Juízes e escrivães, nesses casos, podiam figurar como importantes conselheiros.

Não havia *cursos de vitaliciamento* e os cursos preparatórios ainda eram incipientes. Roque Silva Machado, a propósito, relata ter participado de uma das primeiras iniciativas nesse sentido: um curso preparatório criado por Napoleão Xavier do Amarante, que mais tarde ocupou a chefia do Ministério Público.

Além disso, de passagem pela comarca, o promotor nem sempre conseguia estabelecer laços com a comunidade. Algumas, como as de

origem majoritariamente germânica, tendiam a ser naturalmente mais fechadas. Assim, não raro, a interlocução estabelecia-se com mais proximidade entre os chamados “estrangeiros”, isto é, o juiz de Direito, o delegado, o gerente da agência local do Banco do Brasil...

Não obstante, nem todos os relatos remetem-se apenas às agruras do percurso. Alguns destacam os prazeres simples da convivência com os moradores do interior, a camaradagem dos vizinhos e colegas, num ambiente em que todos procuravam ajudar-se. A vida era pacata, o tempo passava devagar. Havia menos conforto, mas as pessoas nutriam convivência mais próxima. Jogava-se conversa fora, investia-se em *hobbys* como caçadas e pescarias, divertiam-se com um joguinho de cartas, de bochas ou com a pelada de futebol no final de semana. Alguns se envolveram mais com as comunidades, ajudando a constituir escolas ou a atrair serviços, tais como agências bancárias, engajando-se em obras assistenciais – frequentemente capitaneadas pela Igreja – ou contribuindo na estruturação de representações do Rotary ou do Lions Club.

Tais agremiações parecem ter desempenhado papel importante em algumas das comunidades e na vida de muitos promotores. Num ambiente em que eram escassas as opções de lazer e restritas as chances de sociabilização, elas converteram-se em espaço de convergência, tornando a vida menos enfadonha. Privilegiando um recorte ideológico liberal e empreendedor, grupos reuniam-se sistematicamente para confraternizações, muitas vezes nominando sua identidade a partir dessa regularidade: aqueles que se encontravam às quartas-feiras autodenominavam-se, destarte, quarta-feirinos. Esses encontros eram, em princípio, restritos aos homens. Com o tempo, as esposas passaram a acompanhá-los ou se mobilizaram em grupos paralelos. Apenas com uma decisão do Conselho Internacional de Legislação do Rotary Club, em 1989, depois da Suprema Corte dos Estados Unidos ter decidido, em 1987, que a entidade não poderia vedar a presença feminina em seus quadros, as mulheres passaram a ser formalmente admitidas.

O protagonismo em seu seio de profissionais liberais – agentes

da justiça e pequenos empreendedores, com ênfase na confraternização suprapartidária –, oportunizou ao Rotary a criação de canais para a superação da cizânia política. Alguns municípios eram duramente cindidos por facções intestinas, embaçando, desse modo, aspectos da vida social. Em ambientes pouco abastecidos de opções de lazer e, nos quais, boa parte da existência dos indivíduos entrelaçava-se a lealdades marcadas pelo partidarismo e por personalismos, tais clubes sociais lograram funcionar como válvulas de escape. Além disso, identificados com o empreendedorismo, podem ter agido como sementeiras para novas ideias de desenvolvimento, como por exemplo, a sugestão aos administradores municipais de estratégias de atração de empresas por meio de políticas de incentivo, o que é referido por Darci Gonçalves.

Conforme alguns entrevistados, o trânsito social era absolutamente essencial para conhecer as comunidades nas quais atuavam. Era desse modo que antecipavam possíveis reações do Tribunal do Júri, que identificavam o melhor jeito de sustentar uma acusação perante os jurados, que mapeavam os indivíduos potencialmente turbulentos ou que colocavam em dúvida conclusões de inquéritos policiais. Vários depoentes exaltam a iniciativa investigativa do promotor, em tempos em que ela não necessariamente figurava dentre suas atribuições formais.

Mas a permanência excessiva numa comarca nem sempre era vista de forma estimulante: “...os meninos já eram conhecidos como ‘o filho do promotor’; isso não é bom!”, registra João Guedes. A nomeação para a sua cidade natal, como sublinha Arno Schmidt, por sua vez, também estabelecia dificuldades: “...a gente conhece todo mundo e às vezes precisa denunciar amigos!”

A falta de apoio e de estrutura lançava os promotores à dependência da boa vontade dos juízes: “...dependendo do grau de relacionamento com o juiz de Direito, se conseguia um auxiliar que trabalhasse no Fórum para prestar algum tipo de serviço”, lembra Paulo Armando Ribeiro. Não era estranho, assim, que juízes identificassem no promotor uma espécie de auxiliar subordinado, o que podia dar margem a eventuais

desassossegos: “...éramos tratados como se fôssemos servidores dos magistrados”, registra João Guedes, “...nós, promotores, tínhamos de nos impor”. Alguns, com mais sorte ou disposição, encontraram, nos juízes, grandes companheiros e amigos. Outros relatam atritos, que por vezes podiam assumir feições tormentosas.

As relações desiguais podiam repercutir nas associações de classe ou mesmo ao nível das cúpulas dos Poderes. Valdir Vieira recorda que os magistrados ficaram incomodados quando o Governador Colombo Salles resolveu prestigiar o Procurador-Geral José Daura, oferecendo-lhe um assento à mesa num congresso de operadores do Direito realizado em Lages, nos anos 1970. Valdemiro Borini invoca a indignação dos desembargadores quando o Secretário Bulcão Vianna anunciou, em 1982, equiparação salarial entre juízes e promotores.

A convivência com as autoridades policiais podia, também, alcançar razoáveis níveis de atrição. Walberto Schmidt nota que os delegados nem bacharéis em Direito eram, devendo, suas nomeações, exclusivamente à ordem política, o que frequentemente os tornava reféns das situações locais, ou alinhados aos Governos estaduais, aspecto este confirmado por Valdemiro Borini, que chegou a ocupar cargo de delegado, antes do ingresso na carreira ministerial, quando então precisou enfrentar pressões e constrangimentos. Darci Manoel Gonçalves avalia que a maior parte dos delegados, daqueles tempos, já tinha matado alguém no exercício da função, alegando sempre em seu favor legítima defesa, da qual duvidava, pois, no interior, alguns estavam bastante acostumados a exorbitar, motivo pelo qual o choque com autoridades judiciárias não era incomum. Darci nota que ameaças aos promotores podiam partir de bandidos, mas também da própria Polícia.

João Guedes, por sua vez, queixa-se das arbitrariedades às quais estavam sujeitos os detentos nas Delegacias. Para ele, a Polícia era atrabiliária e violenta. Valdemiro Borini e Valdir Vieira criticam o hábito de, na época, recolher-se às Delegacias indivíduos com problemas mentais, pois não existia, então, tratamento específico destinado àqueles que eram

abandonados por familiares. Darci Gonçalves, por fim, recorda que, quando os presos não ofereciam risco maior à sociedade, costumava-se empregá-los para prestarem serviços ao Fórum ou às autoridades judiciárias, exemplificando a prática com o caso de um detido que capinava o jardim da residência do juiz de Direito.

Havia, também, certa dependência estrutural ao prefeito, sobretudo para se conseguir um alojamento. Contudo, não há registros de que esta condição tenha prejudicado a independência do órgão, até porque o Ministério Público não enfeixava, ainda, a atribuição de fiscalização da probidade administrativa. Alguns casos de corrupção são reportados pelos entrevistados, quando então o promotor poderia tornar-se exposto a fortes pressões, não de parte da Procuradoria-Geral, mas do campo da política.

Com efeito, os membros estavam notadamente sujeitos aos humores dos Governos, traço referido em diversos testemunhos. Embora todos sejam unânimes em negar a interferência direta do comando da Instituição no exercício da função, a injunção da influência política começava já nas nomeações. Antes da generalização do concurso público como forma de ingresso na carreira, as indicações de adjuntos obedeciam a lógicas partidárias, sendo intermediadas por deputados ou padrinhos. Operavam como instrumento explícito da política governamental. Mesmo após a consolidação do concurso público e da criação do Conselho Superior, a política continuou agindo sobre as progressões na carreira. São recorrentes as indicações em que se fazia necessário o *lobby* dos candidatos às promoções junto aos procuradores. Nesse cenário, o apoio de padrinhos externos à Instituição não era desprezível: “...não adianta querer esconder...”, salienta Darci Gonçalves, “...uma remoção, ou até promoção, no fim era sempre política.”. Alguns reportam telefonemas ou contatos de próceres partidários com pedidos, por exemplo, para rever alguma solicitação em benefício de um colega. Certas candidaturas podiam gerar mal-entendidos e acendrados dissabores, por contrariarem tendências em favor de uma opção alimentada pelos procuradores ou por serem fonte de frustrações,

adriçando ânimos entre os colegas. Já as convocações de promotores para a capital, como registra Valdir Vieira, aconteciam muito em função de vínculos pessoais e afetivos, o que contribuiria para a formação de grupos e correntes internos. O procurador-geral, sublinha, tinha muita força antes da Constituição de 1988: suas recomendações dificilmente eram contrariadas pelo Conselho Superior.

A dependência do Ministério Público com relação ao Executivo era grande, como indicam os testemunhos aqui reproduzidos. O Governo podia atrasar repasses orçamentários e dificultar a liberação de recursos. O Ministério Público não administrava nem mesmo a sua própria folha de pagamentos. Promoções, remoções, vantagens remuneratórias, tudo precisava ser aprovado e processado pelo Executivo. Em face dessa situação, o ente ministerial vivia com o “pires na mão” e dependia visceralmente da boa vontade dos governantes para alcançar suas demandas.

Menos explícitas eram as interferências no exercício da função. Solicitações de prefeitos e deputados aos promotores não eram infrequentes, mas vários relatam terem amargado inimizades ao repeli-las sobranceiramente. A atuação em alguns processos podia provocar queixas e até ameaças, com perseguição, por exemplo, a familiares empregados em outras instâncias públicas, como no Legislativo. Não obstante, nenhum entrevistado aponta a subserviência da cúpula ministerial a pressões dessa natureza.

Da mesma forma, poucos perceberam impacto do regime militar sobre o exercício das funções. Uma exceção é Valdir Vieira, que ocupou, nos anos 1970, a função de Secretário-Geral do Ministério Público e para quem os militares operavam intervenções cirúrgicas, monitorando, por exemplo, a lista de inscritos para os concursos de ingresso na carreira, vetando algumas homologações. Paulo Armando Ribeiro, por seu turno, menciona que o comando do movimento militar de 1964 interferia diretamente na jurisdição eleitoral, convocando o promotor designado para responder pela atribuição a impugnar o registro de candidaturas consideradas inadequadas.

Alguns informam ter conhecimento de um colega de Laguna detido nos primeiros anos do regime, sob acusação de desacato a uma autoridade militar e suspeita de “esquerdismo”. A propósito desse assunto, Pedro Paulo Schiefler ressalta certo receio de represálias, expresso nas recomendações de um escrivão para não se envolver, bem como lamenta, hoje, não ter procurado, na oportunidade, o colega atingido para oferecer-lhe apoio. Walberto Schmidt também registra o clima de insegurança e cautela no se expressar, em Tubarão, onde um general da reserva, superintendente da Estrada de Ferro, arvorava-se em “porta-voz da Revolução”.

Por outro lado, há inclusive quem, como André Mello Filho, ressalte o respeito dos militares à autoridade do promotor, ao narrar episódio no qual denunciou um oficial por sedução de menor. Valdemiro Borini, igualmente, exercendo funções junto à Auditoria Militar, em Florianópolis, relata alteração com um coronel da Polícia a cujo entendimento opusera-se.

Valdemiro Borini, aliás, apresenta um interessante relato da situação na Capital Federal, por ocasião do estouro da insurreição civil-militar de 1964, pois, cedido pelo Ministério Público de Santa Catarina, exercia então funções junto à Assessoria Jurídica da SUPRA – Superintendência de Política Agrária: “...os militares sabiam, naquele momento, tudo sobre todos os que estavam em cargos comissionados em Brasília. A Inteligência Militar, com certeza, já vinha sendo preparada havia muito tempo.” Já Walberto Schmidt ocupava, em abril de 1964, a Promotoria de Urussanga, onde por conta de um forte núcleo esquerdista, muita gente inocente teria sido maltratada.

Por seu turno, enquanto alguns membros, como Nuno de Campos, ressaltam sua discrição em matéria de política como forma de se manterem equidistantes e imunes a eventuais pressões, outros informam vínculos originais a partidos políticos, com militância ativa antes do ingresso na Instituição. Dos entrevistados neste livro, pelo menos cinco exerceram funções, em geral comissionadas, no Poder Executivo, e um ocupou cargo eletivo.

Para João Guedes, simpático ao PSD, isso nunca interferiu nas suas decisões no Ministério Público, pelo contrário, pois relata denúncias formuladas contra correligionários e repúdio a solicitações de lideranças do partido interessadas nos desfechos de certos processos. Valdemiro Borini, igualmente ligado ao PSD, queixa-se de ter pago pelo excesso de independência que preservou no desempenho das funções.

As injunções de caráter político sobre a Instituição ministerial não apresentam nada de extraordinário para a época. O quadro de indistinção entre espaço público e privado era característico na sociedade brasileira de antanho, conforme indicam inúmeros especialistas, como, por exemplo, o célebre jurista Vitor Nunes Leal, no seu clássico “Coronelismo, enxada e voto”, publicado na década de 1930. Valdemiro Borini, a propósito, relata a identificação e irregularidades na contabilidade da Imprensa Oficial do Estado, onde esteve empregado antes do ingresso no Ministério Público. Além disso, registra o hábito de os delegados, eventualmente, partilharem com os prefeitos, por exigência desses – já que tais cargos eram de livre nomeação do Executivo –, comissão então percebida pela cobrança dos impostos sobre veículos automotores.

Da mesma forma, João Guedes aponta a dificuldade de conciliar a emissão de pareceres técnicos para as solicitações de bolsas de estudos com os pedidos de padrinhos políticos. A concessão de bolsas pelo Governo, na Santa Catarina dos anos 1950/60, viabilizava a conclusão dos estudos de muitos jovens, mesmo porque eram poucas as cidades nas quais operavam escolas secundárias, o que obrigava muitos a se deslocarem para Florianópolis. Havia decisiva intermediação de políticos na concessão desses benefícios, o que combina com realidades estudadas em outros cenários, como no Rio Grande do Sul borgista. No Fundo Documental Antônio Augusto Borges de Medeiros (que presidiu por várias vezes o Estado entre os anos 1898 e 1927), sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, há inúmeros pedidos de concessão de auxílios similares, encaminhados por lideranças e afilhados políticos locais.

O contexto de política oligárquica, em especial anterior ao regime militar, é relatado em vários depoimentos. Polarizada pela UDN e pelo PSD, pontificavam no Estado as famílias Bornhausen e Ramos. Para Ruy Olympio de Oliveira, ocasionalmente os promotores podiam inclusive sofrer ameaças de parte de políticos locais, pois “...um julgamento poderia afetar o equilíbrio de forças político-partidárias de algum distrito”. E conclui: “...importantes famílias da época comandavam expressivo eleitorado e acabavam, graças a isso, conquistando proteção política”.

Já para João Guedes, as cobranças de dívidas nos municípios podiam suscitar pressões desagradáveis. Em certas cidades, o débito com o Fisco era endêmico e muitos contribuintes acreditavam-se blindados pela conexão a um deputado influente. Segundo indícios apontados pelos depoimentos, a certeza de impunidade era, nesse caso, especialmente evidente antes do regime militar, que reduziu a influência das facções na vida política. Na capital, como registra Walmor Cardoso da Silva, o promotor envolvia-se pouco com as cobranças, pois ali a Secretaria da Fazenda ocupava-se da tarefa.

É certo, enfim, que o grau de interferência da política sobre a administração ministerial tendeu a diminuir muito a partir dos anos 1980, graças ao fortalecimento da Instituição na esteira de diplomas tais como a Lei Complementar nº 40 e a própria Constituição Federal de 1988. Atualmente, de fato, o quadro é bastante diverso daquele vivido nas décadas anteriores.

Ainda com respeito à vida política catarinense, eventos notórios, não diretamente relacionados ao Ministério Público, são referidos nos depoimentos que seguem. Valdir Vieira e João Guedes narram a sua perspectiva do célebre incêndio do prédio da Assembleia Legislativa, em 1956, considerado criminoso por muitos, mas com responsabilidades jamais apuradas. Para Guedes, cujo pai trabalhava no Legislativo, o sinistro explica-se em razão dos embates políticos que então antagonizavam o PSD e a UDN, girando, particularmente, em torno do projeto de criação do Tribunal de Contas do Estado.

Questões de terras, grilagem, ocupação de áreas devolutas e disputas de divisas constituíam assuntos frequentes na pauta dos promotores. Em especial no litoral, eram recorrentes as ações de usucapião, tanto as movidas por pequenos proprietários, quanto aquelas acionadas por grandes empresas com interesses imobiliários. Walmor Cardoso da Silva e Valdir Vieira relatam importantes embates, que agitaram a cidade de Florianópolis.

Particularmente nas matérias ligadas à família, ou no caso de pequenos conflitos, os promotores atuavam decisivamente na condição de conciliadores. Nuno de Campos, pioneiro na Vara de Menores, reporta que a maioria esmagadora de suas atividades consistia em acordos. Em algumas cidades, como Ibirama, conflitos de família eram raros. Já em outras, como em Urussanga, podiam ser bastante comuns, atraindo regularmente uma fila de gente para se entrevistar com o promotor. Conforme André Mello Filho, os promotores atuavam muito mais na área da Família do que nos dias atuais. Além disso, funcionavam informalmente como mediadores para causas de menor potencial ofensivo, em especial nas comarcas do sul do Estado, com maior presença de operários e trabalhadores, em decorrência da mineração. Nesse sentido, o promotor antecipava o serviço atualmente oferecido pelos Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Em algumas comarcas, como Orleans, Criciúma e na região de Lauro Müller, era expressivo o volume de ações relacionadas às moléstias profissionais, em função da atividade mineradora. O índice de incidência de doenças pulmonares era elevado. Havia, ali, muitas ações contra o INSS, tais como pedidos de aposentadoria por invalidez.

Certas comarcas eram consideradas mais difíceis e violentas, como Lages, Curitibanos, Campos Novos, Chapecó e Xanxerê. No oeste de Santa Catarina, uma sociedade ancorada em noções de honra estava sempre prestes a ver explodir escaramuças e conflitos. A ingestão de álcool, em especial nos finais de semana e, com frequência, mesmo nas festas religiosas que se organizavam junto às Igrejas, potencializava

tais arroubos hostis. Furtos e disputas de terras também eram mais regulares na região.

A propósito, eram poucos os candidatos dispostos a seguir para estes rincões, situação que, por vezes, como ressalta Nuno de Campos, poderia ser aproveitada por um membro interessado em adiantar a carreira. Arno Schmidt lembra que em Campos Novos o promotor precisava andar sempre armado.

O litoral sul do Estado, como em Araranguá e Turvo, talvez pela proximidade da fronteira com o Rio Grande do Sul, era reconhecido pela forte incidência de estelionatários. João Guedes e Darci Gonçalves, a propósito, relatam sua participação no curioso caso do “Doutorzinho”, um trambiqueiro que se valeu das incertezas do quadro institucional de 1964 para praticar fraudes e lesar particulares, envolvendo-se na politicagem local e acabando morto por policiais militares: “...para esse júri houve uma verdadeira campanha política, como se fosse uma eleição.”, lembra Darci Gonçalves.

Porém, como registram Nuno Campos, Paulo Armando Ribeiro e Valdir Vieira, dentre outros, a criminalidade daqueles tempos portava-se diferente em decorrência da ausência das drogas, cuja penetração nos anos 1980 ampliou progressivamente o potencial de acumulação de recursos pela contravenção, ampliando e acirrando sua incidência. Em comarcas como Braço do Norte, Urubici, ou no Vale do Itajaí, raramente registravam-se homicídios.

Luiz Fernando Sirydakís acredita não poder atribuir-se apenas à droga as causas pelo aumento dos níveis de violência. Para ele, dos anos 1970 para cá a população aumentou, a educação piorou, a vida tornou-se mais corrida em decorrência de uma sociedade de consumo de massas, e o déficit de vagas nas penitenciárias tornou-se expressivo.

Nuno de Campos conta sua experiência na Vara da Infância e Juventude e no auxílio na confecção do Código de Menores de 1980.

Lembra-se, ainda, de um palpitante caso de desquite litigioso por volta de 1964, quando o divórcio ainda não era autorizado no Brasil.

Darci Gonçalves oferece interessante relato da rotina da antiga Vara da Fazenda Pública, em Florianópolis, quando as funções de defesa da sociedade e do Estado eram acumuladas pelo Ministério Público. Às vésperas da criação da Procuradoria-Geral de Justiça, a estrutura da Vara já era insuficiente para dar conta do volume de processos e a demanda de trabalho era intensa. A dupla identidade do titular podia gerar situações curiosas: “...às vezes eu perdia o prazo como defensor do Estado, mas usava o prazo do promotor para completar o trabalho.”, lembra Darci.

A vitrine da ação ministerial era, sem dúvida, o Tribunal do Júri. Na capital, onde também eram escassas as opções de lazer e diversão, os júris constituíam-se em atrações e arrebatavam pequenas multidões. No interior, eram o aspecto central da vida política e social. Valdir Vieira destaca o potencial subjetivo do júri, recordando um caso em Urussanga em que os jurados estavam acordados com a defesa antes mesmo do início da sessão, segundo uma inconfidência do escrivão. Para Vivaldo Domingos Bento, Tribunais do Júri que envolviam afiliados de famílias dominantes na região podiam suscitar situações delicadas: “...tinha-se a impressão de que se tratava de influência bem forte, mas era difícil de comprovar”.

Para Walberto Schmidt, era mais fácil lograr vitórias nos júris realizados em comunidades de origem germânica, pois os descendentes de alemães, em sua opinião, eram menos tolerantes com as faltas e contravenções e encerravam grande respeito pela autoridade. Ali, além disso, era mais evidente a tendência de os jurados se apegarem ao processo. Em compensação, a reação dos descendentes de italianos no Tribunal do Júri era completamente diferente: emotivos, tendiam a seguir a opinião do último a falar, o que tornava a vitória do promotor mais incerta. Luiz Fernando Sirydakis, por seu turno, acha que o resultado do julgamento no júri é inversamente proporcional ao tamanho da comarca onde se realiza: “...quanto menor a comarca, maior a chance de ser falho o jul-

gamento, porque, ainda que indiretamente, pode haver influência da rede de amizades, da religião, da cor dos envolvidos, das preferências políticas, etc. A justiça é a última a ser realmente considerada.”

De um modo geral, os depoentes aqui reunidos entendem que a autoridade do promotor era muito respeitada nas comunidades, embora o Ministério Público fosse menos prestigiado como instituição e apesar do clima tenso que podia instalar-se nas relações com a Magistratura.

Há vários relatos de casos rumorosos ou que ficaram impressos na memória dos entrevistados. Ruy Olympio conta que, em cidades de colonização germânica, muitas vezes as audiências precisavam ser feitas em alemão, pois nem todos os cidadãos dominavam o português. Valdemiro Borini narra o rumoroso caso da prisão e condenação do cantor Gilberto Gil em Florianópolis, por porte de drogas, em 1976. Recorda, além disso, o célebre caso da mulher sem cabeça, de 1974, que abalou a Capital. André Mello Filho comenta que os crimes de sedução eram punidos nos anos 1970 com bastante rigor, notando que, por outro lado, era quase impossível lograr a condenação no júri de um homem acusado de assassinar a esposa em defesa da honra ofendida, especialmente no oeste do Estado. Luiz Fernando Sirydakís destaca um dos primeiros motoristas julgados pelo júri, pois fora plenamente caracterizado o dolo eventual num acidente de automóveis, muito antes do Código de Trânsito. Paulo Armando Ribeiro e João Guedes recordam os incêndios criminosos em Araranguá e em Sombrio. Paulo Armando, além disso, participou das ações discriminatórias que envolviam o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, uma das primeiras ações na área do meio ambiente em Santa Catarina. Walmor Cardoso da Silva cita um instigante caso de dois réus que foram a quatro júris pelo mesmo crime. E assim por diante.

Alguns dos entrevistados neste livro exerceram funções de corregedores-gerais do Ministério Público. Ruy Olympio de Oliveira instalou a Corregedoria-Geral. Arno Schmidt percebia-a mais como instrumento de orientação do que de punição. Valdemiro Borini narra

três processos administrativos contra colegas: um promotor que se atrapalhara em decorrência do consumo excessivo de álcool; outro que, ainda em estágio probatório, exercia indevidamente funções de advocacia em outra cidade; e um terceiro que, sistematicamente, deixava o trabalho em atraso na promotoria. André Mello Filho também registra processos administrativos.

Algumas sucessões na Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina ganharam contornos tormentosos. Em 1971, como relatam Walberto Schmidt e Valdir Vieira, depois de os membros oporem-se à indicação, pelo Governador Antônio Carlos Konder Reis, de Fernando Bastos, por este não pertencer à carreira, Napoleão Xavier do Amarante, promotor titular da Vara da Fazenda, foi nomeado para a chefia do Ministério Público. A partir daí, desatou-se um período tenso na relação com a Associação do Ministério Público, que discordava dos rumos imprimidos pelo procurador-geral à administração.

O período identificado como mais conflituoso transcorreu entre 1987 e 1991, especialmente durante a gestão de Hipólito Piazza. Na oportunidade, o PMDB chegava ao Governo do Estado, rompendo com um longo ciclo de alternância no poder entre UDN e PSD, inicialmente, seguido da Arena, durante o regime militar e, já durante a redemocratização, pelo PDS e PFL. Muitos foram os temas em torno dos quais teriam animado-se divergências, tais como a “desconvocação” de promotores, a modificação nos critérios de promoção, a extinção dos DECOM’s – Serviço Especial de Defesa Comunitária – (instituídos em 1983), o despejo da Associação – que ocupava uma sala nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça –, fatos todos, estes, além de outros, lembrados nestas entrevistas, assim como se deu com as que integram o primeiro volume desta série.

Nuno de Campos remete-se ao clima pesado na época da gestão Piazza, relatando o episódio no qual 18 dos 22 procuradores pediram remoção do procurador-geral ao Governador Pedro Ivo de Campos. Registrou, ainda, a oposição ao procurador-geral no Conselho Supe-

rior, que funcionou então com *quorum* mínimo. Arno Schmidt também relata a difícil relação com o procurador-geral, que desejou destituí-lo do cargo de corregedor-geral.

Já Darci Gonçalves, que assessorava Hipólito Piazza, conta que um grupo expressivo do PMDB conseguira, inicialmente, obstar a nomeação de Piazza, logrando indicar José Leal em seu lugar, o qual não teria se adaptado ao cargo, nele permanecendo apenas uns três meses. Finalmente, Piazza foi confirmado na função. Para Darci, João Carlos Kurtz, que até então dirigia o Ministério Público, não se conformara com esta nomeação, estabelecendo-se, a partir de então, forte conflito de bastidores. Piazza, contudo, permaneceu no exercício do cargo até o fim do mandato Pedro Ivo, pois usufruía ótimo trânsito junto ao governador. Agudo também foi o conflito com a Associação do Ministério Público. Todavia, Darci acredita que os tempos não comportavam mais a entidade de classe abrigada nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça, de forma que o rompimento era necessário e salutar, embora traumático para a época. Afinal, registra, as coisas serenaram e Piazza foi substituído por Kurtz, primeiro Procurador-Geral de Justiça eleito pela classe.

Valdir Vieira, que também integrou a gestão Piazza, confirma a atribulação do período, mas destaca que Piazza foi um “batalhador”, que tentou sanear as distorções em torno do sistema de convocações e substituições. Recorda que o momento econômico não era nada fácil, com inflação de 80% ao ano, o que embaraçava a administração pública em todos os níveis. Nesse sentido, conclui, o Plano Real, posteriormente, foi fundamental para o Ministério Público, pois antes dele era preciso negociar cada aumento de vencimentos com o Governo. A propósito do despejo da Associação, lembra que, na condição de secretário-geral, chegou a avisar os colegas que a Procuradoria necessitaria do espaço, porém o alerta não foi levado a sério e o conflito acabou estabelecendo-se, chegando até as páginas dos jornais.

Paulo Armando Vieira, que substituiu Valdir Vieira na Secretaria-

-Geral, louva a gestão Hipólito Piazza por ter alcançado a equiparação dos vencimentos entre desembargadores e procuradores, operação então particularmente dificultada pela dependência do Ministério Público dos repasses da Secretaria da Fazenda. Também considerou saudável o rompimento do cordão umbilical entre a Procuradoria-Geral e a Associação, pois, a partir dessa autonomia, a entidade passou a crescer a passos largos e conquistou identidade própria. Para ele, a rumorosa renúncia dos conselheiros não teve maior repercussão, pois, apesar de a movimentação dos procuradores ter gerado certo desgaste, o prestígio do procurador-geral junto ao Governo não foi arranhado. Corregedor-Geral durante a gestão Piazza, salienta não ter enfrentado maiores problemas com os colegas no exercício da função. Lembra, ainda, ter sido esta administração a conquistar a primeira sede própria do Ministério Público. Com respeito à extinção dos DECOM's, aponta que o serviço foi importante, por antecipar o PROCON, mas a demanda por ele variava muito ao sabor dos planos econômicos que agitaram o período, com alternância entre fluxos intensos e calmarias.

Luiz Fernando Sirydakís, por fim, destaca o esforço para se manter equidistante dos grupos na época, considerando que a estratégia de recorrer a um abaixo-assinado foi equivocada, pois apenas permitiria ao governador reafirmar sua autoridade. Ele acredita que não ter subscrito o manifesto contra o procurador-geral prejudicou-o mais tarde na carreira.

As funções desempenhadas no antigo cargo de secretário-geral do Ministério Público são também descritas por Walmor Cardoso da Silva e Roque Machado, que destacam que todas as movimentações na carreira dos membros passavam por eles. Valdir Vieira, que desempenhou a função nos anos 1970, recorda que a administração foi completamente absorvida pela rotina da organização de um concurso após o outro, pois era grande a falta de promotores, e a extinção da figura do adjunto obrigava a realização dos concursos. Para ele, na gestão José Daura conseguia-se obedecer relativamente à ordem de antiguidade nas nomeações e promoções, pois era um procurador-geral com muito

prestígio junto ao então Governador Colombo Salles, o qual, assim, dificilmente interferia. Paulo Armando Ribeiro confirma a preocupação em tentar respeitar a antiguidade nas promoções.

A entidade de classe é mencionada, ainda, por Walberto Schmidt, para quem sua grande preocupação, até o final dos anos 1980, era a questão salarial. A Associação, destaca, dependia muito do apoio da Procuradoria-Geral para funcionar. Menciona, igualmente, aspectos da história da construção da sede campestre em Canasvieiras. Valdir Vieira, por sua vez, assinala que apenas membros residentes em Florianópolis podiam integrar os quadros da Associação.

De um modo geral, enfim, os entrevistados exaltam as grandes transformações pelas quais o Ministério Público passou a partir dos anos 1980 e são otimistas com relação ao desempenho hodierno da Instituição. Mas alguns, ainda assim, alimentam críticas. Walberto Schmidt e André Mello Filho entendem que alguns membros podem estar exorbitando, provocando excesso de demanda, o que é ruim para a sociedade. Walberto, que responsabiliza especialmente o Ministério Público Federal, avalia que talvez haja garantias em demasia ao Ministério Público. André Mello entende que há precipitação em certas ações civis públicas, baseadas em fatos que poderiam ser mais bem apurados. Luiz Fernando Sirydakis acredita que estes exageros podem ter-se dado no início, logo após a entrada em vigor da Constituição de 1988, quando novas atribuições e garantias estavam sendo experimentadas e precisavam ser consolidadas. Mas o problema depurou-se com o tempo. Valdir Vieira, por fim, observa que o perfil da composição do Ministério Público vem mudando em decorrência da formidável estrutura de atuação, se comparada com a existente até os anos 1980, que hoje está à disposição dos membros: “...alguns pensam que o Ministério Público foi sempre assim. Acreditam que as coisas caíram do céu. Acostumaram-se a uma situação de conforto que para nós era inimaginável.”

Gunter Axt, Florianópolis, novembro de 2012

## Referências

AXT, Gunter. *O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica*. Porto Alegre: Corag, 2006, 2ª ed.

\_\_\_\_\_ (org.). *Histórias de Vida. Os procuradores-gerais de Justiça*. Florianópolis: Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, 2010.

BRÜNING, Raulino Jacó. *História do Ministério Público Catarinense*. Florianópolis: Habitus, 2001.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo : Cia das Letras, 2010.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo : Alfa-Omega, 1978.

MARTINS, Celso. *Uma Associação que deu certo*. Porto Alegre: Magister, 2009.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *Regime jurídico do Ministério Público: análise da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aprovada pela Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1996, 3ª ed.

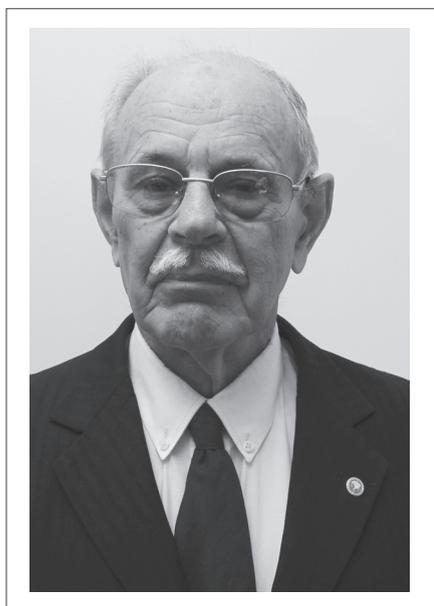
SEIERSTADT, Asne. A literatura na fronteira da realidade. In: AXT, Gunter, SCHÜLER, Fernando L. & SILVA, Juremir Machado da (orgs.). *Fronteiras do Pensamento – retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo : Ed. Unisinos, 2008.

TALESE, Gay. *A mulher do próximo – uma crônica da permissividade americana antes da era da Aids*. São Paulo : Cia. Das Letras, 2002.

TAVARES, Gonçalo. In: AXT, Gunter. Alguns dilemas do jornalismo, por Gonçalo Tavares: da maçã na encruzilhada ao Ausente no teatro Nô. Blog Pé de Página, 16 de junho de 2012.



# Ruy Olympio de Oliveira



**Ruy Olympio de Oliveira** nasceu em 15 de julho de 1928, em Joinville. No Rio de Janeiro, formou-se em Direito. Foi aprovado em concurso para promotor público em 1953. Sua primeira comarca foi a cidade de Orleans, seguindo para as Comarcas de Concórdia, em 1954, e Videira, em 1955. No mesmo ano, por antiguidade, foi nomeado para as Comarcas de São Joaquim e Campos Novos; em 1959, para Indaial. Atuou, também, na Comarca de Porto União e, por merecimento, na Vara Criminal e 2ª Vara Cível de Lages, em 1963. Em 1966, foi removido para a Comarca de Rio do Sul. Nesta mesma Comarca, em 1970, foi nomeado procurador de justiça. Foi corregedor-geral do Ministério Público de Santa Catarina no período entre 1972 e 1976. Aposentou-se em 1997.

# RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – De Joinville.

**Memorial do MPSC** – *E como apareceu a opção pelo Direito em sua vida?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Meu pai era advogado. Mas eu me preparava para seguir carreira militar, na Aeronáutica. Fui a Curitiba, prestar exames, e estava indo bem nas provas, mas no exame de vista, descobriu-se uma discromatopia, uma pequena divergência em cores, de modo que fui reprovado. A alternativa, então, pareceu-me seguir a carreira de meu pai, ou o Exército. Assim, sentei praça no Exército e me matriculei no Colégio Estadual, no Paraná, para fazer o pré-universitário. Trabalhei, também, na indústria. Surgiu, então, uma oportunidade de ir para o Rio de Janeiro. Fui de naviozinho, como marinheiro, trabalhando a bordo, o que me garantiu a experiência necessária para, posteriormente, me graduar escoteiro do mar, algo que impulsionou minha trajetória no escotismo. No Rio, ingressei na Universidade.

Das diversas carreiras dentro do Direito me inclinava mais para a área do Ministério Público, e aí ocorreu uma feliz coincidência. Naquela época ainda eram relativamente poucos os bacharéis em Direito em Santa Catarina e com vocação e disposição para atuarem no Ministério Público, sendo que ocorria de o Estado ter que designar advogados para atuar. O governador tinha a prerrogativa de poder nomear promotor emergencialmente, como interino. Havia a necessidade de promotor no sul do Estado e, então, fui nomeado pelo Governo. Dei continuidade na carreira prestando concurso, que se realizou por exame oral perante uma banca.

---

1 Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 7 de dezembro de 2010, por Gunter Axt, Gustavo Viviani de Souza e Bruno Mützenbergl. Transcrição de Gunter Axt.

A primeira comarca para a qual fui designado foi Orleans, em 1953, ainda interino. Depois segui, na ordem, para Concórdia, Videira, São Joaquim, Campos Novos, Porto União, Lages, Rio do Sul e Florianópolis. Foram mais comarcas do que varas, porque o sistema de entrâncias para o Ministério Público não estava claro naquela época. Em Florianópolis, cheguei já como procurador, promovido por antiguidade.

Minha carreira foi eminentemente civilista, mas eu acho que, para o promotor, a Área Criminal é melhor, muito embora seja uma atividade mais tensa. Eu sempre me dei muito bem no Cível. Eu acho que valeu a pena.

Gostei especialmente de minha atuação em Videira, pois lá fui o primeiro promotor: instalei a Comarca. Eu tinha de atender a várias coisas. Treinei oficial de justiça, precisava entender de cavalos e burros, pois precisava adquiri-los para o serviço dos oficiais.

Em Campos Novos eu me casei. Meu filho não nasceu lá porque as condições eram muito precárias. Assim, minha esposa deu à luz em Joaçaba, onde havia melhor tratamento.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de algum processo que tenha lhe chamado mais a atenção, que tenha impactado mais a comunidade?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Não. Ocasionalmente sofríamos alguma ameaça. Havia locais de banditismo. Mesmo que um suposto réu não fosse tão bandido, um julgamento de uma causa poderia afetar o equilíbrio de forças político-partidárias de algum distrito. Podia ser bastante aborrecido. Mas o mais inconveniente, creio, eram os processos de cobrança da dívida ativa. Muitos, naquela época, simplesmente não pagavam impostos. Mas as ameaças nunca chegaram às vias de fato. Nunca sofri um atentado. Talvez, até, elas estivessem na origem de tantas mudanças, vez que eu fui removido com frequência para comarcas diferentes. Não sei.

**Memorial do MPSC** – *O senhor avalia, então, que era grande a influência da política na ação ministerial naquela época?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Não era muita, mas havia alguma coisa. Penso, contudo, que era mais pressão interna do que interferência política. Algumas importantes famílias da época comandavam expressivo eleitorado e acabavam, graças a isso, conquistando proteção política. Ocasionalmente, alguns de seus membros se viam implicados pelo Código Penal. Não que este ou aquele governador gostasse mais ou menos deles, mas é que dominavam o povo. Havia muita questão de terras, grilagem, ocupação de terras devolutas, disputas de divisas, assuntos nos quais o promotor tende a ter muita interferência. Mas deu para vencer o obstáculo.

Havia, também, alguma dificuldade de ordem religiosa. Os evangélicos luteranos foram eventualmente considerados, por alguns, como quinta-colunas. Isso era um absurdo! Mas este obstáculo foi logo removido, até porque atuei mais em áreas de colonização luterana. São Joaquim foi uma exceção. Mas em Indaial, por exemplo, só havia evangélicos. Os poucos fiéis da Igreja Católica precisavam ir para Blumenau ou Pomerode. Mas era tudo muito perto, o que tornava o deslocamento fácil.

E, depois, nunca houve atrito entre as religiões. As diferentes Igrejas se respeitavam muito mutuamente. As cerimônias públicas eram ecumênicas, com a participação de padres e pastores. O que testemunhei no interior, neste sentido, foi edificante.

No geral, a vida no interior foi muito divertida.

**Memorial do MPSC** – *Mas seu pai fora deputado federal pela UDN. Não acontecia de o senhor ser eventualmente identificado como simpatizante da UDN?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Não, nunca. Até porque lá pelas tantas meu pai não escondeu suas reservas para com os procedimentos de alguns dos nossos líderes, dentre os quais o próprio Irineu Bornhausen.

Os Ramos e os Bornhausen formavam oligarquias, os primeiros, ligados à pecuária, os outros, identificados com a indústria e o comércio. Essa, no fundo, era a grande e única diferença entre eles.

Agora, eu nunca aceitei qualquer violação do Direito Eleitoral. Nas comarcas em que eu atuava, eu garantia a tranquilidade para os comícios e a liberdade de locomoção dos eleitores. Estava muito atento para isso, mas nunca precisei enfrentar um crime eleitoral.

Enfim, esses elementos afiançavam minha isenção. De resto, eu nunca me envolvi em política.

**Memorial do MPSC** – *Como mesmo se chamava o seu pai?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Plácido Olympio de Oliveira. Ele não teve uma carreira política muito longa. Deixou a Câmara dos Deputados para assumir uma gerência na Empresa Brasileira de Eletricidade. Estávamos ligados a esse campo, porque minha família fora proprietária da empresa de eletricidade de Porto União. Tínhamos uma pequena hidrelétrica e fazíamos, também, a distribuição. A empresa foi pioneira no planalto norte de Santa Catarina, mas deixou de nos pertencer com a nacionalização de empresas, durante o Estado Novo.

**Memorial do MPSC** – *Falando no Irineu Bornhausen, conta-se que ele teria se agastado com o Tribunal de Justiça. O senhor sabe algo sobre isso?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – O Irineu era da UDN e o Tribunal, embora isso não afetasse a independência da Corte, era tradicionalmente identificado com o PSD, sobretudo no que respeitava às vagas preenchidas pelo Quinto Constitucional, que dependiam de chancela final do governador. Havia uns três desembargadores que tendiam a se opor ao Irineu, pois se identificavam com situações políticas pretéritas. Mas esta rusga nunca afetou a independência da prestação jurisdicional.

**Memorial do MPSC** – *Algum caso em especial que tenha lhe chamado mais a atenção?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Bem, no interior, naquela época, às vezes o pessoal não dominava bem o idioma português. Muitos eram descendentes de imigrantes e ainda estavam mais identificados com o vernáculo de origem. Assim, eu e o Juiz Bündchens, em Videira, fazíamos algumas audiências em alemão, pois era a maneira de as pessoas melhor entenderem. Certa feita, passou pela comarca o desembargador corregedor, em inspeção. Ele chegou quando estávamos em plena audiência. O Dr. Härkenhoff era o advogado, e o escrivão era o Knoblau. Ele voltou a Florianópolis e disse: “Céus, estive num tribunal da Alemanha!”. Mas o importante era que fazíamos justiça! Levávamos a justiça aos descendentes de imigrantes. Ouvíamos todas as testemunhas, na língua em que tinham fluência. Ouvimos como um juiz e um promotor devem ouvir. Ouvíamos em alemão e registrávamos em português para o escrivão. Dessa feita, dispensávamos o intérprete, que custava muito caro. Eis um ponto pitoresco que merece registro. Isso acontecia com mais frequência em comarcas novas. Também fiz julgamentos em italiano. Mas era mais difícil, porque eram muitos os dialetos falados pelos imigrantes. Eu havia estudado italiano, pois na Força Expedicionária me preparara para seguir para a Europa, como praçinha, durante a guerra. Mas a guerra terminou pouco antes de eu embarcar.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a advogar, no início da carreira de promotor?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Não. Embora não houvesse a vedação, era contra a minha formação e convicção. Na prática, o campo para isso era restrito, pois o promotor funcionava em inventários, trabalhistas, em quase tudo. Mas houve situação em que funcionei como advogado porque o paciente era muito pobre e não podia pagar um defensor. Assim, atuei gratuitamente. Os descendentes de imigrantes europeus tinham recursos para pagar os advogados, mas não o sem-terra, o caboclo. Eu não me atrevia a cobrar dessa gente. Quando necessário, advogava gratuitamente, para que eles não ficassem sem justiça.

**Memorial do MPSC** – *E nas cobranças de dívida ativa?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Sim, aí sim, eu recebia alguma coisa, como todos os promotores na época.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor recorda se havia diferença na natureza das ações de uma região para outra?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – No Cível não havia diferença alguma. No Crime, sim. Eu peguei a Vara Criminal de Lages, funcionando no Tribunal do Júri. Foi dose para elefante! Precisei aprender a falar o linguajar da região, até para não ferir as suscetibilidades deste ou daquele coronel, de modo a preservar a credibilidade na isenção do júri. Eles moravam em grandes propriedades e eram os mandões da região. Mas nunca prejudicaram a justiça. Hoje as coisas lá estão muito diferentes.

Aliás, o Juiz Bündchen também esteve lá, em Lages, na mesma época que eu. Às vezes, faltava pastor da Igreja Luterana. Então, assumíamos o culto. E o fazíamos em alemão. Mas depois, vertíamos para o português, até porque havia muitos dialetos e alguns tinham dificuldade de entender o nosso “Hochdeutsch”.

**Memorial do MPSC** – *E como eram as condições de trabalho?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Pois eu queria mesmo tocar neste tema. Não havia casas disponíveis para os promotores. Os solteiros procuravam se instalar em hotéis, geralmente muito precários. Os salários também eram baixos e não davam para muita coisa. Depois de casado, eu tomava o cuidado de sondar previamente as comarcas, para saber se lá existia disponibilidade de moradia para alojar a família. Em algumas localidades, as casas eram sempre alugadas para o juiz e o promotor, até porque eram raros os viajantes que se estabeleciam por mais anos e raros os que pagavam religiosamente o aluguel. Lembro que em Indaial consegui uma casa que era uma beleza! Não ficava localizada longe do centro, o que me permitia ir de bicicleta para o Fórum. Quando fui removido, meu substituto alugou a mesma casa.

**Memorial do MPSC** – *E como eram as relações com os juízes e com o Judiciário?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Sempre a melhor possível! E era absolutamente natural. Esforcei-me um pouco mais para ter boas relações com os escrivães e com os oficiais de justiça, para que cumprissem bem a entrega dos mandatos, etc.

Tive a sorte de pegar comarcas boas. Podia acontecer de policiais ou oficiais de justiça estarem mais ou menos capturados pela rede de influências de poderosos coronéis locais. Mas nunca enfrentei nenhuma situação mais angustiosa. Também, em São Joaquim e em Campos Novos, não vivenciei processos eleitorais. Eram comarcas um pouco mais turbulentas neste aspecto e, durante as eleições, tais dificuldades, talvez, pudessem aflorar. Mas não cheguei a comprovar esta perspectiva.

**Memorial do MPSC** – *E em 1964 e 1968, como o senhor sentiu o impacto dos acontecimentos políticos do momento?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Eu cursara a Escola Superior de Guerra em Curitiba. Identificava-me ideologicamente com a Revolução de 1964. Mas como promotor, não senti o impacto da revolução. Em todas as comarcas que atuei, a população era democrática. Em nenhuma delas estava suportando a tendência para a esquerda. A parte sindical nem se sentia, pois se tratavam de zonas eminentemente rurais. Os poucos sindicatos não tomavam iniciativas sem nos consultar. Eu era quem mais incomodava, em função das ações trabalhistas e eles sempre pediam ajuda.

**Memorial do MPSC** – *E para Florianópolis, o senhor veio como procurador?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Sim, nomeado por antiguidade. Aí eu já estava me deslocando da Área Criminal mais para Área Cível.

**Memorial do MPSC** – *Na Procuradoria-Geral o senhor foi responsável pela instalação da Corregedoria-Geral, não é?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Ah, sim! Eu tinha uma ideia geral da Corregedoria, pois conhecia as experiências de São Paulo, por exemplo. Comecei a constituí-la pelo Estatuto.

O que mais me inquietava eram os atrasos nos processos. Eu notava que às vezes os processos atrasavam no gabinete do juiz e não no do promotor. O investimento na conciliação e no acordo entre as partes agilizaria a justiça. Comecei também a campanha para a casa do promotor. Não deu muito certo. Poucas Prefeituras construíram casas para os promotores.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda da rotina da Corregedoria-Geral?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – A grande preocupação era o Executivo Fiscal, isto é, a dívida do cidadão para com o Estado. Muitos simplesmente deixavam de pagar seus impostos. Era o promotor quem executava as cobranças. Mas nem tudo podia ser executado. Veja o caso de um camarada que tinha apenas uma casa. Então, tínhamos de fazer acordos, conversar com um, com outro. Isso era possível em uma cidade pequena, mas não na cidade grande. Além disso, era eleitoralmente delicado. Os políticos reclamavam em benefício de seus protegidos.

**Memorial do MPSC** – *Algum processo lhe chamou a atenção?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Não, nenhum. Fiz uma campanha para o Executivo Fiscal. Os coletores estavam sendo castigados, na oportunidade, pois o secretário das Finanças desconhecia os processos do promotor e cobrava do funcionário. Houve um período no qual as pessoas não pagavam impostos e isso paralisava a máquina pública.

**Memorial do MPSC** – *E como era a relação com a Procuradoria-Geral?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – A Procuradoria-Geral emitia orientações gerais. Mas não se imiscuía na atividade de cada promotor.

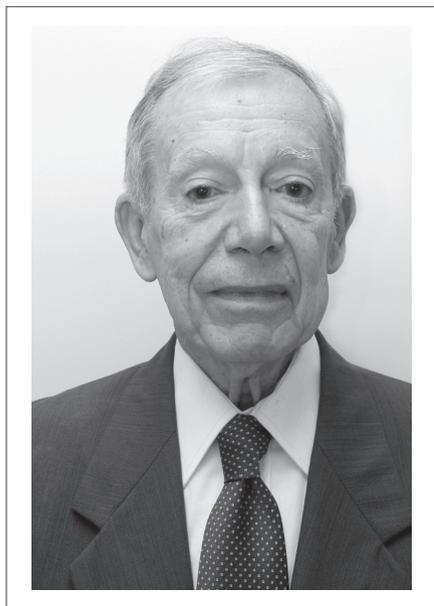
**Memorial do MPSC** – *E havia apoio material?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Nenhum. Nas comarcas, o promotor não tinha assistentes.

**Memorial do MPSC** – *Como era a relação do procurador-geral com os promotores na comarca?*

**Ruy Olympio de Oliveira** – Era muito boa. Funcionava no plano da normalidade. Todos os procuradores-gerais que chefiaram o Ministério Público na época foram excelentes. Em geral, eram da carreira. Apenas numa oportunidade houve um chefe da Instituição egresso da OAB, muito bem-relacionado com o Tribunal. Mas ele ficou pouco tempo à testa do Ministério Público.

# Walmor Cardoso da Silva



**Walmor Cardoso da Silva** nasceu em 2 de junho de 1927, em Florianópolis. Graduiu-se em Direito no ano de 1951 e em Filosofia no ano de 1964, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina. Defendeu mestrado em Direito do Estado pela mesma Instituição, na qual também foi professor adjunto do Departamento de Psicologia. Começou sua carreira ministerial em 1956, como promotor público interino na Comarca de Ituporanga. Em 1958, foi promotor público da Comarca de Biguaçu e, em 1961, da Comarca de São José. Em 1961 foi convocado para exercer o cargo de secretário do procurador-geral do Estado. Foi promovido, por antiguidade, em 1963, para a Comarca de Porto União, onde permaneceu até 1966, ano em que foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Joaçaba, sendo removido para Criciúma no mesmo ano. Em 1967, foi removido para a capital e, em 1970, foi designado para funcionar na Vara de Menores. Em 1971, ainda na capital, foi removido para a 2ª Vara Cível e, no mesmo ano, foi designado para funcionar na Vara da Família. Alcançou o cargo de procurador do Estado em 1979, função na qual permaneceu até 1982, ano de sua aposentadoria.

**WALMOR CARDOSO DA SILVA**<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *Podíamos começar o nosso bate-pato falando um pouquinho das suas origens. O senhor é natural de Santa Catarina?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sou nascido na Ilha de Santa Catarina. Sou ilhéu.

**Memorial do MPSC** – *E a sua família, também é da Ilha?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim, todos. Minha esposa também nasceu na Ilha.

**Memorial do MPSC** – *E os seus pais, sua família, qual era a profissão deles? Ao que se dedicavam?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Minha mãe era do lar. Meu pai era guarda-livros, hoje profissão conhecida como contador. Ele trabalhava na farmácia do cunhado, a conhecida Farmácia da Fé, na rua Trajano. Atualmente, no mesmo local, existe a Farmácia Catarinense.

**Memorial do MPSC** – *Os seus estudos foram onde?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Cursei o primário iniciando na 3ª Escola Isolada da Capital e terminando no Grupo Escolar Lauro Müller, localizado, ainda hoje, na rua Marechal Guilherme e, o secundário, no Colégio Catarinense, que, na época, se chamava Ginásio Catarinense. Depois fiz a Faculdade de Direito, situada ainda na rua Esteves Júnior. Também cursei Filosofia. Posteriormente, quando já integrava o Ministério Público, fiz mestrado em Direito do Estado, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já aposentado, fiz uma especialização em Dinâmica de Grupo (320 horas/aula), na Sociedade Brasileira de Dinâmica dos Grupos (SBDG), em Porto Alegre.

---

1 Entrevista realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, por Gunter Axt e Alexandre Martins, em 10 de agosto de 2011. Transcrição de Angélica Bersch Boff.

**Memorial do MPSC** – *Quais são as lembranças que o senhor tem desse período de universidade? O senhor se recorda mais ou menos da época em que entrou, quando foi sua formatura, os professores, os colegas?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Em 1947, prestei vestibular para o curso de Direito e logrei aprovação. Formei-me em 1951. A minha turma compunha-se de vinte e três alunos e podia ser considerada grande em relação à anterior, que era composta por dez formandos. A turma foi sempre muito alegre e cordial. Nossos laços de amizade se prolongaram após o término do curso.

Tomamos rumos diferentes: uns já tinham atividades definidas durante o curso, outros foram para a advocacia, para o magistério, para a Magistratura. Para o Ministério Público foram Hélio Sacilotti de Oliveira, Walter Bello Wanderley e eu.

Houve uma época em que nove desembargadores do nosso Tribunal de Justiça eram da turma de 1951. Tivemos, inclusive, uma colega, Eglê Malheiros Miguel, que buscou carreira no magistério e como escritora. Ela foi uma das primeiras mulheres a cursar a Faculdade de Direito em Santa Catarina.

Quanto ao corpo docente, convivemos com muitos professores que contribuíram para nossa formação jurídica. Lembro-me, no momento, de nomes como: Henrique da Silva Fontes, Othon da Gama Lobo D'Eça, Osmundo Wanderley da Nóbrega, Aldo Ávila da Luz, Joaquim Madeira Neves, José Rocha Ferreira Bastos, Alfredo Von Trompowsky. Houve um aspecto curioso, na grade curricular da nossa turma: foi incluída, no 5º ano, a cadeira de Filosofia do Direito, ministrada pelo Professor Telmo Vieira Ribeiro e retirada do currículo no ano seguinte.

**Memorial do MPSC** – *Como surgiu a opção pelo Ministério Público?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sempre apreciei o júri e a área do Direito. Então, desde o início, me sentia mais inclinado para o Ministério

Público do que para a Magistratura, penso que pelas funções específicas de cada carreira. Uma questão de vocação.

**Memorial do MPSC** – *O senhor recorda como eram os júris da época? O senhor assistia aos júris? Há algum em especial que se lembre?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim, costumava assistir aos júris. Lembro-me de um em que houve, com a convocação de especialistas, uma longa discussão sobre o “possível” e o “provável” a respeito de determinado ponto do processo. A afluência de público costumava ser expressiva. Alguns casos suscitavam considerável repercussão. Quando assumi minha primeira Promotoria, em Ituporanga, herdei processos iniciados em Rio do Sul, dentre os quais, um já pronto para julgamento pelo Tribunal do Júri. Um caso rumoroso. Um pai e o filho mataram duas vítimas, também pai e filho. Dois réus, duas vítimas. O rapaz engravidara uma moça, filha e irmã das vítimas. Naquela época, questões de honra familiar eram candentes. Então, cada vez que os homens se encontravam, ocorriam discussões, até que, um novo enfrentamento resultou na morte dos parentes da moça. Na ocasião deste encontro, os réus levavam vantagem, pois estavam armados e a cavalo, enquanto as vítimas seguiam a pé e desarmadas. Travou-se, entre eles, uma nova discussão seguida de tiros contra as vítimas, em pleno centro da cidade. Coisa de filme de banguê-banguê.

A história chegou a virar quadrinha de literatura de cordel, tamanha foi a repercussão popular. A comarca fora instalada em 21 de abril de 1957 e esse júri foi realizado em seguida, cerca de dois meses depois. O julgamento já estava marcado. O Assistente da Promotoria foi o Dr. Francisco Gottardi, que tinha sido Promotor, licenciara-se do cargo para exercer a atividade advocatícia e, mais tarde, voltara a integrar o Ministério Público catarinense.

**Memorial do MPSC** – *Ele foi seu assistente?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim. Mas foi na época em que estava licenciado do Ministério Público. A defesa dos réus era composta por

dois advogados, um de Rio do Sul, o Dr. Hélio Carneiro, e o Dr. Arão Rebello, de Blumenau, que era o detentor da inscrição nº 1 da OAB/SC. Com o concurso desses pesos-pesados, os réus foram absolvidos. Mas recorri. No segundo júri, a defesa contou com cinco advogados, pois mais três vieram se juntar aos dois já existentes, sendo um deles o Dr. Nelson de Abreu, de Florianópolis. Mesmo assim, desta vez foram condenados. Então eles recorreram. Houve um terceiro júri que resultou na absolvição do réu mais velho e na condenação do mais moço. A defesa não recorreu. Recorri, no entanto, mais uma vez, para anular a decisão absolutória. Na verdade, foram realizados quatro júris.

**Memorial do MPSC** – *Ah, é? Como?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim, foi realizado mais um julgamento para um só réu. Recorri alegando o mesmo fundamento, porém, com motivo diverso, conforme Acórdão recente de nosso Tribunal de Justiça, que admitia tal hipótese, sendo relator o Des. Hercílio Medeiros. Afinal, foi mantida a absolvição.

**Memorial do MPSC** – *Nesse meio tempo, eles permaneceram aguardando julgamento?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim, presos. Mas o réu mais velho, com base em laudo médico formulado pela defesa, aguardou o julgamento em Casa de Saúde, localizada na sede da comarca.

**Memorial do MPSC** – *E a que o senhor atribui o fato de os jurados terem essa propensão para inocentar os réus? O senhor acha que os advogados eram muito bons? O que aconteceu?*

**Walmor Cardoso da Silva** – De fato, os advogados eram bons (risos). Mas eu também ouvi um comentário, de uma pessoa que disse: “Ah, deixa estar! As vítimas já morreram, os réus estão sofrendo”. Essa era um pouco a visão da comunidade, achavam que condená-los não traria as vítimas de volta... Era uma espécie de raciocínio prático. Entendia-se que o réu, mais jovem, errara ao seduzir a moça. Mas as

vítimas, por sua vez, ao enfrentá-los em nome da honra familiar ofendida, estariam intrinsecamente assumindo o risco de uma fatalidade, que com efeito ocorreu.

**Memorial do MPSC** – *As famílias eram influentes?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Não. Mas, os réus eram pessoas de posses. As vítimas, não.

**Memorial do MPSC** – *O senhor permaneceu dois anos em Ituporanga, e de lá, foi para onde?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Fui removido para Biguaçu, uma comarca calma. Nas comarcas do litoral do Estado, naquela época, tramitavam muitas ações de usucapião. Assim era Biguaçu, com razoável volume de ações penais, algumas com julgamento pelo Tribunal do Júri.

**Memorial do MPSC** – *O povo procurava muito o promotor?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim. Tanto os advogados com ações nas que havia intervenção obrigatória do Ministério Público, como as pessoas, procurando orientação e informações a respeito de processos no Fórum. Hoje, a atividade do promotor se ampliou, ficando mais dinâmica e com mais atribuições.

**Memorial do MPSC** – *Havia muita discussão de família em Biguaçu, ou não?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Não. Quando muito, eram resolvidos na Delegacia de Polícia, pois se tratavam de simples discussões e desentendimentos.

**Memorial do MPSC** – *Como eram as condições de trabalho do promotor?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Primeiramente, esclareço que fui nomeado promotor interino em fins do ano de 1956, e mandado para

acompanhar os trabalhos de instalação do Fórum da Comarca de Ituporanga, que ficava localizado no prédio da Prefeitura, uma construção de madeira, que destinou o andar superior para a Sala de Audiências, os gabinetes do juiz e promotor e uma sala para o escrivão. O acesso ao Fórum era através de uma escada externa. Quanto às condições de trabalho, eram satisfatórias; não tínhamos do que nos queixar e o povo do município se sentia muito feliz por ser sede de comarca.

Mais tarde, prestei concurso de ingresso à carreira do Ministério Público que, na época, era de títulos. Fui aprovado e nomeado para a mesma comarca.

**Memorial do MPSC** – *E havia disponibilidade de casa para morar?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim, porém, inicialmente, nos hospedamos em um pequeno hotel perto do Fórum.

**Memorial do MPSC** – *O senhor lembra quem era o juiz?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Lembro-me. Tive o prazer de iniciar minha carreira com um colega de turma, o Dr. Raoul Albrecht Buendgens, cujo Procurador-Geral, na época, era o Dr. Hans Buendgens, seu irmão. Como a comarca era nova, ambos assumimos nossos cargos na condição de primeiro juiz e primeiro promotor de Ituporanga.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda dos procuradores-gerais da época?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Na época em que ingressei no Ministério Público, o Procurador-Geral era o Dr. Vitor Lima. Depois, ocupou o cargo o Dr. Hans Buendgens, seguido do Dr. Paulo Henrique Blasi. Havia, também, na Procuradoria-Geral, o quadro de Subprocuradores, composto, além do já citado Dr. Hans, pelos Drs. Adhemar Guilhon Gonzaga, Delfim Mário Pádua Peixoto, Milton Leite da Costa, Rubem Moritz da Costa, bem como pelos Promotores convocados para atuar também no segundo grau, os Drs. Almir José Rosa, Ênnio Demaria Cavallazzi, João Carlos Ramos e Ruy Olympio de Oliveira. Pode ser que

estejam faltando alguns nomes deste grupo inicial da Procuradoria, contudo, com o tempo, a Instituição cresceu e o quadro de procuradores e promotores convocados aumentou bastante.

Gostaria de acrescentar que, em 1961, assumindo o Governo Celso Ramos, a Procuradoria-Geral mudou-se das pequenas salas, que ocupava no Tribunal de Justiça, para o prédio do outro lado da Praça Pereira Oliveira, onde hoje está o edifício do Flop Hotel. A Procuradoria passou, então, a contar – além da Sra. Cecília Cordeiro Dutra e do Secretário do Ministério Público, o Dr. João Makowiecky, advogado – com mais um cargo, o de secretário do procurador-geral, criado pela nova Lei Orgânica do Ministério Público. Também com a mudança de casa, alterou a chefia da Instituição. O Dr. Paulo Henrique Blasi, ao final do seu mandato, foi sucedido, por ato do governador, pelo Dr. Milton Leite da Costa, que me convocou para ocupar o cargo de secretário do procurador-geral. Eu estava na Promotoria de São José. Na Procuradoria, além das atribuições que me eram cometidas, passei a secretariar, a pedido do secretário do Ministério Público e concordância do procurador-geral, o Conselho Superior do Ministério Público. Depois de algum tempo, não sei a data precisa, o secretário do Ministério Público pediu exoneração do cargo e a Procuradoria-Geral passou a ter um só secretário, não havendo, porém, prejuízo para os trabalhos da secretaria, porque contávamos com dois auxiliares: Nivaldo José Lopes e Nery José Pedro. Posteriormente, passei a compor o Conselho na qualidade de representante da Associação do Ministério Público e, depois, como representante dos promotores; finalmente, como procurador.

**Memorial do MPSC** – *Como era o trabalho do Conselho, na época? O procurador-geral tinha muita força sobre o Conselho?*

**Walmor Cardoso da Silva** – A relação entre o Conselho e o procurador-geral, que era seu presidente, sempre foi muito boa. Não havia conflitos. O Dr. Milton Leite da Costa, a par de sua liderança, possuía forte espírito de classe e muita cordialidade com todo o pessoal. O clima das reuniões sempre foi muito agradável, as opiniões eram

emitidas e discutidas e as votações sempre foram isentas de quaisquer orientações. Certa vez, discutiu-se a alteração do critério para negar a promoção por antiguidade, que antes exigia unanimidade e que passou a ser por maioria de votos.

**Memorial do MPSC** – *O pessoal, às vezes, podia ficar agastado com algumas promoções?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Não. Primeiro, porque sendo o quadro pequeno era mais fácil acompanhar toda a movimentação do pessoal e, depois, porque o Conselho sempre se houve com muita isenção e correção. Todos tinham muita confiança nas decisões da Procuradoria-Geral e do Conselho.

**Memorial do MPSC** – *Quais eram as funções do secretário do procurador-geral?*

**Walmor Cardoso da Silva** – De um modo geral, todos os trabalhos de uma secretaria, acrescidos com a saída do secretário do Ministério Público. Mas, posso destacar algumas atribuições: receber e atender os colegas que visitavam a Procuradoria-Geral, cuidar da correspondência, organizar os processos da movimentação do pessoal, redigir os atos do procurador-geral e do Conselho, representar quando necessário, o procurador-geral em solenidades, etc. Para os atos que requeriam a assinatura do senhor governador e como ele gostava de despachar no Palácio da Agrônômica (hoje Casa d’Agrônômica), eu me dirigia para lá no meu fusquinha. Ocorre que, na época, – e estou falando de fatos ocorridos há mais de quarenta anos – a Procuradoria-Geral somente tinha um automóvel, que a ela fora destinado na gestão do Dr. Paulo Henrique Blasi.

**Memorial do MPSC** – *E como foi o período dos militares?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Não houve intervenção explícita na nossa função. A relação com os militares costumava ser tranquila... Até porque certas coisas nem chegavam às nossas mãos. O *habeas corpus*

estava suspenso e os crimes contra a Segurança Nacional eram de competência da Jurisdição Militar Federal. Não me recordo, tampouco, de perseguições aos membros.

**Memorial do MPSC** – *Por quantos procuradores-gerais o senhor passou na função de secretário?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Comecei com o Dr. Milton Leite da Costa. Atuei, depois, com o Dr. Rubem Moritz da Costa e, ainda, com o Dr. Hélio Rosa. Quando do término do mandato deste último, eu já estava titulado na capital, na 2ª Vara Cível, posto que assumi, a pedido, para voltar às atividades forenses.

**Memorial do MPSC** – *Essa era a Vara dos Registros Públicos?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim. Gostei da experiência. Havia muitas ações de retificação de registro civil (certidões de nascimento, casamentos e óbitos) e outras tantas de usucapião. Muitos são os motivos que dão origem à necessidade de retificações que visam à veracidade, à coerência e uniformização dos registros de uma pessoa e que podem estender-se por uma série de outros documentos, tais como: carteira de motorista, cédula de identidade, diplomas e outros papéis importantes, como registro de imóvel, etc.

A certidão de nascimento, antigamente, continha somente o prenome do registrando. Mais tarde, geralmente por ocasião da matrícula na escola, o nome era completado com o sobrenome ou sobrenomes dos pais. Hoje, o registro é feito com o nome completo do registrando, isto é, nome e sobrenome. Em ambos os casos, podem ocorrer variações que requerem a uniformização por processo judicial. Também pelo casamento, a noiva pode optar pela alteração do seu nome. Nas certidões de óbito é comum uma total modificação do registro, porque, muitas vezes, ao ser admitido no hospital, a identificação do paciente é feita às pressas, com nome, idade, filiação incorretos. Com a morte da pessoa, o atestado de óbito é fornecido pelo médico com base nestas informações.

Quanto às ações de usucapião, elas eram numerosas em todo o litoral. Certa vez, uma empresa do Rio de Janeiro requereu usucapião de uma área de um milhão de metros quadrados, nas dunas da Lagoa. Não houve impugnação das Fazendas. Como o processo estava malfeito, consegui anulá-lo a partir das citações das Fazendas. Então, procurei o prefeito que, naquele momento estava sendo substituído pelo Vereador Waldemar da Silva Filho, cujo apelido era Carusinho, porque tinha uma boa voz de tenor (risos). Prontamente atendeu ao meu pedido e a Fazenda Municipal manifestou interesse no feito. A empresa requerente acabou desistindo da ação.

Por volta dos anos 70, a Fazenda Federal passou a manifestar interesse nas ações de usucapião da Ilha de Santa Catarina, alegando ser esta imóvel da União, discussão que perdura até hoje. Começaram a surgir, então, Ações de Retificação de Área, muitas delas absurdas.

**Memorial do MPSC** – *E o seu mestrado, como foi?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sempre gostei de estudar. Fui professor, o que me ligava muito à sala de aula. Quando foi instituído o mestrado em Direito, prontamente me inscrevi com minha esposa. Fizemos o mestrado juntos.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi o tema da sua dissertação?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Defendi-a em 1979. Examinei alguns problemas relacionados ao Ministério Público. Um deles, quando no exercício de suas legítimas prerrogativas, como, por exemplo, nas ações de usucapião: ocorria conflito porque, sendo representante da Fazenda Pública, devia fazer sua defesa quando esta se manifestava no feito. Outro ponto examinado foi a confusão estabelecida na identificação da instituição do Ministério Público com a instituição que fazia a defesa jurídica do Estado. Assim, enquanto a primeira se chamava Procuradoria-Geral do Estado, com o seu quadro de promotores públicos, procuradores do Estado e procurador-geral do Estado, esta última se denominava Consultoria-Geral do Estado, com seus consultores

jurídicos sob a chefia de um consultor-geral, em descompasso com os outros Estados da União, que já haviam adotado novas designações, respectivamente: Procuradoria-Geral de Justiça, com seu procurador-geral, seus procuradores e promotores de justiça e, Procuradoria-Geral do Estado, com seu procurador-geral e procuradores do Estado. Pouco tempo depois de ter obtido meu mestrado, as denominações apontadas em minha dissertação foram adotadas pelo Estado.

**Memorial do MPSC** – *O senhor atuou em outras Promotorias?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Acontecia, às vezes, de sermos designados em substituição, durante as férias de colegas. Cheguei a atuar, por exemplo, na Promotoria Criminal.

Fui designado, certa vez, para substituir o procurador da Justiça Federal. O titular, removido do Nordeste para Florianópolis, ao se aproximar o período eleitoral, pedira licença. Ele ainda estava traumatizado, pois que em uma eleição em seu posto anterior, pistoleiros, a altas horas da noite, foram em sua casa e o ameaçaram de morte, colocando uma arma em sua cabeça. Não adiantou eu lhe dizer que aqui era tudo diferente, mais pacífico; ele não queria nem saber!

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a advogar?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Não. Nunca advoguei e também não era recomendado advogar cumulativamente, muito embora fosse possível. Mas achava que não era bom, não. Eu me concentrei nas funções de promotor.

**Memorial do MPSC** – *Como promotor, o senhor chegou a fazer cobranças de dívidas com a Fazenda?*

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim. Mas muito pouco, porque na capital, a Secretaria da Fazenda se ocupava dessa tarefa. No interior, de fato, éramos mais requisitados como também nas áreas Trabalhista e Eleitoral.

**Memorial do MPSC – O senhor chegou a acompanhar eleições?**

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim. Participei inclusive acompanhando as apurações. Havia coisas engraçadas. Numa apuração, em Ituporanga, o juiz aceitou o pedido de impugnação de voto dado a um candidato, formulado por fiscal de outro Partido. Cada vez que um voto daquele candidato era nominado, o fiscal gritava: “Impugno!”. Como o candidato era bom de voto, já se pode imaginar a gritaria que ocorria na sala de apuração... até que o juiz perdeu a paciência e disse ao fiscal que não precisava se repetir, pois já tinha recebido o pedido e ele seria apreciado (risos).

**Memorial do MPSC – E sua promoção para procurador?**

**Walmor Cardoso da Silva** – Atuei três anos na 2ª Câmara Criminal, antes de me aposentar, na década de 80. Minha rotina, ali, constituía-se do estudo dos processos e emissão de pareceres. Mas não me recordo de nenhum caso mais impactante. Era rotina processual.

**Memorial do MPSC – Há mais alguma coisa que o senhor gostaria de deixar consignado, aqui, neste depoimento?**

**Walmor Cardoso da Silva** – Sim. Participei, representando o Ministério Público, de um grupo de trabalho para, sob a presidência do eminente botânico Pe. Raulino Reitz, examinar pedidos de doação de terras para reflorestamento. Foram meses de trabalho nos quais demos parecer em centenas de processos, sendo que, grande parte deles, não visavam ao reflorestamento, pois as áreas eram constituídas de mata nativa. Participei, por um período, como representante da nossa Instituição, no Conselho Penitenciário.

Quero também falar da nossa Associação. De sua primeira diretoria eleita, participaram colegas das quatro entrâncias. Eu representava a primeira entrância. Depois, fui reeleito várias vezes para o cargo de secretário.

Renovo meus agradecimentos por duas homenagens recebidas da nossa Associação: uma, pela placa comemorativa aos 50 anos de fundação do órgão de classe, oferecida aos seus fundadores e, outra, por ter dado o meu nome ao auditório da sede Balneária da Associação do Ministério Público de Santa Catarina.

Agradeço, afinal, a gentileza de me entrevistarem.

# Pedro Paulo Zappelini Schiefler



**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** nasceu em 28 de novembro de 1933, em Tubarão. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1958. Deu início à carreira em 1961, como promotor interino. Em 1962, foi aprovado em concurso para promotor público, sendo nomeado para a Comarca de Braço do Norte. No ano de 1965, foi designado promotor público da Comarca de Laguna. Em 1968, foi promovido, por antiguidade, para a Comarca de Porto União, retornando, a pedido, para Laguna, em 1969. Em 1971, novamente por critério de antiguidade, foi promovido para a Comarca de Tubarão. Em novembro de 1990, foi nomeado procurador de justiça, cargo que exerceu até se aposentar, em agosto de 1991.

# PEDRO PAULO ZAPPELINI SCHIEFLER<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – De Tubarão.

**Memorial do MPSC** – *E sua família também é de lá?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Papai nasceu em Florianópolis, mas cresceu em Tubarão, assim como minha mãe.

**Memorial do MPSC** – *O senhor fez os estudos em Tubarão?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Sim. O Clássico cursei em Florianópolis, no Colégio Dias Velho.

**Memorial do MPSC** – *Como surgiu a opção pelo Direito em sua vida?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Papai era escrivão do Crime, em Tubarão. Então, eu cresci tendo contato com juízes, promotores, advogados...

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda dos juízes e promotores dessa época?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Lembro-me do Dr. Sintra; Dr. Ataliba, Promotor; do Dr. Walter de Barros, Promotor, também. Do Ayres Gama e do Dalmo Bastos...

**Memorial do MPSC** – *O senhor cursou Direito em Florianópolis? Em que ano se formou?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Terminei o curso em 1958. Entrei em 1954.

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada na residência do depoente, em Laguna, no dia 8 de agosto de 2011, por Gunter Axt e Alexandre Martins. Transcrição de Gunter Axt.

**Memorial do MPSC** – *Como era o curso de Direito na época?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Era bom! Havia aqueles professores antigos, com muito conhecimento de causa, grande erudição. Aprendíamos com eles.

**Memorial do MPSC** – *Há algum de quem o senhor se recorde mais?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Recordo bem do Dr. Stodieck, do Dr. Ferreira Lima... do Gama D'Eça, do Henrique Fontes, do Osmundo W. da Nóbrega, do Madeira Neves e do Ferreira Bastos.

**Memorial do MPSC** – *A sua turma era grande? Havia muitos colegas?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Foi uma das maiores turmas da época. Havia mais de cem estudantes. Mas nem todo mundo terminou o curso. A maioria vinha do interior. De Tubarão tinha também o Roberto Zumblick, colega de ginásio.

**Memorial do MPSC** – *O senhor pegou um período agitado da política em Florianópolis, não é?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Havia, sim, manifestações e correrias de estudantes. Fugiam da Polícia... Havia um chefe de Polícia muito rigoroso, o Coronel Trogílio Antônio de Mello. De vez em quando apanhavam alguém, que levava uma *sovazinha* lá na Polícia mesmo. Fazia parte... Teve um colega que apanhou um pouco mais...

**Memorial do MPSC** – *E como surgiu a opção pelo Ministério Público?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Certa feita, fui com uns amigos mais velhos tomar banho no rio. Na época era possível, pois a água ainda era limpa. Um deles contou sobre uma moça que fora deflorada por um amigo e que ele dera um falso-testemunho em juízo, em favor do amigo, dizendo que a moça não era séria. Aquilo me revoltou. Então, eu quis entrar no Ministério Público para poder trabalhar em prol da justiça, para que pessoas que tivessem cometido atos criminosos não ficassem impunes daquele jeito.

**Memorial do MPSC** – *Em que ano o senhor entrou no Ministério Público?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Entrei em 1961, como interino. Eu já conhecia o Dr. Milton Leite da Costa, de Florianópolis, da época em que eu era estudante. Ele me convidou para ingressar na Instituição. Em 1962, eu prestei o concurso e fiquei titular.

**Memorial do MPSC** – *E entre 1958 e 1961?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler**– Eu advoguei, em Tubarão.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi sua primeira Promotoria?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Braço do Norte.

**Memorial do MPSC** – *Como foi o início da atividade como promotor lá?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Fui bem porque eu sabia superar as coisas. Na época tinha de contornar um pouco as diferenças políticas. Tudo girava em torno da política.

**Memorial do MPSC** – *Quem dominava a área ali?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – O PSD era muito forte em Braço do Norte, mas a UDN já tinha mandado bastante lá. Era grande a cisão entre os dois partidos.

**Memorial do MPSC** – *E como eram os feitos?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Era uma comarca calma. Havia briguinhas. Eventualmente, um homicídio, mais para o interior. Era uma gente ordeira. Uma dificuldade residia na consolidação do registro civil, porque se dava mais valor ao registro religioso. Havia óbitos, nascimentos e casamentos sem registro civil, por exemplo. Então, depois de contato com os padres locais, superou-se o problema.

**Memorial do MPSC** – *Para onde o senhor seguiu depois?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Fui designado para Laguna, onde cheguei em 1965. De Laguna fui promovido para Porto União, mas

com designação mantida para Laguna. Depois, em 1969, fui removido para Laguna.

Eu já conhecia o pessoal da justiça de Laguna. Certa feita, quando ainda atuava em Braço do Norte, fui designado para um júri, em substituição. O Adjunto de Promotor, Dr. Rubi Pinho Teixeira, não pôde fazer o júri e eu o substituí.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a Laguna também numa época turbulenta da política, não foi?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Sim, pós-1964. Um colega nosso, o Dr. Aloysio Callado, esteve preso aqui em Laguna.

**Memorial do MPSC** – *O que houve com ele?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Nem sei bem o que houve... Foi um conflito pontual, creio. Talvez as lideranças da Revolução daqui entendessem ser ele de esquerda. Hoje, eu acho que deveria ter-me esforçado mais para entrar em contato com ele naquela oportunidade. E não fiz isso! Diziam para eu não me meter... O escrivão recomendava que eu não me envolvesse...

**Memorial do MPSC** – *O senhor sentiu alguma vez interferência da Capitania dos Portos e dos militares no seu exercício funcional?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Não, jamais.

**Memorial do MPSC** – *O senhor sentiu mudança na natureza dos feitos de Braço do Norte para Laguna?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Alguma coisa, sim. Em Laguna havia acidentes marítimos, naufrágios, com todo um procedimento para apurar responsabilidade do comandante, etc. Isto só acontecia no litoral.

**Memorial do MPSC** – *Houve algum naufrágio que tenha lhe chamado mais a atenção?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Não exatamente. Não foram muitos, uns dois ou três, apenas.

**Memorial do MPSC** – *E a criminalidade?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Pequeno crime, furto... Não era uma comarca violenta.

**Memorial do MPSC** – *E a Área Cível?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Matéria comum.

**Memorial do MPSC** – *Algum caso, no Cível ou no Crime, lhe chamou mais a atenção?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Houve uma disputa grande em torno de terras públicas que começaram a ser ilegalmente ocupadas. Em especial, houve a invasão dos sambaquis, que já eram considerados importante patrimônio cultural. Havia pessoas que desejavam explorá-los para a produção de cal. Um dos envolvidos nestas invasões acabou até matando outro. O caso foi a júri.

**Memorial do MPSC** – *Eram muito concorridos os júris?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Bastante.

**Memorial do MPSC** – *E como os jurados costumavam se comportar? Acompanhavam o promotor?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Alguns jurados sofriam forte injunção da corrente espírita kardecista, bastante presente na cidade. Então, a tendência de absolvição ganhava destaque, pois os espíritas acreditavam na punição divina. A Maçonaria também influía sobre a decisão dos jurados, às vezes logrando até modificar resultados. Não posso afirmar categoricamente, mas a gente sentia a influência deles.

**Memorial do MPSC** – *E como era a sua relação com as outras autoridades na comarca?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Sempre me relacionei muito bem com todas. Nunca houve nenhuma dificuldade. Mesmo quando achavam que eu estava sendo muito rigoroso, o pessoal entendia que estava cumprindo com a minha obrigação. A autoridade do promotor sempre foi respeitada. E com juízes e delegados sempre houve colaboração.

**Memorial do MPSC** – *E depois de Laguna?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Fui para Tubarão, em 1971.

**Memorial do MPSC** – *Como foi esse período em Tubarão?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Muito trabalhoso. Havia excesso de serviço. Tanto no Crime, quanto no Cível. A parte de acidentes do trabalho era especialmente movimentada.

**Memorial do MPSC** – *O senhor fazia também as cobranças da Fazenda Pública?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Sim, em todas as comarcas pelas quais passei. Sempre tinha devedores...

**Memorial do MPSC** – *E a sua infraestrutura de trabalho, como era?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Não era boa. Trabalhávamos sozinhos. Sem apoio de funcionários, nem nada.

**Memorial do MPSC** – *Os vencimentos eram bons?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – No começo, mal dava para pagar o hotel. E olha que se tratava de um hotelzinho bem simples. Depois, foi melhorando. O Governador Celso Ramos apoiou o Ministério Público. Na gestão dele, as coisas começaram a melhorar.

**Memorial do MPSC** – *E como era a relação com a Procuradoria-Geral?*

**Pedro Paulo Zappellini Schiefler** – Tínhamos pouco contato... Não tinha nem tempo de sair de Laguna ou Tubarão para ir a Florianópolis. Estava sempre muito envolvido com o serviço.

**Memorial do MPSC** – *Quando o senhor foi promovido para Florianópolis?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Em novembro de 1990, fui promovido a procurador. Havia pouca gente naquela época e muito serviço acumulado. Mas me aposentei alguns meses depois, em agosto de 1991.

**Memorial do MPSC** – *Depois de aposentado, o senhor ainda advogou?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Não. Retornei para Laguna.

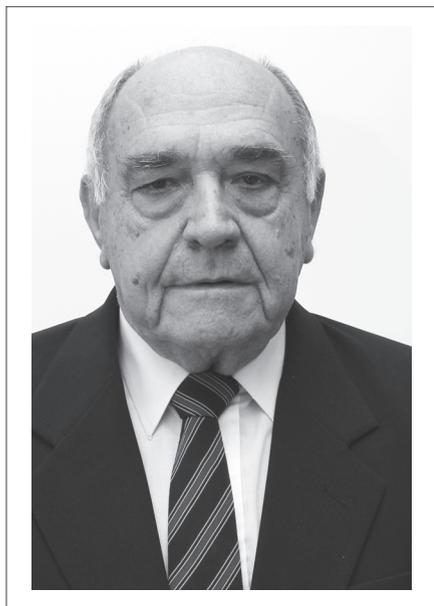
**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a participar de algum cargo na administração superior?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – Não. Participei das reuniões do Colégio, mas não do Conselho.

**Memorial do MPSC** – *O senhor gostaria de deixar algo mais registrado?*

**Pedro Paulo Zappelini Schiefler** – O Ministério Público sempre me trouxe muitas alegrias e uma convivência muito agradável com os colegas. Foi sempre uma satisfação trabalhar com os membros do Ministério Público.

# Valdemiro Borini



**Valdemiro Borini** nasceu em 9 de janeiro de 1934, em Rio do Sul. Graduiu-se pela antiga Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1957. Aprovado em concurso para promotor público em 1962, sua primeira Comarca foi a cidade de Urussanga. Em 1963, em Brasília, esteve à disposição do Gabinete Cível da Presidência da República. Em 1964, reassumiu suas funções como promotor na Comarca de Palhoça. Foi promovido, por merecimento, em 1966, para a Comarca de Campos Novos; e removido logo em seguida como titular para a Promotoria de Palhoça. Foi designado para atuar na 2ª Vara Criminal da capital em 1967; promovido por antiguidade para a Comarca de Criciúma em 1968 e removido, a pedido, novamente para a Comarca da Capital, nesta ocasião, para funcionar na 1ª Vara Criminal entre os anos de 1971 a 1980, ano em que, após promovido a procurador de justiça, foi eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público como corregedor-geral do Estado. Aposentou-se em 1984.

# VALDEMIRO BORINI<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Valdemiro Borini** – Rio do Sul, Alto Vale do Itajaí. Nasci em 9 de janeiro de 1934, filho de Wenceslau Borini e Olinda Borini. Casei no dia 10 de maio de 1958, com Vera Maria Ferro Borini, tendo com ela quatro filhos: Luciana, Analúcia, Ricardo e Roberto.

**Memorial do MPSC** – *E por que a opção pelo Direito? Havia alguém com tradição no Direito em sua família?*

**Valdemiro Borini** – Não foi bem uma opção... Meu pai começou a vida como lavrador, depois foi operário e empresário no ramo de madeireira. No ano de 1947, foi eleito prefeito de minha cidade natal, e posteriormente, foi suplente de deputado estadual por duas vezes, tendo assumido em 1961, sendo sua instrução o terceiro ano primário. Sua paixão era a política e o último cargo exercido foi o de vereador.

Integrei a primeira turma de ginásianos em Rio do Sul, sendo os dois primeiros anos no Colégio Maria Auxiliadora e, os últimos, no Colégio Dom Bosco. Continuei os estudos em Blumenau, na Escola Técnica do Comércio Santo Antônio e Colégio Santo Antônio, onde cursei o Técnico em Contabilidade e o Científico, por falta do 2º Grau em Rio do Sul. Desde a época de menino, eu acreditava que o Direito seria uma boa alternativa profissional. O leque de opções não era muito extenso.

Prestei vestibular em 1953, tendo a felicidade de ser aprovado. Meu primeiro emprego foi na Contadoria-Geral do Estado. Fui designado para trabalhar na contabilidade, na Imprensa Oficial. Eu havia cursado Contabilidade, em Blumenau, o que me foi útil no momento

---

1 Entrevista realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis, nos dias 25 de maio e 13 de junho de 2011, por Gunter Axt, Alexandre Martins, Thiago Oliva e Daniela Tallarico. Transcrição de Gunter Axt. Edição final de Alexandre Martins.

de iniciar a vida profissional. Em 1955, o Dr. Paulo Blasi assumiu a direção da Imprensa Oficial e, como seus servidores estavam se aposentando, me chamou para elaborar o balanço contábil relativo àquele ano. À época, encontrava-me ali só para a elaboração desse mister. Fui surpreendido pela forma como eram conduzidos os balanços e balancetes dos anos anteriores. Levei ao conhecimento do diretor essa minha preocupação. Porém, o Governador Jorge Lacerda desejava ter em mãos o balanço supramencionado, ou seja, em 1955. Diante da determinação do governador, elaborei o balanço e o entreguei, em mãos, ao Dr. Blasi, que ficou surpreso ao perceber que, no documento, não constava a assinatura do contador. Questionou-me a razão. Respondi, então, que era fundamental, para a normalização dos atos havidos nas diversas diretorias da Imprensa Oficial, uma auditoria que reexaminasse toda a contabilidade da Imprensa Oficial, razão pela qual, diante da precariedade das informações constantes, deixei de assinar o balanço visando a preservar o meu nome. Estes fatos foram levados ao conhecimento do governador pelo diretor. Nesse meio tempo, fui convidado pelo Secretário de Segurança Pública, Dr. Pelágio Parigot de Souza, para assumir o cargo de oficial de gabinete da Secretaria, o que aceitei de imediato.

Como consequência dos fatos envolvendo a Imprensa Oficial, tomei conhecimento de que o governador nomeara uma comissão formada, pelo que me recorde, pelos contadores Arturo Buzzi, Dino Bertolucci e Hamilton Caminha, para comporem a comissão para examinar os fatos narrados, ficando eles, também, assessorando o diretor nos serviços contábeis.

Antes do emprego na Imprensa Oficial, ou seja, enquanto cursava o primeiro ano da antiga Faculdade de Direito, que se localizava nos altos da rua Esteves Júnior, fui forçado a prestar o serviço militar junto ao 14º Batalhão de Caçadores, no Estreito. Este fato me causou prejuízo nos estudos, de vez que os horários de frequência do Exército coincidiam com os da faculdade. No entanto, tive a felicidade de contar com

o apoio de dois oficiais e três sargentos, que me auxiliaram durante esse período para conseguir frequentar a faculdade.

Concluí a faculdade em 1957, e fui advogar em Rio do Sul. Fui um dos primeiros advogados nascidos em Rio do Sul. Na cidade, atuei em quatro júris, absolvendo quatro réus, sendo dois homens e uma mulher da mesma família. Um dos acusados, que foi absolvido pelo Tribunal do Júri, exerceu, posteriormente, eleito pelo povo, o cargo de prefeito da cidade de Rio do Campo, hoje município pertencente à Comarca de Taió.

Em dezembro 1958, fui convidado para assumir a Delegacia Regional de Polícia de Rio do Sul. Na época, o delegado percebia salário superior ao de um promotor.

Os delegados recebiam, além dos vencimentos, uma comissão pela cobrança do IPVA, recolhido pelas Coletorias Estaduais.

O prefeito me procurou para me informar que meu antecessor, o comissário de Polícia, solicitava continuar recebendo aqueles valores... Eu estava em dificuldade financeira, mas concordei. Com a política da época, as coisas aconteciam desse jeito, quiséssemos ou não.

Logo após assumir o cargo, acabei com a detenção de doentes mentais! Havia dezoito deles presos na Cadeia Pública! Um absurdo! Telefonei para o Dr. Laerte (Ramos Vieira), Secretário de Justiça; para o Chefe da Casa Civil e até para o Secretário de Saúde, Dr. Albino Zeni, mas ninguém tinha solução para aquele sofrimento imposto aos doentes. Quando morreu um deles, contratei duas caminhonetes e vim junto, com todos os doentes, por estrada de barro, até Florianópolis. Viajamos doze horas! Chegamos por volta das 5 horas da manhã em frente ao Palácio Cruz e Souza. Não havia ninguém na rua àquela hora. Mandeí abrir as portas dos carros e soltá-los. Voltei com as caminhonetes para Rio do Sul, na mesma hora. Pelo menos assim, me ouviram. Lugar de doente mental não é na Cadeia Pública e sim em Manicômio.

Foi apenas o primeiro dos atritos que vivi como delegado em Rio do Sul.

Em 1960, começou a campanha para o Governo do Estado, opondo os senhores Irineu Bornhausen e Celso Ramos. Em maio, fui chamado à Prefeitura, quando o candidato da situação a prefeito disse-me que, como a previsão da campanha era de que seria tensa e agitada, o partido precisaria do meu auxílio, pois, afinal, eu era “o delegado deles”. Respondi, na hora, que não era delegado de ninguém e que cumpriria com o meu dever para que houvesse uma eleição na qual vencesse o candidato com maior número de votos.

Em seguida, houve outra situação. Eu autorizava que os presos da Delegacia fizessem, à noite, pequenos trabalhos manuais, com os quais conseguiam alguma complementação de renda. Usavam-na para auxiliar a família ou para melhorar a qualidade da alimentação recebida – a comida deles era realmente péssima! Eu achei que a medida era razoável, até porque na Penitenciária de Florianópolis se autorizava a luz elétrica acesa nas celas até determinado horário. Era justo...

Certo dia, ao chegar à Delegacia, encontrei uma pessoa sentada à minha mesa. Achei um desacato: invadir a sala do delegado e acomodar-se à sua mesa. Havia ali inquéritos, documentos importantes... Não vacilei e pedi que se levantasse. Não sabia, contudo, tratar-se do Secretário de Segurança, Elias Adaime, Deputado pelo PTB, por Itajaí. Evidentemente, ele saiu ofendido. Mas, de qualquer forma, ele procedeu equivocadamente, pois deveria ter se anunciado e respeitado a privacidade do gabinete de um subordinado.

Na mesma noite, o carcereiro recebeu, do secretário, ordem para apagar as luzes da Delegacia e assim procedeu, sem, contudo, me informar a respeito. Eu estava no cinema com minha mãe e esposa, quando fui informado de que havia uma revolta na Cadeia Pública, onde estavam quebrando todos os móveis e tentando se evadir, em protesto. Eram quarenta e tantos presos. Dirigi-me à Delegacia, deixando mãe e

esposa dentro do jipe, ignorando a gravidade da situação. Tomei todas as providências necessárias: os presos retornaram às celas, onde os prendi sem maiores problemas. Mas a situação foi tensa.

Após vários desentendimentos com políticos, recebi, como “compensação”, licença de 60 dias para tratamento de saúde e, logo depois, mais 30 dias de férias. Eu não tinha direito nem a uma, nem à outra. Tampouco as solicitara. Fui afastado da Delegacia...

Fui substituído por um cidadão, delegado conhecido por sua fidelidade ao Governo de então, tanto administrativa quanto politicamente. No dia em que o cidadão assumira a Delegacia, ele e a sua esposa foram almoçar comigo e Vera no Clube Concórdia, quando fomos comunicados de que, naquele momento, todos os presos recolhidos na Cadeia Pública se evadiram.

Sempre paguei pelo excesso de independência... Mas sempre me neguei a exorbitar a lei e a fazer política com o cargo. Para piorar, eu participara, como convidado, na qualidade de delegado, de um congresso político para debater planos do candidato Celso Ramos. Fui convidado, pelo Prof. Alcides Abreu, para acompanhar os debates. Fui, enquanto autoridade, mas jamais na condição de simpatizante do partido de oposição.

O afastamento da Delegacia, de certa forma, foi minha sorte.

Em novembro de 1960, após as eleições, ao tentar reassumir o cargo de delegado, fui designado para prestar serviço na Secretaria de Segurança Pública, em Florianópolis, atendendo a ordem do secretário. Fiquei sabendo, na ocasião, de que fora aberto concurso para ingresso no Ministério Público, apesar de constar no edital de que as provas seriam somente de títulos, como, por exemplo, o tempo de advocacia...

No dia 2 de fevereiro de 1961, voltei a Rio de Sul e informei ao Governador Celso Ramos que reassumira a Delegacia. Incontinentemente,

chamei dois funcionários e passei a complementar todos os inquiridos que eu levava comigo durante os meus impedimentos. Naquele mesmo dia recebi um telefonema do Palácio do Governo, através do qual o Dr. Nelson Abreu me convidava para assumir como promotor público interino da Comarca de São Lourenço do Oeste. Ao informar-me onde se situava a cidade, levei um susto: no noroeste do Estado, divisa com Paraná! Naquele tempo o interior do Estado era sacrificante.

Dois dias após recebi outro telefonema, do Dr. Nelson Abreu, dizendo que o Governador Celso Ramos alterara o pedido, designando-me para assumir a Comarca de Urussanga.

O Procurador-Geral era o Dr. Milton Leite da Costa – o maior Procurador-Geral que o Estado de Santa Catarina já teve e conheceu: o homem que engrandeceu o Ministério Público. Quando assumi as funções de promotor público interino, ele me alertou de que eu estava trocando um cargo efetivo e vitalício (delegado) por outro, e que teria de me submeter a concurso público, o que ocorreria no ano seguinte.

Urussanga foi a melhor comarca do Estado em que atuei. Terra de produção de vinho da melhor qualidade. Gente hospitaleira. Junto com o Juiz, Dr. Cláudio Horn e o jornalista Mário Bustamante, conseguimos meios para construir uma quadra de futebol de salão. Na cidade havia apenas um cinema, que projetava o mesmo filme a semana inteira. A programação de rádio era pouco interessante. Até hoje me sinto feliz por ter contribuído, juntamente com o Prefeito (Adelino Bettiol) e toda a sociedade urussanguense, para a construção daquela que passou a ser propriedade do Urussanga F.C.

Em 1962, prestei concurso para ingresso no Ministério Público. Tenho orgulho de ter passado, tendo em mente a situação que eu então enfrentava. Cinco dias antes, minha mãe, então com 49 anos de idade, faleceu. De Urussanga contratei um táxi, às pressas, para ir a Rio do Sul. Não pude ficar para a Missa de Sétimo Dia porque o concurso era no domingo seguinte. Voltei de ônibus para Urussanga. Peguei os códigos

e, em outro ônibus, retornei para Florianópolis. Viajei o dia inteiro. A banca examinadora era composta por grandes juristas, entre eles os Drs. Milton Leite da Costa, João Carlos Ramos, Almir Rosa, Ennio Demaria Cavallazzi e Rubem Moritz da Costa. Nem sei de onde tirei forças e cabeça para obter sucesso naquele concurso!

Logrei êxito, tomando posse no cargo em outubro de 1962. Permaneci nomeado em Urussanga.

Em 1963, fui promovido para Palhoça. Um mês depois, fui chamado ao Palácio, onde se encontravam o Governador Celso Ramos, o Dr. Nelson Abreu, chefe da Casa Civil, o Dr. Milton Leite, e o Dr. Rubem Moritz. Chegara uma convocação da Presidência da República para eu servir no Governo, em Brasília. Eu já estava alertado disso, mas não pensei que viesse de ordem da Presidência da República. Meu cunhado, Dr. Aldo Ferro, residia em Brasília e queria me levar para lá de qualquer maneira. Fui, mas mantendo o cargo de promotor público de Palhoça.

Chegando a Brasília, assumi a Assessoria Jurídica do Departamento Jurídico da SUPRA - a Superintendência de Política Agrária. Era um órgão prestigiado na época, pois o Governo João Goulart desejava fazer uma ampla reforma agrária. O ambiente de trabalho era ótimo. O diretor era o Dr. Modesto Aparecido de Oliveira, militante aguerrido de esquerda. Porém, o clima da política nacional já era tenso. Mas eu sempre me mantive discreto, evitando que me identificassem como partidário de qualquer corrente político-ideológica.

Fato interessante ocorreu em 15 de março de 1964, quando a direção da SUPRA determinou que eu me encaminhasse até as Comarcas de São Gabriel e Formosa, no interior de Goiás, a fim de que fossem informados como estavam tramitando as ações propostas encaminhadas pela Superintendência. O escopo dessas ações era a reorganização da estrutura fundiária no País. Chegando a São Gabriel, senti que o ambiente se encontrava em "pré-revolução", sendo pelo escrivão me entregue certidão do que constava nos processos da comarca. Foi tranquilo.

Na Comarca de Formosa, no entanto, o motorista da caminhonete me alertou de que aquela região era “ultrarrevolucionária”. Dirigi-me ao Fórum, perguntando onde se encontrava o juiz titular da comarca. Sabendo que ele se encontrava no Clube em horário de almoço, ao chegar ao local, solicitei ao porteiro que fizesse o obséquio de chamá-lo, porque um promotor público de Santa Catarina gostaria de cumprimentá-lo. O juiz, na mesma hora, veio ao meu encontro, convidando-me para sentarmos à mesa. Quando disse das minhas funções naquela viagem, após um sorriso amarelo, solicitou que não nos referíssemos à SUPRA nem tampouco ao Governo Federal, eis que havia, naquela comarca, reuniões contínuas dos agropecuaristas preparando-se para uma breve revolução no País.

Retornamos à Brasília relatando o que tínhamos presenciado e ouvido. Quinze dias após estourou a Revolução!

Lembro-me de ter recebido um telefonema do Dr. Ennio Demaria Cavallazzi, diretamente do Palácio do Governo de Santa Catarina, no final do dia 31 de março. O governador buscava informações de como se encontrava o Governo João Goulart. Respondi que, naquela hora, o Presidente da República já estava viajando para Porto Alegre, onde participaria de um último comício com o Governador Leonel Brizola, sendo que, após, renunciaria à Presidência da República, asilando-se no país vizinho, Uruguai. Isto se deu porque o General Amaury Krueel, comandante do II Exército, não permaneceu ao lado do Presidente, de vez que já havia aderido, desde a madrugada daquele dia, à Revolução.

No dia 7 de abril, todos os funcionários da SUPRA foram convocados para se apresentarem às 8h30min na repartição. Não acordei com o despertador: justo naquele dia! Às 9h30min cheguei à repartição pública. Que situação... Minha remuneração em Brasília era equivalente a quase quatro vezes o meu salário de promotor em Santa Catarina. Os estacionamentos dos Ministérios estavam lotados. Normalmente, trabalhavam, na SUPRA, entre cem, cento e cinquenta pessoas. Na-

quela hora, havia mais de mil servidores! Encaminhei-me para a sala destinada aos procuradores, local oposto ao qual eu trabalhava. De repente, chegou um jovem, de uns dezoito anos, dizendo: “Doutor, doutor, já veio aqui, por duas vezes, um sargento do Exército lhe procurando...!”. Logo após chegou o sargento, ladeado por dois soldados armados de metralhadora. Conduziram-me até o major representante da Revolução. Estavam na sala, também, os Drs. Peixoto e Cavalcanti, procuradores da SUPRA.

Na sala, o major nem me cumprimentou. Começou a ler um prontuário a meu respeito. Ele sabia tudo da minha vida. Fiquei lá, quatro horas em pé, sendo inquirido sobre fatos do passado. No final, quando eu já estava me dando por feliz em poder simplesmente voltar para Santa Catarina e assumir a minha Promotoria, o major me perguntou o que eu desejava. Respondi que estaria satisfeito em voltar para Santa Catarina. O oficial, Major Emydio de Paula, me surpreendeu ao passar a me tratar por “doutor” e, em seguida, convidar-me para ser seu assessor. “Tenho opção?”, perguntei. “Não!”, ele disse. Os Drs. Peixoto e Cavalcanti haviam-me indicado para a função!

O major já sabia que eu nunca me envolvera em política e que me incompatibilizara, inclusive, por causa dela. Os militares sabiam, naquele momento, tudo sobre todos os que estavam em cargos comissionados em Brasília. A Inteligência Militar, com certeza, já vinha sendo preparada havia muito tempo. Não podia ser de um dia para o outro. Eu não sabia nem o que dizer...

Segundo concluí, havia duas correntes que justificavam o convite: na capital, os pró-Marechal Castelo Branco e os contrários à volta da democracia... Os Drs. Peixoto e Cavalcanti identificaram-se favoráveis ao Marechal, ao passo que, outros militares que iriam atuar na SUPRA, eram da corrente favorável à manutenção dos militares no poder. Então, precisavam de um assessor neutro. Assim, permaneci mais três meses em Brasília.

Em julho ocorreu a dispensa geral dos lotados na Casa Civil. Eu não pretendia pedir demissão do cargo de promotor, o que seria uma condição para o major me manter em Brasília. Assim, voltei para Santa Catarina e reassumi a Promotoria de Palhoça. Recomecei a carreira. Meu salário foi reduzido a menos de dois terços e minha esposa estava grávida da primeira filha. Tentei vender o fusquinha comprado a prestações, sem sucesso. Foi dureza!

Consegui alugar uma excelente casa na cidade.

Fui o segundo promotor a morar na comarca. O primeiro foi o Dr. Hélio Rosa. Todos os outros moravam em Florianópolis e atuavam em Palhoça. Como disse, inicialmente moramos em uma ótima casa. Com a venda dela, fomos forçados a alugar outra, no centro da cidade, mas com um defeito perigoso: por baixo dela corria um riacho.

Havia, na cidade, uma carência de professores de Português, oportunidade em que passei a lecionar na Escola Normal Ivo Silveira. Naquele tempo, no interior – e Palhoça era interior... –, a presença de um professor era mais necessária do que a de um promotor. Foi em função dessas aulas que conheci o então Deputado Estadual Ivo Silveira, com quem acabei construindo uma amizade que jamais terá fim. Mas continuei não me envolvendo com política.

Foi em Palhoça que participei do maior júri do qual eu tenho conhecimento em Santa Catarina: eram sete réus, seis de um lado, um do outro. No interior da Comarca de Palhoça, na localidade de Anitápolis, durante um jogo de futebol, houve uma briga da qual resultou a morte de um dos litigantes: com uma pancada na cabeça vitimaram o goleiro do time adversário. Oito testemunhas para cada réu foram arroladas pelo Dr. Dante de Patta, uma das pessoas mais cultas que já conheci no que tange ao Direito Romano. Era advogado de sete réus, enquanto o Dr. Vilmar Felipe, filho de Palhoça e hoje juiz aposentado, defendia o outro, que brigava a favor da vítima. Começamos o julgamento na manhã de terça-feira e terminamos no fim da tarde da sexta-feira da

mesma semana. No final, os réus foram absolvidos, mas permaneceram quase um ano presos, enquanto aguardavam o julgamento.

Numa tarde fui chamado, com urgência, no Fórum sendo comunicado de que uma cobra entrara em casa. O animal fora encontrado dentro de uma sacola de brinquedos no quarto de minha filha, Luciana, que tinha cerca de três anos de idade. Em razão disso, procurei uma casa para nos mudarmos. Da impossibilidade, já que em Palhoça não havia casas disponíveis naquele momento para alugar, pleiteei a minha designação para a Comarca de Criciúma, onde, coincidentemente, estava vaga a 2ª Vara Criminal.

Em 1966 segui para Criciúma, onde aluguei um apartamento no quarto andar de um prédio sem elevador. No mesmo prédio, que, na parte térrea, abrigava o antigo Cine Glória, também residia, no mesmo andar, o Dr. Waldir Campos, um dos juízes mais brilhantes que conheci.

Na época os promotores recebiam o salário na Coletoria Estadual. Quando atrasavam os vencimentos, recorríamos, então, à escritã, dona Olinda, para nos adiantar parte dele. Assim foi em Urussanga e em Palhoça. Não era fácil!

Em Criciúma, minha filha adoeceu. Contraindo uma alergia ao carvão e precisamos nos mudar às pressas, porque corríamos o risco de perdê-la, conforme nos alertaram os médicos locais. Assim, depois de uns seis meses, vim com a família para Florianópolis, com uma carta de demissão a ser entregue ao Procurador-Geral do Estado, Dr. Hélio Rosa. Ao chegar a Florianópolis, em fins de 1967, ele me chamou. A Procuradoria-Geral se situava na antiga área da Ford. Eram instalações precárias.

O Governador Ivo Silveira, sabendo do caso, telefonou ao procurador-geral solicitando que encontrasse uma solução para minha permanência em Florianópolis, em razão dos problemas enfrentados em Criciúma. Assim, fui designado, em 1967, para Florianópolis, respondendo pela 2ª Vara Criminal, e, ainda, atuando na 3ª Vara Criminal, e uma das Varas Cíveis, concomitantemente.

Em 1968, por antiguidade, fui promovido para a 1ª Vara Criminal de Criciúma, ainda permanecendo designado para atuar na capital.

Após, em 1969, o Dr. Hélio Rosa convocou-me para atuar junto à Procuradoria do Estado, em vista de problemas havidos por um colega que se encontrava afastado de suas funções.

Passei dois anos convocado na Procuradoria. Com frequência, meus pareceres eram acatados integralmente pelos desembargadores, que, contudo, não os transcreviam, nem sequer os colocavam entre aspas. Quando muito, referiam ser aquele o parecer da Procuradoria... Sentia-me mal.

Começou o Governo Colombo Salles. O Dr. José Daura assumiu a Procuradoria-Geral. Numa das listas de promoção por antiguidade fui preterido. Em nova lista, fui novamente preterido, sendo que, o nomeado para procurador, era um promotor mais moderno na carreira. Respeitei o resultado. Eu era titular da 1ª Vara Criminal, onde laborava um substituto. Assumi, então, a titularidade, tendo o Dr. Daura me designado concomitantemente para responder pela Vara Militar, onde todas as ações sempre terminavam em julgamento pelo Tribunal Militar. O trabalho era intenso, porque a 1ª Vara Criminal era privativa do Tribunal do Júri. À noite, eu ainda lecionava em Palhoça, no Colégio Normal Ivo Silveira.

**Memorial do MPSC** – *Quais eram os crimes mais frequentes na Auditoria Militar?*

**Valdemiro Borini** – Em geral, eram crimes praticados por suboficiais contra jovens oficiais, conflitos em decorrência da hierarquia militar. Lembro-me de um jovem tenente que servia no interior do Estado. Levou um tiro calibre 38 de um suboficial. Permaneceu inconsciente umas quatro horas. Quando acordou, no hospital, cercado de médicos e enfermeiros, todos de branco, exclamou: “Estou no céu?...” A bala que atingiu seu peito falhara. No final da brilhante carreira assumiu o comando da Polícia Militar. No mais, alguns peculatos, apropriação

indébita. Houve um caso de um soldado que surrupiou remédios da farmácia do Hospital Militar. Foi um caso que me doeu muito. Ele tinha catorze filhos, dois ou três excepcionais. Sempre que possível, levava os remédios para as crianças, até que foi preso em flagrante. Não havia como contornar uma punição: expulsão da Polícia Militar e prisão. A única forma que encontrei de evitar a exclusão daquele coitado da corporação foi denunciando toda a ordem de comando responsável pela fiscalização da farmácia. Denunciei desde o coronel até o soldado raso. Foram convocados cinco oficiais veteranos da reserva para o julgamento. O desfecho foi a absolvição dos demais acusados, sendo o soldado conduzido à reserva remunerada. Um fato que chamou minha atenção, foi o manifesto orgulho dos oficiais pela convocação e a oportunidade de poderem usar as fardas de gala da Corporação no julgamento.

**Memorial do MPSC** – *E as denúncias de arbitrariedades contra civis, eram frequentes?*

**Valdemiro Borini** – Não muito... Alguma coisa. Houve um comandante, coronel do Exército, conhecido por sua vontade de impor férrea disciplina. Em 1974, o Exército deteve um grupo de moços que resolveram refundar o Partido Comunista... Em pleno regime militar, foi mesmo uma iniciativa “inteligentíssima” daqueles jovens! Resultado: foram presos pelo Exército. Sem local adequado para mantê-los isolados, os colocaram sob custódia da Polícia Estadual e os levaram para a Penitenciária Agrícola em Canasvieiras. O tenente da Polícia Militar, que era responsável pela guarda dos jovens, liberou-os para passar o fim de semana em casa com suas famílias. Eram jovens conhecidos. Alguns foram para o interior, mas todos se apresentaram na segunda-feira. Iam fugir para onde?

O comandante ficou quase louco! Instalou um inquérito policial militar contra o tenente responsável pela guarda dos detidos, com pedido de sua exclusão da Corporação, além da punição por ofensa à Lei de Segurança Nacional. Escreveu trinta laudas à mão, justificando que os

detidos eram de alta periculosidade, que o País estava em guerra contra a subversão... O inquérito chegou às minhas mãos, e, após ler e reler as razões do ilustre comandante, não titubeei em afirmar não haver crime algum, no máximo, uma ofensa à disciplina militar. Portanto, recomendei ao auditor militar o arquivamento do inquérito. No dia seguinte, o coronel entrou em meu gabinete, porta adentro, alterado. Disse-lhe que ele não estava no quartel, mas no gabinete de um fiscal da lei, dentro do Fórum Militar, de sorte que, se ele continuasse a me ofender, eu iria tomar as providências legais cabíveis à espécie. Expliquei ao comandante que o pedido de arquivamento fora recebido e aceito pelo juiz auditor, principalmente porque a Polícia Militar era incompetente para atuar em ação da competência das Forças Armadas. O coronel, então, retirou-se do gabinete, alegando que recorreria da decisão judicial.

**Memorial do MPSC** – *E na Vara Criminal, houve algum caso especial? Há o rumoroso episódio da prisão do Gilberto Gil, não é?*

**Valdemiro Borini** – Houve um julgamento de repercussão nacional. Foi o caso do cantor Gilberto Gil, em 1976! Fui vaiado de norte a sul, do leste ao oeste do País!

Tudo começou com a prisão, pelo Delegado Elói Gonçalves de Azevedo, em Florianópolis, na entrada que dá acesso à Lagoa da Conceição, de uma pessoa envolvida com drogas. Era uma pessoa conhecida da sociedade florianopolitana... Ao ser preso, delatou que o compositor Gilberto Gil estava hospedado no Hotel Ivoram portando maconha. Nesse hotel, também estavam hospedados outros cantores. Eles faziam parte do grupo musical intitulado “Doces Bárbaros”, que faziam uma apresentação naquela noite, no Clube 12 de Agosto, ao lado do hotel. Naquele tempo, ainda era possível, à Polícia, dar uma batida sem mandado judicial. O delegado solicitou o apoio de três agentes policiais e se dirigiu ao hotel onde os artistas estavam hospedados. O Delegado Elói prendeu em flagrante Gilberto Gil, que portava uma quantidade de maconha. Preso, o juiz marcou o julgamento dali a uma semana. Foi célere!

Gil foi logo conduzido para a Casa de Saúde São Sebastião, alegando sofrer de dependência química. Em dois dias, havia laudos complexos, anexados aos autos, atestando ser ele viciado em drogas.

Pouco depois, apresentaram-se em juízo sete advogados para defendê-lo: representantes da associação disso, daquilo, dos cantores, dos componentes do Movimento Negro... Havia alguns defensores que jamais advogaram na área criminal... Um dos advogados era o saudoso Dr. Ennio Luz, meu colega de faculdade, que nunca havia atuado na área Criminal, só na Cível.

Por volta das 18h – eu já estava em casa, em Itaguaçu – quando o Juiz, Dr. Ernani de Palma Ribeiro, me telefonou solicitando a minha opinião sobre um requerimento de liberação do Gil para o show, marcado para as 20h30min do mesmo dia. Fui totalmente contrário! Não tinha por que privilegiar o Gil. Só porque era famoso? E se acontecesse alguma coisa? A responsabilidade cairia sobre mim, quando o poder estava nas mãos do juiz. Segui a determinação legal; o juiz que assumisse e o liberasse, se assim o entendesse, porque era da competência dele.

Esses fatos foram levados a conhecimento público, de que o promotor era contrário à liberação do cantor Gilberto Gil. Recebi vários telefonemas na minha casa. Uma sobrinha minha pregou-me uma peça, fingindo ser a Bethânia. Ao repreendê-la, revelou sua identidade. Caímos na gargalhada...

Às 21 horas, o Clube 12 estava cheio. Havia ameaça de tumulto. Ligou-me o jornalista Justino Martins, diretor da Rede Manchete. Achei ser outra atochada. Para confirmar a autenticidade da identidade dele, antes de eu bater o telefone, pediu-me que ligasse para a Rede Manchete, o que eu fiz. Era o Justino Martins. O assunto estava repercutindo nacionalmente e a cidade, em polvorosa. Às 22h30min, após ponderar a situação, o juiz liberou Gilberto Gil para, junto com os demais artistas, apresentar o show.

Entrementes, me telefonou o Dr. Passos, pai do Gilberto Gil, médico e amigo do diretor da Clínica Botafogo, no Rio de Janeiro, onde receberia o seu filho para um tratamento que pudesse desintoxicá-lo e recuperá-lo do vício em drogas. Confidenciou-me a preocupação da família com o estado de saúde do Gil, dizendo que ele já estava derivando para drogas mais pesadas. O próprio pai, sublinhando a genialidade do filho - com o que eu sempre concordei -, pediu-me para mantê-lo em tratamento.

Era um homem mais idoso. Recebi vários cartões de Natal, nos anos seguintes, em agradecimento. Mas não fiz nada além de seguir a lei. Eu nunca mencionara antes esse contato do pai do Gil, apenas para amigos muito íntimos.

Na data aprazada, ocorreu a sessão para o julgamento. Florianópolis era cidade pequena, e o assunto virou atração popular. Durante o julgamento, o Gil foi interrogado e assumiu a responsabilidade dos fatos, alegando ser viciado. Apresentei minhas alegações finais, usando os vinte minutos que me cabiam. Apresentada a defesa pelo Dr. Ennio Luz, Gil foi condenado, sendo a pena substituída por tratamento médico em clínica especializada, por dois anos. O juiz, após ouvir o Ministério Público, determinou a sua remoção para a Clínica Botafogo, no Rio de Janeiro.

Fui sereno na acusação, tomando o cuidado de arrazoar sem demagogia. O Dr. Ernani Palma Ribeiro prolatou sua sentença de forma poética, fazendo alusão às músicas e poesias de Gilberto Gil. A sessão foi filmada, o que não era comum para a época. Porém, a turnê dos “Doces Bárbaros” estava sendo acompanhada por uma equipe de documentaristas. Quando cheguei ao Fórum, encontrava-se aquela aparelhagem toda montada na sala de sessão: refletores, câmeras... Levei um susto! O Dr. Ernani era uma pessoa íntegra, mas não sabia dizer não. Disse-me que seriam só uns flashes, umas fotos. Quando me dei conta, estavam filmando tudo.

O pessoal da produção acabou aproveitando a situação para faturar. Os Doces Bárbaros já estavam procurando uma maneira de dar nova projeção ao grupo. E o filme era uma saída. Eram todos grandes artistas e, depois, continuaram suas carreiras com sucesso até hoje. Quando o filme foi projetado nos cinemas, fui vaiado em todo País, a começar pela cidade do Rio de Janeiro. O ápice das vaias acontecia quando eu me referia à maconha como “erva maldita”. Anos mais tarde, consegui assistir ao filme...

Passados uns dezesseis meses, foi encaminhado, ao juiz, um pedido de liberação para que Gilberto Gil pudesse viajar à África, onde realizaria uma turnê programada. O médico da Clínica Botafogo disse que ele já estava bem melhor e que fora submetido a um forte tratamento, com o conhecimento do próprio pai, que viajara da Bahia para o Rio de Janeiro para acompanhar a evolução da saúde do filho. Eu concordei e o juiz autorizou. Acabou fazendo os shows na África. O Gil, afinal, graças ao tratamento, encontrava-se curado do vício...

Anos mais tarde, voltou a Florianópolis e teve uma intoxicação alimentar. Chamou um médico no hotel onde estava hospedado. Lá pelas tantas, o médico estava prescrevendo o tratamento e o Gil perguntou: “eu não lhe conheço?” O médico era meu irmão...

Desde aquela data, as leis antitóxicas no Brasil foram vergonhosamente flexibilizadas. Na esteira dessa permissividade, espalha-se uma verdadeira epidemia e um rastilho de violência e morte.

**Memorial do MPSC** – *Houve alguma manifestação de protesto da juventude florianopolitana?*

**Valdemiro Borini** – Não. Houve grande presença popular durante o julgamento... Mas não houve nenhuma manifestação. Naquele tempo, tinha-se respeito pelo promotor, juiz... Contribuía também, o fato de eu ser carrancudo: adquiri o hábito de sorrir bem depois de aposentado do Ministério Público e da Universidade Federal.

Aliás, em consequência à condenação de Gilberto Gil pelo uso de drogas, fui convidado, à época, para palestrar sobre uso e consumo de entorpecentes. Lembro-me de duas em especial. A primeira palestra foi a convite do secretário da Educação, no anfiteatro da própria Secretaria, dirigida aos diretores e professores de instituições de ensino do Estado. A segunda, no Colégio Catarinense, para jovens de 16 a 21 anos. Nesta ocorreu um episódio que ficou na história. Durante a palestra, após relatar o perigo do uso de drogas – que naqueles anos se restringia basicamente à maconha – alertei os jovens que não deveriam, em hipótese alguma, “oscular” os jovens fumantes da “erva maldita”. Passados alguns minutos, uma jovem me perguntou o que era “oscular”. Respondi que era o beijo *profundo* entre namorados, e o perigo consistia na mistura da “erva” em sua forma original. Comercializado o “produto” pelos traficantes brasileiros, recebiam, para a venda, uma mistura atípica. Nesse momento, uma das jovens indagou como se dava a mistura. Respondi, novamente, que os campos onde pastavam cavalos, vacas, bois, etc. também serviam como depósito de seus dejetos orgânicos que, colhidos pelos traficantes, eram misturados à maconha. Os alertei de que quanto mais adulterada a “erva”, menor era o preço do “produto”. E esse produto bem inferior era vendido aos jovens. Então, a consequência dessa palestra veio anos depois, informada por três alunos que cursavam Direito, dos quais eu era professor: disseram-me que fui “odiado” entre os estudantes porque, em razão da palestra, perderam as namoradas, bem como eram malvistas pelo mau cheiro que emanavam, de vez que as meninas “tampavam” o nariz ao encontrá-los...

### **Memorial do MPSC – E o caso da Mulher sem Cabeça?**

**Valdemiro Borini** – Foi por volta de 1974. Eu estava na 1ª Vara Criminal, onde hoje é a Universidade, que era uma extensão de banhado, junto ao rio. Mais especificamente, onde está erguido o prédio da Biblioteca, localizaram um corpo nu de uma mulher, sem cabeça. A Polícia fez e aconteceu, prendeu uns argentinos, que teriam vindo de Lages e, supostamente, cometido o crime, mas nada de concreto se provou. O crime continuava insolúvel. Havia suspeita de latrocínio.

Depois de uns dois anos, apareceu um cidadão de Antônio Carlos procurando pela sobrinha, que teria vindo para Florianópolis e não dava mais notícias. A Polícia descobriu que ela trabalhara em um estúdio fotográfico, na rua Felipe Schmidt. Ouvida a proprietária do estabelecimento, disse que a procurada era sua empregada doméstica e que tinha um namorado, que era soldado da Polícia Militar e disse que iria se casar e acompanhar o marido para Curitiba. O companheiro, militar, teria vindo buscar as roupas e documentos dela. A Polícia, então, ligou este fato com o caso do corpo encontrado nu e sem cabeça no campus universitário. Investigando, descobriram a identidade do réu: estava fazendo curso para oficial. Quando pressionado, confessou. Matou a moça porque era casado, com um casal de filhos, e não queria que a relação extraconjugal, mantida com a vítima, empanasse o seu projeto de ascensão na carreira. A moça estava grávida e o assunto viria a público. Levou-a para namorar num matagal e, quando ela estava nua e de costas, cortou-lhe a cabeça com um facão. Um crime bárbaro! Após a confissão, levou a autoridade policial, para desenterrar a cabeça. Narrou os detalhes diante do júri, friamente. Foi condenado a dezoito anos de reclusão.

**Memorial do MPSC** – *Algum outro caso do qual o senhor se lembre?*

**Valdemiro Borini** – Bem, teve o Quitó, um rapaz que estava em liberdade condicional e em cinco meses estaria livre. Baixinho, mas muito ágil, foi atacado por um grupo de brigões. Parece que tinha mulher no meio. Com uma “faquinha”, cortou as nádegas de um e matou o outro. Mas foi legítima defesa explícita. Pedi a absolvição do réu nas alegações finais, mas o juiz o pronunciou. O meu pedido causou surpresa, pois eu era tido e havido por severo. Se o juiz absolvesse liminarmente o acusado, teria de recorrer de ofício ao Tribunal. Então, fomos para júri. Se condenado, o Quitó perderia a condicional e ainda pegaria pena de dois anos ou mais. O difícil foi convencer os jurados de que até o juiz – que era o Dr. Ernani Palma Ribeiro – queria a absolvição e acabar logo com aquilo. Fomos para três votações. O Quitó restou condenado e ainda teve de ficar uns dez meses na cadeia.

## Memorial do MPSC – E a promoção para procurador?

**Valdemiro Borini** – Depois de oito anos na Vara Criminal, houve aumento no quadro de procuradores. Resolvi candidatar-me à promoção, por antiguidade, ao cargo de procurador. Aliás, diga-se de passagem, sempre optei pelo critério de antiguidade nas promoções, de modo a evitar maiores controvérsias. Na época, o Procurador-Geral era o Dr. João Carlos Kurtz. Promovido, fui atuar no Cível, que não era a minha área, mas estava indo bem – tive até um parecer citado nominalmente pela primeira vez, tendo como relator o Des. Eduardo Pedro Carneiro da Cunha Luz.

Depois de dois meses como procurador, promoveu-se eleição para a Corregedoria-Geral. Candidatei-me. Os candidatos eram os doutores: Ruyter Ferreira do Nascimento, João Batista Ribeiro, Everton Jorge da Luz e eu. Empatamos, então, o Dr. Everton Luz e eu. Saindo o resultado da votação, o Dr. Kurtz, Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, estava convencido de que o candidato eleito era o Dr. Everton, por ser mais antigo na promoção a procurador de justiça, quando o Dr. Valdir Vieira lembrou que, de acordo com a Lei Orgânica, em caso de empate, prevaleceria o candidato mais antigo na carreira. Como o Dr. Everton Luz era mais moderno, acabei nomeado corregedor-geral.

Tomei posse. A sede da Procuradoria-Geral localizava-se, então, na Praça XV de Novembro.

À época, escolhi como Secretário da Corregedoria-Geral o Dr. Carlos Roberto Gerlach de Oliveira, a quem conheci menino quando Promotor de Justiça em Palhoça. Era filho do diretor da Escola Normal Ivo Silveira, o saudoso Professor Febrônio Tancredo Oliveira. Pelas qualidades morais e intelectuais de ambos, quero dizer que até hoje me sinto honrado pela amizade e oportunidade de convivência.

Em 1983, graças ao Dr. Kurtz e ao Governador Jorge Bornhausen, nos mudamos para o Edifício Alpha Centauri, em frente ao

Clube 12. Melhorou muito. O Ministério Público tinha, finalmente, condições de trabalhar em ambiente digno de sua atividade pública. Ganhei um gabinete privativo, confortável, e o secretário da Corregedoria também.

A primeira correição foi em Araranguá: um promotor se atrapalhou devido ao uso excessivo de álcool...

Passados uns seis meses, recebi um telefonema do juiz de Turvo indicando que outro promotor, em estágio probatório, não aparecia havia umas quatro semanas na comarca. A sede da circunscrição era a Comarca de Araranguá, que compreendia, também, as Comarcas de Sombrio e Turvo. Desloquei-me para Araranguá, Turvo e Sombrio, com o objetivo de verificar a presença e atuação do promotor. Em Turvo e Araranguá constatei que ele comparecia um ou dois dias por semana. Já em Sombrio, notei a ausência tanto do promotor quanto do juiz que não compareciam na comarca.

Eu sabia que o promotor era natural do Rio Grande do Sul e tinha escritório de advocacia em Porto Alegre. Em Sombrio, o escrivão me informou que o juiz viajara para Florianópolis, suspendendo todas as audiências entre setembro e novembro, sob o pretexto de que cuidaria, nesse ínterim, do processo eleitoral – era período de eleições. Mas a Comarca de Sombrio era pequena e não justificava aquilo! Como não aconteciam as audiências, o promotor também se ausentara. Os processos iam se acumulando...

Aberta a sindicância, comuniquei o fato ao procurador-geral e ao corregedor-geral do Ministério Público do Estado rio-grandense, solicitando diligências sobre a conduta do promotor como advogado em Porto Alegre.

Em seguida, fui a Porto Alegre, onde os colegas gaúchos já haviam, por meio de seus assessores, levantado a conduta do promotor como advogado. Foi constatado que o promotor mantinha um escritório de advocacia. No seu antigo escritório, na placa fotografada, já não

mais constava o seu nome. Entretanto, ao se dirigirem ao apartamento residencial do promotor, descobriram uma placa que o indicava como advogado. Apuraram, ainda, que no Fórum tramitavam cerca de trezentos processos com responsabilidade advocatícia com o nome dele.

Na época, a Lei Orgânica do Ministério Público catarinense já vedava o exercício da advocacia.

De posse destes documentos, instaurei um processo administrativo contra o promotor. Remeti um expediente para a residência dele, em Porto Alegre, intimando-o a comparecer na Corregedoria-Geral.

Apresentou-se numa sexta-feira, por volta das 17 horas. Ele havia transgredido vários requisitos e o procurador-geral estava pronto para abrir um processo administrativo.

No dia aprazado ele compareceu. E após uma longa conversa, ele preferiu assinar o pedido de exoneração, optando por preservar o seu nome. Apesar do adiantado da hora, eu estava com o pedido de demissão pronto para mandá-lo à Imprensa Oficial. Mas o promotor esperava que eu só conseguisse mandar publicar na segunda-feira. Não deu outra... Voltou solicitando a reconsideração do pedido de exoneração. Mas era tarde. O Diário Oficial publicara o pedido de exoneração já na sexta-feira.

Na Corregedoria distribuí algumas advertências, abri um ou outro inquérito. Numa comarca se encontravam processos em atraso, tanto que o juiz comunicou o péssimo hábito do representante do Ministério Público, de frequentar ambientes nada recomendáveis... Fiz a instrução e ele acabou sendo exonerado na gestão seguinte.

Viajei muito nessa época, conhecendo o interior do Estado. O motorista era o Zé (José Severino da Silva), que já estava “velhinho”. Um dia, pegamos tamanha neblina na Serra da Miséria, entre Curitiba e Rio do Sul, que assumi o volante. O carro estava precário. Com a concordância do procurador-geral solicitei ao Secretário de Administra-

ção, Deputado Bulcão Viana, um veículo novo, pois temia pela minha segurança. Obtive sucesso no pedido e acabei recebendo um carro mais novo do que o do procurador-geral.

Em outra oportunidade, por volta de 1982, numa comemoração da Associação do Ministério Público, o Secretário Bulcão Vianna e eu bebemos um pouco mais do que o normal. À noite, havia um churrasco na Associação. O Secretário Bulcão era convidado de honra. No caminho me perguntou: “o que os promotores querem?” Eu disse: “igualdade de vencimentos com os juízes”. Ele achou que eu estava louco, mas ficou matutando. Na hora dos discursos, surpreendeu pedindo a palavra. O Dr. Kurtz me chutou por debaixo da mesa: “o que vocês tramaram?”. “Sei lá”, disse-lhe. E o secretário, solenemente, disse: “Declaro, em nome do Governo, que de agora diante nenhum promotor irá perceber vencimentos inferiores aos dos juízes!”. Foi uma bomba. O Des. Hélio Mosimann, então Presidente da Associação dos Magistrados, convidado para a solenidade e, inclusive, representando o presidente do Tribunal de Justiça, ao ouvir a declaração, levantou-se repentinamente e saiu do local. Às seis e meia da manhã, do dia seguinte, ligou-me o Secretário Bulcão dizendo precisar falar urgente comigo. Perguntou-me o que ele havia declarado na solenidade da noite anterior. Respondi que ele havia declarado a equidade de vencimentos entre os magistrados e membros do Ministério Público, em nome do Governo!

O Governador Jorge Bornhausen estava no Palácio da Agrônômica, onde se encontrava uma comissão de desembargadores que haviam solicitado uma audiência. Antes de receber a comitiva, convocou o Secretário Bulcão para esclarecimentos.

O Governador inquiriu o Secretário sobre o que ocorrera e se ele falara em nome do Governo. O Secretário ratificou os termos. Para surpresa do Secretário, o Dr. Jorge Bornhausen determinou que fosse publicado o ato, incontinentemente!

Com a saída do Secretário, os desembargadores foram recebidos pelo Governador para exporem suas reivindicações...

Por outro lado, a equiparação salarial dos procuradores de justiça com os desembargadores ocorreu anos após. Assim, os vencimentos dos promotores foram equiparados aos dos juízes antes que os procuradores gozassem desse direito em relação aos desembargadores.

**Memorial do MPSC** – *O senhor nunca se candidatou ao cargo de procurador-geral?*

**Valdemiro Borini** – Nunca ambicionei ser procurador-geral, embora na condição de corregedor tenha substituído o procurador-geral em alguns momentos. Meu temperamento inflexível, pavio curto, não me habilitava para funções políticas que requerem maior jogo de cintura.

**Memorial do MPSC** – *E como era o ambiente dos Tribunais do Júri em Florianópolis?*

**Valdemiro Borini** – Os júris aconteciam na antiga Faculdade de Direito, na rua Esteves Júnior. Geralmente, às quartas-feiras. A cidade era pequena, não havia muitas atrações. Funcionavam apenas três salas de cinema, que repetiam incansavelmente os filmes. Tudo ficava pertinho. Os júris atraíam tanta gente que bloqueava a rua. Havia bons advogados, como os Drs. Evilásio Caon; José Manoel Soar (Jaraguá); Brito Andrade; Jorge Mussi; e, também, o cultíssimo Dante de Patta, já falecido. Nas sessões do Tribunal do Júri, a primeira fileira da audiência era ocupada pelos jurados. As fileiras seguintes, pelos alunos de Direito e pela população em geral. O povo adorava os julgamentos!

Quando o júri era de grande repercussão, ou o salão estava ocupado em razão de cursos, palestras e conferências da faculdade, as sessões de julgamento eram transferidas para o prédio que hoje abriga o BADESC, localizado à rua Almirante Alvin. Por ocasião de uma das sessões, o Presidente do Júri era o estreante Dr. Ivo Carlin, hoje Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; o advogado de defesa era o Dr. Jorge Mussi, meu ex-aluno do curso de Direito (Direito Processual Penal), outrora Desembar-

gador do Tribunal de Justiça do Estado, e hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Nesta sessão, ocorreram dois fatos inusitados. Antes, porém, é importante dizer que nunca recusei, exceto por pedido pessoal, a dispensa de jurados.

O primeiro deles foi quando um cidadão de sobrenome “Pereira” me solicitou dispensa das funções de jurado, o que aceitei em vista dos argumentos apresentados. Aconteceu que, na lista de jurados a serem sorteados, havia mais de um “Pereira”, dentre eles, o nome do jornalista Moacir Pereira, até hoje com excelente prestígio no meio profissional e cultural de Santa Catarina.

Por ocasião do sorteio, ouvi o nome Pereira e, de imediato, recusei o nome, achando se tratar do “Pereira” que me solicitara dispensa. Ledo engano. Recusara o “Pereira” errado! Tempos após o fato, o jornalista (meu amigo) Moacir Pereira me inquiriu se à época havia ocorrido alguma restrição a seu nome como jurado. Não soube o que responder, exceto, recentemente, ao abraçá-lo pelo êxito em sua profissão.

O segundo fato foi engraçado. Um cidadão, conhecido na cidade pelo comportamento ético, compareceu para assistir o julgamento em seu estado costumeiro! Quando a defesa apresentava suas alegações, talvez entediado pelo desenrolar dos debates, e estando na última fileira, exclamou: “isso aqui é um júri? Não estou escutando nada...!”, e saiu correndo pela porta do salão, sendo detido no portão de saída. Acabou sendo julgado, dias após, e recebendo uma reprimenda pelos seus impropérios “anormais”, ofensivos à Justiça.

**Memorial do MPSC** – *Como foi a sua experiência no Magistério Federal? O senhor foi procurador-geral da Universidade Federal?*

**Valdemiro Borini** – Em 1975, tendo passado a noite em vigília porque meu sogro se encontrava internado no Hospital de Caridade em estado de coma, prestei concurso para lecionar Direito Processual

Penal. Foi difícil, haja vista que a banca examinadora era composta por excelentes professores, entre eles os Des. Geraldo Gama Salles, Tycho Brahe Fernandes e o Procurador Nuno de Campos. Mas tive a felicidade de ser aprovado. Depois da minha aposentadoria no Ministério Público, fui convidado pelo reitor da Universidade Federal, Rodolfo Pinto da Luz, para assumir a Procuradoria-Geral – cargo, hoje, extinto. Na época resisti, pois tinha pouca familiaridade com o Direito Administrativo. Ele insistiu muito, alegando precisar de uma pessoa de confiança para ajudá-lo. Aceitei. Foi quase um trabalho voluntário, de tão baixa que era a gratificação.

Depois de um ano, surgiu a ideia de se erguer um Fórum no Campus Universitário. Para o Centro de Ciências Jurídicas era providencial o projeto, pois havia deficiência na prática forense. Levei ao conhecimento do reitor da Universidade, Prof. Rodolfo Pinto da Luz, que ficou encantado com a proposta; a seguir, me dirigi ao Prof. e Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, que se entusiasmou com a ideia, dizendo que se empenharia em buscar recursos para a construção do Fórum junto ao Fundo de Reaparelhamento do Judiciário. A partir deste fato, fomos, o Prof. Francisco e eu, até o Tribunal de Contas do Estado, onde recebemos o apoio incondicional do então Presidente, Dr. Salomão Ribas Júnior. Finalmente, o Conselho Universitário apoiou a iniciativa. É imperioso destacar que o Des. Francisco de Oliveira foi quem logrou o apoio dos órgãos federais e estaduais para que o projeto obtivesse êxito. Graças a esse prestígio fomos honrados, o Reitor Rodolfo Pinto da Luz e eu, com a *Medalha Ordem do Mérito Judiciário* – no grau Mérito Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Hoje, no Campus da Universidade, opera o Fórum denominado “Norte da Ilha”, inclusive, recentemente, com a realização de sessões de Tribunal do Júri. É uma realização da qual tenho muito orgulho.

Gostaria de frisar o meu orgulho como professor universitário, principalmente pela amizade e respeito que recebo até hoje de meus ex-alunos, muitos deles exercendo as mais diversas funções jurídicas,

alguns nos Tribunais Superiores do País e do Estado. Outros, como membros do Ministério Público de outros Estados da Federação, além da maioria no exercício da advocacia, alguns, inclusive, fazendo parte da mesa diretiva da Ordem dos Advogados de Santa Catarina.

**Memorial do MPSC** – *Como foi a sua passagem pela diretoria da Associação do Ministério Público?*

**Valdemiro Borini** – Eu já estava aposentado e advogando, quando o Dr. Moacyr de Moraes Lima, hoje Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, me convidou para compor a “chapa” que concorreria às eleições da Associação Catarinense do Ministério Público. Era 1984 e acabamos sendo eleitos; eu, como vice-presidente. Na época, nosso maior desafio era garantir o pagamento, em dia, dos salários. O sucessor do Dr. Moacyr na presidência da Associação foi o Dr. Vidal Vanhoni Filho, sendo eu reconduzido à Vice-Presidência.

Após a aposentadoria no Ministério Público, o Dr. André Luiz Mendes Meditsch, meu ex-aluno, convidou-me para advogar em seu escritório. A minha especialidade seria a Criminal. Aceitei e participei de dois júris na Comarca de Palhoça: o primeiro, convidado pelo Dr. Jorge Mussi, defensor do acusado, e o segundo, nomeado pelo juiz titular da comarca. Neste último, tive a oportunidade de me defrontar com a Promotora de Justiça, Dra. Rosa Maria Garcia, hoje Vice-Presidente da Associação do Ministério Público. Os réus foram absolvidos e, entre os jurados, encontrei vários ex-alunos da Escola Normal Ivo Silveira. Atuei, também, na Comarca de São João Batista, em outros dois júris, sendo que um dos réus foi absolvido, e o outro, condenado. Neste último julgamento, o Promotor de Justiça era o Dr. Rafael de Moraes Lima, também meu ex-aluno. Atuei, ainda, em Bom Retiro como assistente de acusação, em um julgamento de um crime que, um cidadão dirigindo um caminhão, chocou-se com um automóvel, vitimando mãe e filha, salvando-se o pai. Assim também atuei em outros processos em grau de recurso. No Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, obtive, talvez, a maior vitória como advogado. Vários réus foram con-

denados como prestadores de serviços junto ao INSS no sul do Estado, sendo condenados em primeiro grau. Era um processo com cerca de quinze volumes de requerimentos, provas, perícias, manifestações, etc. Na data aprazada para o julgamento, me dirigi a Porto Alegre para julgamento. Tinha dominado a matéria processual, verificando que a ação penal estava prescrita. Como o relator do processo negou-se a nos receber em seu gabinete, aguardamos pelo julgamento, no dia seguinte. Aberta a sessão, solicitamos ao presidente da Câmara o direito de apresentar sustentação oral. Pouco antes do julgamento, o relator adentrou no Plenário com os quinze volumes. No momento oportuno, nos foi dada a palavra e apresentamos nossas credenciais, como advogado, ex-membro do Ministério Público de Santa Catarina e professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal de Santa Catarina, o que fez com que o auditório ficasse cheio de ouvintes. Ao alegarmos a prescrição da ação penal, causamos surpresa entre os juízes, bem como ao próprio relator, que, após examinar a sentença de primeiro grau, julgou procedente o recurso, determinando o seu arquivamento.

Em outra oportunidade, fui assistente de acusação em um dos crimes que mais abalou a cidade de Florianópolis. Foi um “pega” de veículos na Av. Beira-Mar Norte, que acarretou a morte de uma jovem moça. O crime foi levado a júri em duas sessões, sendo os réus condenados à pena de seis anos de reclusão pela prática de homicídio doloso (dolo eventual).

Fugindo um pouco da atuação penal, em 1985 tive a honra de ser patrono de uma ação judicial dos colegas do Ministério Público contra o Governo do Estado. Seria quase sem-fim a narrativa da ação, principalmente porque dela houve julgamentos em primeiro e segundo graus, e com recursos no Superior Tribunal de Justiça. Recebeu, a ação, a denominação de “PRECATÓRIO” porque foi dela que ocorreu o último recurso para o Superior Tribunal de Justiça. Apenas em 2012, a ação teve, finalmente, o seu retorno para pagamento.

**Memorial do MPSC** – *O senhor gostaria de deixar mais alguma coisa registrada nesse depoimento?*

**Valdemiro Borini** – Fizeram-me um grande favor, pois há muito eu desejava escrever estas memórias. Como, porém, sofri duas quedas, perdi parte dos movimentos das mãos, o que me impedia de registrar, por escrito, alguns fatos das minhas memórias institucionais.

Gostaria de registrar o imenso orgulho de pertencer ao Ministério Público de Santa Catarina. Foi nele que tive a oportunidade única de lutar pelos ideais de Justiça.

O Ministério Público há muito se afastou da função de patrocinar interesses exclusivos para dedicar-se aos interesses da coletividade. Hoje é uma Instituição forte que cresceu e extrapolou os limites da atuação na esfera penal, e nas diminutas demandas cíveis, para deslocar-se, principalmente, como defensor dos direitos difusos e coletivos. É, sem dúvida, o Órgão de maior credibilidade na atual sociedade, fortalecido e independente dos demais Poderes da República, com atuação implacável. Cabe, portanto, aos atuais e novos integrantes, contribuir para dignificar ainda mais a Instituição, sempre pautando sua atuação pelo equilíbrio e sensatez.

Aproveito o momento, ainda, para enfatizar as qualidades pessoais, profissionais e políticas de algumas pessoas que dignificaram o Ministério Público catarinense. Cito a saudosa pessoa do ex-Procurador-Geral de Justiça, Dr. Milton Leite da Costa que, com esforço e trabalho edificou os alicerces do Ministério Público de Santa Catarina; o Dr. Hélio Rosa, que hoje vive em Itajaí, um grande amigo com quem tive a oportunidade de conviver fraternalmente; o Dr. João Carlos Kurtz, pela incansável luta e o feito histórico em adquirir a atual sede do Ministério Público; o Dr. Gercino Gerson Gomes Neto, que nos saldou o que era devido há muito tempo; os ex-Presidentes da ACMP, Drs. Ennio Demaria Cavallazzi, Hélio Juck e Vidal Vanhoni Filho, em nome dos quais parabeno todos os demais presidentes que honraram a classe pelos seus labores em prol dos nossos direitos. Cito o inesquecível Dr. Bulcão Viana, intérprete da vontade dos membros do Ministério Público junto ao Governo do Estado;

aos ex-Governadores Celso Ramos, Ivo Silveira, Jorge Konder Bornhausen, Colombo Machado Salles, Henrique Córdova e Pedro Ivo Campos, cada qual, a seu tempo e modo, asseguraram mudanças significativas que possibilitaram o gradativo avanço institucional, notadamente com conquistas administrativas e orçamentárias. Quero deixar consignado especial agradecimento ao ex-Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e ao Deputado Nelson Morro, ambos pelo apoio ao Ministério Público catarinense, principalmente na aprovação da primeira Lei Orgânica do Ministério Público Nacional; o Dr. Aldo Raulino Carneiro Cunha Ferro, ex-diretor do Departamento de Assuntos Judiciários do Ministério da Justiça, que não poupou esforços em prol do Ministério Público catarinense...

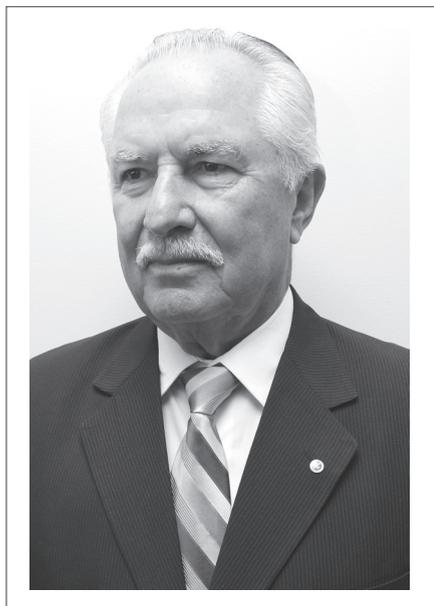
Desejo, ainda, agradecer ao atual Procurador-Geral de Justiça, Dr. Lio Marcos Marin, e à Dra. Helen Sanches, pela oportunidade, especialmente, de poder levar aos mais jovens o conhecimento de que o prestígio do Órgão onde labutam, não foi obtido com facilidade. Foi com amor ao próximo, sacrifícios pessoais e familiares, sem recusa ao cumprimento do dever, por pior que fossem as incumbências. Nós, da antiguidade, nada tínhamos senão amor e fé neste Órgão. Não é a riqueza que engrandece o homem, mas sim o endeusamento à Verdade, à Lei e à Justiça

Agradeço ao jovem bacharel em Direito e funcionário deste Órgão, Alexandre Martins, pela paciência em nos atender, mostrando que os excelentes servidores cumprem seus deveres, presentes em todos os atos e fatos que lhes são destinados.

Enfim, desejo ressaltar a dedicação da minha esposa, Vera, pelos sacrifícios pessoais no seu apoio durante a minha vida profissional. No dia 10 de maio completamos cinquenta e quatro anos de amizade e respeito mútuo. Sei, mais do que ninguém, as renúncias que teve de suportar em razão da minha ausência familiar, dedicada ao trabalho, enquanto, com dificuldade, manteve-se responsável pela educação dos nossos filhos.



# Walberto Schmidt



**Walberto Schmidt** nasceu em 17 de agosto de 1934, em Braço do Norte. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1962. Aprovado em concurso para promotor público, em 1963, sua primeira comarca foi Ibirama, como substituto. Atuou nas Comarcas de Dionísio Cerqueira, em 1963, por nomeação, e Urussanga, em 1966, por merecimento, sendo designado para a Comarca de Criciúma em 1967 e, em 1968, para a de Tubarão. No mesmo ano, foi promovido, por merecimento, para Campos Novos. Atuou em substituição em 1970, na Comarca de Araranguá e, no mesmo ano, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Joaçaba. Foi promovido procurador de justiça em 1971. Em 1973, afastou-se do Ministério Público para exercer o cargo de Secretário de Estado de Interior de Justiça. Coursou a Escola Superior de Guerra em 1975. Retornou ao Ministério Público em 1976, ocasião em que atuou na área Civil até 1979. Foi presidente da Associação Catarinense do Ministério Público de 1976 a 1979, ano em que se afastou novamente, para, desta vez, assumir posição no Ministério de Minas e Energia.

# WALBERTO SCHMIDT<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *Doutor Walberto, o senhor é natural de onde?*

**Walberto Schmidt** – Eu sou natural de Braço do Norte, sul do Estado de Santa Catarina. Era uma cidade pequena, hoje economicamente bem-estruturada. Fui o primeiro nativo de Braço do Norte a ingressar no Ministério Público; atualmente há de lá uns três desembargadores, quatro ou cinco procuradores, inclusive aposentados, mas eu fui dos primeiros a sair de lá.

**Memorial do MPSC** – *E por que a opção pelo Direito na sua vida? Existia já uma tradição do Direito na sua família?*

**Walberto Schmidt** – Não, ninguém na família advogava. Naquele tempo as coisas eram encaminhadas de acordo com a possibilidade de cada um. Não era tanto uma questão de vocação. Saí de casa com doze anos, fui interno em seminário... Morávamos em uma zona rural distante e o seminário era praticamente a única opção de continuar os estudos. Sentia-me até algo vocacionado para o sacerdócio, mas naquela época era comum os rapazes estudarem nos seminários, que acabaram sendo a base educacional de muitos profissionais que, mais tarde, ganharam o mercado de trabalho. Completei o ginásio e saí. Depois, consegui estudar em Florianópolis. Fiz um curso de técnico de Contabilidade. Trabalhava e estudava. Nesse contexto, o curso de Direito, na rua Esteves Júnior, parecia uma opção razoável, pois as aulas começavam a partir das cinco horas da tarde, seguindo até as oito, nove horas, o que me permitia trabalhar durante o dia. Além do Direito, havia faculdades de Farmácia, Odontologia. Depois foi implantado o curso de Filosofia. Era o que se tinha.

**Memorial do MPSC** – *O senhor cursou a faculdade em que período?*

---

1 Entrevista coletada no dia 26 de abril de 2011 na sede da Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, por Gunter Axt e Alexandre Martins. Transcrição de Gisele Hübbe e Gunter Axt.

**Walberto Schmidt** – Eu ingressei em 1958 e me formei em 1962. Até me formar, servi no Exército. Advoguei por curto espaço de tempo e prestei concurso para o Ministério Público. Fui nomeado em 12 de janeiro de 1963, para a Comarca de Ibirama.

**Memorial do MPSC** – *O senhor fez concurso em 1962, então?*

**Walberto Schmidt** – Não, já em 1963. Parece que era a segunda turma que fazia concurso. Até então, as nomeações para o Ministério Público obedeciam mais a critérios políticos. O promotor defendia também os interesses do Estado, dependia do partido no poder e podia advogar na comarca, atividade que podia ser rentável; me parecia uma confusão perniciosa.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a advogar?*

**Walberto Schmidt** – No começo, sim.

**Memorial do MPSC** – *Em Ibirama?*

**Walberto Schmidt** – Na Comarca de Ibirama e depois na Comarca de Urussanga. Os promotores também tinham por atribuição representar a Fazenda Municipal, Estadual e Federal. O promotor recebia uma participação sobre essas cobranças... Não eram propriamente honorários, mas custas processuais, sobre as quais se atribuía um percentual ao Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *Os salários eram baixos?*

**Walberto Schmidt** – Aviltantes. O promotor percebia salários inferiores aos magistrados e precisava complementar os rendimentos mediante a advocacia ou o percentual auferido com as tais cobranças das dívidas com o Fisco. Em algumas comarcas, também era possível lecionar. Em Urussanga eu lecionei no 2º grau, em Tubarão, lecionei na UNISUL, quase que de graça, porque estava sendo estruturada pelo Professor Osvaldo Della Giustina, ex-colega de seminário... O exercício do magistério obrigava o promotor a estudar, para preparar as aulas. Quando eu cheguei a Florianópolis como procurador de justiça, lecionei na Universidade Federal.

**Memorial do MPSC** – *E quais são as lembranças que o senhor guarda desse tempo em Ibirama e dessas primeiras comarcas pelas quais o senhor passou? Como foi a recepção da comunidade, o início do trabalho de promotor?*

**Walberto Schmidt** – A primeira comarca da pessoa é marcante. Eu já tinha funcionado em júri como auxiliar de defesa, mas precisei enfrentar um como promotor doze dias depois de chegado à comarca. Dois dias depois, veio outro júri. Os processos eram relativamente volumosos. Embora a recepção tivesse sido boa, pois o juiz, já falecido, Maximiliano Teodoro Morgenstern, era uma pessoa muito boa, eu não conhecia ninguém. Discuti muito com ele, nesses primeiros dias, sobre como melhor conduzir o processo. Mas fiquei algumas noites sem dormir, preocupado com o desempenho. O advogado era de Blumenau, criminalista notável. O júri era formado majoritariamente por descendentes de alemães. Descobri, depois, que o alemão não perdoa as faltas com facilidade e a palavra do promotor, na comunidade alemã, tem muito mais valor do que a dos defensores, mesmo quando juristas de escol. O promotor era, portanto, muito acatado. Isso facilitou o meu trabalho. Excepcionalmente havia um ou dois votos contra, mas era difícil o Ministério Público perder um julgamento no Tribunal de Júri nas comarcas formadas por imigrantes alemães, pois os jurados apegavam-se ao processo. As alegações que costumeiramente os criminalistas fazem, tais como abordagens circunstanciais, apelos para o sentimentalismo, têm muito menos valor ali. O advogado recorreu do resultado, no primeiro júri em que participei, mas houve confirmação.

Eu me lembro de um caso em Ibirama de uma senhora, imigrante alemã, que vivia com dois homens, dois maridos. O marido original fora convocado pelo Exército alemão durante a Guerra de 1940 e a esposa conseguiu fugir para o Brasil, ficando muito tempo sozinha. Chegou à conclusão que o marido falecera no conflito e se casou novamente com outro cidadão. Mas o primeiro marido não havia morrido e, passados dez anos, a encontrou. Sem saber o que fazer, os três resolveram ficar juntos. Isso não entrava na cabeça dos lusos da comunidade, que queriam denunciar a situação. Mas a comunidade alemã não se importava, pois

entre ela é elevado o grau de individualismo e de respeito à privacidade dos outros. De sorte que ninguém se metia na vida conjugal dos vizinhos.

**Memorial do MPSC** – *E os júris eram feitos em português ou em alemão?*

**Walberto Schmidt** – Todos em português. Certa feita houve uma testemunha, que por sinal era um preto, criado por uma família de imigrantes e não falava nenhuma palavra em português, apenas alemão... O Gustavo von Zeschau, oficial de justiça, ajudou na tradução, para que a testemunha entendesse as perguntas do juiz.

A comunidade de Ibirama respeitava muito as autoridades, consideradas pelos locais como estrangeiras: o juiz, o promotor, o gerente do Banco do Brasil, o delegado de Polícia. Havia um bar em frente ao Fórum, o Bar do Machado. Nunca havia mais do que meia dúzia de pessoas lá. Saíamos do Fórum e íamos tomar um cafezinho, antes de ir para casa. Éramos praticamente toda a frequência do bar durante a semana. Já em Urussanga, para onde fui em seguida, uma comunidade essencialmente italiana, os bares viviam lotados. Foi uma guinada! Hábitos gastronômicos, tudo mudou. No meu primeiro dia em Urussanga, os vizinhos vieram se oferecer para ajudar na mudança, o que nunca tinha acontecido em Ibirama, onde apenas tínhamos um relacionamento cordial, limitado aos cumprimentos de “bom dia” e “boa tarde”.

Quando eu cheguei a Urussanga, o caminhão da mudança ficou parado em frente à residência, esperando, pois eu pedira para o pessoal do Fórum me ajudar a descarregar. O vizinho notou que os livros estavam molhados, nas caixas, sob a chuva, e os desencaixotou, pondo-os no sol para secar. Dali para frente, tornou-se uma pessoa extremamente presente na vida da minha família. Ele levava meus filhos pequenos para caçar: era uma festa com a gurizada. Toda a comunidade era receptiva, extrovertida.

Urussanga é uma região de mineração, embora tenha fama de produtora de vinho. Os operários de mineração vinham de todos os recantos... Do Rio Grande do Sul, do oeste catarinense, normalmente, sem qualquer formação profissional.

A reação dos descendentes de italianos, no Tribunal do Júri, era completamente diferente. Eles se emocionavam com as alegações do promotor. Emocionavam-se novamente com a defesa do advogado. Na réplica e na tréplica, a mesma coisa. O advogado sempre falava por último e acabava levando a melhor. Era a última impressão que ficava. O italiano é muito mais emotivo. Mas mesmo nas absolvições de manifestos culpados, alguma justiça se fazia, pois o réu aguardava o julgamento e o recurso para o Tribunal, na cadeia. Ficava, assim, dois ou três anos em reclusão. Já era uma pena que acabava funcionando, especialmente para os casos de júri. Hoje, estamos no outro extremo: há uma crise de impunidade instalada e ninguém mais vai para a cadeia, ou melhor, poucos.

**Memorial do MPSC** – *E a natureza da criminalidade, os feitos com os quais o promotor lidava?*

**Walberto Schmidt** – Em Ibirama, os conflitos em matéria de Família eram raros. Já em Urussanga era o extremo oposto. Havia muitos conflitos de paternidade, uniões matrimoniais, relações com vizinhos. A Promotoria vivia cheia, sempre uma fila de gente para falar com o promotor. Tínhamos de estar o tempo todo costurando ajustes familiares.

Eu acho que o promotor precisa se adaptar à realidade da comunidade na qual se encontra. Hoje há uma legislação que determina o dever de o Ministério Público acompanhar qualquer investigação criminal. Naquele tempo, não havia esta determinação legal, mas também não havia lei que o impedisse de fazê-lo. De forma que eu acompanhava tudo.

**Memorial do MPSC** – *Como era a relação com as outras autoridades na comarca?*

**Walberto Schmidt** – Muitos delegados nem bacharéis eram... Ingressavam na Polícia sem concurso público, eram pessoas mais ligadas à política... A remuneração era ruim, quase simbólica.

**Memorial do MPSC** – *E aconteceu alguma vez de haver necessidade de requerer diligências e apoio da Polícia para alguma investigação?*

**Walberto Schmidt** – Coisa sem muita importância. Às vezes acontecia de a parte reclamar de algo e a gente mandava para o delegado apurar. Geralmente não surgia nenhum problema, nenhum atrito. Não havia a figura de subordinação do delegado ao Ministério Público. Era uma solicitação cordial, técnica. Com o juiz, eu tinha em geral um bom relacionamento, até porque uma relação conflituosa com o juiz poderia emperrar a boa prestação jurisdicional para a comunidade. Mas, naturalmente, há juízes bons, outros nem tanto, como também há bons e maus promotores. Eu nunca tive problema com juízes. Alguns mais antigos viam no promotor um subordinado. Isso às vezes podia suscitar constrangimentos. Em todo caso, eu não cheguei a vivenciar problemas dessa natureza. Quando cheguei à primeira comarca, era muito garoto, e o juiz, mais antigo; foi importante na orientação e no auxílio prestado.

Houve apenas um episódio no qual o juiz mandou o escrivão me chamar para a sala dele. Eu retruquei ao escrivão: “Olha, diga para o juiz que quando ele quiser falar comigo pode vir aqui, quando eu quiser falar com ele, vou lá”. O juiz não gostou muito, mas entendeu o recado e não criou mais caso. Alguns promotores aceitavam essa espécie de subordinação, até porque a estabilidade do membro do Ministério Público, no passado, não era tão sólida quanto à do juiz. Alguns membros do Ministério Público provocam excesso de demandas. Estava vendo no jornal um procurador da República demandando pela quarta vez o reajuste dos pedágios... Isso acaba sendo desgastante para todos. Não traz benefícios para a sociedade. Claro que o membro do Ministério Público não vai deitar nas cordas e deixar o pessoal fazer tudo que bem entende, mas a insistência em demandas repetidas empurra a Instituição para o descrédito. Veja o caso da obra de um hospital em Florianópolis. A cidade conhece os médicos, sabe da dificuldade com a qual eles lutam, o esforço que fizeram para erguer aquela construção, cujo serviço de grande utilidade pública é, de repente, simplesmente suspenso pela ação de um agente ministerial preocupado com um suposto aterro. É o tipo do caso em que a imagem do Ministério Público sai muito arranhada. A sociedade é prejudicada e nada pode fazer contra o agente em questão.

Talvez haja atualmente excesso de garantias ao Ministério Público. Esse é o meu ponto de vista... Tem gente que discorda de mim.

**Memorial do MPSC** – *Depois de Urussanga, para onde o senhor foi?*

**Walberto Schmidt** – Eu fui designado para Criciúma... Fiquei quase um ano respondendo por Criciúma. Era uma comarca pesada. Ainda hoje o é. Mas foi um tempo bom. Havia um volume fantástico de ações de acidente de trabalho. Essa era uma atribuição ministerial. A legislação acidentária se enquadrava dentro da ação previdenciária. A atividade da mineração provocava grande número de pedidos nesse sentido. O INPS não reconhecia tais direitos e recorria insistentemente, meio por teimosia, acho, porque acabava tendo de pagar tudo sempre com juros, correção, honorários, o que ampliava o montante total devido. Hoje esta matéria está na alçada da jurisdição federal. Uma das coisas que mais me impressionava era a distorção do conceito de resultados de radiografias de pulmão. Quando alguém me procurava eu recomendava fazer um raio X com laudo, para anexar ao processo. Um dia, um demandante, depois de ter feito o exame, me procura novamente: “Deu boa a radiografia”. “Ótimo”, disse eu. “Então, vai embora para casa”. “Não, deu boa para entrar com a ação”, ele respondeu. Enfim, era tanto o desejo de obter o benefício que ele invertia os valores e o pulmão comprometido por uma mancha enorme passava a ser uma boa coisa.

De lá, fui promovido para Campos Novos, mas não cheguei a assumir. Posteriormente, fui promovido para Tubarão. Havia, na época, apenas dois juízes e dois promotores. Hoje, creio, já são doze. Sem mencionar que a comarca era maior. Do seu território original, surgiram várias comarcas.

Lembro-me de um caso pitoresco, em que um cidadão alvejou a esposa, por acidente, nas nádegas, com uma espingarda de caça. Alguns amigos tinham se reunido, num rancho do interior, churrasquinho, caipirinha e, numa época em que todos andavam armados, os homens começaram a mostrar as armas uns para os outros. Resolveram praticar tiro ao alvo, por diversão, e atiraram na direção da latrina – uma casinha

de madeira com uma fossa simples para as necessidades das pessoas, muito comum antigamente no interior. E a esposa do autor do disparo estava lá dentro. Saiu alvejada nas nádegas! Formalizado o inquérito, tudo correto. O casal se dava bem. Foi uma fatalidade e pedi o arquivamento do processo. O juiz, discordando, remeteu o processo ao órgão superior. Mas a Procuradoria-Geral entendeu estar eu correto e apesar do tiro de espingarda, confirmou o arquivamento.

**Memorial do MPSC** – *Depois de quatro anos em Tubarão o senhor foi para Florianópolis?*

**Walberto Schmidt** – Sim. Fui promovido a procurador, por merecimento, no momento em que o José Daura estava assumindo a Procuradoria-Geral do Estado. Cheguei à capital em 1971 e funcionei na 1ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça. A Câmara operava em grande harmonia, composta por desembargadores excepcionais.

Em 1973, assumi a chefia de gabinete da Secretaria do Interior e Justiça. Depois de uns meses, fui nomeado secretário, no Governo Colombo Salles. Em 15 de março de 1975, eu já estava matriculado na Escola Superior de Guerra. Fiquei um ano morando no Rio de Janeiro. Reassumi as funções no Ministério Público em princípios de 1976. Fiquei na área Civil até 1979.

Presidi a Associação por três anos. Eu e o Augusto Borges Berthier, Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul, Presidente da Associação de lá, viajamos muito na busca de uma redação definitiva para o Ministério Público como titular de ações penais e para outras atribuições que só foram consolidar-se na Constituição de 1988.

Em 1979, me afastei novamente e fiquei à disposição do Ministério de Minas e Energia, administrando uma empresa do sistema Petrobrás. Dirigi a Indústria Carboquímica Catarinense, em Imbituba.

O Ministério Público marcou a minha vida, projetando-me e abrindo portas para oportunidades preciosas. Tudo o que sou, devo ao Ministério Público.

Mas a função era espinhosa, nada fácil. Às vezes, recebíamos ameaças, sobretudo no interior. A pressão podia ser grande. Eu andava sempre armado, viajava armado. Podia ser algo pesado; era um desconforto. Mas havia compensações. A gente conseguia fazer o bem, ajudava realmente as pessoas.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor sentia de alguma forma a influência da política na organização da Instituição, nas promoções?*

**Walberto Schmidt** – Nas promoções sim, às vezes na movimentação. Existia uma ingerência política maior. Hoje não há mais isso... O Ministério Público se afastou dessas injunções políticas.

Em Ibirama, por exemplo, um prefeito que não admitia ser contrariado, um italiano em região de alemães, no tempo do Governo Celso Ramos, veio ao antigo diretório do PSD solicitar minha remoção. O Procurador-Geral, o Milton Leite da Costa, contou-me e não atendeu a reivindicação. O governador também não deu atenção. O prefeito achava que eu estava contrariando interesses locais. A bem da verdade, embora a pressão sempre existisse, desconheço casos em que o promotor tenha sido removido por conta das pressões políticas. Nem o governador, nem o procurador-geral podiam ficar à mercê da multiplicidade de pedidos de lideranças do interior. Mas nas promoções, aí sim, a política se fazia bem mais visível e a ingerência era maior.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor chegou a perceber algum tipo de impacto da Revolução de 1964 na Instituição ou não?*

**Walberto Schmidt** – Em 1964, eu estava em Urussanga, onde havia um forte núcleo esquerdista. Um advogado patrocinava causas dos trabalhadores, sendo às vezes ameaçador, muito embora fosse uma ótima pessoa. Dizia: “acho bom vocês aderirem porque nós vamos tomar conta de tudo isso aqui”... Quando a Revolução estourou, o Coronel Nilton Machado se deslocou durante a noite com uma tropa de Blumenau para Criciúma, pois a unidade militar mais próxima ficava em Tubarão. O advogado escapou em disparada num jipe, de

madrugada. Foi para Canoinhas e depois se evadiu para o Paraguai. Já o presidente do Sindicato, que vivia fazendo greve, foi detido e levado para Criciúma. Era mais induzido do que propriamente um militante de esquerda. A Revolução prendeu gente inocente na região, um pessoal que foi injustamente maltratado. Não havia necessidade disso. Era uma região sensível, em função até da baixa qualificação da mão de obra. Mantivemo-nos à parte desse processo. Ingerência propriamente dita nunca houve.

**Memorial do MPSC – E 1968, chegou a ter algum impacto?**

**Walberto Schmidt** – O AI-5! Eu estava nessa época em Tubarão, onde chegavam as notícias do fechamento do Congresso, mas ninguém se manifestava muito. O pessoal tinha medo de falar. Em Tubarão, havia um general da reserva, superintendente da Estrada de Ferro, que se arvorava em porta-voz da Revolução. A convivência com ele nem sempre era harmoniosa.

**Memorial do MPSC – E o seu período de presidente da Associação?**

**Walberto Schmidt** – Foi de 1976 a 1979. A Associação contava com uns quarenta membros. A arrecadação era limitada, com uma mensalidade simbólica. Dependíamos do apoio da Procuradoria-Geral para tudo, passagens, diárias, etc.

Em 1975, recebemos, por doação, o terreno em Canasvieiras e iniciamos a construção da sede campestre. Cercamos a área com dificuldade e erguemos um galpão, bem simples, com uma churrasqueira, mesa para umas setenta pessoas. Trouxe empregados que trabalhavam numa propriedade minha no interior para executar esta tarefa. O piso foi doado pela “Cerâmicas Eliane”. Compramos cadeiras de palha. Anos mais tarde, retornei à diretoria na condição de vice-presidente, quando construímos um prediozinho de quatro andares, com doze apartamentos, além da sede social.

A grande preocupação da Associação era a questão salarial, sobretudo no atinente à isonomia com a Magistratura. Tratava-se de um

objetivo permanente. Essa consolidação só ocorreu muito tempo depois.

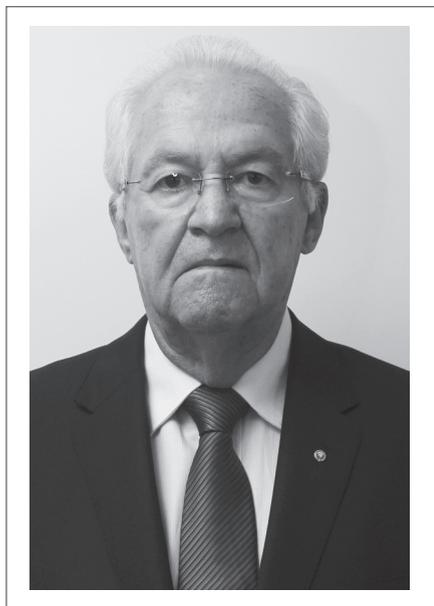
Hoje, estamos bem. Em termos de sede campestre, de sede central, de envolvimento da classe... A relação com a Procuradoria-Geral de Justiça é construtiva e independente.

Nem sempre, contudo, foi assim. Houve um período meio ruim durante a minha gestão como presidente. O procurador-geral, que era promotor e não procurador, tinha uma linha de conduta mais individualista, pouco colaborativa. Sua nomeação acontecera graças à mediação de político influente e articulado. Foi um período tenso. Finalmente, sem jamais ter sido promovido a procurador, concorreu a uma vaga pelo Quinto. Mas o Tribunal não o colocou em lista e foi nomeado o procurador Aloysio Gonçalves. Foi constrangedor, não apenas para ele, como para o Ministério Público, afinal, tratava-se do procurador-geral. Tempos depois, abriu nova vaga pelo Quinto. O então governador influenciou na nomeação para o Tribunal, Corte que chegou a presidir.

**Memorial do MPSC** – *O senhor gostaria de deixar algo mais registrado?*

**Walberto Schmidt** – Nossas condições de trabalho eram difíceis. A vida era totalmente diferente de hoje. A infraestrutura no Estado era precária. Levava-se três dias para se chegar, por exemplo, a Dionísio Cerqueira. Isso com tempo seco, pois quando chovia era impossível, não se chegava nem na Palhoça. O rádio da Polícia era o meio de comunicação utilizado no interior. Não havia ferramentas de pesquisa à disposição do promotor. Os livros, comprávamos em prestações. Assim como a nossa máquina de escrever. Essas dificuldades estão na base de nossa história, que amalgamou o pedestal sobre o qual a Instituição se assenta. Acho interessante que os jovens promotores de hoje tenham conhecimento dos desafios que enfrentávamos. Sei que atualmente há desafios de outra natureza, mas as condições para o exercício da profissão são muitíssimo melhores, em todos os aspectos. Há uma juventude muito boa no Ministério Público, mas muitos não sabem como chegamos onde estamos. Então, eu acho muito interessante o trabalho de vocês. Meus parabéns!

# Arno Schmidt



**Arno Schmidt** nasceu em 15 de março de 1936, em Braço do Norte. Formou-se em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1961, e, em Direito, pela Universidade Federal do Paraná, em 1963. Deu início à carreira no Ministério Público de Santa Catarina como promotor público, em 1963, na Comarca de Braço do Norte e, assim, seguiu para as Comarcas de Urubici, em 1966, em 1971, em Campos Novos e Braço do Norte e Laguna, em 1972. Em 1976 foi convocado para atuar na Procuradoria-Geral de Justiça, até alcançar a promoção à procurador de justiça no ano de 1982. Foi corregedor-geral do Ministério Público no biênio de 1986 a 1988. Em 1989, aposentou-se.

**ARNO SCHMIDT**<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Arno Schmidt** – De Braço do Norte.

**Memorial do MPSC** – *O que faziam seus pais, com o que trabalhavam?*

**Arno Schmidt** – Meu pai era professor primário, normalista. Ingressou no curso normal quando eu já tinha certa idade. Éramos ao todo doze filhos em casa e ele passou dois anos estudando em Florianópolis. Em Braço do Norte, ele lecionava numa escola primária, no interior do município, onde nos criamos. Ele conseguiu formar todos os filhos em curso superior. Depois, foi adjunto de promotor. Nessa condição, chegou a fazer júris, inclusive.

**Memorial do MPSC** – *Como surgiu na sua vida a opção pelo Direito?*

**Arno Schmidt** – Inicialmente, eu quis fazer Medicina. Com esta intenção, fui para Curitiba, onde prestei o curso preparatório. Mas fiquei apavorado na sala de anatomia! Traumatizado, entendi que essa não era minha vocação. Procurei um teste vocacional, que recomendou Filosofia e Direito. Assim, cursei Letras – latim, inglês e português. Prestei tranquilamente o vestibular para o Direito, passando em nono lugar, quase sem estudar. Era algo para o qual eu estava naturalmente preparado. Eu tinha estudado em seminário, onde a formação em Humanidades merecia ênfase. O vestibular na época tinha duas fases, uma escrita e outra oral. Assim, fazendo os dois cursos concomitantemente, formei-me em Letras pela Universidade Católica e em Direito, pela Universidade Federal.

---

1 Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 5 de agosto de 2011, por Gunter Axt, Thiago Oliva Lima de Araújo e Alexandre Martins. Transcrição de Gunter Axt.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor fazia para custear seus estudos e a estada em Curitiba?*

**Arno Schmidt** – Eu trabalhava. Dentre outras coisas, ministrava aulas particulares, de latim, português, inglês, francês... Houve uma oportunidade na qual tive problemas de saúde de tanto trabalho e estudo.

**Memorial do MPSC** – *Como apareceu a opção pelo Ministério Público?*

**Arno Schmidt** – Lecionei ainda um tempo, depois de formado, em 1963. Meu pai veio me visitar, certa feita, e me propôs largar tudo e retornar a Braço do Norte, para advogar. Achou que eu teria um futuro melhor advogando do que lecionando. Nessa época eu ainda era solteiro. E, realmente, me dei muito bem em Braço do Norte. Depois de dois anos, convivendo com meu pai, passei a me sentir atraído pela carreira do Ministério Público. Assim, resolvi prestar concurso para ingresso, em junho de 1966.

**Memorial do MPSC** – *Existiam outros bacharéis em Direito em Braço do Norte?*

**Arno Schmidt** – Não! Fui o primeiro! Embora eu tenha ido bem, a advocacia não era exatamente a minha área. Minha vocação estava muito mais na atividade ministerial. Um dos meus irmãos já era promotor. Ele também me incentivou muito.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi a sua primeira comarca?*

**Arno Schmidt** – Fui designado para Braço do Norte. Ser promotor na terra natal da gente é a pior coisa que existe (risos). A gente conhece todo mundo e às vezes precisa denunciar amigos! É duro. Fiquei três anos em Braço do Norte, seguindo depois para Urubici.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de algum caso importante durante este seu período em Braço do Norte?*

**Arno Schmidt** – Lembro-me de muitos casos, mas envolvem pessoas conhecidas minhas. Então, não me sinto muito à vontade para comentá-los fora dos autos.

**Memorial do MPSC** – *E qual a natureza dos feitos da época? Existia um perfil de ação cível, de criminalidade?*

**Arno Schmidt** – A criminalidade era pouco expressiva. Raramente aparecia um homicídio. Em geral, tratava-se de lesões corporais, leves até. Lembro-me de, num ano inteiro, ter apresentado apenas vinte denúncias! Sobrava tempo para lecionar, o que eu fazia à noite. Afinal, diria que foi um período muito bom. Três filhos nasceram em Braço do Norte.

**Memorial do MPSC** – *O senhor casou com uma moça de Braço do Norte também?*

**Arno Schmidt** – Não, ela é natural de Tubarão. Estamos juntos até hoje.

**Memorial do MPSC** – *Havia ações trabalhistas em Braço do Norte?*

**Arno Schmidt** – Muito pouco. Mais eram questões trabalhistas rurais. Não havia parque industrial na cidade.

**Memorial do MPSC** – *E as execuções fiscais?*

**Arno Schmidt** – Eu representava o Estado. Mas também não se registravam muitos devedores em Braço do Norte.

**Memorial do MPSC** – *E em Urubici?*

**Arno Schmidt** – Desde o início fui titular em Urubici, mas funcionei em Braço do Norte. Depois de três anos como promotor, assumi a titularidade em Urubici, comarca de primeira entrância. Era muito frio! As audiências, as fazíamos pela manhã, e, pela tarde, procurávamos ficar em casa, junto ao fogão, para suportar melhor a friagem no inverno. Não cheguei a levar a família para Urubici, pois o procurador-geral assegurara-me que eu ficaria no máximo uns dois meses por lá. Mas acabei ficando um

ano. A estrada, pela serra do Rio de Rastro, era terrível: sem calçamento, sem muro de arrimo, um perigo! No inverno, o gelo tornava o caminho um sabão! Só mesmo de fusca para passar por lá. Não havia casa para o promotor, só para o juiz. O Fórum até que era bem-instalado.

**Memorial do MPSC** – *Mudou algo na característica do seu trabalho? Os feitos passaram a ser diferentes?*

**Arno Schmidt** – Havia ainda menos trabalho. Um pouco de criminalidade contra a pessoa, algumas rusgas. Usava-se mais arma branca. Quase não se evidenciavam armas de fogo. A base da economia era a pequena propriedade rural, com forte presença de colonos alemães e italianos.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a fazer júris em Urubici?*

**Arno Schmidt** – Não. Mas fizera uns dois ou três em Braço do Norte.

**Memorial do MPSC** – *E foi bem?*

**Arno Schmidt** – Sim. Facilitava o fato de eu conhecer bem todos os jurados. Numa cidade pequena, todos se conheciam.

**Memorial do MPSC** – *E como era a comunicação com a Procuradoria-Geral?*

**Arno Schmidt** – O Procurador-Geral, na época, era o Dr. Hélio Rosa. Sempre foi muito atencioso, mas só conversávamos quando eu ia a Florianópolis. Os meios de comunicação eram praticamente inexistentes. Usávamos o rádio da Polícia. Quem pagava o nosso vencimento era o coletor. Enfim, fazia-se a coleta no município e lá mesmo já se pagavam os vencimentos. Telefone não existia. A infraestrutura nas comarcas era precária. Por outro lado, fiz grandes amizades.

Depois de um ano em Urubici, cansei daquele negócio de andar de carro de um lado para o outro, por estradas horríveis. Pedi ao Dr. Hélio Rosa para trocar de comarca. Ele, então, me arrumou uma vaga em Campos Novos! (risos). Era uma cidade afamada naqueles tempos,

conhecida pela alta incidência de criminalidade. De fato, tinha serviço que não acabava mais! Só na primeira sessão, havia oito júris para serem feitos! Mas, gostei muito de lá, onde permaneci um ano e meio.

Quando minha mãe faleceu, tirei um mês de licença. Ao retornar, perguntei ao adjunto como estavam as coisas. Ele disse que não iam nada bem, pois estavam ameaçando de morte o juiz, o delegado e o promotor! Cheguei ao Fórum, havia soldados por todos os lados. Era porque o delegado matara um bandido e, dizia-se, a família jurara vingança. Todos estavam assustados! Até que mandamos chamar a família: os Padilha. No dia marcado, protegemos o Fórum com um contingente extra de policiais. Vieram todos. E disseram logo que não era nada daquilo, estariam inclusive aliviados com o fato de o delegado ter dado cabo do parente bandido. O delegado, com receio de ser perseguido, teria contribuído para espalhar o boato de que o promotor e o juiz também estariam ameaçados. Enfim, não era nada daquilo.

**Memorial do MPSC** – *Afora esta situação jocosa, o senhor chegou a enfrentar alguma outra, mais tensa?*

**Arno Schmidt** – Sim. Certa vez fiz um júri de um réu que matara a mulher. Ela o estaria traindo. A vítima era natural de Campos Novos, o réu não. O réu foi ameaçado de morte. Como medida de prevenção, no dia do júri, convocamos uma força policial extra e chegamos a posicionar o réu junto ao advogado. Este, ressabiado, insistiu que o lugar do réu era em frente ao juiz (risos). Sustentei a acusação com cautela, receando o tempo inteiro por um tiroteio. Felizmente, nada aconteceu.

**Memorial do MPSC** – *O senhor estava armado nesse dia?*

**Arno Schmidt** – Sim! Em Campos Novos, o promotor andava sempre armado.

**Memorial do MPSC** – *O senhor levou a família junto para Campos Novos?*

**Arno Schmidt** – Sim. Passamos dificuldade, com três filhos pequenos. Alugamos um apartamento que não recebia incidência direta da

luz solar, muito úmido. Passamos um frio danado lá! Mas fizemos amigos muito bons. No dia em que eu parti da comarca, mais de duzentas pessoas compareceram a uma confraternização em minha homenagem. Também, na véspera de partir, toda a mudança encaixotada, o pessoal começou a aparecer lá em casa – uns dez casais! Cada um trouxe alguma coisa – café, banquinhos para sentar... pois não havia mais nada em casa.

**Memorial do MPSC** – *E como foi o relacionamento com as autoridades no município?*

**Arno Schmidt** – Muito bom e colaborativo. O Nelson Serpa era Prefeito naquela época, pelo MDB, salvo engano.

**Memorial do MPSC** – *E a política, era tranquila?*

**Arno Schmidt** – Sim, muito.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a acompanhar alguma eleição?*

**Arno Schmidt** – Não.

**Memorial do MPSC** – *Para onde o senhor seguiu depois?*

**Arno Schmidt** – Para Laguna. Eu já tinha uma casa de praia lá, onde me instalei com a família. A cidade era muito agradável. O curioso é que não cheguei a constituir amizades tão sólidas, em Laguna, como as que se formaram nas outras comarcas pelas quais passei. Em Laguna, presidi o Conselho Municipal de Cultura. Nesse período, construímos aquele monumento que está na entrada da cidade, denominado Monumento de Tordesilhas. Recebi a medalha do mérito Domingos Brito Peixoto, fundador de Laguna: é a maior comenda que existe no município. Permaneci cinco anos e pouco na comarca.

**Memorial do MPSC** – *Mudou a natureza dos feitos, do seu trabalho?*

**Arno Schmidt** – Sim, bastante. Havia muita pobreza em Laguna. Eu mesmo entrava com muitas ações de alimentos, para menores. Havia muitos casos de casamentos desfeitos. Eu atuava muito na Área da Família. Aconteceu um fato curioso: uma senhora queria ser indenizada

pelo concunhado, pois ele a frequentava sexualmente. Fiz uns seis ou sete júris lá, não tantos como em Campos Novos.

**Memorial do MPSC** – *E lograva condenação?*

**Arno Schmidt** – Em quase todos. Os advogados de Laguna evitavam enfrentar-me nos júris, porque sabiam que eu tinha vindo de Campos Novos, onde acumulara boa experiência. Então, para os júris feitos em Laguna, vinham advogados de fora.

**Memorial do MPSC** – *E como eram esses casos?*

**Arno Schmidt** – O que mais tumultuou a cidade foi uma denúncia que precisei fazer contra o prefeito. Pedi o afastamento e a prisão preventiva dele. O juiz acolheu meus pedidos, mas o Tribunal concedeu *habeas corpus*. Ele, contudo, nunca mais voltou ao exercício do cargo. Não me recordo se, ao final, foi condenado ou absolvido. Mas mantenho até hoje cópia dos depoimentos de algumas testemunhas. Foi um caso muito falado. A imprensa me procurava com frequência.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a sofrer algum tipo de pressão política?*

**Arno Schmidt** – Não, jamais.

**Memorial do MPSC** – *E a Procuradoria-Geral apoiou o senhor?*

**Arno Schmidt** – Sim, muito. O Procurador-Geral era o Dr. Napoleão Amarante.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a solicitar diligências para a Polícia?*

**Arno Schmidt** – Não houve necessidade. A própria população se mobilizou para prestar depoimentos, contar a história, ajudar a reunir provas. Foi o suficiente para pedir a abertura do inquérito. Muitos testemunharam contra o prefeito. Havia um repúdio da comunidade ao comportamento dele.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de mais algum episódio em Laguna?*

**Arno Schmidt** – Durante o período em que fiquei em Laguna, lecionei na Unisul, em Tubarão. Eu ministrava a cadeira de Noções de Direito Público e Privado na Faculdade de Economia. Faltavam professores na região e eu tinha até registro no MEC. Então, sentia-me no compromisso de colaborar.

**Memorial do MPSC** – *Depois de Laguna, para onde o senhor seguiu?*

**Arno Schmidt** – Para Florianópolis, como convocado para a Procuradoria-Geral, em 1976. Trabalhei muitíssimo durante essa época. Levava serviço para casa. Não havia descanso nem nos finais de semana. O convocado recebe tudo o que os outros não querem assumir. Eu dava pareceres no Cível e no Crime. Fui, mais tarde, promovido a substituto de procurador. Apenas em 1982 fui promovido a procurador.

Já como procurador, exerci a função de secretário adjunto da justiça, por cerca de dois anos e meio, durante o Governo Espiridião Amin. Foi uma experiência gratificante. Durante essa época, recebi uma bolsa de estudos para um curso no Japão, sobre o sistema prisional. Permaneci quatro meses naquele país, conhecendo de perto todas as penitenciárias. Redigi um relatório minucioso sobre minhas observações e conclusões. O sistema prisional deles é muito bom. Visitei, por exemplo, uma penitenciária com cerca de dois mil detentos, dentre os mais perigosos do Japão. Não havia ali registros de fuga. O agente prisional prestava um curso preparatório de três anos! Era um contraste com a nossa condição. Apresentei aquele relatório ao governador. Mas não tínhamos recursos suficientes para repetir aquela experiência aqui.

**Memorial do MPSC** – *Como eram as relações entre o Governo, a Justiça e o Ministério Público durante esta época em que o senhor funcionou como secretário adjunto de justiça?*

**Arno Schmidt** – Eram colaborativas e cordatas. Eu cuidava do sistema prisional. Quase não existiam fugas. Eu assistia à missa no siste-

ma prisional. Inclusive, levava os meus filhos. Era tudo mais tranquilo. Não havia esta criminalidade exacerbada de hoje em dia. Em meados de 1985, me afastei da Secretaria e voltei para a Procuradoria. Em 1986, candidatei-me a corregedor-geral. Fui o mais votado e assumi o cargo.

**Memorial do MPSC** – *Como foi esta experiência na condição de corregedor-geral?*

**Arno Schmidt** – Muito boa! Eu nunca desmoralizei nenhum colega. Percebia a Corregedoria como um instrumento de orientação. Houve uma ou outra dificuldade ocasional.

**Memorial do MPSC** – *Foi um período de troca de Governo e de procurador-geral, não é? Como foi esta vivência?*

**Arno Schmidt** – A relação com o procurador-geral de fato teve lances mais tormentosos. O Dr. Hipólito Piazza, certa feita, chamou-me para me informar que eu estaria sendo destituído do cargo de corregedor-geral. Eu tinha cumprido um ano de mandato. A Lei Orgânica silenciava sobre o mandato do corregedor-geral, mas havia um procedimento consuetudinário que sempre atribuía dois anos de exercício. Não houve jeito: ele quis me destituir. Eu entrei com um mandado de segurança. Como os procuradores haviam votado em mim para corregedor, citei-os como litisconsortes. Alguns ficaram danados comigo, pois, como litisconsortes, foram chamados a juízo (risos). Acabei sendo reconduzido e fiquei mais um ano no exercício da função. As relações com o Dr. Piazza se estabilizaram. Ele nunca me negou recursos para viagens de correição, por exemplo. Mas o clima continuou pesado. Em 1989, pedi aposentadoria. Já estava incomodado com aquilo tudo.

**Memorial do MPSC** – *E na Associação, o senhor teve alguma participação?*

**Arno Schmidt** – Ocupei a Vice-Presidência, durante o período no qual o Hélio Juk foi Presidente.

**Memorial do MPSC** – *Bem, muito obrigado pelo seu depoimento.*

**Arno Schmidt** – Eu é que agradeço a atenção.

# Nuno de Campos



**Nuno de Campos** nasceu em 22 de julho de 1938, em Lages. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1962 e se pós graduou na mesma em Direito do Estado. Iniciou seu exercício ministerial em 1963, quando foi promotor público interino da comarca de Tangará. Três meses após, foi nomeado por concurso, a promotor público na mesma comarca; por merecimento, foi promovido para a Comarca de Orleans; atuou em Xanxerê, no ano de 1969; Tijucas em 1970 e em 1971 foi promovido para a Comarca da Capital, onde atuou na Vara de Menores, hoje Vara da Infância e Juventude. Foi promovido por antiguidade ao cargo de procurador de justiça em 1984. Aposentou-se em 1992.

# NUNO DE CAMPOS<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *Dr. Nuno, o senhor é natural de onde?*

**Nuno de Campos** – De Lages. A família de meu pai é de São José, mas minha mãe era lageana. Então, eu acabei nascendo em Lages e vim para Florianópolis com um ano de idade. Criei-me na capital.

**Memorial do MPSC** – *Alguém em sua família tinha tradição no Direito? O que faziam seus pais?*

**Nuno de Campos** – Meu pai era professor secundário e rábula: tinha provisão do Tribunal para advogar. O número dele na Ordem era 102. Não havia advogados suficientes no interior, então, ele era um advogado prático.

**Memorial do MPSC** – *Mesmo sendo rábula, ele tinha inscrição na Ordem?*

**Nuno de Campos** – Claro! Os rábulas precisavam ter inscrição na Ordem.

**Memorial do MPSC** – *E ele advogava aqui em Florianópolis? Como era o nome dele?*

**Nuno de Campos** – Custódio Francisco de Campos. Ele advogava em Florianópolis e em São José.

**Memorial do MPSC** – *O senhor cursou faculdade em Florianópolis? Como foi esse período?*

**Nuno de Campos** – Eu ingressei na faculdade em 1958, me formando em 1962. Naquele ano, formaram-se trinta e cinco advogados em toda Santa Catarina. Hoje, são mais de mil por ano. Só havia uma

---

1 Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 2 de agosto de 2011, por Gunter Axt e Alexandre Martins. Transcrição de Thiago Oliva Lima de Araújo.

faculdade e uma turma. Mas no início do curso havia mais estudantes. Um desses colegas que deixou a faculdade, salvo engano, no segundo ano, era do Rio Grande do Sul, chamado Carlos Paixão Araújo, o marido da Presidente Dilma Rousseff.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a fazer estágio? Trabalhava?*

**Nuno de Campos** – Naquele tempo, os estudantes se inscreviam na Ordem dos Advogados como solicitadores acadêmicos, quartanista e quintanista. Quando eu estava no segundo ou terceiro ano do curso, meu pai falou com o escrivão da Vara Cível, para eu trabalhar lá, sem ganhar nada, como escrevente. Já no quarto ano, além das atividades de escrevente, passei a atuar na defesa dativa, por indicação do Juiz Marcondes de Mattos, da 2ª Vara Cível (pai do Fernando Marcondes, dono do Costão do Santinho). Esta indicação também foi intermediada pelo meu pai. Então, eu tinha aulas pela manhã, até as 9h, e ia direto para a Vara, onde sempre havia muita audiência. Peguei uma boa experiência prática. Fiz estágio na Vara Cível, e depois fui para a Vara Criminal.

**Memorial do MPSC** – *Teve algum professor que lhe marcou mais? Como era a relação com os docentes?*

**Nuno de Campos** – Como em todos os cursos, havia professores ruins, outros bons e alguns ótimos. Lembro-me do Waldemiro Cascaes: quando estava na Vara Cível, dividia os processos para eu e outro colega, o Paulo Vasconcelos, analisá-los. Nós fazíamos os despachos. Depois, ele lia, relia, e dava seu parecer sobre os casos. Às vezes nos pedia para estudar mais os pormenores de alguns processos, indicava pontos-chave do Código, que sabia de cabeça, para nos auxiliar nesta etapa da aprendizagem. Desse modo, então, ele tinha alta produtividade, justamente por contar com a ajuda de estagiários dedicados e comprometidos.

**Memorial do MPSC** – *Como surgiu o Ministério Público em sua vida?*

**Nuno de Campos** – No primeiro domingo após a formatura, em 1962, o jornal *O Estado* publicou a fotografia dos formandos, com uma

breve biografia, inclusive. No dia seguinte, meu pai, na Praça XV de Novembro, foi interpelado pelo então Procurador-Geral do Estado, Dr. Milton Leite da Costa, com o propósito de parabenizá-lo pela minha formação em Direito. Após a conveniente troca de gentilezas, o Dr. Milton Leite da Costa pediu a meu pai para me perguntar sobre possível interesse em assumir posto no Ministério Público, na condição de atuar no interior, interinamente. Sendo solteiro, topei. A primeira coisa a se fazer, então, era a inscrição na Ordem dos Advogados. Quem assinou a minha carteira, foi o Dr. João Batista Bonnassis. Então, o procurador-geral do Estado sugeriu ao Governador Celso Ramos minha nomeação para promotor interino. Formei-me em dezembro e, em janeiro, já assumia em Tangará. Logo depois, em abril, houve um concurso, no qual já estava automaticamente inscrito, em função da condição de promotor interino. Logrei aprovação e permaneci em Tangará de modo efetivo.

**Memorial do MPSC** – *Como foi o início da carreira em Tangará?*

**Nuno de Campos** – Eu costumo dizer que Tangará ficava localizada a sete léguas depois de deus me livre! (risos). Uma cidade muito pequena, não tinha absolutamente nada. Não havia telefone. A comunicação se dava por meio do rádio da Polícia Militar, em código morse.

**Memorial do MPSC** – *E depois de Tangará, o senhor foi para onde?*

**Nuno de Campos** – Para Orleans. Uma comarca excelente! Gostei de lá. E me senti também muito estimado. A política lá era agitada: os partidos políticos se digladiavam. Mas eu me mantinha distante. Ninguém nunca descobriu se eu tinha ou não alguma preferência partidária. Minha família também não tinha lado político definido. Nem a esposa, nem meus pais. Saí de Orleans, de segunda entrância, para Xanxerê, que era de terceira entrância. Mais tarde, pedi remoção pra Tijucas e, finalmente, para a Vara de Menores na capital. Foram criadas mais duas vagas para a Promotoria da capital, uma Cível, e outra Criminal. Eram, portanto, três vagas disponíveis, contando com a de Menores. Havia, paralelamente, três candidatos para remoção. O Procurador-Geral, Dr. José Daura, fez uma reunião conosco, comigo e com os outros dois con-

correntes, com o propósito de que chegássemos a um acordo quanto à posse das funções, justamente para evitar a convocação de um conselho para julgar quem seria mais apropriado a determinado cargo. Um dos Promotores era o Cláudio Marques, que tinha interesse na Vara Criminal, outro era o Aloysio Callado, que tinha inclinação à Vara Cível, enquanto eu, Nuno de Campos, tinha simpatia à Vara de Menores! Rapidamente decidimos a disposição dos cargos! Assim, assumi a Vara de Menores em 1971, ainda com o Código antigo. Só em 1980, um segundo Código de Menores foi posto em prática. Atualmente, vigora o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 1990.

**Memorial do MPSC** – *Quais as grandes diferenças entre o Estatuto de 1927 e o de 1980?*

**Nuno de Campos** – O Código de 1927 foi muito modificado pela chamada “legislação a retalho”. O Código de 1980, eu ajudei a fazer. Houve uma reunião, da Associação de Juízes e Promotores dos Menores para a feitura de um projeto e um código mais operacional. O ECA, por sua vez, é inaplicável em muitos pontos, apesar de alguns pormenores bastante maduros, bons mesmo. Produziram agora uma colcha de retalhos. Houve um avanço e um retrocesso. Problema social não é resolvido com lei. Hoje, no Brasil inteiro, há uma grande criminalidade, e é preciso desenvolver uma legislação que esteja de acordo com a realidade social do país no século XXI, pois o Estatuto ficou arcaico. Por exemplo, hoje, em Santa Catarina, um menor ou adolescente que comete um crime vai para onde? O juiz faz o quê?

**Memorial do MPSC** – *Na Vara de Menores, o senhor se recorda de algum caso especial, de algum processo singular que tenha lhe marcado mais, seja por ter chamado atenção da coletividade, seja por uma característica específica?*

**Nuno de Campos** – A Vara de Menores, na década de 1970, também assistia às ações relacionadas aos alimentos. Havia muito trabalho! Hoje, as questões de alimentos são atendidas pelas Varas de Família. Pois bem, certa vez, no bairro da Agrônômica, coincidentemente local de minha residência e da Vara de Menores, uma senhora bateu em minha

porta, em casa, próximo das 19 horas, reclamando do sumiço da filha, menor de idade. Tentei acalmá-la. Depois, fiz uma simples pergunta: e o namoradinho dela, onde está? Não era preciso ser detetive! Isso acontecia com alguma frequência, tendo relação com a antiga tradição açoriana do “roubo da noiva”. Noutro caso, um jogador do Figueirense deixou de pagar as pensões alimentícias determinadas pelo juiz. A mulher registrou queixa e eu, como promotor, requeri a prisão. Lembro-me que era uma quinta-feira e, na manhã seguinte, sexta-feira, o atleta estava preso. No domingo, haveria o dérbi da capital, Figueirense contra Avaí. Na sexta-feira, o Presidente do Figueirense, Major Ortiga, que conhecia a mim e a minha mulher, foi à minha casa reclamar, choramingar: “vejam só, esse monstro prendeu meu jogador!”. Para contornar aquela situação, rapidamente disse a ele que seria muito fácil reverter a condição de preso do futebolista: “Major Ortiga, faça um cheque e pague as despesas dele!” (risos).

**Memorial do MPSC** – *Os promotores operavam muito como conciliadores?*

**Nuno de Campos** – Certamente, 90% de minhas atividades, na Vara de Menores, eram acordos. Sobretudo no que dizia respeito às pensões alimentícias. Era uma legislação que previa conciliação, de modo específico. Lembro-me de uma senhora idosa, do Ribeirão da Ilha, que queria adotar um netinho, mas desconhecia o termo pertinente. Eu procurei orientá-la, dizendo que o interesse dela era obter a guarda do menor. Imediatamente, ela me perguntou o que era guarda. Como explicar para uma senhora semianalfabeta um conceito jurídico? Quanto mais eu explicava, menos ela entendia. De repente, caiu a ficha para ela. Disse-me com entusiasmo: “Doutor, é o direito de criação, não?” Eu, abismado, disse-lhe: “Mas é claro!” Enquanto professor universitário e pensador das questões jurídicas, jamais tinha pensado nessa forma didática de exemplificação! Passei a utilizá-la em minhas aulas. Incrível!

**Memorial do MPSC** – *De Tangará para Orleans mudava muito a natureza dos feitos? Quais eram as atividades do promotor?*

**Nuno de Campos** – Ah, até chegar à Vara de Menores, eu fazia tudo. Em Orleans, havia muita ação relacionada à moléstia profissional. Orleans abrangia a região de Lauro Müller, marcada pela atividade mineradora. Havia grande volume de queixas profissionais. Ações contra o INSS, trabalhistas, pedidos de aposentadoria por invalidez, muitas doenças pulmonares. O primeiro processo ao qual estive atrelado foi uma ação trabalhista.

**Memorial do MPSC** – *E de júris, o senhor participou?*

**Nuno de Campos** – Sim, demais! Fiz diversos júris em Xanxerê e em Orleans. Já em Tijucas, não fiz nenhum, talvez porque tenha permanecido apenas um ano por lá. Mas foi em Tijucas que aconteceu um caso muito interessante. Aconteceu num domingo e eu estava na capital, onde residia, pois não havia casa para alugar lá. O delegado de Polícia da comarca, à noite, bateu à porta do juiz para se entregar, alegando ter assassinado um colega. O juiz teve grande destreza para administrar a situação. Redigiu um ofício, chamou um advogado, e encaminhou o delegado ao comando da Polícia, até o momento em que o inquérito fosse aberto, logo na manhã seguinte. Quem o prenderia, se foi o delegado o autor do crime?

Em Tangará, por sua vez, ocorreu o processo mais interessante de minha vida. No início da década de 1960, não havia divórcio. Mas, mesmo assim, apareceu na comarca um processo de desquite litigioso, a partir de uma separação liminar. Quem deu entrada no processo foi o marido. O casal tinha dois filhos.

No entanto, a mulher contestou a ação, sob alegação de ilegitimidade de parte. E ela tinha razão! Eles eram e não eram casados. Uma situação enrolada. A cerimônia fora realizada, mas o serventuário do cartório não dera entrada no processo, provavelmente por desleixo, porque o noivo pedira a habilitação. Uma certidão até fora preenchida, mas esse documento não tinha importância jurídica, uma vez que não era cópia do certificado original. Como provar, então, que os dois estavam de fato casados? Eu, como promotor, requisitei o livro de registros,

mas a folha estava em branco. O Juiz, Dr. Rubem Costa, disse para mim: “Vista o Ministério Público e descasque esse problemão!”. Diante daquela situação, a solução jurídica proposta foi realizar o casamento, para depois propor o desquite. Mas ainda havia uma dificuldade. O fundamento jurídico do casamento é o consentimento. Ora, como convalidar um casamento se não havia interesse das partes? O casamento, então, seria nulo? Também não! O casamento era inexistente. Ficou assim. O juiz aceitou o parecer como casamento inexistente, a partir do bom-senso. Fizemos o primeiro divórcio do Brasil! Em 1964 ou 1965, no interior de Tangará!

**Memorial do MPSC** – *O senhor se lembra de algum caso em que esteve envolvido no júri?*

**Nuno de Campos** – Em Xanxerê, eu fui alertado por um pessoal que havia um advogado, de Chapecó, que interpretava os autos conforme queria. Por exemplo: se a testemunha dissesse que não estava presente, ele declarava que a testemunha estava presente. Como eu escaparia desse advogado? O tabelião havia acabado de receber uma grande máquina de xerox. Não tive dúvidas, pedi que ele fizesse cópia do processo inteiro, e fui para o júri. Lá, pude contrapor as falas desse advogado, amparado pelas cópias dos autos, que inclusive estavam autenticadas em cartório.

**Memorial do MPSC** – *Em Florianópolis, o senhor chegou a vivenciar a experiência do abrigo de menores?*

**Nuno de Campos** – Sim. Em primeiro lugar, acho importante esclarecer que a história da Vara de Menores foi muito malcontada. Na realidade, depois do Código de 1927, os Estados da Federação constituíram os tais abrigos de menores, com a finalidade de resolver o problema do infrator. Em Florianópolis, curiosamente, o abrigo fora criado, mas não havia infrator ao final da década de 1930. No estabelecimento, havia uma foto de Getúlio Vargas e outra do Nereu Ramos, interventor em Santa Catarina durante o Estado Novo.

O abrigo de menores foi confiado aos Irmãos Maristas. E como não havia infratores para povoá-lo, o transformaram num internato para crianças pobres. Eram poucas as opções para cursar o ginásio. Na capital havia apenas o Instituto de Educação, o Ginásio Catarinense e o Colégio Coração de Jesus, para as meninas. Havia, ainda, o Colégio Aurora, em Caçador, o Colégio Mãe dos Homens, em Araranguá; em Blumenau havia o Santo Antônio e o Santa Rosa; em Lages, o Diocesano; em Tubarão, o Colégio Deon. Assim, o filho de um cidadão bem de vida, nascido em Bom Retiro, iria estudar em Lages ou em Florianópolis. E as crianças filhas de gente simples eram mandadas ao abrigo de menores. O filho do motorista do governador, por exemplo, era assistido pelo abrigo de menores. Naquele tempo, às quartas-feiras, os governantes recebiam a população, em audiência popular, e um dos pedidos recorrentes era uma vaga para o abrigo de menores. Inclusive, havia um acordo entre o Juizado e o Executivo, pelo qual metade das vagas seria distribuída pelo juiz, e a outra metade, pelo governador. Um aspecto evidentemente político e eleitoral.

Os internados eram uniformizados, participavam de uma banda de música, jogavam futebol. Havia oficinas de carpintaria, alfaiataria, tipografia, nas quais se ensinavam ofícios, uma espécie de pré-escola industrial. O ensino era administrado pelos próprios Irmãos Maristas. Mas esse modelo ficou desatualizado, uma vez que infratores de verdade começaram a aparecer, e o governador desistiu daquela política eleitoral. Desse modo, a escola tradicional foi transferida para um prédio ao lado, onde hoje está o Colégio Padre Anchieta. A fraqueza da instituição foi se avolumando, os Irmãos Maristas foram embora e leigos passaram a administrar o local. Em 1930, a instituição funcionava de acordo com as exigências da época. Em 1950, 1960, já estava atrasada e superada. Imagine as condições do abrigo de menores em 1971, quando eu passei a vivenciá-lo!

**Memorial do MPSC** – *Na Vara de Menores, havia algum local específico para orfanato?*

**Nuno de Campos** – Havia algumas poucas instituições particulares: a SERTE, na Cachoeira do Bom Jesus; na Praça Getúlio Vargas, no centro, um espaço para as meninas, do qual não lembro o nome; o Preventório, em São José, onde se colocavam as crianças com hanseníase, por meio da Fundação Eunice Weaver.

**Memorial do MPSC** – *Como foi sua remoção para Tijucas?*

**Nuno de Campos** – Em Tijucas, há quarenta anos, não havia casa para alugar. Então, eu viajava de Florianópolis para lá todos os dias. Cheguei a falar com o procurador-geral sobre essa situação, mas não houve representação. Nas cidades que almejavam alçar à condição de comarca eram construídas residências para juiz e promotor. Mas Tijucas permanecia sem disponibilidade de residências. Apesar da BR 101, inaugurada havia pouco, vencer diariamente esse trecho era bastante cansativo.

**Memorial do MPSC** – *E qual era o perfil da criminalidade com o qual o senhor lidava?*

**Nuno de Campos** – Três anos após eu ter criado a cadeira optativa de Direito do Menor na Universidade Federal de Santa Catarina, resolvi fazer pós-graduação. Minha dissertação de mestrado, defendida em 1980, versava sobre os menores infratores. Ao final desse longo trabalho, eu traçei um perfil do menor infrator da década de 1970, a partir de um levantamento de todos os processos da Vara, e não por amostragem.

Os crimes considerados sérios eram praticados por adolescentes de idade mais avançada, diferentemente de hoje, quando nos deparamos com homicídios praticados por crianças de 14, 15 anos. Essa estatística corresponde às experiências de todo o Brasil. A meu ver, a criminalidade se portava diferente pela ausência da droga. Os entorpecentes não eram tão popularizados. O envolvimento dos adolescentes se restringia ao álcool, sobretudo no norte do Brasil.

Fui eleito membro da diretoria da Associação Brasileira de Magistrados de Menores, que era composta por juízes e promotores. Também

por isso, fui convidado a fazer um estágio, em Paris, sobre o Direito do Menor. Fiquei por lá quatro meses, analisando e refletindo a respeito das diferenças e semelhanças entre as experiências da França e do Brasil. Assim, passei a frequentar congressos internacionais que propunham essas discussões. Estive em Montreal, Turim, Amsterdã, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Inclusive, proferi uma palestra na Escola de Magistratura Portuguesa, entidade de altíssimo nível.

A instituição em que estive era vinculada ao Ministério da Justiça francês. Na área de Direito do Menor, era uma das mais qualificadas do mundo. Havia um setor destinado apenas a estudantes estrangeiros, com secretaria e dinâmica própria. A cada semana, eu recebia o cronograma da semana posterior: julgamento em determinada Vara; visita à penitenciária; comparecimento em júri, etc. Em uma das instituições de infratores que visitei, o diretor, que me recebeu muito bem, de repente começou a falar com as gírias próprias das crianças e da instituição. Quando percebeu que eu nada entendia, desculpou-se, dizendo ser força do hábito de convivência e retomando o francês culto (risos). Perguntei-lhe como faziam para administrar as fugas dos meninos, uma vez que tal dificuldade era o maior desafio das instituições de menores no Brasil. A princípio ele não entendeu. Então, disse-me: “Lá fora a temperatura é de cinco graus negativos. Aqui os meninos têm calefação e comida quente”. Foi aí que compreendi a influência da geografia no universo jurídico. Pensei comigo: “Em São Joaquim, especialmente no inverno, não há fuga de presos” (risos).

Em outra oportunidade, fui assistir a um júri em Versalhes, bem próximo ao antigo Palácio. Era um crime de estupro, com participação de menor. A legislação francesa determinava a existência de um júri tradicional, mesmo aos menores infratores, e o tribunal fora composto pela presidente do júri, auxiliada por dois juízes de menores. Iniciada a sessão, a presidente pediu ao policial responsável pela segurança que verificasse se todos os presentes poderiam estar ali, em razão de aquele processo estar sob segredo de justiça. O policial, assim, inquiriu-me. Disse-lhe que era um magistrado brasileiro, imaginando que isso lhe

seria suficiente. O homem da segurança, no entanto, ficou em dúvida, e voltou em direção da presidente para informá-la. Num misto de arrojo e decepção, disse a presidente: “Claro que ele pode, é um magistrado!” Junto a mim, havia um médico italiano, que foi impedido de assistir ao júri.

**Memorial do MPSC** – *Como era o convívio na Vara de Menores com os magistrados e outras autoridades?*

**Nuno de Campos** – Eu costumava dizer aos funcionários, a todas as pessoas, em geral, que caso quisessem falar comigo, não era preciso anúncio, agendamentos, e também acabei por fazer a maioria das audiências. Assim, fui crescendo dentro da área e ganhando confiança junto às pessoas. Após a criação da FUCABEM<sup>2</sup>, o pessoal me ligava em face de algum problema. Sempre estive disposto a colaborar.

**Memorial do MPSC** – *Como foi sua experiência de promotor durante o regime militar?*

**Nuno de Campos** – Durante o período militar, em Tangará, apareceu um oficial do Exército, se não me engano um major, interessado em investigar um advogado que tinha inspirações esquerdistas. Eu e o juiz falamos com o oficial, alegando que as motivações do advogado eram referentes ao seu período de estudante, e que, àquela altura, tornara-se um homem de direita.

Em Florianópolis, uma prima de minha esposa era casada com um Deputado Estadual de esquerda, Roberto Mota, radical, preso durante a “Operação Barriga Verde”. Quando eu soube da prisão, comentei com alguém que estava ao meu lado, na Associação, sobre minhas intenções de visitá-lo. Fui reprimido por esse colega, questionando-me se eu estava com os juízos desajustados em visitar um comuna durante o regime militar. Fui mesmo assim, uma vez que o Roberto Mota era meu compadre, eu batizei o filho dele.

---

2 Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor.

**Memorial do MPSC** – *Como eram as condições de trabalho de um promotor durante os anos 1970?*

**Nuno de Campos** – Em Tangará, havia gabinete, uma sala de 2x2m. Quando eu cheguei à Vara de Menores, em 1971, não havia gabinete, nem cadeira, nem lápis. Era precário. Fui falar com o juiz, e acabamos por fechar parte da sala de audiência para eu ter um espaço onde me alojar. Penso que as condições de trabalho dos promotores eram ruins também porque éramos considerados auxiliares, subalternos dos juizes. Não tínhamos o reconhecimento de hoje, conquistamos essa condição, legitimada pela Constituição de 1988. Depois de promovido a procurador, um amigo me questionou sobre uma possível promoção minha a juiz. Disse-lhe: “Quer me tirar o salário? Eu sou mais que juiz, sou procurador!” (risos).

**Memorial do MPSC** – *Dr. Nuno, como foi sua promoção ao segundo grau?*

**Nuno de Campos** – Foi por antiguidade. Eu não tinha quem me indicasse. Havia muita injunção política, interna e externa. Fui promovido de Orleans a Xanxerê, também por antiguidade, mas eu estava longe de ser o mais antigo; fui para adiantar a carreira, porque ninguém queria ir para aqueles rincões.

**Memorial do MPSC** – *Como foi o seu envolvimento na criação da Escola Superior do Ministério Público?*

**Nuno de Campos** – O Procurador-Geral, Hipólito Luiz Piazza, incumbiu-me de iniciar o processo de instalação da Escola, talvez em razão de ser professor da Universidade Federal. Uma comissão foi designada para desenvolver o aspecto jurídico e fui eleito diretor. O propósito era oferecer capacitação, orientação para o concurso. Para compor o quadro de professores, propus que buscássemos os melhores profissionais de cada área, independentemente de ser magistrado, promotor, advogado ou professor. Demos especial atenção às Letras, às aulas de português. Dessa forma, montamos um efetivo muito com-

petente. A Escola, a princípio, estava vinculada à Procuradoria. Depois passou para a alçada da Associação.

**Memorial do MPSC** – *Como foi sua passagem pela Associação?*

**Nuno de Campos** – Tornei-me sócio em janeiro de 1963. De início, a Associação era pequena. O terreno para a sede campestre foi o Dr. José Daura quem negociou, junto ao Governador Colombo Salles.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a integrar alguma diretoria da Associação?*

**Nuno de Campos** – Eu fui do Conselho Fiscal.

**Memorial do MPSC** – *Durante a gestão do Dr. Hipólito Luiz Piazza, quando o senhor esteve envolvido com a criação da Escola do Ministério Público, houve conflitos entre a Procuradoria-Geral e a Associação, era um período de polarização política...*

**Nuno de Campos** – Uma época tormentosa, sem dúvida. Os anos de chumbo do Ministério Público. Como eu estava envolvido com a criação da Escola, não estava de lado algum, era um elemento neutro. Quando o conflito explodiu, cheguei a pedir exoneração da Escola, alegando que não dava para trabalhar naquele ambiente. Depois, em outra administração, pediram para eu voltar, e aceitei.

Diante daquela efervescência política, dezoito, dos vinte e dois procuradores em audiência com o governador, pediram a substituição do procurador-geral. Eu integrava este grupo. Houve um encontro com o Governador Pedro Ivo Figueiredo de Campos e outro, com seu substituto, Casildo Maldaner, após o falecimento do primeiro. Acontece, no entanto, que nenhum dos dois destituiu o procurador-geral. Na audiência junto ao Governador Pedro Ivo, lembro-me de algum colega ter dito que não tínhamos interesse em impor ou propor nome algum, que apoiáramos qualquer nomeação proposta pelo Executivo, desde que o Dr. Piazza fosse afastado. Como o procurador-geral não foi afastado, o clima ficou horrível.

O Conselho Superior só funcionava com *quorum* mínimo de três participantes. Era o Conselho Superior que geria as promoções, que avaliava tudo. Como eu era integrante do Conselho, eu e outros dois colegas resolvemos não participar das sessões, com o intuito de desestabilizar o Dr. Piazza. Contudo, na hora H, dois saíram, mas um roeu a corda. O *quorum* mínimo foi mantido.

**Memorial do MPSC** – *Como era a relação com o Tribunal de Justiça?*

**Nuno de Campos** – No meu caso, muito boa. Em primeiro lugar, pelo fato de eu conhecer quase todos, juízes, desembargadores. Mas também pela razão de eu ter sido professor universitário, situação que amplia bastante o círculo de relacionamentos. Evidentemente, era preciso se impor em alguns momentos. No primeiro grau, apresentara vários recursos. Eu percebia um certo incômodo com essa situação, mas acreditava ter razão.

**Memorial do MPSC** – *O Tribunal costumava reconhecer os recursos do Ministério Público?*

**Nuno de Campos** – Quando eu estava na Vara de Menores, ganhei todos os recursos que apresentei. Não foram muitos, mas ganhei. Só recorria para ganhar.

**Memorial do MPSC** – *No segundo grau havia alguma tendência de os desembargadores seguirem o parecer do procurador?*

**Nuno de Campos** – Sim. Tínhamos Procuradores de altíssimo gabarito, como o Dr. Zenon Rios, Civilista, e o Maurílio Moreira Leite, no Crime.

**Memorial do MPSC** – *No segundo grau, o senhor atuou mais no Cível ou no Crime?*

**Nuno de Campos** – No Crime. Mas também fazia todas as sessões do Conselho da Magistratura, naquilo que tinha relação com as questões dos menores, por causa de minha especialização.

**Memorial do MPSC** – *E a repercussão do ECA no segundo grau? Que tipo de jurisprudência o senhor acompanhou sendo construída no Tribunal?*

**Nuno de Campos** – Houve repercussão no Tribunal de muitos Estados, por causa de alguns artigos que compunham o Estatuto, com o propósito de acertar o texto da legislação. Por exemplo: o ECA tinha um dispositivo que determinava a internação do adolescente apenas em caso de violência. O entrave estava naquele menor que vendia cocaína em frente à escola. O juiz recomendava sua internação, mas especialmente no Rio de Janeiro, *habeas corpus* surgiam, contrários à decisão judicial, sob alegação de que o adolescente não cometia crime com violência, ou crime contra a pessoa. No fim, articularam de uma forma que passou a permitir a internação de menor acusado de cometer esse tipo de crime.

**Memorial do MPSC** – *E sua aposentadoria?*

**Nuno de Campos** – Estava eu, na Universidade, e o coordenador do curso me perguntou sobre meu tempo de trabalho no Ministério Público. Disse-lhe que já podia me aposentar, que já havia cumprido o tempo de trabalho determinado pela legislação. Ele, então, me recomendou ir ao setor de pessoal da Universidade e requerer a condição de exclusividade, desde que houvesse o desligamento do Ministério Público. No início do ano seguinte, recebi um telefonema da secretaria do curso com a informação de que meu pedido havia sido deferido. Quase que imediatamente fui falar com o senhor Nery José Pedro, que preparou o ato que deveria ser assinado pelo Procurador-Geral, João Carlos Kurtz. Cinco dias depois, já atuava com dedicação exclusiva à Universidade Federal de Santa Catarina.

# Darci Manoel Gonçalves



**Darci Manoel Gonçalves** nasceu em 26 de abril de 1938, no distrito de Schröder, então município de Guaramirim. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1962. Iniciou o exercício ministerial no mesmo ano, como promotor público, na Comarca de Tangará. Atuou, também, nas Comarcas de Guaramirim, em 1967, removido a pedido; promovido por merecimento, em 1969, para a Comarca de Turvo e, em 1971, para a de Campos Novos. Em 1973 foi promovido para Rio do Sul; foi designado para a Vara de Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, na capital, em 1976. Sua promoção, para o cargo de procurador de justiça, ocorreu em 1988. Aposentou-se no ano seguinte.

# DARCI MANOEL GONÇALVES<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *Dr. Darci, o senhor é natural de onde?*

**Darci M. Gonçalves** – Eu sou filho de Guaramirim, nascido em Schröeder, então um distrito. Assim, nasci em Schröeder, mas oficialmente consta como sendo o município de Guaramirim.

**Memorial do MPSC** – *O senhor fez seus estudos em Florianópolis?*

**Darci M. Gonçalves** – Comecei no Ginásio São Luiz, em Jaraguá do Sul, depois de ter cursado o primário em Schröeder. Cursei até o primeiro ano do Técnico em Contabilidade. Nessa época, então com 16 anos, já trabalhava. Posteriormente, me transferi para Florianópolis, onde terminei o curso de Contabilidade na Academia de Comércio de Santa Catarina, do famoso Professor Jacaré. Prestei vestibular e passei para Direito e Ciências Econômicas. Optei pelo curso de Direito.

**Memorial do MPSC** – *E por que a opção pelo Direito?*

**Darci M. Gonçalves** – Minha vocação era ser engenheiro mecânico e eletricitista. Meu pai morreu quando eu tinha 16 anos e faltou quem ajudasse a custear meus estudos. Naquela época, o Científico só era disponibilizado no Colégio Santo Antônio e no Catarinense, matrículas que custavam um bom dinheiro. De forma que fiz o que foi possível, isto é, o curso de Contabilidade. Caí no Direito por falta de alternativa – era o vestibular que eu poderia prestar, com o curso que havia feito. Mas acabei gostando da matéria e da carreira.

**Memorial do MPSC** – *Havia alguma tradição na sua família, no Direito?*

**Darci M. Gonçalves** – Não. Meus pais eram agricultores em Schröeder. Meus irmãos eram professores. Fui o primeiro.

---

1 Entrevista realizada no escritório do depoente, em Florianópolis, por Gunter Axt e Thiago Oliva, em 26 de outubro de 2011. Transcrição de Angélica Bersch Boff.

**Memorial do MPSC – O senhor se formou quando?**

**Darci M. Gonçalves** – Formei-me em 1962, no curso de Direito da Faculdade Federal de Santa Catarina.

**Memorial do MPSC – Como foi esse período de faculdade?**

**Darci M. Gonçalves** – Lembro bem dos professores que nos marcaram, como o Professor Othon Gama D’Eça, ligado ao Direito Romano; o Professor Pedro Moura Ferro (Direito Civil)... Nunca me esqueço do que ele dizia: “Advocacia é uma profissão muito difícil. Trabalha-se muito para ganhar algum dinheiro. E quando se está mais ou menos bem de vida, já se está velho.” (risos). “Aproveitem enquanto vocês são novos!” Lembro-me muito dos colegas, das festas... Atrás da praça ao lado da Americana, onde hoje fica um Grupo Escolar, era o ponto de encontro da nossa turma, nos domingos à tarde, quando fazíamos uma festinha, dançávamos, namorávamos. O curso em si foi puxado.

Eu me casei durante o primeiro ano de faculdade. Conheci minha esposa e casamos logo. Trabalhava na Ponta do Leal (Estreito), como chefe de pessoal numa empresa chamada *The Texas Company* (depois TEXACO). Eu perdia sempre a metade da primeira aula, que começava às 18h. Ia com o carro da companhia, que conduzia os funcionários para o centro. Às vezes ia até na caçamba: era uma picape. A ponte Hercílio Luz era sempre movimentada nesse horário, o que tornava a travessia mais demorada. O Professor Pedro Moura Ferro era muito severo: não abria mão da chamada. Por sorte, ele atribuía às vezes esta tarefa para o bedel, que era meu amigo e ele me dava uma mãozinha. Mesmo assim, eu fiquei em segunda época, por falta de frequência. Apesar dessas dificuldades, consegui me formar bem, com boas notas.

Grande parte daquele pessoal da minha turma já faleceu. Um dos meus colegas vivos é o Dr. William Duarte da Silva, e dono do Hotel Bica D’Água, na Carvoeira. Somos companheiros até hoje. Aliás, ele é meu compadre.

**Memorial do MPSC** – *E a opção pelo Ministério Público, como foi?*

**Darci M. Gonçalves** – Aí, realmente, me senti vocacionado. O Dr. Nuno de Campos, Promotor, era um amigo e me influenciou na decisão. Eu me candidatei algumas vezes para uma vaga de promotor *ad hoc*, designado politicamente em substituição por tempo determinado, mas nunca consegui lograr nomeação. De sorte que resolvi tentar um concurso. Deu certo! Passei bem. Em sexto lugar, creio, numa turma de quinze. Eu queria ser promotor, pois achava bonita a carreira. Nunca me atraiu a Magistratura.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi sua primeira comarca?*

**Darci M. Gonçalves** – Foi Tangará. Assumi em 1966. Chegando à comarca, logo fiz amizade com o escrivão, Sr. Dirceu, de origem italiana. Nunca fizera antes uma denúncia e precisei aprender com ele (risos). No concurso caíam algumas peças, mas na prática tudo é muito diferente. Mas aprendi rápido. Para aprender, tem que ser na prática.

**Memorial do MPSC** – *Não havia Escola Superior na época, não é?*

**Darci M. Gonçalves** – Não tinha nada. Passávamos no concurso e éramos mandados para as comarcas. As comunicações com a Procuradoria-Geral eram precárias: as estradas muito ruins e o telefone deficiente. Internet, nem existia. Tudo, então, era muito difícil.

Inclusive, nem para a mudança havia ajuda de custo, tive de arrumar um caminhão no DER (Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina). Um amigo político conseguiu. O caminhão fazia 2 km por litro de gasolina. Como eu precisava pagar o combustível, foi um prejuízo daqueles! (risos).

Permaneci em Tangará sete meses. Logo em seguida, criaram a Comarca de Guaramirim, minha terra natal, para onde pedi remoção, logrando êxito. Na época eu tinha um sério concorrente, o Desembargador Amaral e Silva, que fora meu colega de concurso. Ele tinha parentes em Jaraguá do Sul. Ficou tão chateado com o episódio que fez concurso

para Magistratura, saindo do Ministério Público. Chegou a presidente do Tribunal mais tarde. Agora está aposentado. Eu tinha apoio político: era muito amigo do Deputado Adhemar Garcia Filho. Não adianta querer esconder, uma remoção, ou até promoção, no fim era sempre política. O Deputado Adhemar Garcia falou com o Governador Ivo Silveira, que me conhecia, pois éramos vizinhos na Praia dos Ingleses, praticamente de porta: o apartamento dele era no prédio da frente.

**Memorial do MPSC – Como foi atuar na sua terra?**

**Darci M. Gonçalves** – Essa é a grande pergunta que eu esperava! Sabia que irias me perguntar isso! (risos).

Bom, em Tangará eu sempre fui amigo de todos e nunca tive problema algum por conta disso. Minha condição de promotor foi sempre respeitada por todos. Ao sair de Florianópolis, já pertencia ao Rotary Club, do Estreito. Em Tangará, assim, ingressei no Rotary também. Era um bom clube social, que congregava as pessoas. Fiz boas amizades. Quando saí de Tangará promoveram um baile de despedida. E não era todo promotor que recebia baile, não! (risos). Foi uma homenagem que me prestaram. Eu também pertencia ao Clube do Brodo, com nove membros, a maioria de origem italiana. A gente se reunia; os homens para jogar cartas e comer brodo – uma sopa de galinha. Mais tarde, também as mulheres passaram a se reunir, sempre na casa de uma rotariana diferente. Elas adoravam! Pois assim podiam também sair de casa e conviver mais com as amigas. Na época, não existiam muitos espaços de confraternização e o Rotary desempenhava um papel importante.

Também gostei muito de Guaramirim. Mas, desde o início, enfrentei ali alguns probleminhas. O dono da casa onde eu morava pleiteou-me um favor: queria que eu desse um jeito num processo criminal de um parente. É claro que eu não poderia atender a essa solicitação! Disse-lhe que a amizade entre nós não podia justificar uma intervenção indevida do promotor num processo. Ele ficou inconsolável. Acabei dando-me por impedido no processo.

A comarca era nova, não tinha muito serviço. Fiz apenas um júri em dois anos. O advogado de defesa era o hoje Senador Luiz Henrique da Silveira, então advogado com banca em Joinville/SC. Eu mantinha o serviço sempre em dia, jamais permitindo acúmulo ou atraso de processos.

Meu grande feito social foi a fundação do Rotary Club de Guaramirim, que persiste até hoje, do qual fui o primeiro presidente. Tem até uma placa lá com uma homenagem que o pessoal fez posteriormente.

Em Guaramirim, quando cheguei, observei que havia muitas inimizades por questões políticas. O cidadão, por exemplo, vencida eleições majoritárias para prefeito e saía em carreatas, parando para soltar foguetes sobre a casa do oponente derrotado! Dava até tiro... Muita inimizade. Por meio das ações do Rotary Club, consegui apaziguar a cidade. Não eram muitos os rotarianos, uns vinte e cinco, dentre advogados, médicos, dentistas e comerciantes. Juntamo-nos e, assim, mudamos o clima. Foi muito bom. Há alguns anos visitei a cidade e a presidente do Clube era uma mulher. O Rotary Club, portanto, também ajudou a integrar a mulher na comunidade. No início, elas somente dispunham do Clube da Amizade. Depois, foram ingressando no Rotary também, ocupando espaços importantes.

Guaramirim está agora uma cidade desenvolvida, pujante, integrada à grande Jaraguá do Sul. Há fábricas importantes, como os Móveis Manes. À minha época, o pai dos proprietários, Sr. Manes, tinha uma sapataria.

**Memorial do MPSC** – *Como era a relação com as outras autoridades da comarca? Prefeito, juiz?*

**Darci M. Gonçalves** – (Risos) Até parece que adivinhas! Com o Prefeito Arnaldo Biloart Junior, a relação sempre foi ótima. Ele foi como um pai para mim. Inclusive, eu fui assessor jurídico do município por um tempo. O juiz tentou fazer uma representação para a Procuradoria-Geral de Justiça, por esse fato, mas eu exercia a função gratuitamente,

como múnus público. De vez em quando, elaborava um parecer. Montei também o edital para um concurso. Como não ajudar? Era minha cidade natal, o prefeito era muito amigo e, naquela época, havia carência de pessoal especializado. As Prefeituras lutavam com orçamentos apertados – era tudo muito contadinho. O Arnaldo, Prefeito, era rotariano, inclusive. Os filhos dele depois também se sagraram prefeitos em Guarimir e em Schröeder.

O juiz era um colega do meu tempo de faculdade. Era muito dinâmico e ousado: queria mandar no promotor, no delegado, no padre, no prefeito e, sinceramente, a gente não se deu muito bem. Não sei se conto toda a história... Às vezes ficava meio azedo, e aí encrencava com as pessoas. Um dia, bateu de frente com o prefeito, por uma questão jurídica. O prefeito era o proprietário da casa que ele alugava, ao lado da qual havia um pasto, onde a mulher do prefeito mantinha umas vacas leiteiras. Era gente do interior, agricultores. O juiz escrevia poesias, numa máquina de escrever que ficava junto a uma janela, com vista para o pasto. Um dia, tentando se concentrar, entre uma cervejinha e outra, irritou-se com o mugido das vacas e descarregou o revólver nos pobres bichos. A esposa do prefeito apareceu lá no Fórum chorando, pois uma vaca tinha sido ferida. Além disso, as outras, assustadas, haviam diminuído a produção leiteira. Deu um rolo tremendo! Tentei conversar com ele, para acalmar a situação. Ninguém tinha nada a ganhar com aquela briga tola. No final, tudo se apaziguou.

Depois deu um problema com um escrivão no Fórum, concursado. Acabou sendo demitido e, por conta disso, virou-se contra mim, pois me responsabilizou pela punição. O juiz tomou as dores do escrivão e acabamos inimizados.

Finalmente, fui promovido para Turvo, passando para a segunda instância. Ele ficou lá, mas continuou arrumando confusão. Tinha arroubos de agressividade e achava-se o rei da paróquia. Queria mandar em todos. Um homem inteligente, poeta, mas com um gênio difícil! Depois de aposentado, voltou a ser meu amigo.

**Memorial do MPSC** – *Ele chegou a representar contra o senhor?*

**Darci M. Gonçalves** – Nessa questão de assessoria da Prefeitura, mas a Procuradoria-Geral disse que não havia problema nenhum. Assessoria jurídica naquela época era uma coisa raríssima, não existia o cargo de procurador do município.

**Memorial do MPSC** – *E o conflito político já havia amainado?*

**Darci M. Gonçalves** – Ah, já! O Rotary foi fundamental para isso.

**Memorial do MPSC** – *E a relação com a Igreja, como era?*

**Darci M. Gonçalves** – Eu tinha um ótimo relacionamento com o Padre José Mathias Sthein, alemão nato e durão, daqueles que não deixava as moças entrarem na Igreja de blusa de manga curta e nem de calça comprida (Era tudo pecado!)... Exigia vestido longo, cabelo solto... Chamou-me um dia na paróquia, o que me deixou muito preocupado: “o padre chamando o promotor para conversar!”. Fui conversar com ele: pediu-me para eu falar com um dos médicos do hospital. Ele, o padre, se empenhara na construção do hospital e na escolha dos médicos. Pois um dos médicos gostava muito de futebol e acontecia que, às vezes, aparecia um doente e ele tinha que chamar o médico lá no campo de futebol do Guaramirim! (risos). O padre, então, pediu minha intervenção para que o médico se fizesse mais presente no hospital... Deu certo!

Uma das contribuições do Rotary para a cidade foi a sugestão de uma legislação municipal que concedesse benefícios fiscais para empresas que desejassem se instalar no município. Deu muito certo! Muitos negócios foram atraídos assim e o município teve grande progresso.

**Memorial do MPSC** – *Depois o senhor seguiu para Turvo?*

**Darci M. Gonçalves** – Sim, Turvo, de segunda entrância. Era uma comarca calma, mas com muito serviço. Lembro-me bem do brilhante advogado Dr. José dos Santos Silveira, hoje colega do MP, aposentado, morando em Laguna/SC. O Juiz era o Dr. Raul Tavares Cunha Melo,

que eu já conhecia de Jaraguá do Sul. Hospedei-me no hotel, porque não consegui casa. Lá fiquei com a mulher e os quatro filhos, durante três meses, cultivando amizade até com o dono do hotel, Sr. Elizeu Manenti, pessoa muito agradável. A comarca era provida de um hospital, com três bons médicos. A maioria do pessoal era de origem italiana, muito boa gente; era muito divertido. Fazia-se muita festa! No Lions Club, porque o Rotary não era ativo lá.

**Memorial do MPSC** – *Melhorou a sua relação com o juiz?*

**Darci M. Gonçalves** – Certamente! Dei-me muito bem com os juízes. Todos eles! Havia também o Dr. Carolino Corrêa, pessoa maravilhosa.

**Memorial do MPSC** – *Havia mais trabalho em Turvo?*

**Darci M. Gonçalves** – Sim, porque naquela região ainda havia quem contratasse pistoleiros. Lembro-me do júri do pistoleiro Bento Macuco. Explica-se o apelido: a ave macuco, quando vê o caçador, se esconde atrás de um toco, e o Bento recebeu este apelido justamente por espreitar suas vítimas sempre atrás de um toco. Neste júri, em questão, o Bento Macuco fora contratado pela esposa de um sujeito para matá-lo, mediante o pagamento de uma porca e dois sacos de milho. Parece que também recebeu uma bicicleta usada. A mulher queixava-se do marido, que seria um homem ruim, muito violento: batia na família toda.

Mas o júri mais rumoroso foi o do “Chumbinho” e do “Doutorzinho”. Na Revolução de 1964, esse Doutorzinho se fez passar por capitão médico do Exército, fardado, pistola na cintura e tudo o mais. Diziam-se enviados pela Revolução para monitorar a cidade. Acabaram integrando-se à sociedade, conquistando autoridade. Há passagens engraçadas a respeito, em razão da amizade de ambos com autoridades locais. Consta até que uma autoridade local, nas pescarias de fim de semana, colocava minhoca no anzol do Doutorzinho, que tinha nojo do bichinho. Esses bandidos se associaram a um cidadão de Turvo para cometer vários delitos, inclusive assaltos. Haviam estado presos juntos,

em Porto Alegre, e esse cidadão os atraiu para a cidade, quando todos já estavam soltos. Durante o meio ano em que permaneceram na cidade, fizeram o diabo! Assaltaram um corretor e jogaram o corpo na chamada “curva fria” da serra da Rocinha. Envolveram-se num assalto à própria Prefeitura. O Chumbinho era tão mau que, na BR 101, no Rio Grande do Sul, creio que na altura de Torres, parado por uma blitz da Polícia Rodoviária Federal, ao perceber que poderia ser detido, deixou cair um maço de cigarros e, quando o policial abaixou-se para, gentilmente, juntar os cigarros, disparou-lhe um tiro na cabeça. Matou-o friamente, à queima-roupa. Até que o pessoal de Turvo descobriu quem eles eram de verdade. Acabaram mortos.

O Chumbinho se associou ao indivíduo de Turvo e juntos eliminaram o Doutorzinho, num acerto de contas, enterrando o cadáver na praia do Arroio. Mas um cachorro achou uma mão humana enterrada na areia e isso denunciou o local da desova. Já o Chumbinho foi morto por um policial da ativa. Morreu com a pistola engatilhada. Diz-se que foi morte encomendada. O policial acabou absolvido no júri, porque o pessoal entendeu ter ele feito uma limpeza na cidade. Não tinha maus antecedentes e fora um bom soldado. Para esse júri houve uma verdadeira campanha política, como se fosse uma eleição. Eu sei que o resultado foi quatro a três pela absolvição. O júri terminou às sete horas da manhã. Não cheguei a conhecer os dois meliantes (Chumbinho e Doutorzinho), mas deve ter sido um período muito interessante, a passagem deles por Turvo!

**Memorial do MPSC** – *Quanto tempo o senhor ficou em Turvo?*

**Darci M. Gonçalves** – Dois anos, quando fui promovido para Campos Novos.

**Memorial do MPSC** – *Sim, no Oeste. Essa era considerada uma comarca violenta, não é?*

**Darci M. Gonçalves** – Sim. Dirigi-me para lá no meu valente fusca verde. Também era uma cidade alegre! Cheguei lá em dia de São João!

Muita música, dança, uma grande festa! Tive sorte para achar uma casa. Havia uma, bem no Centro, perto do Fórum. Desenvolvi amizade com o escrivão, quem me ajudou a conseguir a casa. Voltei para buscar a família. Na volta, meu fusca derrapou no barro vermelho, com o qual eu ainda não estava bem-acostumado, e subiu um barranco, atravessando uma cerca. Um susto daqueles! Mas não danificou muito. Apareceu o dono da fazenda e me ajudou a tirar o carro de ré (risos). Meus amigos da região preferiam a Rural para transitar por aquelas estradas e até colocavam correntes nas rodas para poder passar pelo barro.

Havia também muito trabalho por lá! Muito mais do que nas comarcas anteriores. Não passava uma semana sem que se registrasse pelo menos um atentado contra a vida. Era uma comarca bastante violenta. Dizem que o cemitério lá tem mais chumbo do que na fábrica (risos). Quando o Dr. Napoleão Xavier do Amarante, titular da outra Vara, seguiu convocado para a capital, eu precisei assumir em substituição também a 2ª Vara da Comarca.

Eu morava ao lado do Fórum. Sempre fui um promotor bem severo. O Juiz era o Dr. Bernardo Stan. Eu levantava às cinco horas da manhã, levava pilhas de inquéritos policiais amarelinhos para casa. Para aquecer o ambiente, usava uma lata de carvão em brasa, pois não existiam estufas. O inverno lá é rigorosíssimo.

O Rotary Club tinha lá sete ou oito membros. Estava decadente. Fui ameaçado de morte por um delegado de Polícia, o Sargento Jonas, um sujeito alto, encorpado. Já tinha matado alguém, não sei onde. Namorava uma moça de uma cidade próxima; gostava de tomar umas canas e, num domingo, na volta de uma celebração qualquer, creio, ele se estranhou no trânsito com um coletor estadual, em Lacerdópolis. O carro dele ficou um pouco avariado... Discutiram. Prendeu o cidadão! Lacerdópolis era bem longe de Campos Novos, mas o levou para a Delegacia, surrando-o com uma toalha molhada. Deixou-o preso, numa cela. Foi um ato de violência e de arbitrariedade! Quando soube, mandei soltar a vítima!

Dias depois, o mesmo delegado matou um preso, o coitado do Nego Pelé. Aparentemente, os presos pagavam-no para serem liberados aos finais de semana. O Pelé, assim solto numa sexta-feira, não retornou à Delegacia na segunda, como seria o esperado. De forma que o sargento foi à caça dele. Matou-o pelas costas, com um mosquetão, numa fazenda de um conhecido nosso. Foi um ato covarde.

No dia seguinte em que eu o denunciei, estava em curso na cidade outro júri, para o qual eu havia, por algum motivo que não mais recordo, me declarado impedido. O júri, então, foi assumido pelo promotor *ad hoc*, pois não havia substituto naquela época. Era um dentista, prático. Enquanto esse júri transcorria, o sargento apareceu, na boca da noite, na porta de minha casa, onde eu estava com a família, com duas pistolas nas mãos. Perguntou-me: “Eh! Como é que pode promotor denunciar um delegado! Ontem morreu um soldado...!” Tudo em tom ameaçador.

Disse-lhe para representar contra o promotor junto à Procuradoria-Geral e expliquei que eu entendia estar cumprindo o meu dever. Minha esposa, com um recém-nascido no colo, ficou em polvorosa. Abriu um berreiro e disse que chamaria o juiz de Direito! A casa ficava ao lado do Fórum! Não deu outra: pararam o júri, e o juiz em pouco tempo estava lá em casa! Foi só aí que o sujeito se retirou. Comunicado do que ocorrera, o Procurador-Geral, o inesquecível e estimado colega e amigo Dr. José Daura, pediu ao secretário de Segurança para prender o delegado. No dia seguinte, veio um caminhão da Polícia de Joaçaba, com toda uma companhia dentro, com ordem de capturá-lo vivo ou morto. Varreram a cidade! Encontraram o delegado homiziado na casa de um amigo de festas. Mas ele conseguiu evadir-se. Foi-se embora para Mato Grosso e nunca mais apareceu.

Muitos delegados na época eram sargentos. Aposentavam-se como segundo-tenentes. A maior parte deles já tinha matado alguém na função. Em geral, alegavam legítima defesa, ou em perseguição a um criminoso. Embora, de fato, não fosse nada fácil manter a ordem naquele clima de banguê-banguê que às vezes se instaurava em comarcas do

interior, alguns estavam acostumados a exorbitar. E podia acontecer de se chocarem até com as autoridades judiciárias. Então, ameaças podiam partir dos bandidos, mas também da própria Polícia, como foi o meu caso. Havia uma tensão no ar. Em Campos Novos, teve juiz que não amanheceu na comarca. Houve, por sua vez, um colega nosso que, alojado em uma pensão e sofrendo ameaça de morte, pediu para sair! Era uma construção de madeira e alguém disparou contra a parede do quarto onde ele estava hospedado.

Não que eu seja valente, mas só saí da comarca promovido. Porém, eu andava armado. Também mantinha uma segunda pistola no Fórum. Recebíamos a arma mediante um recibo, pois ela era emprestada, com autorização do juiz.

Nessa época, dois cidadãos vieram se oferecer para matar o tal de sargento. Estava com uma pilha de inquéritos pousada sobre a mesa quando eles me abordaram, em minha residência. Expliquei-lhes que minhas armas eram apenas o papel e a caneta. A terra lá era violenta, violenta mesmo.

Mas isso não impediu de formar boas amizades por lá. Eu, o juiz e o delegado (outro) saíamos às vezes para caçar perdizes. Na época, era permitido. Era um hábito tradicional, uma reminiscência do tempo em que as pessoas lutavam pela sobrevivência em ambientes hostis, antes de as novas sensibilidades ecológicas se desenvolverem. Numa caçada, a gente acampava, fazia um churrasco, tomava vinho: convivíamos como irmãos. A vida, no início dos anos 1970, no interior de Santa Catarina, era mais simples do que hoje em dia. Havia muito menos conforto, mas as pessoas tinham uma convivência muito próxima. E se ajudavam muito. O tempo de lazer era passado junto aos amigos e à família.

**Memorial do MPSC** – *Mais algum outro processo lhe chamou a atenção?*

**Darci M. Gonçalves** – Recordo-me de outro. Um indivíduo solteiro tornou-se amante de uma senhora casada. Passava pelo marido

traído e tripudiava sobre o sujeito, com gestos e bazófias. Essa gozação durou uns dois anos. O marido era agricultor, morador de perto da cidade, sujeito afável, estimado por todos. Os amigos instigaram-no a matar o amante. Afiou uma foice como uma navalha e espreitou-o por detrás de uma árvore, na praça central, bem defronte à Igreja, ao Banco do Brasil e ao Fórum. O amante costumava sentar-se em um banco da praça, onde sorvia uma pinga, calmamente. Teve a cabeça decepada num único golpe! Foi um caso bastante comentado.

Já preso, o matador costumava capinar o jardim e a horta da casa do juiz, bem como a minha. Esse era um costume da época: o preso, quando não oferecia risco maior, prestava serviços para o Fórum e para as autoridades da Justiça... E esse era um cidadão muito dócil, levado àquele ato extremo numa comunidade onde a honra era muito valorizada e lavada com sangue, depois de anos de humilhação e insuflado pelos amigos.

Acabou absolvido pelo júri! Eu não recorri, pois o sentimento da comunidade era de que o réu havia lavado a honra da família e não se tratava de um criminoso que oferecesse risco aos moradores. O caso dele era um contraste diante dos matadores de aluguel, bandidos de profissão, que por lá habitavam.

**Memorial do MPSC** – *Essa bandidagem se misturava com política, ou não?*

**Darci M. Gonçalves** – Não. Era mais coisa de interior. Dizem que a faixa asfáltica, quando instalada, ajudou muito a civilizar a região, pois arrefeceu o isolamento. Pessoas começaram a chegar e outras a sair. A cidade cresceu. Os costumes melhoraram. Observe-se que toda a região serrana continha violência. Na época, dizia-se que Lages, Curitiba e Campos Novos disputavam o troféu de a cidade “mais violenta”.

**Memorial do MPSC** – *Quanto tempo o senhor ficou em Campos Novos?*

**Darci M. Gonçalves** – Fiquei dois anos, de 1969 a 1971. Fui então promovido para a Comarca de Rio do Sul. Eu tinha pedido originalmente

uma promoção para Joinville, também de quarta entrância, pois desejava estar mais próximo dos meus parentes: dois ou três irmãos meus moravam lá. Mas depois da inscrição, mudei de ideia, pois achei que não daria certo. Só que não conseguia cancelar a inscrição, vez que dependia do telégrafo da Polícia Militar para me comunicar com a Procuradoria-Geral quando não conseguia linha telefônica (risos)! Consumi dois dias para completar uma ligação telefônica! Quando estavam quase assinando a minha promoção, consegui cancelar o pedido. Pouco tempo depois, acabei promovido por merecimento para Rio do Sul.

Em Rio do Sul, o Juiz era o Dr. Osni Caetano da Silva e, de novo, o Dr. Raul Tavares da Cunha Melo, que já conhecia de Turvo. Eram pessoas muito boas. Amigos queridos. E o Dr. Alcides Aguiar, mais tarde Desembargador, com quem partilho amizade até hoje. Depois, exerceu a Magistratura, lá também, o Dr. Francisco Xavier Medeiros Vieira, que chegou à Presidência de nosso Tribunal de Justiça. Dentre os colegas, lembro-me do Dr. João Guedes da Fonseca. O substituto era o Dr. Nilton José Machado. Dois promotores e um substituto!

Lá o Rotary Club era organizado. Reuníamos-nos também, às quartas-feiras, entre colegas do Judiciário e Ministério Público, motivo pelo qual éramos conhecidos como os “quarta-feirinos”. Cada vez, nos encontrávamos em uma comarca diferente, dentre as próximas na região: Ituporanga, Taió, Rio do Sul, Trombudo Central... Os juízes e promotores de umas cinco comarcas integravam o grupo. As esposas nos acompanhavam, de forma que era uma festa gostosa. Às vezes até saía uma dancinha, um jogo de bocha, churrasquinho... (risos). Esse era o nosso passatempo, a diversão. Não havia mais muito o que se fazer para distrair a mente na região e todos nós trabalhávamos muito.

**Memorial do MPSC** – *Qual era o perfil dos feitos em Rio do Sul?*

**Darci M. Gonçalves** – Na Vara em que assumi, havia muitos executivos fiscais e família... Não fiz júri em Rio do Sul. Havia processos criminais, mas que transitavam na outra Vara, na qual eu não atuava. De qualquer forma, os índices de violência estavam bastante distantes

dos verificados em Campos Novos. Rio do Sul era mais industrializada. Havia razoável número de ações trabalhistas, inclusive algumas oriundas de outras comarcas, nas quais não funcionava a Justiça do Trabalho. O Fórum ficava numa construção precária, de três andares. O piso intermediário abrigava a Prefeitura e, no térreo, estava instalado o BESC. Permaneci dois anos na cidade.

**Memorial do MPSC** – *Depois de Rio do Sul, o senhor veio para a capital, não é?*

**Darci M. Gonçalves** – Eu fui convocado pelo Dr. Napoleão Amaranete, Procurador-Geral, para atuar na Vara da Fazenda da Capital/SC. O novo Código Civil fora promulgado havia pouco tempo, então. Estávamos em 1976. Um feito trabalhista no qual eu atuara chamara a atenção dos procuradores. Eu entrei com um pedido de intervenção de terceiros por conta de uma avaliação malfeita, conseguindo derrubar a avaliação de valores muito aquém da realidade, de forma a produzir uma nova, num processo de falência. Com isso, todo o pessoal foi pago, direitinho, Fazenda Pública, trabalhadores e outros credores. Falência e concordata são processos complicados, nos quais ninguém gosta de intervir. Então, foi uma atitude ousada para a época, o que chamou a atenção do procurador-geral.

Assim, assumi o lugar que o próprio Dr. Napoleão ocupara durante o tempo em que ele atuara como promotor convocado na capital. Ali, funcionávamos como advogados do Estado. A estrutura da Vara da Fazenda já era insuficiente para dar conta do volume de processos. Defendíamos o Estado em cerca de 900 ações simultaneamente. Eu trabalhava catorze horas por dia. Fazia recursos extraordinários para o Supremo Tribunal Federal, contrarrazões, diligências, tudo! A gente cuidava de mil coisas ao mesmo tempo. Tinha que requisitar informações às autoridades, que nem sempre nos atendiam. Valíamos-nos apenas de máquina de escrever. Nada de servidores! Éramos o que hoje é todo o órgão da Procuradoria-Geral do Estado, com prédios, procuradores, servidores, etc... e, claro, com muito mais trabalho.

Às vezes eu perdia o prazo como defensor do Estado, mas usava o prazo do promotor para completar o trabalho. Sim, isso era esdrúxulo, esquisito, mas acontecia como consequência daquele sistema em que o Ministério Público acumulava as funções da atual Procuradoria-Geral do Estado, fazendo um serviço que não era dele por vocação. Era uma atribuição que vinha de herança do tempo do Procurador do Rei, mas incompatível com os tempos modernos, nos quais o Ministério Público se afirmava como defensor da sociedade, e não como representante do Estado. Com a separação das Procuradorias-Gerais, em 1982, a coisa melhorou para todos, a começar para o Estado. Fui, então, depois de seis anos, transferido para a 6ª Vara Cível. Eu adquirira uma boa experiência com o Direito Administrativo, de sorte que, quando me aposentei, em 1988, abri um escritório de advocacia com esta ênfase. Em 1987, fui promovido a procurador.

**Memorial do MPSC – Já na gestão do Dr. Piazza?**

**Darci M. Gonçalves** – Não, ainda na gestão do Dr. João Carlos Kurtz. O Dr. Piazza assumiu em seguida. Foi sucedido novamente pelo Kurtz, em 1992. Mas, ainda em 1987, teve também a gestão do Dr. José Leal.

**Memorial do MPSC – O Dr. Leal ficou por um período curto, de apenas três meses, não é?**

**Darci M. Gonçalves** – Sim. Ele veio de Brusque, sem a família. Sentia muita falta dos familiares. Também sentia falta das aulas que ministrava: era um professor respeitado na sua comunidade. Chegou a fazer uma pós-graduação na França. Estava triste no comando da Instituição. Pediu para sair. Foi substituído, afinal, pelo Dr. Piazza. Desde o início, era ele o candidato mais forte. Um grupo expressivo do PMDB, partido que chegara ao Governo com a eleição de Pedro Ivo Campos, conseguiu obstar a nomeação do Piazza e indicar o Leal. Mas a Procuradoria-Geral nunca tinha sido uma aspiração para o Leal. Ele não se adaptou ao ambiente.

**Memorial do MPSC – E como foi sua passagem pelo segundo grau?**

**Darci M. Gonçalves** – Atuei na Área Cível. Naquela época havia correntes dentro do Ministério Público. Era muito complicado. O Dr. Kurtz, quando saiu, não ficou muito conformado com a nomeação do Dr. Hipólito Piazza, pois ele integrava uma ala contrária. Instaurou-se um forte conflito de bastidores.

Eu assessorava o procurador-geral. Minha sala ficava ao lado da do Piazza. Ajudava muito nas principais peças jurídicas. Ele se aconselhava de vez em quando comigo. Mas a coisa não foi fácil. Houve um conflito agudo com a Associação do Ministério Público, que se acirrou quando o Piazza pediu para que a entidade de classe desocupasse a sala na qual se abrigava, nas dependências da Procuradoria-Geral. Houve repercussão na imprensa. Foi um processo traumático. Os novos tempos de fato não comportavam mais a presença da Associação na sede da Procuradoria-Geral, mas talvez tenha faltado um pouco de jogo de cintura. O Dr. Piazza foi um bom procurador, e mais não fez porque se via podado pelo grupo opositor mais forte, que era numeroso. Mas, depois as coisas serenaram e se resolveram. Ele terminou bem a gestão. Foi substituído pelo próprio Kurtz, então eleito pela classe no primeiro escrutínio para o cargo.

O Piazza tinha um ótimo trânsito junto ao Governador Pedro Ivo. Lembro-me de termos ido, certa vez, cumprimentar o Pedro Ivo pelo seu aniversário, no Palácio. Eu tinha alugado um ônibus, para irmos à Oktoberfest, em Blumenau, onde o Piazza fez um empolgado discurso, quando Wilson Kleinübing era Prefeito, defronte à Prefeitura. Foi toda a família, os filhos, o pessoal da Procuradoria, o Paulo Armando, o André, cunhado do Valdir Vieira... Fomos recebidos na Prefeitura. O Dr. Carvalhinho (Luiz Carlos Schmidt de Carvalho) era Promotor em Blumenau, com muito prestígio. Ele era quem organizava a ida dos colegas à Oktoberfest, sempre com muito sucesso.

**Memorial do MPSC – Que faleceu num acidente de...**

**Darci M. Gonçalves** – Num acidente de helicóptero. Aquele menino iria longe! Tinha vocação política para o bem! Foi secretário de Segurança Pública. Adorava resolver problemas. Esteve com Ângela Amin, em Nova York, para trazer o programa “Tolerância Zero” para Santa Catarina. Morreu estupidamente num helicóptero Esquilo, da Polícia Militar. Seguindo a rodovia, entre Joinville e Curitiba, já ao cair da noite, meio escuro, a aeronave bateu numa árvore. Foi uma tragédia para o Ministério Público e para Santa Catarina.

O Kurtz, por sua vez, foi um grande Procurador-geral. Ele mudou o status do Ministério Público. Antes de sua gestão, vivíamos mendigando apoio para o governador.

**Memorial do MPSC – E o senhor se aposentou quando?**

**Darci M. Gonçalves** – Aposentei-me em 1988, porque desde os dezesseis anos eu trabalhava com carteira assinada, de sorte que o tempo de serviço privado completou o tempo de serviço público. Aposentei-me com 48 anos de idade.

Ao tempo de Pedro Ivo, quando o Piazza era Procurador-geral, fui convidado a ser subsecretário da Casa Civil para assuntos legislativos, quando era Secretário o Dr. Saulo Vieira. Ele era também procurador jurídico da Assembleia, efetivo. Mas eu não aceitei. Teria de me demitir do Ministério Público e isso eu não queria. Além disso, na Subchefia para Assuntos Legislativos, para onde eu iria, era preciso estar meio que de plantão o tempo todo. O governador poderia solicitar um projeto de lei para dali a duas horas, em pleno fim de semana! Nem pensar!

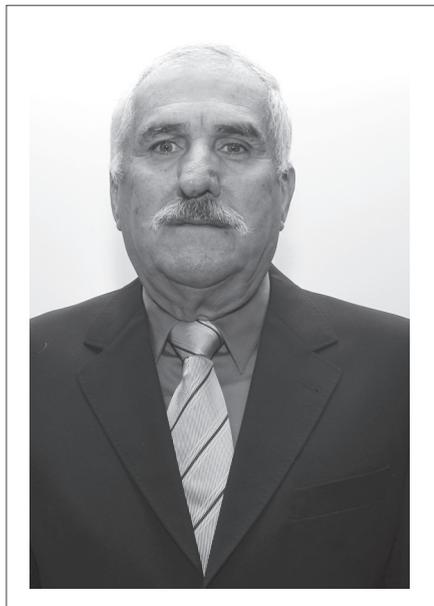
Depois de me aposentar, como eu tinha uma experiência no campo do Direito Administrativo, as pessoas começaram a me pedir assessoria jurídica. No início, fiz uma ou outra ação sem cobrar. Até que resolvi montar uma banca. Meu registro na OAB, de número 603, nunca foi cancelado. É um dos mais antigos. Hoje devo ter mais de três mil ações

em juízo. Sou advogado dos servidores da Assembleia, há vinte anos. Há sempre muito serviço. Estou querendo pendurar as chuteiras, mas não está fácil (risos).

**Memorial do MPSC** – *Dr. Darci, muito obrigado pelo seu depoimento.*

**Darci M. Gonçalves** – Eu é que agradeço a honra de prestá-lo, no intuito de colaborar com a memória de nossa Instituição.

# Valdir Vieira



**Valdir Vieira** nasceu em Florianópolis. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1964. Iniciou carreira ministerial em 1966, aprovado por concurso, foi nomeado promotor público da Comarca de Bom Retiro. No mesmo ano foi removido a pedido para a Comarca de Pomerode. Em 1969 foi designado para a Comarca de Urussanga. No mesmo ano, mantendo a designação para a Comarca de Urussanga, foi removido por permuta, da Comarca de Pomerode para a Comarca de Taió. Ainda mantendo sua designação para com a Comarca de Urussanga, em 1970 foi promovido por antiguidade para a Comarca de Dionísio Cerqueira. Por merecimento, foi promovido em 1971 para a Comarca de São Joaquim e em 1973, para a Comarca de Joinville, por promoção. Foi removido a pedido para a Comarca de Florianópolis, como promotor de justiça em 1978, atuou na 2ª e 4ª Vara Criminal e 3ª Vara Cível na capital. Atuou como secretário-geral do Ministério Público em dois períodos: nos anos de 1973 a 1975 e 1987 a 1988. Sua promoção a procurador de justiça foi em 1989. Aposentou-se em 2006.

**VALDIR VIEIRA**<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Valdir Vieira** – Sou de Florianópolis, *manezinho da ilha*, nasci no prédio conhecido como “Armazém Vieira” e lá vivi a minha infância toda.

**Memorial do MPSC** – *E a sua família também é de Florianópolis?*

**Valdir Vieira** – Sim, toda ela.

**Memorial do MPSC** – *E a Faculdade de Direito, o senhor fez onde?*

**Valdir Vieira** – Na antiga Faculdade de Direito de Florianópolis.

**Memorial do MPSC** – *E por que a opção pelo Direito? Tinha alguma tradição na família?*

**Valdir Vieira** – A opção pelo Direito foi meio fortuita. Eu estava fazendo o vestibular para Economia, mas um tio, que ajudou a me criar, me encontrou na rua e insistiu para que eu fizesse Direito. Acabei seguindo aquela orientação. Passei no vestibular e cursei a faculdade, na qual os colegas já me apelidavam de “Promotor”.

**Memorial do MPSC** – *Já, é?*

**Valdir Vieira** – É que durante a faculdade eu trabalhei com o Dr. Saciloti na 1ª Vara Criminal, como estagiário.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a convivência com ele?*

**Valdir Vieira** – Foi muito agradável. Eu me dava muito bem com ele. Era uma pessoa muito boa, muito inteligente. Ótimo no júri. Ele e o Dr. José Fontes, cujo gabinete ficava ao lado, sempre me dei muito bem com os dois.

---

1 Entrevista concedida a Gunter Axt e Alexandre Martins em 9 de agosto de 2011, na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis. Transcrição de Antônio Luzatto.

**Memorial do MPSC** – *Então o senhor já vinha com uma experiência de convívio em júri, com o promotor...*

**Valdir Vieira** – Exatamente. Inclusive, fiz um júri com o Dr. Valter da Silva, que substituiu o Dr. Sacilotti: numa oportunidade, ele me concedeu uma meia hora para eu falar...

**Memorial do MPSC** – *Ainda estudante?*

**Valdir Vieira** – Sim, como estudante, acho que quintanista.

**Memorial do MPSC** – *Então o senhor já tinha a carteira de solicitador?*

**Valdir Vieira** – Acho que sim... Eu creio ter sido o primeiro a fazer estágio no Ministério Público. Não remunerado. O Tribunal do Júri funcionava no prédio do Tribunal de Justiça, que ficava ao lado daquele prédio da Assembleia Legislativa que pegou fogo. O Tribunal de Justiça funcionava no andar de cima e a sala do Tribunal do Júri ficava no térreo.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se formou em que época?*

**Valdir Vieira** – Em 1964.

**Memorial do MPSC** – *O senhor entrou na faculdade em 1959... logo depois do incêndio da Assembleia?*

**Valdir Vieira** – Exatamente. Eu assisti ao incêndio. Eu morava na chácara de Espanha e, por coincidência, minha irmã estava fazendo quinze anos. Nós estávamos com uma festa em casa e foi quando ouvimos a gritaria: “fogo na Assembleia!” Corremos para assistir ao sinistro. Lembro-me dos Deputados Paulo Bornhausen e Volney Collaço de Oliveira chegando, este, vestido de chambre... Todo mundo na calçada assistindo ao prédio arder em chamas. De repente, a cúpula caiu, com um enorme estrondo... Foi uma cena impressionante. Era um prédio muito bonito...

**Memorial do MPSC** – *E a opção pelo Ministério Público, como apareceu?*

**Valdir Vieira** – Foi em seguida. Enquanto estudava, trabalhava nos Correios e aguardava uma oportunidade. Surgiu o concurso para o

Ministério Público em julho de 1966. Inscreveram-se uns vinte e poucos candidatos e passaram dezoito.

**Memorial do MPSC** – *Qual comarca o senhor assumiu?*

**Valdir Vieira** – Minha primeira comarca foi Bom Retiro. O Desembargador, já falecido, Dr. Rubem Moritz da Costa, era o Procurador-Geral do Estado na época. Um dia ele mandou me chamar, para perguntar se eu aceitaria Bom Retiro. Havia outros na minha frente – eu ficara em décimo terceiro lugar – que refugaram a investidura. Aceitei. Encaixotei meus livros e fui assinar o Termo de Posse, lá no gabinete dele. Peguei um ônibus lotado; uma longa viagem!

Eu tenho lembranças ótimas de Bom Retiro. Instalei-me primeiro num hotelzinho, bem simples. Mas um rapaz que havia sido deixado pela noiva me convidou para morar com ele. Aceitei. O banheiro ficava atrás da casa e o banho era com um latão de gasolina – naqueles tempos, a gasolina era vendida em latões. Esquentávamos a água no fogão à lenha e puxávamos o latão por uma cordinha. Banhávamo-nos ajoelhados. Pouco antes das dez horas da noite, o fornecimento de energia elétrica da cidade era interrompido. A eletricidade era gerada por um motor a diesel. Eu morava na mesma rua do hospital. Não tinha cinema, nem televisão. Mas fiquei pouco tempo lá.

**Memorial do MPSC** – *Algum processo lhe marcou lá?*

**Valdir Vieira** – Não. Durante minha estada na comarca não havia juiz... Lá foi a primeira vez na vida, e única, que eu comi uma feijoada à noite, porque era muito frio. Tanto que quando eu morava nessa casa, o dono esquentava uma toalha no ferro do fogão à lenha, com a qual eu cobria os pés para não congelar. E eu fui para lá em agosto.

**Memorial do MPSC** – *Quanto tempo chegou a ficar lá?*

**Valdir Vieira** – No dia 21 de outubro fui para Pomerode, comarca que estava sendo instalada.

Pomerode marcou a minha vida. Era uma cidade espetacular. Um povo muito bom. Eu fiquei até 1969 lá. Era uma cidade muito calma, quase não tinha serviço. Eu passava semanas sem sequer abrir o gabinete. Os juízes faziam passagem lá, porque alguns eram promovidos e então ficavam pouco tempo... Um substituto vinha de Blumenau. Eu até presidia algumas audiências, porque os juízes não queriam se instalar lá. Mas era uma cidade muito pacata. Em 1968, lembro-me de ter oferecido apenas uma denúncia. Tinha a ver com uma briga acontecida perto de Blumenau, num jogo de futebol, em que malharam o juiz.

**Memorial do MPSC – *O senhor denunciou os jogadores?***

**Valdir Vieira** – Sim. A instrução foi feita em Blumenau porque todo o pessoal era de lá... Era uma cidade de imigrantes alemães. Havia só dois pretos morando lá. Um era da política, tinha sido jogador do Avaí, e o outro não era muito bom da cabeça: quando sentia que a situação piorava um pouco, se internava na cadeia! Quando se sentia melhor, ele se destrancava e voltava para casa. Foi o único a utilizar a cadeia naqueles tempos. Nos finais de semana, aconteciam algumas rugas pelo interior. Então, o delegado saía nas segundas-feiras para uma romaria, visitando as pessoas, nos locais onde espocara alguma briga, algum entrevero, ajustando as coisas.

**Memorial do MPSC – *De Pomerode o senhor foi para onde?***

**Valdir Vieira** – Para Urussanga, onde trabalhei muito na parte acidentária. Funcionavam muitas mineradoras lá, com alto índice de acidentes de trabalho. Na semana, eram destinados três dias somente para instrução e julgamento das ações trabalhistas. O clima era mais frio, mas mesmo assim muito agradável. Lá eu fiz um júri pela primeira vez. Foi em Araranguá, por designação. E foi o único júri que fiz na vida.

O promotor de Araranguá teria, como advogado, atuado no inquérito policial, de sorte que o procurador-geral me designou. No júri eu falei, falei... Era a história de um cara que amarrou o cavalo na cerca do réu. Este, indignado, acompanhado de um filho, matou o sujeito

com um tiro. Perdi por seis a um. O único voto era de um amigo meu, lá de Urussanga. Eu sabia, porque ele olhou bem para mim durante o julgamento, sempre com uma expressão de concordância com as minhas palavras... O oficial de justiça disse: “Doutor, eu fiquei com uma pena do senhor, o senhor fazendo tanta força, e de véspera a defesa tinha conversado com os jurados e tinha acertado tudo para absolver o cara...”. Eu recorri e a sentença foi reformada. Mas foi outro quem fez o júri.

Em Pomerode houve outra passagem interessante. Eu estava no meu gabinete, à tarde, quando chegou um senhor para me falar, dizendo ter sido demitido e requerendo seus direitos. Marquei então uma audiência com o dono da empresa, para resolver. Veio o senhor, com a esposa, uma alemã. Só ela falava. E briga daqui, briga dali, lá pelas tantas perguntei: “o senhor não manda na sua casa?” E ele: “Doutor, muito pouco”. Afinal, consegui resolver e o empregado foi readmitido.

**Memorial do MPSC** – *Para onde o senhor seguiu depois de Urussanga?*

**Valdir Vieira** – Em março de 1971, o secretário-geral do Ministério Público quis se desligar da função. Falou-se, na oportunidade, que ele teria ficado desgostoso com a nova Lei Orgânica do Ministério Público, votada na Assembleia Legislativa. Então, o Dr. José Daura me convidou para o cargo. Recebi uma mensagem pelo rádio, para ir à Telefônica tentar ligar para a Procuradoria-Geral. Era difícil a comunicação do interior com a capital. Não havia telefone, muito menos internet. Usávamos o rádio da Polícia. Bem, conseguindo a comunicação, eu aceitei na hora!

Quando cheguei à Procuradoria, éramos setenta e cinco promotores e procuradores e apenas sete funcionários. No dia 15 de março eu assumi como secretário-geral do Ministério Público. Permaneci nessa função até o final do Governo do Dr. Colombo Salles. Promovemos sete ou oito concursos de ingresso, porque foram criadas diversas comarcas, diversas varas. Éramos completamente absorvidos pela rotina de organização de um concurso após o outro. Havia uma enorme falta de promotores... A nova Lei Orgânica extinguiu a excrescência do adjunto de promotor. Até então, qualquer um poderia funcionar como adjunto:

o açougueiro, o farmacêutico, alguém ligado ao Governo... Alguns se eternizavam nessas funções. Quando gozávamos férias, eles assumiam. A nova lei foi pensada no Governo Colombo Salles. Conseguíamos obedecer à ordem de antiguidade nas nomeações e promoções, porque o Dr. Daura tinha muito prestígio com o Dr. Colombo Machado Salles, que dificilmente interferia, tanto que o Dr. Daura levava para o governador apenas um ato, cuja confecção nos cabia. Nunca houve problemas. Foi um período de muitas nomeações. Chegamos a propor uma alteração na lei, para diminuir o período de interstício, de dois anos para um, a fim de que as comarcas vagas pudessem ser todas preenchidas. Foi uma época bastante trabalhosa.

O Ministério Público teve um avanço significativo nessa época. Tanto que o Colombo Salles foi reconhecido, sendo a ele conferido o título de Promotor Emérito. O Dr. Daura era uma pessoa muito respeitada na época, de muita personalidade. Ele foi também secretário de Segurança. Foi sempre muito íntegro e amigo... O Colombo tinha tanta confiança nele que, quando viajou para a Alemanha, ficando ausente uns 15 dias, o vice-governador não assinava nada sem antes consultar o Dr. Daura.... Eles se conheciam de Chapecó, onde o Dr. Daura funcionara como Promotor. O vice-governador era o dono da Sadia, um importante homem público...

Não era fácil ser promotor público. Ganhava-se mal... E ainda havia defasagem com relação ao salário dos juizes. Eu entrei como promotor de primeira entrância, porque não existia a figura do promotor substituto, ganhando o equivalente a um juiz substituto. O promotor de quarta ganhava como juiz de terceira. O procurador ganhava como juiz de quarta. E assim por diante. Havia ainda a dificuldade imposta pela inflação, que de um mês para o outro corroía os vencimentos.

Houve um encontro de promotores, juizes e advogados, em Lages, no qual o Dr. Colombo prestigiou o Dr. Daura, anunciando que mandara para a Assembleia um projeto de lei estabelecendo novo reajuste salarial para magistrados e membros do Ministério Público... Os magistrados ficaram incomodados e na sessão seguinte nem convidaram

o Dr. Daura para participar da mesa. O presidente da Associação dos Magistrados enviou, depois, uma carta para o governador abrindo mão do aumento concedido aos juízes, apenas porque estava sendo aplicado o mesmo índice de reajuste para os promotores. Os juízes entendiam que os promotores podiam complementar a renda com o exercício da advocacia. Muitos acreditavam que os promotores tinham um padrão de vida superior ao dos magistrados. Mas isso era uma falácia, pois apenas alguns de fato advogavam.

Além disso, as condições de trabalho eram precárias. Não havia infraestrutura à disposição do promotor. Por exemplo, lá em Urussanga, se eu quisesse fazer uma pesquisa, eu recorria ao gabinete do juiz, onde estava abrigada a biblioteca do Fórum. Eu comprei minha própria máquina de escrever... Todas as despesas de material administrativo eram por nossa conta, tais como correio, material de expediente, etc. Uma miséria!

Não tínhamos orçamento próprio, dependíamos do Executivo ou do Judiciário para tudo! Cada centavo era contadinho... Todo o mês era uma briga com o secretário da Fazenda, que não queria repassar o pagamento da despesa.

Lembro quando resolvemos comprar um carro, um Dodge Dart, porque a Procuradoria-Geral não dispunha de veículos. O secretário da Fazenda negou o pedido. Amealhamos um dinheiro em conjunto, quitamos diversas multas e o governador então autorizou a compra do carro.

Tempos difíceis: havia muito antagonismo entre a Magistratura e o Ministério Público. Alguns juízes extrapolavam.

**Memorial do MPSC** – *O senhor percebia haver injunções políticas sobre a ação do promotor?*

**Valdir Vieira** – Sim, havia. Podia não acontecer de forma explícita, direta, mas, veja, o procurador-geral era escolhido ao livre-talante do governador. Era elaborada uma lista tríplice e encaminhada ao governador. Quem tinha mais força política era promovido.

**Memorial do MPSC – O senhor chegou a assumir em Rio do Sul?**

**Valdir Vieira** – Não, fui promovido para lá, mas não cheguei a assumir, permanecendo como convocado na capital. Depois, fui removido para Joinville, mas também não assumi a comarca.

Quando o Dr. Antônio Carlos Konder Reis assumiu o Governo, sucedendo o Colombo, dispensou os auxiliares ligados ao antecessor. Seu candidato para a Procuradoria-Geral era o Dr. Fernando Bastos. Fizemos campanha contra, porque eu acreditava que o ungido deveria ser um membro do Ministério Público. Ele até ficou chateado comigo. Mas não era uma questão pessoal. Enfim, instalou-se um movimento e fomos conversar com o Dr. Jorge Bornhausen, a quem sugerimos dois nomes alternativos, o Dr. Wanderley e o Dr. Napoleão Xavier do Amarante. O governador, assim, acabou escolhendo o Napoleão... O Dr. Daura tinha muita confiança em mim para tocar a parte administrativa. Contudo, esse reconhecimento também provocava resistências internas, inveja, ressentimentos. Então, o Napoleão, ao assumir, me propôs transferência da Secretaria-Geral para a função de parecerista. Permaneci emitindo pareceres por um ano. Até que houve uma eleição para representante da Associação no Conselho. Eu e o Napoleão apoiamos candidatos diferentes. Apesar dos pedidos para que eu revisse minha posição, mantive minha palavra e meu compromisso com aquela candidatura. No dia seguinte à eleição, foi editada uma portaria me desconvocando. Eu tinha um bom período de férias acumuladas, não gozadas, de sorte que as requisitei. Seria complicado assumir a promotoria em Joinville naquela oportunidade, pois minha esposa trabalhava na Casa Civil. Finalmente, consegui uma audiência com o Antônio Carlos. Ele foi compreensivo com a minha situação, pois eu já estava havia alguns anos estabelecido com a família em Florianópolis. Assim, eu fui designado para a 2ª Vara Criminal. O titular, Ney Elias Ramos Rosa, foi deslocado para a Vara Militar, cujas audiências aconteciam apenas uma vez por semana e o julgamento era oral. Depois, abriu vaga na 4ª Criminal e segui para lá. Mais tarde, fui para a 3ª Vara Cível, sendo daí promovido por antiguidade para procurador...

**Memorial do MPSC** – *Nessa passagem pelas Varas do Crime, o senhor se recorda de algum processo que tenha lhe marcado mais?*

**Valdir Vieira** – Eu me lembro bem do crescimento evidente do problema da droga. No início dos anos 1980, cerca de 70% dos crimes eram relacionados a cheques sem fundos, furto, estelionato... Mas foi claramente perceptível o momento em que o uso e o tráfico de drogas ilícitas começou a se fazer mais evidente.

Quando promotor da 2ª Vara Criminal, recebi uma representação de um corretor de imóveis reclamando da cobrança de taxas abusivas por conta de transferência de bens em um cartório. Ninguém imaginava que eu denunciaria, mas o fiz. Deu um banzé daqueles! A cartorária me ligou indignada, perguntando-me como poderia ser processada. Respondi que a lei se aplicava a todos, independentemente do código genético, do sobrenome, da posição social... Ameaçou-me de tudo quanto foi maneira, inclusive de inviabilizar as carreiras dos meus filhos no futuro. Afinal, impetraram um *habeas corpus* e trancaram a ação penal. Mas acabei elogiado pelo Tribunal de Justiça. Vencido, um desembargador elogiou minha conduta. Eu tenho até hoje esse acórdão guardado.

Em outro caso também me incomodei muito... Foi entre 1975 e 1980... Apareceu uma gravação, que escancarava que o dono de uma empresa de financiamento para construção estava cobrando propina para a liberação dos recursos... A vítima gravou o cara, que o estava forçando a pagar. E entregou a fita numa Delegacia de Polícia. O assunto caiu para mim e fiz a denúncia. Recebi um telefonema do Rio de Janeiro, pois uma pessoa influente no meio jurídico e político, que se dava bem com o denunciado, desejava me falar. O sujeito veio de avião e foi me procurar na 2ª Vara. Batemos um papo e ele me pediu o inquérito emprestado, para dar uma olhada. Concordei, mas deixei junto o rascunho da minha denúncia. No dia seguinte ele me procurou em casa. Entregou-me um rascunho de um documento. Comecei a ler: era um pedido de arquivamento do inquérito. Estava implícito ali que se eu aceitasse aquele acordo, seria beneficiado de alguma forma. Mas eu deixara propositalmente o rascunho da minha denúncia para minha opinião ficar patente. Eu não a mudaria por nada.

Tenho até hoje aquela fita em casa. Afinal, agradeceu minha atenção e foi embora. O réu acabou condenado. Isso foi como um castelo de areia. Era uma empresa forte, mas logo em seguida se inviabilizou. Foi um assunto rumoroso, pois essa empresa fazia muita propaganda na televisão, na rádio, e, de repente, quebrou. A pessoa essa, que tentara me conversar para mudar de opinião, pertencia até a um grupo econômico que acabou comprando a empresa de crédito. Mesmo assim, não a salvou da falência, pois o escândalo foi muito grande.

**Memorial do MPSC** – *Voltando à política, o senhor acredita que era perceptível a influência dos militares sobre a política em Santa Catarina?*

**Valdir Vieira** – Sim, muito. Ninguém poderia imaginar que o Jorge Bornhausen, o Ivo Silveira e o Celso Ramos estariam no mesmo palanque, como aconteceu depois da instalação da Arena. Do Colombo, pouca gente tinha ouvido falar antes: a candidatura dele foi construída e imposta pelos militares. Todos engoliram.

**Memorial do MPSC** – *Falava-se na época do Catetinho, localizado no Quinto Comando Naval: isso influenciava mesmo?*

**Valdir Vieira** – Certamente. Inclusive, havia um promotor que integrava esta comissão. Chamavam, aquela comissão, de SubCI. Eles intervinham em algumas coisas. Por exemplo, encerradas as inscrições para os concursos de ingresso na carreira, precisávamos enviar a lista dos inscritos para a comissão, que a devolvia com um ou outro nome ladeado por uma cruzinha vermelha: significava que aquela pessoa não poderia ter a inscrição homologada. Na primeira metade da década de 1970, era assim... Não éramos informados dos motivos, mas esta peneira acontecia e precisávamos acatar. Então, simplesmente informávamos o candidato que a inscrição havia sido indeferida. Essa restrição, percebíamos, recaía sobre pessoas que costumavam ser atuantes na política de oposição ao regime. Houve um caso em que um candidato conseguiu passar esta fase e terminou aprovado no concurso. Mas demorou a ser nomeado... Conseguiu tomar posse como promotor, mas, depois, preferiu prestar concurso para a Magistratura, logrando também aprovação.

A tensão, entretanto, era dos dois lados. Antes de 1964, era comum ouvirmos algumas pessoas se autoproclamando comunistas e ameaçando conduzir uns e outros para o paredão. Acontecia muito nos Correios, onde eu trabalhei. Esse pessoal depois sofreu – alguns foram presos e até torturados.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a atuar também na Auditoria Militar?*

**Valdir Vieira** – Quando o titular de uma Vara tirava férias, acontecia um rodízio de substituição. Então, eu substituí na Vara Militar, substituí na Vara de Menores, substituí nas Varas Criminais... Trabalhávamos bastante nestas substituições.

Certa vez, na Auditoria Militar, peguei um processo em que um soldado fora denunciado por bater, involuntariamente, com a mão na orelha de um sargento que implicava muito com ele. Eu pedi a absolvição do soldado. Fora um gesto involuntário e, além do mais, o soldado estava sendo de fato coagido pelo superior. Os militares ficaram uma fera. Levaram um tempão para conseguir condená-lo. O caso acabou subindo em grau de recurso para o Tribunal, que também entendeu de inocentar o soldado. Enfim, em geral lá só se tratavam desses pequenos casos, em que a disciplina e a hierarquia eram ultravalorizadas.

**Memorial do MPSC** – *Dr. Valdir, o senhor se lembra do Cel. Trogílio?*

**Valdir Vieira** – Ah, sim! Ele era famoso, muito respeitado aqui. Todo mundo tinha medo dele. Era truculento. Ele chegava já dando bordoadas. Lembro de um episódio de infância com o Cel. Trogílio. À tarde, a cidade era quase deserta, circulavam meia dúzia de carros, de sorte que a gente jogava bola na rua. Numa oportunidade, o Coronel Trogílio chegou e acabou com a festa, espantando a turma aos trancos. No desfile de 7 de setembro, um querido amigo, já falecido, para se cobrar, deu um soco no Coronel Trogílio e correu para o Palácio, porque o pai dele era desembargador, presidente do Tribunal. E daí, não aconteceu nada.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de grandes julgamentos que impactaram a cidade nos anos 1970, de algum grande caso que mobilizou a opinião pública?*

**Valdir Vieira** – Não muitos. Houve um júri bastante rumoroso, feito pelo Dr. Severino, cujo réu era o pai do ex-Governador Amin.

**Memorial do MPSC** – *Quando se deu a sua promoção para procurador?*

**Valdir Vieira** – Em 1989. Eu fiquei 40 anos no Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *O senhor voltou ao cargo de secretário-geral?*

**Valdir Vieira** – Sim. Havia muita política institucional. Um certo destempero nas convocações, que aconteciam muito em função das amizades, o que contribuía para a formação de grupos. Passei a integrar um grupo que criticava esse sistema e, principalmente, a distorção das substituições. Muitos membros estavam deslocados de suas Promotorias de origem. Enfim, os ânimos lá pelas tantas ficaram erçados por conta dessas divergências. Na minha ficha funcional há até uma advertência, porque eu liderava o movimento de oposição. Não lembro mais exatamente o porquê, mas abriu-se uma sindicância contra mim. Defendi-me e ela acabou arquivada. Foi antes do Governo do Pedro Ivo.

Um segundo episódio se deu quando o nosso grupo batalhava pela indicação do procurador-geral. Eu, o Nelson Ferraz e o Demétrio participamos ativamente da confecção do plano de Governo do Pedro Ivo, na parte atinente ao Ministério Público, à Justiça e à Segurança. E saiu uma nota nos jornais da capital, nos chamando de malandros, porque ao invés de trabalharmos estaríamos fazendo política partidária. Eu ocupava, na oportunidade, a 3ª Vara Cível, que de fato tinha um volume de trabalho muito pequeno, o que me deixava tempo livre para me dedicar à discussão do plano de Governo. Mas não havia política partidária envolvida aí. Era um projeto no qual acreditávamos e, como todos, procurávamos concorrer com a nossa parcela de contribuição. Aquele era um período de grande ebulição institucional no Brasil, de grande envolvimento da cidadania, de mobilização popular e tudo o mais. Foi uma nota maliciosa.

Eu não era malandro, frequentava o Fórum todos os dias, em período integral. Uma funcionária do cartório me disse: “poxa, Sr. Valdir, o senhor é o primeiro Promotor que faz expediente aqui”. Ela nem conseguiu conhecer meu antecessor. Mas, por causa disso, abriram uma nova sindicância. Dessa vez, me calei. Perguntaram-me se eu considerava uma mancha no meu currículo e eu respondi que era um motivo de orgulho, pelo meu caráter e meu modo de agir.

Enfim, quem consultar hoje a minha ficha funcional vai localizar estas nódoas (risos). Sempre cumpri minhas funções com retidão e caráter. Aquilo foi uma perseguição política. Era difícil. O procurador-geral tinha muita força naquela época. Fazia e desfazia. Chegava à reunião do Conselho e dizia: “meu candidato é fulano de tal”. E todo mundo apoiava.

Numa oportunidade, logo após me candidatar a subprocurador, fui a uma festa na casa de uma cartorária, na qual encontrei o governador. Ele disse que abriria uma vaga e se eu estivesse na lista seria promovido a procurador. Não consegui entrar em lista por influência do procurador-geral. Não acontecia apenas com o procurador-geral a, b ou c. O sistema é que funcionava assim e as pessoas estavam acostumadas com isto. Havia toda uma cultura que precisava ser mudada. Criava-se toda uma turma de bajuladores em torno dos que estavam no comando da Instituição. E havia também a reação. A Constituição de 1988 acabou com esta cultura e com esta política de amizades e inimizades. Foi um diploma saneador para o Ministério Público.

### **Memorial do MPSC – E como foi a gestão do Dr. Piazza?**

**Valdir Vieira** – Foi muito atribulada. Ele substituiu o João Carlos Kurtz. O Ministério Público é o que é muito por causa do Kurtz. Ele foi um batalhador. A paridade é coisa dele, ele brigava pelo Ministério Público. Como todo mundo, ele tem os seus defeitos, mas foi um dos grandes defensores e construtores do novo Ministério Público. Foi um dos melhores procuradores-gerais que já tivemos, além do Dr. José Daura. Quem, administrativamente, elevou o Ministério Público em Santa Catarina de forma extraordinária foi o Kurtz.

Entre o Kurtz e o Piazza, assumiu a Procuradoria-Geral, por um curto espaço de tempo, o Dr. José Leal. Ele não se sentiu preparado para os desafios que então se colocavam, sentiu falta da família, que permaneceu em Brusque, cidade onde residia. Por isso, não desejou continuar no exercício do cargo. Mas foi um promotor muito inteligente. Inclusive, em 1971, durante o Congresso do Ministério Público, em São Paulo, ele foi badaladíssimo, pois estava chegando de uma temporada na Europa, onde fizera uma pós-graduação. Era o que tinha de mais moderno.

O Piazza era o nosso candidato desde o início. Então, quando o Leal quis renunciar, conseguimos indicá-lo. Foi uma luta! Sem falsa modéstia, se eu tivesse lançado meu nome, provavelmente teria logrado a nomeação para procurador-geral, pois os promotores da capital se reuniram e me indicaram. Havia, portanto, um movimento de suporte partindo da classe. Eu é que não quis. Minha esposa tinha cargo comissionado no Governo do Espiridião: estava na Casa Civil. Eu me dava muito bem com o Espiridião e uma porção de gente. Então, achei que ficaria deselegante. O Piazza, então, emergiu como um nome de consenso do nosso grupo. Na primeira vez não deu, mas na segunda, foi.

Contudo, o momento não era nada fácil. A inflação chegava a 80% ao ano! A política era acirrada. Era preciso ter muito jogo de cintura para administrar aquilo. O Piazza era mais linha-dura. Foi sempre muito honesto e transparente, mas partiu para o enfrentamento. O Pedro Ivo, por sua vez, brigava com todo mundo. Então, o Kurtz retornou, substituindo o Piazza, e conseguiu consolidar muitas conquistas, tendo uma queda de braço significativa com o Governador Vilson Kleinübing.

**Memorial do MPSC** – *O senhor ocupou a Secretaria-Geral desde o início da gestão do Dr. Piazza?*

**Valdir Vieira** – Foi. Na verdade, eu não queria voltar. Mas o Piazza insistiu muito. Ele não tinha traquejo com a parte administrativa, matéria que eu apreciava. Então, até mesmo porque estava comprometido com aquela candidatura desde o início, acabei aceitando. Um dos nossos compromissos de campanha era acabar com o vício das substituições.

Era preciso enfrentar o problema. Então, me engajei naquilo. Depois, aconteceram umas coisas e eu pedi demissão.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de quantos promotores estavam fora das comarcas, em substituições?*

**Valdir Vieira** – Muitos. O Leal reverteu algumas daquelas substituições e o Piazza acabou com as restantes. Foram todos para os seus lugares de origem. Foi grande a chiadeira. Muitos tinham transferido a família para a capital, comprado apartamento, matriculado os filhos na escola. Estavam com a vida estruturada em Florianópolis, mas precisaram voltar para o interior. O Kurtz, que era muito habilidoso politicamente, ardiloso, até, foi afirmando-se como liderança da oposição ao Piazza.

**Memorial do MPSC** – *E o episódio do despejo da Associação do Ministério Público, como foi?*

**Valdir Vieira** – Nós precisávamos de espaço na Procuradoria, então sediada no edifício *Alpha Centauri*. A Associação ocupava uma das salas, que poderia ser aproveitada pelos procuradores. Comunicamos que precisaríamos da sala. Eu fui porta-voz, até porque esses problemas mais delicados costumavam ser tratados por mim: eu tinha um pouco mais de jogo de cintura, acho. Mas o pessoal parece que não nos levou a sério. Aí pedimos para um funcionário colocar as coisas da Associação no corredor, fora da sala. O Moacyr de Moraes Lima, então Presidente da Associação, chamou a imprensa, filmou tudo. No fim, criou-se um enorme caso, mas não tinha nada de pessoal, nem de extravagante. Realmente, a administração precisava do espaço. Os procuradores estavam amontoados.

**Memorial do MPSC** – *Nessa época o senhor não estava mais na diretoria da Associação?*

**Valdir Vieira** – Por duas vezes integrei a diretoria da Associação. Quando da gestão do Aloysio de Almeida Gonçalves, fui tesoureiro e secretário. Foi quando conseguimos o terreno da sede balneária. Foi assim: como estavam invadindo áreas públicas em Canasvieiras, o

Colombo pediu ao Dr. Daura para indicar um promotor para fazer um levantamento da situação. O Dr. Daura indicou o Dr. Henrique Espada de Lima. Conversávamos muito, eu, o Daura, o Aloysio e o Espada. Além de trabalharmos juntos, éramos muito amigos. Aí o Espada teve a brilhante ideia de sugerir ao Dr. Daura para solicitar ao governador uma parte daquela área, para uso da Associação. O Dr. Daura procurou o governador que prontamente concordou com o alvitre. Pouco depois, havia um decreto cedendo a área. A ideia, do Dr. Espada, foi concretizada pelo Dr. Daura. É por isso que a ponte que dá acesso à sede campestre tem o nome do Dr. Espada.

**Memorial do MPSC** – *E durante o período do Dr. Napoleão como procurador-geral, o senhor esteve na Associação também?*

**Valdir Vieira** – Eu saí, renunciando ao posto que ocupava na diretoria. Naquele tempo só podia ser membro da Associação quem morasse em Florianópolis. Então, renunciei.

**Memorial do MPSC** – *O senhor voltou a integrar a diretoria depois?*

**Valdir Vieira** – Sim, uns quatro anos atrás, como vice-presidente. Mas me aborreci e me desliguei da função também. Estávamos empenhados em resolver o problema dos aposentados, no IPESC. Como eu morava perto da sede, costumava passar lá diariamente, em estilo esporte. Se houvesse algum compromisso oficial, eu dava um pulo em casa e vestia um terno, uma gravata. Um dia, lá chegando, encontrei o pessoal saindo para uma reunião com o secretário, justamente para tratar do assunto dos aposentados e outros temas caros à entidade. Fiquei chateado por não ter sido participado do encontro. Afinal, eu era vice-presidente, aposentado, querendo ajudar. Então, resolvi sair. Depois me telefonaram, pediram para eu reconsiderar. Mas achei que não fazia mais sentido permanecer. No fundo, eu me sentia já um estranho no ninho. Aquela juventude é muito dinâmica, mas eu já não tinha mais muito a ver com eles. Sou de outro tempo. O Ministério Público hoje é o que é por causa do que fizemos lá atrás. Tudo era muito sofrido, batalhado. Não havia promotor dirigindo carro de luxo. Hoje, os

membros têm uma estrutura formidável a sua disposição, recebem um salário excelente. Alguns pensam que o Ministério Público sempre foi assim. Acreditam que as coisas caíram do céu. Acostumaram-se a uma situação de conforto que para nós era inimaginável.

A gente ganhava menos do que os juízes, que, aliás, não pagavam Imposto de Renda. Tínhamos problemas de convivência com os juízes. Numa ocasião, por exemplo, um promotor se atrasou para uma audiência e o juiz o substituiu pelo oficial de justiça. Houve outros casos similares. Assim éramos tratados. Havia muita rivalidade. O Tribunal de Justiça nos desprestigiava. Essa é a verdade! No interior, os juízes nos tinham por auxiliares subordinados, nos chamavam de “meu promotor”! E, claro, frequentemente, esbarravam na altivez do Ministério Público. Os juízes enquadravam os delegados e até os prefeitos. Mas os promotores se rebelavam. Alguns tinham a sorte de conviver com juízes cordatos e amigáveis. Mas não necessariamente era a regra.

O Plano Real foi fundamental para o Ministério Público. Foi ali que de fato conseguimos consolidar a equiparação salarial com os magistrados. Foi um grande passo. Bem, aí o Supremo Tribunal Federal juntou tudo numa coisa só, salário e adicionais. Com isto, os salários dos magistrados e membros do Ministério Público subiram. Mas antigamente, para cada aumento, precisávamos dobrar o Tribunal, que sempre era contrário ao incremento salarial dos membros do Ministério Público, e, depois, era preciso negociar com o governador. O Dr. Colombo foi sempre solidário às nossas reivindicações. Mas quando acontecia de um governador ser menos compreensivo, as coisas se complicavam. Foi o caso do Pedro Ivo. Mas ele, na verdade, nem tinha muita culpa, porque havia uma inflação de 80% ao ano, de sorte que faltava dinheiro para todos os funcionários públicos. Todo mundo brigava pelo seu quinhão, pelo seu aumento de salário. Portanto, os membros que estão hoje na ativa precisam valorizar essas lutas do passado, prestigiando os aposentados.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se sente bem-acolhido pela instituição hoje em dia?*

**Valdir Vieira** – Não me sinto mais. Nem a Associação eu frequento. Ninguém lá nos conhece. Eu não conheço mais os promotores da ativa. Não há integração. Eu acho que muitos aposentados têm esse mesmo sentimento. Parece que morreu e só falta enterrar. Eu me sinto assim.

Promovíamos uma reunião anual dos promotores, cada um se co-tizando um pouco para viabilizar o encontro. A Associação não ajudava, até porque não tinha recursos. No interior não tinha nem rua asfaltada. A gente se reunia só pelo prazer de estar juntos. Isso não existe mais. Eu gostava muito da minha turma, eles gostavam de mim também. Havia muita disputa, como mencionei antes, mas existia muita camaradagem e companheirismo. Um ajudando o outro. Às vezes, um colega enfrentava dificuldades financeiras, até porque o salário era muito baixo, então, emprestavamos um dinheiro para ele segurar “papagaio” nos bancos. Ganhávamos pouco, mas nos ajudávamos.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se aposentou quando?*

**Valdir Vieira** – Foi quase na compulsória, em 2006. A minha filha trabalhava na Procuradoria-Geral havia doze anos, secretariando o Colégio e o Conselho. Aí veio a Lei do Nepotismo. Para tentar livrá-la, me aposentei um mês antes. Mesmo assim, ela foi exonerada, porque meu genro era também promotor. Eu gostava muito do Ministério Público, vibrava com o Ministério Público. Era a minha vida! Foi um bom tempo. Muitos amigos leais, muitas aventuras, muitas brigas...

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda de algum caso que tenha repercutido mais durante o seu período no segundo grau?*

**Valdir Vieira** – Passou tanta coisa pela gente... Eu trabalhei a minha vida toda no Crime. Só no período de Pomerode, de Urussanga, é que me envolvi mais com os acidentes do trabalho. Na Procuradoria, eu funcionava no Crime. Um caso de Tijucas me marcou. Um pai estuprou quatro filhas e disse que a quinta escapou porque era muito fraquinha. Uma desgraça! Esse caso subiu em grau de recurso. Noutro caso, do oeste de Santa Catarina, uma senhora de 84 anos, que tinha sofrido

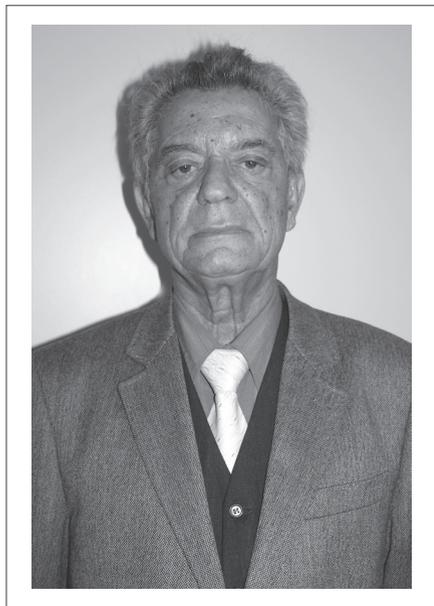
um derrame e morava sozinha, foi estuprada por um vizinho, a quem pediu ajuda para consertar a televisão. A velhinha ficou calada. O neto era policial. Em visita à velhinha, encontrou-a prostrada. Tanto insistiu que descobriu o ocorrido. O réu alegou que as relações sexuais foram consentidas. O juiz o condenou. Mas o Tribunal o absolveu. Pela dúvida, o neto poderia ter manipulado o inquérito. Esse foi um resultado que me desiludiu muito da Justiça.

**Memorial do MPSC** – *O senhor foi presidente do Figueirense, não é?*

**Valdir Vieira** – Sim! Foi uma experiência e tanto! O Figueirense não tinha dinheiro algum, vivia da renda dos jogos. Empréstimos e financiamentos, só conseguíamos tomar em meu nome ou no de alguém da diretoria. Eis que fomos para o campeonato nacional: como fazer para contratar? Não tinha nem dinheiro para pagar os jogadores. Fiz um enorme “papagaio” no meu nome. Isso que eu tinha em reunião proibido os dirigentes da gestão de pegar “papagaio” na praça. Por ironia, acabei sendo o primeiro a me desdizer. Só que no BESC eu tinha conta conjunta com a minha mulher e ela não sabia do papagaio. Vencia numa segunda-feira. Fui ao banco na sexta e descobri que a moça que cuidava dos empréstimos, desavisadamente, ligara para minha esposa e dissera: “olha só, a senhora tem um empréstimo aqui de um milhão que vai vencer segunda-feira”. Foi um choque! Quase acabou com o casamento! Depois, contratei um tal de Escurinho, do Internacional. Fiquei de seu avalista. O sujeito comprou televisão e outras coisas, foi embora e não pagou nada. Precisei arcar com o prejuízo. Tive de pagar. A minha mulher ficou doida de novo. Eu chegava meia-noite em casa e só dormia a base de remédios. Conseguia pregar no sono uma hora, duas horas e acordava sobressaltado pensando em como sair daquilo. Finalmente, consegui fechar as contas e fui-me embora. Não dava mais!

**Memorial do MPSC** – *Muito obrigado pelo seu depoimento ao Memorial.*

# João Guedes da Fonseca Neto



**João Guedes da Fonseca Neto** nasceu em 22 de agosto de 1932, em Florianópolis. Foi nomeado para promotor público adjunto em 1964, sendo sua primeira comarca a cidade de Turvo. Em 1966, por concurso, foi nomeado para a Comarca de Bom Retiro, mas permaneceu atuando em Turvo. Foi promovido, por merecimento, para Braço do Norte em 1969 e para Aranguá em 1971. Foi removido de Tijucas e promovido para Rio do Sul em 1973. Em 1980 foi removido a pedido para a Vara de Justiça Militar em Florianópolis; pouco depois, em 1982, aposentou-se como procurador, não chegando, porém, a exercer a função no segundo grau.

# JOÃO GUEDES DA FONSECA NETO<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – De Florianópolis. Sou *manezinho da Ilha*. Nasci na rua Menino Deus, próxima ao Hospital de Caridade.

**Memorial do MPSC** – *Como surgiu a opção pelo Direito na sua vida?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Não foi bem uma opção, pois não havia muitas alternativas na época. Prestei vestibular para os dois cursos: Direito e Ciências Econômicas. Fui aprovado nos dois. Acabei pendendo para o Direito; Economia tinha pouco futuro e eu era meio ruim em matemática. Mas acabei me formando também em Economia.

**Memorial do MPSC** – *Havia alguém na sua família com tradição no Direito?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Alguns parentes tinham tendência. Meu tio, irmão de meu pai, Jau Guedes da Fonseca, advogou como rábula no interior do Estado. Foi secretário do então Interventor Nereu Ramos. Havia comentários que ele até escrevia alguns discursos do Dr. Nereu. Quando o Dr. Nereu foi Presidente da República, nomeou-o presidente da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina.

Meu pai, por sua vez, tinha uma memória privilegiada e uma capacidade de discernimento fenomenal. Marceneiro de profissão, entrou para o serviço público como servente da Biblioteca Pública, no Governo do Adolpho Konder. Curioso, estudou, sempre autodidata, chegando com méritos à condição de diretor daquela repartição.

O Dr. Nereu precisou alguém para recuperar os documentos da época do Império e da República que se instalara. Intelectuais respeitados da época, como Antonieta de Barros, Altino Flores, Barreiros Filho e

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada na residência do depoente, em Braço do Norte, no dia 11 de maio de 2011, por Gunter Axt e Alexandre Martins. Transcrição de Gunter Axt.

Gustavo Neves, embora dominassem o português, desconheciam o ofício, aliás, nada fácil, pois os manuscritos se encontravam deteriorados, quase ilegíveis, negligenciados que foram em seu acondicionamento. A umidade e as traças os haviam danificado de tal forma que os tornara incompreensíveis. Apelou para meu pai, que, com muita paciência e pesquisas, restaurou-os devidamente, devolvendo-os aos arquivos do Estado.

Certa feita, o Interventor Ademar de Barros, em visita a Santa Catarina, tomando conhecimento daquele feito e encantando-se com o trabalho, pediu ao Dr. Nereu a cedência dele (funcionário) para a execução do mesmo serviço ao Estado de São Paulo. O Dr. Nereu aquiesceu e retrucou: “às expensas do Estado de São Paulo”, pois o Nereu era muito pão-duro... (risos).

Regressando de lá com o seu dever cumprido, foi nomeado, posteriormente, para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, onde foi alçado ao cargo de diretor-geral. Aposentou-se como assessor legislativo, e, num raro caso, conseguiu um adicional de 35% sobre o salário, por conta do trabalho realizado na Defesa Passiva Antiaérea, durante o período da Guerra, serviço que deu origem à Defesa Civil, e que coordenava os exercícios de evacuação da população em caso de ataque aéreo. Na primeira tentativa de obter o benefício junto à administração do Estado, não logrou êxito, mas recorreu ao Tribunal de Contas e acabou tendo este direito reconhecido. Tudo de lavra de próprio punho. O ilustre professor Dr. Renato Barbosa tentou e não conseguiu o benefício, apesar da brilhante defesa oral junto àquele Tribunal.

Era funcionário do Departamento Estadual de Estatística concursado, porém, o salário era ínfimo e trabalhava dois expedientes, sobrecarregado, pois dois colegas da mesma seção estavam envolvidos com outros afazeres. O Hamilton Cordeiro era remador, campeão sul-americano, estava sempre em treinamento. O Zuri Machado, meu amigo, um colunista social, frequentemente solicitado para outros acontecimentos. Sobrava o serviço para mim.

Decidido a melhorar de situação, e contrariando a vontade de meu pai, que era muito rígido e não me oferecia condições de trabalho onde atuava como diretor – era contra o nepotismo, palavra que naquele tempo inexistia –, fui à Assembleia Legislativa expor ao Dr. Volney Collaço de Oliveira<sup>2</sup>, Presidente da Casa, minha situação e argumentei que ali eu poderia continuar meus estudos, pois havia um só expediente. Atendendo minha solicitação, fui requisitado para prestar serviços junto ao Poder Legislativo, no ano de 1952.

Com a aposentadoria de meu pai, passei a trabalhar junto à 2ª Secretaria da Assembleia, com o Deputado Eduardo Santos Lins. Minha incumbência era redigir as atas das sessões do Plenário. Numa ocasião, necessitando consultar um dicionário de língua portuguesa, procurei-o no gabinete da Presidência, junto à senhora Heloísa Helena de Carvalho Kuerten, que era secretária da Presidência, quando surgiu o assessor, também da Presidência, o Sr. Medeiros dos Santos, insinuando que eu devia estar ali “furungando” indevidamente. Troquei com ele algumas palavras ásperas e me retirei. Já na Faculdade de Direito, encontrei-me com o Presidente da Assembleia, Deputado Braz Joaquim Alves, do PTB, também acadêmico, que me interpelou sobre o fato e disse que eu iria ser devolvido ao Departamento de Estatística. Aquilo me magoou. No outro dia fui à Caixa Econômica e contei o acontecido para o meu tio Jau. No mesmo instante, ele dirigiu-se à Assembleia, e lá se entrevistou com o Deputado Tupi Barreto (UDN), de quem era muito amigo: quinze dias depois (estávamos em outubro de 1959) fui nomeado funcionário efetivo da Assembleia (cargo modesto). Não ouvi a conversa entre eles, mas foi nesse tom: “se eles querem briga, vão ter!”

Fui trabalhar no arquivo, sob a direção de dona Luiza Vieira.

---

2 Volney Collaço de Oliveira, advogado e político natural de Tubarão, foi eleito deputado estadual na suplência da UDN, em 1947. Nas eleições de 1950, conquistou uma vaga na Assembleia pelo PTB. Nas eleições de 1954, ficou na primeira suplência pelo PSP, partido pelo qual se elegeu deputado uma vez mais em 1958. Nas eleições de 1962, de volta à UDN, Collaço ficou com uma suplência, não chegando a assumir a cadeira. Presidiu a Assembleia Legislativa em 1951 e, em 1953, quando o posto era automaticamente cumulativo com o cargo de vice-governador do Estado.

Em 1961, escrevi uma carta ao Sr. Governador Celso Ramos, mencionando que, se tornasse ao Executivo, seria melhor aproveitado como bacharel em Direito. Minha reivindicação foi atendida e dois meses depois fui incumbido de oferecer informações para os mandados de segurança. Era um tempo em que se instalara um tumulto no Estado, com diversas demissões. Havia muito serviço nessa área. Terminada aquela missão, o Governo me incumbiu de dar pareceres sobre o pedido de bolsas de estudo. Tempos difíceis. Vinham listas imensas de pedidos formulados por deputados. Eu não tinha tempo suficiente para olhar e confrontar com as exigências! Passei a me concentrar nas informações técnicas impostas pelo Direito Governamental e indeferia quando achava não ser o solicitante merecedor. Deu uma tremenda briga! Queixavam-se para o governador, sem nenhuma consequência. Até que neguei um pedido de parte do filho do governador, que era secretário de Obras: o menino era pré-ginásial e não estava acobertado pelo Decreto Oficial, pois só os cursos posteriores eram abrangidos. O senhor secretário me mandou um bilhete recomendando o pedido nestes termos: “Cumpra-se”. Mais uma vez neguei-me a acatá-lo. Ele queixou-se ao governador. O Dr. Raul Schaefer, meu amigo, chefe, Subsecretário da Casa Civil, me deu uma chamada. Eu respondi: “tudo bem, se querem deferir o pedido, eu irei embora”. O governador me convocou, então, para uma conversa, no Palácio da Agrônômica, em princípios de 1964, às vésperas da Revolução, uma correria! Fui barrado na entrada por um policial. Disse para avisá-lo da minha presença, afinal, fora o governador quem mandara me chamar. O guarda argumentou que o comandante do 5º Distrito Naval estava a caminho para uma entrevista com o governador. Por fim, o senhor governador atendeu-me e perguntou-me qual era o problema que estava havendo entre o secretário de Obras e mim. Já previra a situação e levava comigo o processo. Leu, releu, e acabou acompanhando a minha recomendação, lançando mão da caneta, escreveu: “Indeferido, Celso Ramos, Governador”.

Terminada mais essa missão, ponderou, em seguida, que tendo eu me indisposto com todos os deputados, não poderia voltar à Assembleia como funcionário, e além disso, não dava mais para ficar naquela

função, como parecerista, pois iria suplementar a verba para atender os aliados políticos, nomeando, para tanto, uma senhora da Secretaria de Educação, dona Zilda, também à disposição da Casa Civil.

Fui nomeado para a Administração da Penitenciária. Tampouco deu para ficar, outra confusão. Os diretores, como eu, tinham carro, motorista, rancho mensal, carne, pão, etc. Os presos viviam maltratados e mal-alimentados. Os funcionários também passavam dificuldades. Não consegui dominar a situação, desisti.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a ver o incêndio do prédio da Assembleia?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *O senhor poderia contar alguma coisa para a gente?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Eu morava perto do Hospital de Caridade e já estava em casa quando ouvi, juntamente com meus familiares, uma gritaria: “fogo!”, “fogo!”, por volta das 10 horas da noite; saí correndo com os demais curiosos. Chegando ao local, constatei que era na Assembleia. Sem pensar, atirei-me por uma das portas, pois meus cadernos, livros e um trabalho estudantil, que estava prestes a entregar – na época era estudante – tinham ficado no gabinete do meu pai. Fui obstado por um policial, mas consegui passar e arrebentar uma das gavetas da escrivaninha e retirei o conteúdo. Junto, vieram alguns processos. Com a ajuda de alguns bombeiros, em meio àquela confusão de fumaça, fogo, alaridos, conseguimos remover a moldura do quadro da Constituinte, com um objeto cortante, pois a moldura era por demais pesada. Tratava-se de um quadro histórico.

Mais tarde, se bem me recordo, no dia seguinte, percebi que, dentre os processos que vieram juntamente, havia projetos da Assembleia, entre eles, o da criação do Tribunal de Contas do Estado.

Fui integrante da comissão que recebeu a incumbência de fazer

o inventário das perdas patrimoniais com o incêndio, junto com o Assessor Renato Barbosa, Presidente da comissão – que diziam ser tio do Deputado Volney –, e o João José da Costa, que trabalhava no gabinete da Presidência. Uma perícia avaliou que o incêndio fora intencional, pois começara ao mesmo tempo em três locais diferentes. Não lembro se houve inquérito, mas oficialmente concluiu-se por acidente como causa para o sinistro...

**Memorial do MPSC – E houve suspeitos?**

**João Guedes da Fonseca Neto** – Bom, na época, houve quem dissesse ter sido o responsável pelo incêndio um funcionário da Assembleia. Mas nunca se provou nada, embora não se tivesse dúvida de que o incêndio fora criminoso. Diziam que o sinistro acontecera para encobrir a criação do Tribunal de Contas do Estado, cujo projeto fora aprovado sem *quorum*, numa sessão legislativa.

**Memorial do MPSC – Bem, e depois que o senhor saiu do Conselho Penitenciário?**

**João Guedes da Fonseca Neto** – Pois bem, baixada a poeira, o doutor Raul Schaefer vinha já, havia alguns dias, repisando para que eu optasse pelo cargo de adjunto de promotor público. A primeira proposta do Governo, neste sentido, foi a Comarca de São Lourenço do Oeste, que eu não sabia localizá-la no mapa. Antes de recusá-la, recebi um telefonema do Dr. Aderbal Ramos da Silva. Eu estava meio mal com ele – embora fosse meu padrinho de casamento, por indicação de meu pai –, pois me negara certa vez um pedido de emprego, quando eu mais precisava, já casado e dependendo de meu pai, ocupando cargos mal-remunerados.

Então agora, telefona e me recomenda recusar o posto para o qual seria nomeado, de promotor público, porque ele teria um interessado para ocupá-lo, um advogado da família Labes, de Itajaí, e a mim não era conveniente ir para o interior, no Oeste, dizia. Atendi.

Passados alguns dias, novamente insistia o Governo para que eu assumisse, agora, a Comarca de Turvo. Recusei, pois meu pai não gostava da região de Araranguá, onde haviam assassinado um amigo seu. No entanto, dias mais tarde, nova insistência do Dr. Raul, informando que, desta vez, eu não teria como negar, pois o candidato ao cargo era um advogado politicamente forte nas hostes governamentais, mas que o governador não o queria no Governo, de jeito nenhum!

Foi uma imposição brutal. Porém, aceitei, pois admirava demais o Dr. Raul para abandoná-lo. Contudo, estava assustado. Primeiramente, nunca havia saído de Florianópolis, nem a passeio. Não possuía, no currículo, nenhum conhecimento prático para assumir tamanha responsabilidade. Meus conhecimentos jurídicos eram parcos, ou insuficientes: como advogado, pouco trabalhei; juridicamente, meus trabalhos foram mandados de segurança.

Fui nomeado em 18 de março de 1964 e, no dia seguinte, acompanhado de meu pai, segundo ele, por questão de segurança, às 3 horas da madrugada saímos de Florianópolis, de ônibus, para Araranguá, chegando lá depois das 17 horas. Em seguida, outro ônibus para a cidade de Turvo. Quando da apresentação ao Fórum, uma surpresa agradável, o Juiz Urbano Vicente Gama Salles, havia sido funcionário de meu pai na Assembleia, o que facilitou a acolhida. Era dia de comemoração da criação daquele município.

**Memorial do MPSC** – *Houve impacto, sobre o Ministério Público, do regime militar que começava?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Quanto à administração da Procuradoria-Geral nada posso afirmar. Tomei conhecimento de um promotor de Laguna, aliás, ótima pessoa, diziam, que chegou a ser preso ou detido, acusado de desacato ou desrespeito a uma autoridade militar.

**Memorial do MPSC** – *E como foi o seu período de trabalho em Turvo?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – O início foi muito duro. Levei

uma sova nos dois primeiros júris. Um, foi sete a zero; o outro, sete a um. Nem recorri. O advogado era o Dr. José dos Santos Silveira, hoje Procurador de Justiça aposentado. Era uma comarca difícil e violenta, como todas as do sul, naquela época.

Havia uma espécie de “banco econômico”, uma arapuca gerida por espertalhões para enganar os colonos. Contam que, no Fórum, o escrivão mancomunado com advogados andara “comendo” o dinheiro dos menores. Coisa do escrivão do Cível, que persistindo nas falcatruas foi condenado e perdeu o cargo posteriormente.

Quando retornava a Turvo para assumir efetivamente o cargo de promotor, no dia 31 de março de 1964, havia comentários que um capitão prendera um viajante de uma firma em Criciúma.

Também diziam que o capitão palmilhara o interior da região com uma carta falsa de apresentação do Ministro da Guerra, recolhendo armamento e munições que, no seu dizer, eram ilegais e exclusividade das Forças Armadas. Pela manhã do dia 31, ele invadira o quarto de um hóspede no hotelzinho, onde também se instalara, naturalmente para se apossar das chaves do jipe do viajante. O sujeito acordou e, achando que estava sendo assaltado, e de fato estava, quis reagir e chamar a polícia. Assustado com o barulho, o Sr. José Eduardo, agente do IBGE naquela cidade, também hóspede, acercou-se do quarto do viajante indagando o porquê da prisão... O capitão disse para deixar tudo assim, porque se tratava de assunto do Exército. A seguir, pegou o hóspede, colocou-o no jipe e partiu, para abandoná-lo seminu na praia de Torres. Contam que o capitão recebeu várias homenagens nos jantares, até mesmo do juiz de Direito. Havia outras histórias sobre o tal personagem, que era conhecidíssimo como “Doutorzinho”, “Capitão”, etc.

### **Memorial do MPSC – Como ele foi parar em Turvo?**

**João Guedes da Fonseca Neto** – Havia uma conversa de que gente da política teria contratado o Doutorzinho para roubar da Prefeitura. Claro, tudo isso eu apurei mais tarde. Foram roubadas máquinas de escrever

do Fórum, da Prefeitura e do IBGE. O inquérito apontou que o assaltante era alguém que tinha as chaves do prédio, porque as janelas estavam quebradas de dentro para fora, e não o contrário, como tinha de ser. O ladrão entrara pela porta dianteira, tranquilamente, de posse das chaves.

Num fim de semana, ano depois, o Juiz Dr. Urbano e o Prefeito de Turvo, Aldir Schmidt se encontravam na praia do Arroio do Silva, Araranguá, quando apareceu alguém afirmando que havia um homem morto na praia. Realmente, depararam-se com um indivíduo enterrado com um braço de fora da areia. Na terça-feira, um senhor me abordou na entrada do clube Cruzeiro, quando se realizaria um júri. Chamava-se pelo sobrenome, De Lucca. Contou-me que haviam assassinado um homem, que foi enterrado em terreno de propriedade de sua família, junto ao rio Jundiá. Isso me deixou angustiado. Pedi que me procurasse no dia seguinte. No entanto, quando saí do júri ele ainda estava lá. Eu me encontrava febril, acometido de uma amigdalite. Sonhei toda a noite com um cara morto: muito desagradável! No dia seguinte lá estava o denunciante, exigindo providências. Falei ao juiz e o aconselhei a chamar o Delegado Regional, Veloso, pois, segundo o denunciante, policiais estavam envolvidos.

Fomos até o local, a senhora dona da casa, mãe do denunciante, estava nervosa, e a princípio não confirmou o feito, pois o delegado envolvido estava presente. No entanto, fez-me um sinal para acompanhá-la até a cozinha, e de lá apontou o local, aproximadamente, onde se encontrava o cadáver enterrado. Havíamos levado um dos presidiários que, munido de uma pá, localizou a vítima. A testemunha disse estar pescando quando ouviu um tiro, identificando justamente os militares Maestri e Oscar Ventura como os matadores, acompanhados de Cláudio Casagrande. Eles haviam chegado lá num jipe. O Cláudio era tio do rapaz. Eles o teriam, inclusive, ameaçado de morte para que não contasse o ocorrido.

A investigação apurou, mais tarde, que o Doutorzinho mandara um tal de Chumbinho avisar os comparsas que os estaria aguardando

em Torres, Rio Grande do Sul. O Doutorzinho foi o corpo que apareceu em Araranguá e o Chumbinho foi morto na beira do rio, na propriedade dos De Lucca. Estavam envolvidos, no crime, além dos réus citados, o Delegado da comarca, João Luiz, Sargento reformado, Antônio e Cláudio Casagrande, e um tal de Perdoná. O policial Maestri, numa das audiências, me ameaçou de morte. Fiz questão de informar onde eu estava morando: esperaria por ele, caso ele quisesse concretizar a ameaça!

Inclusive, quando eu era promotor em Araranguá, o Maestri, libertado da prisão, me convidou para pescar. Eu adoro pescar! Alertei o juiz e fui sozinho, com ele. O doutor, Juiz Wilson Eder Graf, ficou apreensivo, mas nada aconteceu.

Nunca fui promotor de gabinete, procurava pessoalmente o esclarecimento dos fatos. Sempre fui movido por um forte senso de justiça, baseado em princípios éticos, e jurídicos, de tão longe que eu estava da administração estatal e do convívio dos intelectuais do Direito. Tais princípios foram adquiridos junto aos meus familiares. Minha vida funcional se confunde com estes princípios e minha biografia foi moldada nesta têmpera. Nunca me isolei, convivia assiduamente em sociedade, em todos os recantos, embora longínquos da comarca. Tinha simpatia pelo PSD, mas nunca fui político e nunca deixei a política interferir em minhas decisões.

Quando da nomeação para Turvo, estava providenciando minha transferência e, acidentalmente, no IPESC, encontrei-me com Sebastião Moraes Matos, prócer político daquela região, fato que desconhecia, e que na ocasião era o Presidente da Cooperativa de Energia Elétrica: ele se prontificou a providenciar minha mudança, o que ocorreu sem ônus para mim.

Posteriormente, numa auditoria naquela cooperativa, constatou-se que Sebastião Moraes Matos havia misturado dinheiro da mesma com o dele. Acusado de desviar recursos da Eletrobrás, destinados a uma linha de transmissões de Turvo, foi por mim denunciado e condenado.

Noutra ocasião, um inquérito indiciava um menino de dez anos, responsável pela morte de sua sobrinha, de dois anos de idade. Quando de posse da arma, procurei engatilhá-la, era uma pistola de dois canos, e tive de utilizar toda minha força para armá-la. Além disso, o tiro fora disparado de cima para baixo, na cabeça, e uma criança daquela idade dificilmente teria altura suficiente para atirar num ângulo daqueles. Logo imaginei que o menino, inimputável, deveria estar assumindo a culpa por outra pessoa, possivelmente um adulto. Fui até a residência onde morava o menino. Ficava numa colônia, distante quase 20 km da sede da comarca, junto à Cordilheira dos Aparados da Serra, em Timbé do Sul. Reconstituí a cena do crime com o menor. A arma estava em cima de um armário de mais de dois metros de altura, de difícil acesso a uma criança. Solicitei que me mostrasse como alcançara a arma. O garoto subiu em uma cadeira, alcançou uma mesa e, com o auxílio de um caixote, segurou o estojo em que se encontrava a arma. De posse da mesma, colocou-a entre as pernas, e com as duas mãos engatilhou-a. Atirando daquela altura, atingiu a menor no centro da cabeça. Opinei pelo arquivamento do inquérito.

Quando da obra da sede do Banco do Estado, em Araranguá e Turvo, houve uma denúncia de desvio de material de construção. A responsabilidade era do capataz. Em depoimento, ele denunciou o envolvimento de deputados: o Presidente da Assembleia, Lecian Slovinski, o Waldemar Salles e mais um, cujo nome não me recordo. Gente do meu lado, do PSD! A Procuradoria-Geral me designou para acompanhar o inquérito, em substituição. O Deputado Lecian chegou a me visitar, ameaçando dispensar o meu irmão – o que de fato aconteceu –, que era funcionário do SESI e estava à disposição do Poder Legislativo: “pode considerá-lo demitido”, retruquei, “porque eu vou denunciá-lo”. E denunciei-os por peculato. Não acompanhei o processo até o final, pois o titular assumiu o caso. O juiz de Araranguá acabou se incomodando muito. Segundo conversas, parece que precisou até se aposentar para não sofrer outros prejuízos funcionais. Não sei se houve condenação.

A Comarca de Turvo era formada por cinco municípios: Turvo

sede, Timbé do Sul, Meleiro, Jacinto Machado e Praia Grande. Numa ocasião, se não me trai a memória, no mês de fevereiro, quando gozava as minhas férias regulares, me encontrava pescando na ilha do Campeche, quando recebi um recado do meu pai, para me apresentar à Procuradoria-Geral do Estado, o que imediatamente cumpri. Fui atendido pelo senhor Procurador-Geral Rubem Moritz da Costa, que determinou que reassumissem minhas funções, provisoriamente na Comarca de Araranguá como substituto, a fim de realizar três sessões de júris. Parti de Florianópolis e realizei os júris, tomando conhecimento dos processos somente no dia de cada júri. Felizmente, logrei êxito, condenando todos os réus.

Na comarca, naquela ocasião, não havia casa disponível para alugar. Fiquei uns quatro ou cinco meses precariamente hospedado no hotel, com esposa e cinco crianças pequenas; um incômodo! Acabei me instalando de improviso com a família num depósito, por mais de ano. Dois anos depois, me instalei em um apartamento de propriedade da família Canela. Não havia iluminação pública, nem calçamento nas ruas. Afora o seminário, havia um ginásio estadual, ainda em construção. O Fórum funcionava no prédio da Prefeitura Municipal, na parte de baixo. A Promotoria ocupava uma sala sem ventilação de, no máximo, doze metros quadrados. O mobiliário resumia-se numa pequena mesa, uma cadeira e um armário carcomido. O Diário Oficial levava quase um mês para chegar, com diversas determinações já caducas. Não existia máquina de escrever, nem material de expediente; era tudo por conta do promotor, ou concessão da Prefeitura, com a colaboração da Justiça.

Assim era nosso dia a dia. Contudo, angariamos a simpatia da população já desconfiada com as autoridades anteriores. Nossa luta, de juiz e promotor, foi reconhecida quando da iniciação da CARESC: os engenheiros agrícolas nos convidavam para palestrar sobre as novas técnicas agrícolas no interior. Fundaram-se as Sociedades dos 4S (quatro esses), para a difusão do plantio do milho híbrido, etc.

Contribuí para a fundação do Lions Club.

Fui convidado, pelo Prefeito Iris Olivo, a acompanhá-lo a Bom

Jesus, no Rio Grande do Sul, para expor ao presidente do Banco do Brasil as condições favoráveis à criação de uma agência daquela instituição na cidade de Turvo. Conferenciei com o senhor Nestor Iostish, Presidente, e com o Diretor da Carteira Agrícola do BB, senhor Paulo Bornhausen, que se sensibilizaram com os argumentos e, posteriormente, concretizaram as aspirações daquele bravo povo trabalhador.

Desde a época da Assembleia, sempre utilizei no meu indumentário a gravata; assim era em todas as audiências. Até hoje não saio de casa sem ela. Mas chegou um juiz substituto, certa feita, que exigiu que eu colocasse o paletó. Sem paletó, disse ele, não haveria audiência. Estava calor, era verão, esse procedimento fora relaxado pelo juiz titular. Achei aquilo um despropósito, uma exigência um tanto grosseira. Estava uma manhã abafada e disse que, se era assim, o Código determinava que o juiz vestisse beca: sem beca, não haveria audiência, redargui. Diante do impasse, o juiz acabou cedendo. Depois, pensando melhor, achei que o juiz estava certo pela excelência do ato, no respeito à causa pública. Mas conto esta passagem para ilustrar o quanto éramos tratados como se fôssemos servidores dos magistrados. Nós, promotores, tínhamos que nos impor. Era o sistema, um tanto medieval.

**Memorial do MPSC** – *E como foi que o senhor conquistou a confiança do júri?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Depois dos primeiros fracassos, procurei conhecer melhor a sociedade. Visitava frequentemente os recantos da comarca, com a ajuda de Eliseu Manenti, homem de muita energia e visão. Assim, fui me abeberando de seus conhecimentos práticos, sobre as angústias, esperanças e desejos da população. Conhecendo as pessoas da cidade, conversando com elas, tomando decisões firmes, que inspiravam confiança na coletividade.

**Memorial do MPSC** – *E Bom Retiro, onde entrou nessa história?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Prestei concurso para a carreira em 1966. Fui aprovado e nomeado para a Comarca de Bom Retiro. Mas

optei por Turvo, pois não havia titular e eu já estava lá. Quanto a Bom Retiro, nunca fui conhecê-la.

**Memorial do MPSC – Depois de Turvo, para onde o senhor foi?**

**João Guedes da Fonseca Neto** – Braço do Norte. Eu gostava de Turvo e a família também. Mas achamos que estava na hora de mudar. Os meninos já eram conhecidos como “os filhos do promotor”. Isso não é bom! Eu estava concorrendo para uma comarca do Centro-Oeste, próxima a Videira, por merecimento, com o Napoleão Amarante. Mas meu amigo, José Matusalém Comelli, genro do Dr. Aderbal, que presidia o jornal *O Estado* desde 1967, sugeriu que eu resignasse em favor do Napoleão, pois ele era daquela região. O Napoleão é um rapaz muito competente, além de ser mais antigo na carreira. Achei que poderia fazer essa gentileza, embora o governador já tivesse me dado a preferência. Um mês depois, fui designado para Braço do Norte, por antiguidade. Trabalhei ali por dois anos; cidade empreendedora, grande atividade política.

Lembro-me de um caso em que quiseram processar duas professoras que lideraram um movimento para a criação de um novo grupo escolar. Elas promoveram um abaixo-assinado: foram de porta em porta, colhendo assinaturas. Às vezes encontravam, por exemplo, um mecânico com as mãos sujas de graxa que as autorizava a colocar o nome dele na lista e elas o faziam, com a letrinha delas, bem redondinha. Mas a política contrária as acusou de fraudar assinaturas. Não era o caso! Coitadas! Escreveram o nome das pessoas a pedido sem tentar forjar assinatura alguma, com a letrinha delas, bem característica. Eu pedi o arquivamento do inquérito. O juiz não concordou, encaminhando-o à Procuradoria-Geral. Porém, não logrou êxito e o inquérito foi arquivado.

Participei, com meu diploma de economista – uma exigência legal –, na fundação da Escola de Contadores de Braço do Norte, juntamente com a professora Darci Kuerten e Laércio Michels.

Noutra ocasião, o juiz, precisando ausentar-se da comarca, solicitou-me que lesse para o réu a sentença de sua condenação condicional.

Estavam presentes, também, o Oficial de Justiça, Francisco de Oliveira, e dona Damascena, servente do Fórum; era sábado. Lida a sentença, o réu se disse inocente e perseguido, e que não aceitava os termos da sentença. Redargui, se ele não aceitasse as condições estabelecidas deveria ser recolhido à prisão. Sua reação foi brutal: sacando uma faca que trazia na cintura, ameaçava os presentes. Lancei mão de uma cadeira como defesa e mandei que o oficial de justiça fosse buscar um policial, e fechar a porta por fora, o que foi feito. Com a chegada do policial, o réu resistiu e também o ameaçou. Quando tentou fugir do Fórum, foi dominado e preso, com a ajuda de um guarda-noturno. Na segunda-feira, o juiz mandou soltá-lo, e, segundo o oficial de justiça, criticou-me por tê-lo prendido. Mas o fiz baseado na sentença de condenação ao réu imposta pelo magistrado, uma vez que o condenado não aceitava as condições legais estabelecidas.

Dois anos depois, em 1971, fui promovido à terceira entrância para Araranguá, a mais complicada que peguei. Os incêndios eram constantes; solicitei ao Juiz Eder Graf a requisição de um perito de gabarito em Florianópolis, o senhor Adilson Cathcart, que comprovou serem os sinistros criminosos e os incêndios, cujo objetivo eram os seguros, terminaram.

Lá, ninguém pagava imposto. Um comerciante, cunhado de um deputado da UDN, político da região de muito prestígio, era um desses devedores contumazes. Chamei-o, fizemos um acordo, através da Secretaria da Fazenda, pelo qual ele pagaria o débito em dez prestações. Dias depois ele comunicou-me ter desistido do acordo. O advogado disse a ele que não devia nada, rasgou o acordo na minha frente e jogou-o no lixo! Ele estava recebendo uma carga de bicicletas. Eu mandei confiscar todas e o proibi de vendê-las até que saldasse a dívida. Dessa vez exigi o dinheiro à vista. Ele pagou! Também penhorei a casa do açougueiro, por dívida fiscal. O Procurador da Fazenda Estadual local, senhor Pedro Gesser compareceu à Promotoria solicitando a substituição da penhora, uma vez que o governador não tinha interesse em mantê-la. Respondi: "O governador pode não ter interesse, mas o Estado tem!". E assim foi.

Quando da minha chegada a Tijucas, recebi vários processos e proclamas de casamentos do Distrito de Porto Belo para minha anuência. Deferi apenas dois ou três que estavam devidamente habilitados e os prazos exigidos, conferidos. Outros dez ou mais, já haviam sido realizados os casamentos, sem a devida apreciação do promotor público; me neguei a despachá-los. O senhor escrivão veio tirar satisfações: disse a ele que os processos estavam sem nenhum respaldo legal. Recorreu, então, ao Deputado Mário Olinger, meu companheiro de pescarias na Ilha do Campeche. Eu, educadamente, aceitei suas ponderações, mas recusei-me a avalizar os referidos pleitos. Perdi um amigo.

**Memorial do MPSC** - *Os promotores recebiam uma comissão pela cobrança das dívidas?*

**João Guedes da Fonseca Neto** - As cobranças extrajudiciais, isto é, as cobranças nos moldes acima, eram remuneradas nos primeiros anos em que assumi. Eu nunca recebi, nem nunca solicitei, se não me engano. Cobrava porque era de minha alçada e o Estado precisava dos impostos. Também, quando substituía, não pedia compensação. Eu nem sabia que tínhamos direito a um extra por substituição. Demorei a descobrir isso.

Em 1972, me inscrevi para remoção visando a Comarca de Brusque, mas não tive sucesso. O objetivo era ficar mais próximo do meu pai, que estava com câncer no esôfago. Inicialmente, não me deram a vaga, mas sim para outro, que estava convocado na Procuradoria e que não a assumiria. É que o José Leal estava com uma bolsa para estudar na França e eles queriam guardar aquela vaga para quando retornasse, pois ele era o titular da comarca. Eu desconhecia esse detalhe e me inscrevi inocentemente. Até me desculpei depois com o procurador-geral. Mas acho que ficou certo mal-estar de parte da Procuradoria. De qualquer forma, não foi intencional, eu não queria causar nenhum embaraço à direção, em razão de os procuradores viverem assoberbados de serviço, ainda mais debaixo de muita pressão política.

Um ano depois, acabei removido para Tijucas. Numa primeira audiência, marcada no dia nove de um determinado mês, fui intimado.

O juiz não compareceu. Depois, fiquei sabendo que tinha ido caçar perdzes em Curitiba e a audiência não se realizou. No dia 19, a mesma audiência foi realizada sem a minha presença. Fui, então, acusado de falta. Reagi dizendo que não fora intimado. E usaram a minha assinatura lá do dia 9 para alegar que eu estava informado da remarcação. Recorri ao Tribunal, procurando anular a audiência, mas não obtive êxito. O escrivão era uma pessoa desonesta. Acabou, mais tarde, afastado da função, tanto ele aprontou por lá!

### **Memorial do MPSC – E a sua ida para Rio do Sul?**

**João Guedes da Fonseca Neto** – Foi em 1973. Havia muitos interessados nessa promoção, mas só eu tinha interstício. Aí começaram a fazer corpo mole, não nomeavam ninguém, o tempo ia passando... Fui à Procuradoria-Geral. O Hélio Sacilotti me apoiou e disse que a promoção tinha de sair. Saiu e eu permaneci sete anos em Rio do Sul.

Havia sempre essa política para atender aos interesses da Procuradoria, nas promoções, mas nunca fiz *lobby* para ser promovido. Nunca recebi recomendações ou reprimendas por proceder desta ou daquela maneira. Nunca interferiram diretamente nas minhas atribuições. Isso nunca houve!

Em Rio do Sul houve dificuldade de moradia. A princípio, fiquei instalado em hotel e minha família aparecia a cada quinze dias. Depois fui morar com a família do Oficial de Justiça William Pasqualini, gente boa; minha família permaneceu em Florianópolis.

Assumi a 1ª Vara da Comarca, mas os júris da alçada da 2ª Vara eram quase todos realizados por mim, pois meus colegas sempre alegavam algum impedimento ou dificuldade...

Lá me incomodei bastante com a Polícia. Batiam demais nos presos! Aquilo era inaceitável! Um deles morreu. Houve uma denúncia de seu colega de prisão, que ele fora assassinado. Tomada por termo, porém apertada por alguém, a testemunha recuou e o atestado de óbito

afirmou suicídio. Eu dava incertas na Delegacia. Aparecia às 11 horas da noite, meia-noite, às vezes, para tentar amenizar a situação. Mas eles sempre achavam um jeito de esfolar os presos. Era difícil reunir provas. O Fórum, aliás, era complicado: constantes as reclamações de desaparecimentos de processos. A Polícia era informada de certos atos religiosos praticados no Fórum...

Em um processo, absolveram um motorista que não parou numa barreira na estrada em construção, passando por dois, três sujeitos com bandeirinhas sem dar atenção, e atropelou um operário 500 metros adiante. A vítima faleceu. Aquilo era revoltante! Não podia concordar com aquelas barbaridades!

Com a chegada de um novo juiz, lá pelas tantas, ele constatou que um promotor estava advogando indevidamente e reclamou providências. O promotor estaria acordado com o escrivão, que acusava sinais exteriores de riqueza, morava numa mansão, onde até piano tinha. Pressionados, noutro dia apareceu uma caveira sobre a mesa do juiz, ameaçando-o. Além do juiz, só o escrivão tinha a chave do Fórum. Mas o juiz era uma pessoa pacata e resolveu fechar os olhos para aquela ameaça. Encaminhei o expediente à Corregedoria-Geral do Estado, sendo Corregedor o Procurador Sebastião.

Em 1980, fui removido, a pedido, para a Vara da Justiça Militar, em Florianópolis. Gostava do serviço, pois me saía bem em júris. Certa feita, quando fui fazer compras no mercado, na avenida Hercílio Luz, havia um carro mal-estacionado, atrapalhando os demais. Pedi para chamarem o proprietário, a fim de remover meu veículo e dar passagem. Apareceu um sujeito que se apresentou como capitão e disse que, por ser autoridade, não movimentaria o carro. Achei aquilo um insulto, mas nem disse que eu era promotor, e da Vara Militar! Houve uma discussão e ele tentou prender meu filho, que reagiu. Alguém comunicou o Quartel que dois oficiais estariam brigando. Compareceu ao local o oficial do dia, que revelou a identidade do militar, afirmando ser ele um sargento. Deixei o assunto passar naquela ocasião, esperando que

alguém viesse se desculpar. O cara, além de petulante, incorreu no crime de falsidade ideológica, mas não houve iniciativa por parte dos militares. Pedi remoção para a 1ª Vara Cível.

Quando estava formulando minha aposentadoria, abriu uma vaga de procurador substituto. Procurei o procurador-geral comunicando-lhe o meu interesse. Me inscrevi e obtive a resposta de que o Conselho de Procuradores resolveria o caso. Pouco depois me aposentei, sem atuar na Procuradoria, mas com título de procurador, sem fazer *lobby*.

**Memorial do MPSC** – *O senhor gostaria de deixar mais alguma coisa registrada?*

**João Guedes da Fonseca Neto** – Naquela época, o Ministério Público não tinha personalidade. Não havia uma estrutura física, social nem cultural condizente com os objetivos da classe. Éramos funcionários públicos na administração da justiça imposta pela Magistratura. Não se cogitava na gestão e proteção dos direitos indispensáveis, individuais e coletivos. Estávamos sujeitos aos humores de Governo, PSD e UDN, que se alternavam. Subordinados ao órgão estadual denominado Procuradoria-Geral do Estado, existindo procuradores e promotores públicos. Os Códigos do Consumidor, da Criança e do Adolescente, da Proibidade Administrativa e do Meio Ambiente inexistiam. Embora aposentado, eu nunca me afastei inteiramente do Ministério Público. Tenho um filho promotor, com muito orgulho, e duas filhas formadas em Direito.

É inegável que os aparatos exteriores, como salário, moradia, gabinetes confortáveis, ajudam o desempenho de qualquer profissão, mas o que realmente pesa na excelência do nosso mister é a conduta ilibada, exemplar, e o respeito que devemos ter à dignidade do cargo que ocupamos.

Eu gostaria muito de agradecer a presença dos senhores, cuja visita muito me envaidece. Fui sincero. Não sei se minha modesta exposição será de algum proveito. Mas de uma coisa eu tenho certeza: antevejo sempre a glória da nossa Instituição, a sua afirmação como um paradigma da Democracia, da Administração da Justiça e do Estado.

# Vivaldo Domingos Bento



**Vivaldo Domingos Bento** nasceu em 29 de dezembro de 1934, em Garopaba, até então município de Palhoça. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1962. Iniciou seu exercício ministerial como adjunto de promotor público, na Comarca de Imaruí, em 1967. Tornou-se promotor público em 1969, sendo designado para atuar ainda na Comarca de Imaruí. Posteriormente, passou pelas Comarcas de Imbituba, por promoção, em 1980; Braço do Norte, por merecimento, em 1983; Videira, por antiguidade, em 1985; Araranguá, por merecimento, em 1986; e em Concórdia, por antiguidade, em 1988. Aposentou-se nesse mesmo ano.

# VIVALDO DOMINGOS BENTO<sup>1</sup>

## Memorial do MPSC – *O senhor é natural de onde?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Eu nasci em Garopaba, então pertencente ao município de Palhoça. Sou de dezembro de 1934 e estou prestes a completar setenta e sete anos. Meu pai só teve um casal de filhos, assim como eu. Garopaba era mais atrasada que Imbituba, então meu pai, mais por insistência da minha mãe, resolveu mudar-se para Imbituba, em abril de 1943. Com a mudança, atrasei-me nos exames primários, porque já havia iniciado o curso em Garopaba, que não foi reconhecido pela escola em Imbituba. Cursei o primário em Imbituba, até o sexto ano, apenas, porque não havia o curso ginásial. Fiz o ginásio em Laguna, muito embora minha aspiração fosse ir para Florianópolis.

A rapaziada costumava se reunir à noite em frente ao cinema. Em uma noite de fim de ano, um amigo falou que iria estudar em Florianópolis, na Escola Industrial. Fiquei todo animado com esta possibilidade. Mas meu pai e minha mãe, muito conservadores, achavam que não era muito boa a fama da escola. Meu pai disse que se eu quisesse estudar que fosse para Laguna, onde ele tinha amigos, por ser comerciante.

Atrasei-me. Quando chegou a época de prestação de serviço militar, eu estava no terceiro ano ginásial. Fiz questão de servir: por ser muito retraído, achava que o Exército me faria bem. Enquanto enfrentava o serviço militar, eu conseguia dois ou três dias para estudar. Pedi transferência do Ginásio Lagunense para o Instituto Estadual de Educação. Matriculei-me na terceira série ginásial. Consegui passar porque vinha com boas notas de lá. Alguns colegas do serviço militar encontrei mais tarde, no Ministério Público, como o Walberto Schmidt e o Borini. Dei

---

1 Entrevista realizada na residência do depoente, em Florianópolis, no dia 2 de dezembro de 2011, por Gunter Axt e Gabriela Schreiber. Transcrição de Gabriela Schreiber.

baixa em junho, completei o ginásial e segui pelo curso clássico, mais próprio para o Direito. Em seguida, prestei vestibular e fiz a faculdade de Direito em Florianópolis.

**Memorial do MPSC** – *Como era o ambiente da Faculdade de Direito?*

**Vivaldo Domingos Bento** – A turma era muito boa, assim como o curso, mas o espaço físico muito acanhado. A faculdade ficava na rua Esteves Júnior, num prédio antigo. Ingressei no curso em 1958, formando-me em 1962. Em 1960, a faculdade foi federalizada, mas eu não cheguei a acompanhar a mudança para o campus universitário. Havia muita agitação estudantil. Lembro-me bem de quando sobreveio a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Os estudantes dividiram-se em dois grupos: o dos que o apoiava e o dos que criticavam aquele gesto intempestivo. Cheguei a participar do Centro Acadêmico. Houve momentos de tensão, com ameaças e tudo.

Eu morava na casa de um tio, no Estreito. Ele viu aquilo e não gostou. Forçou-me a ir para Imbituba. Tirou-me da Ilha por causa das agitações.

O Walberto Schmidt, que conhecera no Exército, foi meu colega de turma. Também fui contemporâneo do Valdemiro Borini. Lembro-me de vários colegas gaúchos, que vinham a estudar em Florianópolis. Um deles, curiosamente, foi o Carlos Araújo, marido da Presidente da República. Era um sujeito fabuloso, politicamente experiente. Tinha um tio deputado federal, em cujo gabinete trabalhara. Tinha participado de vários festivais da Juventude Comunista, na Rússia e em outros países. Gostava muito de ajudar e era inteligente, simpático e agradável. Frequentávamos alguns cafés, como o Ponto Chique, onde o Carlos Araújo nunca pagava o cafezinho, por ter feito amizade com as mocinhas que atendiam. Mas ele só permaneceu um semestre em Florianópolis, retornando depois para o Rio de Janeiro.

**Memorial do MPSC – E a opção pelo Ministério Público como se deu?**

**Vivaldo Domingos Bento** – Quase por acaso. Advogava em Imbituba, onde eu havia também sido eleito vereador, pelo PSD, em 1958. Integrei a primeira legislatura do município. Em função da política, era muito amigo do Deputado Epitácio Bittencourt, de Imaruí, cuja base abarcava Imbituba. Assim, ele me propôs ir para Imaruí como promotor adjunto. Foi tudo muito rápido. Avisaram-me que a comarca estava sendo instalada e o titular, o Dr. Jadel, falecera. Fui anunciado adjunto na comarca no dia 26 de abril de 1968. Não me esqueço da data, pois era aniversário do pai do Epitácio Bittencourt, um político antigo, coronel muito conhecido. Proferi um discurso de posse.

Continuei morando em Imbituba, mas ia todos os dias para Imaruí. Mais ou menos um ano depois, abriu concurso para o Ministério Público. Senti a obrigação de prestar o exame e me inscrevi. Não me lembro se a inscrição era automática, pelo fato de ser adjunto, ou se precisei requerê-la. Concomitantemente, eu estava também funcionando como diretor em um colégio em Imbituba. Isto porque a criação do colégio demandava, por condição, um diretor com determinadas características, que apenas eu atendia na localidade. Então, eu tinha várias atribuições. O colégio funcionava de dia, mas seu maior movimento era à noite. Era um colégio normal, porque em Imbituba não havia até então curso que habilitasse pessoas para o exercício do primário. Assim, fiquei apurado para estudar para o concurso do Ministério Público. Para complicar, meu pai adoeceu e foi internado em Florianópolis. Com tudo isso me perturbando, quase desisti.

A turma que prestava o concurso era muito preparada. Estavam lá, dentre outros, o Márcio Fortes, o João José Leal, que mora em Brusque. A Procuradoria-Geral funcionava num prédio próximo à Catedral. Terminamos a prova escrita à tarde e seguimos para a prova oral, por ordem alfabética. Depois de mim, tinha só o Zenon Torrens Malschitzky. Quando eu fui para a banca eram seis horas da manhã. A prova começou às três da tarde e varou a madrugada. Era uma turma pequena, uns

quinze, creio. Foi muito desgastante. A banca aguentou a noite inteira. Felizmente, deu tudo certo e consegui passar.

**Memorial do MPSC** – *E qual foi sua primeira comarca?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Continuei em Imaruí, por treze anos, sempre na expectativa da instalação da Comarca de Imbituba, que fora criada em 1969 e para onde eu queria seguir.

**Memorial do MPSC** – *Como era a rotina na Comarca de Imaruí?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Era meio parada, mas agradável. O povo era muito necessitado. Da região sul, ainda hoje é uma das cidades mais necessitadas, apesar da beleza toda daquela lagoa. A riqueza que havia ali hoje se acabou, pois a falta de conhecimento esgotou a produção de peixes e crustáceos. A população era muito simpática, simples e necessitada.

**Memorial do MPSC** – *Houve algum processo que tenha lhe chamado a atenção nesse período?*

**Vivaldo Domingos Bento** – O que chamava a atenção, sobretudo, era o Tribunal do Júri. Eu sempre me dei bem com os Bittencourt, família politicamente influente na região. Mas, às vezes, afiliados políticos seus apareciam como réus. Aí, a coisa ficava mais difícil. Sentia-se essa pressão sobre o júri. Tinha-se a impressão de que se tratava de uma influência bem forte, mas era difícil de comprovar.

**Memorial do MPSC** – *Existia alguma disputa política marcante no município ou ele era território do PSD?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Havia algumas rivalidades, principalmente com a UDN. Algumas grandes famílias tradicionais eram inimigas entre si, confundindo política e parentesco. As grandes famílias dominavam a política. Elegiam o vereador que quisessem nos distritos, que estavam divididos entre as facções. Meio que já se antecipava quem seria eleito e quem não o seria, quem tinha chances e quem não tinha.

Também, viviam só fazendo política! O dia deles todo era consumido em fazer política. Sempre foram assim. Os amigos, eles protegiam.

**Memorial do MPSC** – *E esses crimes que foram a júri, eram contra a honra, crimes de pistolagem...?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Eram mais crimes contra a honra.

**Memorial do MPSC** – *Qual era a rotina do promotor?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Nós fazíamos muito usucapião; quase toda aquela região não tinha escritura. Esta era a matéria que predominava. Havia algumas ações familiares, mas poucas. Nessa época tínhamos atribuições trabalhistas, mas aconteciam poucos casos. Era mais para rescisão ou acertos. Algumas execuções fiscais, também, com as quais normalmente se obtinha êxito com paciência: ser muito rígido podia ser contraproducente.

**Memorial do MPSC** – *Depois de treze anos o senhor foi para Imbituba?*

**Vivaldo Domingos Bento** – A comarca foi instalada em 1980 e fui lotado lá. Então eu fui o primeiro promotor em Imaruí e em Imbituba. Fiquei em Imbituba até 1983. Trabalhei muito lá com o José Clésio Machado. Em 1983, ele resolveu ir para Braço do Norte, onde também estava abrindo vaga para promotor, de sorte que decidi acompanhá-lo. Nós tínhamos uma ótima relação. A minha esposa – casei-me em 28 de junho de 1969, com Maria José Garcia Kehrig – também gosta de mudança e se dava muito bem com a senhora dele. Chegamos lá em setembro. No ano seguinte, o filho de Epitácio Bittencourt, Pedro Bittencourt, foi convidado para a Secretaria de Justiça. Insistiu muito para que eu o acompanhasse a Florianópolis. Acabei ascendendo, de maneira que vim para a capital como adjunto do secretário de justiça, em 1985. Fiquei um ano nessa função, pois em 1986, ele se desligou, para se desincompatibilizar e disputar as eleições. O serviço não me agradou muito: havia muita politicagem e favorecimentos. De sorte que, quando ele saiu, não quis ficar. Consegui contar meu tempo de serviço – os

meus quatros anos como vereador, alguns anos como advogado, como professor – e concluí que faltava pouco para me aposentar.

Assumi a Comarca de São José, por uns seis ou oito meses, mas sem ser o titular. Fechou o meu tempo de aposentadoria, mas esperei para solicitá-la, a pedido do Procurador-Geral, na época, o Dr. Hipólito Piazza. Fiz algumas transferências. Fui promovido para Braço do Norte e depois para Concórdia, a pedido do procurador, por permuta. Quando me aposentei, a minha comarca, acho, era Chapecó; me aposentei em 1988.

Acompanhei um ano da gestão do Procurador-Geral Piazza. Procurei não me envolver naqueles conflitos, até porque já estava para me aposentar. Eu fui mais ligado ao Dr. José Alberton, mas os Piazza sempre me trataram muito bem, inclusive o irmão do Hipólito, o Deputado Aloísio Piazza. Acho que ele assumiu interinamente como governador, porque presidiu a Assembleia Legislativa em uma oportunidade. O outro irmão dele, o Marcílio, que faleceu, também era muito simpático. Fomos até contemporâneos de estudos. Portanto, procurava não me envolver.

Já nessa época, eu fugia do meio. Até hoje é assim. Eu só fui conhecer a nova sede do Ministério Público porque, certa vez, precisei de dados para o imposto de renda e tive de ir lá. Fazia um bocado de tempo que eu não falava com o Nery José Pedro. Surpreendi-me até, por tê-lo encontrado lá. Sempre fui mais caseiro, tanto, que tenho uma casa em Itapirubá, um lugar muito calmo. Nos finais de semana, dificilmente eu saio. E hoje menos ainda, por causa do meu neto que veio morar comigo para estudar. Então a gente sai quando acaba a aula dele e volta no domingo, para não perder aula. Sempre gostei da pescaria de costão e acabei me afastando do convívio principalmente da classe. Chego até a me arrepender...

**Memorial do MPSC – O senhor teve alguma participação na Associação?**

**Vivaldo Domingos Bento** – Não. Certa vez me colocaram entre os candidatos, para completar uma chapa, mas eu nem lembro para que

cargo foi. Como qualquer candidatura, em qualquer sociedade, se você não participar, não avança.

**Memorial do MPSC** – *Algum processo lhe chamou mais a atenção nas comarcas pelas quais o senhor passou?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Não houve muitas modificações na minha atividade como promotor entre Imaruí, Imbituba, Braço do Norte e São José. Havia uma certa identificação entre as populações destes lugares, pois são voltadas para a indústria e a questão portuária. Era um povo simples do litoral. Em Imbituba, havia mais movimento processual. Quando chegamos lá, só de Laguna vieram mais de mil processos. Mas quando eu e o juiz saímos de lá, estava praticamente zerado o número de processos. Hoje Imbituba tem um bocado de processos, se bem que esse volume cresceu em todas as comarcas.

**Memorial do MPSC** – *Era perceptível alguma violência na época?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Não. Nada parecido com o que há hoje em dia, quando a violência é potencializada enormemente pela chaga da droga. Na época, existia alguma droga, mas era bem discreto. Houve um caso em Imbituba com outro promotor, não me lembro ao certo o motivo, creio que era uma causa trabalhista que estava investigando. Sei que atiraram no promotor. Acho que ele até saiu do Ministério Público em virtude disso. Tinha construído uma casa muito boa, em um lugar melhor ainda, mas após esse episódio acredito que deve ter-se desencantado com a carreira.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se aposentou como promotor ou como procurador?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Eu me aposentei como promotor.

**Memorial do MPSC** – *No ano de sua aposentadoria discutiam-se inúmeras transformações institucionais. O senhor sentiu o impacto destas transformações?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Em tudo a transformação foi muito grande e em vários setores. A atuação do Ministério Público ampliou-se enormemente. Hoje, somos privilegiados. Percebemos ótimos vencimentos. Há colegas que reclamam, mas não há razão para isso se não fizermos extravagâncias. A situação material de um promotor, hoje, é completamente diferente. Há auxiliares e os recursos a sua disposição são muito grandes, tanto materiais, quanto humanos. Houve enorme ampliação de atribuições e muito da esperança do povo brasileiro repousa sobre o Ministério Público. É um sentimento que nos orgulha, nos enche de felicidade. Espero que nossos membros entendam cada vez mais isso e tentem corresponder às expectativas da sociedade sempre da melhor maneira possível, reafirmando essa confiança no Ministério Público. Hoje é uma das carreiras mais importantes que existem. Cabe a todos nós zelar por esta conquista, com responsabilidade e dedicação.

**Memorial do MPSC** – *Como eram as condições de trabalho de um promotor público em uma comarca como Imaruí?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Era tudo muito precário. Tinha apenas uma salinha. A máquina de escrever era nossa. Recebíamos algumas folhas de papel timbrado, mas ficava por aí. Havia muita carência e necessidade. Nós conseguíamos algumas coisas com amigos. Era difícil, porém, não me arrependo nem um pouco.

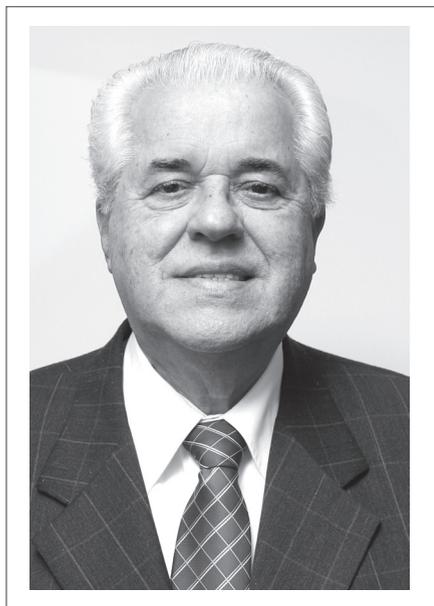
**Memorial do MPSC** – *E a convivência com as outras autoridades da comarca?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Sempre me relacionei muito bem com todos, constituindo uma amizade boa. Em comarcas pequenas, como as daquela época, era fundamental que se mantivesse uma boa relação com os colegas... Só não sou hoje mais próximo de ex-colegas por causa do meu comportamento caseiro. E com outras autoridades, sempre tive uma relação respeitosa, nunca abusei, sempre fui bem-tratado e sempre tratei os outros muito bem.

**Memorial do MPSC** – *E a relação com a Procuradoria-Geral, como era?*

**Vivaldo Domingos Bento** – Mantínhamos contato eventual. Os encontros eram mais promovidos pela Procuradoria. Havia algumas ocasiões que oportunizavam isso. Mas, em geral, ficávamos sós nas comarcas.

# André Mello Filho



**André Mello Filho** nasceu em 29 de novembro de 1939, em Florianópolis. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1968 e se pós-graduou em Direito Processual Penal. No mesmo ano, deu início a seu exercício ministerial como promotor público adjunto na Comarca de Orleans. Dois anos após, foi adjunto em Tubarão e, no ano seguinte, tornou-se promotor público da Comarca de São João Batista, indo, meses depois, para Orleans, onde permaneceu por três anos até ser promovido ao cargo de promotor público da 1ª Vara em Videira, aí permanecendo até 1978, quando assumiu como promotor público da 1ª Vara Cível na Comarca de Chapecó. No mesmo ano, foi removido para a Vara Criminal de Blumenau, sendo removido um ano depois para a 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital. No ano seguinte, seguiu para a 4ª Vara Criminal e, logo após, foi promovido para promotor substituto de procurador função ocupada até se tornar procurador de justiça, em 1983, aposentando-se em 1988.

**ANDRÉ MELLO FILHO**<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**André Mello Filho** – Sou natural de Florianópolis.

**Memorial do MPSC** – *O senhor cursou Direito em Florianópolis, também?*

**André Mello Filho** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *Havia tradição de Direito na sua família?*

**André Mello Filho** – Não. Meu pai não era do ramo. Eu comecei a trabalhar cedo, no cartório, onde entrei em contato com o Direito, juntamente com o meu amigo e compadre, hoje, Des. Alberto Costa. Incentivado por várias personalidades do mundo jurídico da época – Sr. Júlio Campos Gonçalves, escrivão, Dr. José da Luz Fontes, Dr. Hélio Sacilotti de Oliveira (Promotores Públicos), Des. Oswaldo Areas Horn, então Juiz de Direito, Drs. Simas Pereira, João Batista Bonnassis, Silvio Pirajá Martins, Antônio de Freitas Moura, Acácio Garibaldi, José de Brito Andrade, Evilásio Caon e Antônio de Moura Ferro, estes grandes advogados – eu me inclinei para esta área profissional. Fiz a faculdade e fui muito feliz.

Em 1966, comecei a advogar. Abrimos um escritório, eu, o Dr. Saulo Santos e o Dr. Antônio Carlos Lehmekhul. Como ainda não éramos formados, trabalhávamos praticamente na Justiça do Trabalho. Fazíamos alguma coisa no Cível e no Crime, sempre com a assistência de um advogado. Logo me formei, continuei a advogar e mais tarde fui nomeado adjunto de promotor, lotado na Comarca de Orleans, a convite do Procurador-Geral, Dr. Hélio Rosa, homem culto, inteligente, grande figura humana e que, até hoje, tenho a honra de tê-lo como meu amigo. O adjunto de promotor não tinha garantia alguma, pois se tratava de um substituto eventual do titular, nomeado e dispensável

---

1 Entrevista realizada no escritório do depoente, em Florianópolis, no dia 11 de agosto de 2011, por Gunter Axt e Alexandre Martins. Transcrição de Gunter Axt.

*ad nutum*. Faltavam promotores nas comarcas. Vários colegas de faculdade foram nomeados adjuntos para as comarcas que estavam vagas. Casei com Márcia de Lourdes Vieira, minha namorada até hoje, e, logo em seguida, fiz o concurso público para efetivação na carreira, já durante a gestão do Dr. José Daura.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a chegada à sua primeira comarca?*

**André Mello Filho** – Minha primeira comarca foi Orleans, no sul do Estado. Era uma cidadezinha pequena, com cerca de dez mil habitantes. Fui para lá numa terça-feira, de carona com o Dr. Ademar Nienkotter, advogado e grande empresário, meu querido amigo. Fiquei hospedado no Hotel Brasil, de propriedade do Sr. Ivo Guarezemin. Logo na semana seguinte, foi realizado um júri. O réu era membro de uma família tida como violenta. O júri durou quase dois dias, terminando às 4 horas da manhã, se não me engano, de uma sexta-feira. Saí do Fórum para o hotel, quando fui chamado, no quarto, pelo seu proprietário, pois a família estava no salão do hotel e queria falar comigo. O Sr. Ivo ficou preocupado, achando que eles tentariam me matar. Disse-lhe que não se preocupasse, pois, se assim o quisessem já o teriam feito ali, no meu quarto de dormir, ou em qualquer outro lugar. Para minha surpresa, o patriarca da família, um senhor, já com os seus 80 anos, quis me cumprimentar: “o senhor foi um caso raro de promotor que não ‘desmoralizou a minha família’: concentrou-se nos fatos, pediu a condenação do meu filho, que foi justamente punido pelo erro que cometeu”. Foi assim que começou a minha vida de promotor.

**Memorial do MPSC** – *Quanto tempo o senhor permaneceu em Orleans?*

**André Mello Filho** – Quatro anos e alguns meses. Recebi promoção para primeira entrância, para a Comarca de São João Batista, mas não assumi, pois fiquei designado na Comarca de Orleans. Eu fazia júri na região e havia poucos promotores ali. Depois, fui promovido para a própria Comarca de Orleans, que era de segunda entrância. Só saí quando fui promovido para a Comarca de Videira, de terceira entrância, em 1973.

**Memorial do MPSC** – *Algum outro caso do qual o senhor se recorde?*

**André Mello Filho** – Muitos. Um, em particular, serve de advertência para não se acreditar de pronto em histórias relatadas pelas vítimas. Uma moça, namorada de um jovem muito humilde – eu os via todos os fins de tarde em frente à farmácia namorando – acusou-o, quando ele terminou o namoro, de tê-la seduzido. Naquele tempo, o crime de sedução era punido com rigor. Durante o processo, ele chorava muito, protestando inocência. Negava-se terminantemente a casar. Tanto eu como o Juiz, Dr. Márcio de Souza Batista, grande criatura humana, tínhamos convicção da sua culpabilidade, pois, para nós, apresentava-se impossível um moço namorar por cerca de quatro anos uma moça e não chegar a consumir relações sexuais com ela. Então, ele foi condenado a dois anos e pouco de prisão. Porém, seis meses depois estourou um escândalo na cidade, através do qual veio a público que a moça tinha um romance com o patrão. Inquirida, afinal, confirmou que o rapaz dissera a verdade todo o tempo e jamais tivera relações sexuais com ela. Era um moço muito católico e queria, segundo ela, casar “virgem”. A apelação estava nas mãos do Desembargador Marcílio Medeiros, uma das maiores expressões de todos os tempos da Justiça de Santa Catarina e, por que não dizer, do Brasil; um homem corretíssimo, inatacável, muito culto, ídolo de uma geração. Ele tinha apreço por mim, o que muito me honrava, de sorte que eu tomei a iniciativa de procurá-lo, participando-lhe o quanto aquela condenação injusta me incomodava. Ele, então, disse que, se como promotor eu estava lhe reportando aqueles fatos supervenientes, a preocupação seria procedente. O problema é que diante dos autos, a confirmação da condenação, ao meu sentir, era quase uma certeza. Mas, depois de estudar a matéria com cuidado redobrado, aquele grande magistrado achou um caminho para absolver o rapaz. E se fez justiça, afinal!

Outro fato interessante, que muito comentavam na comarca é que, naquele tempo, era corriqueiro os mineiros de Lauro Müller, Quatá e Criciúma se aposentarem muito cedo. Eles obtinham aposentadorias por serem portadores de enfermidades profissionais, entre essas, as que diziam respeito às doenças pulmonares. Mas um fato aconteceu,

segundo comentários à época. É que por lá apareceu um Procurador do agora INSS, Dr. Carlos Loureiro da Luz, pai do Des. Sérgio Baasch Luz, que, fazendo uma inspeção descobriu, que no dia do exame, alguns mineiros tomavam óleo queimado de caminhão, para configurar o comprometimento do pulmão. Aqueles trabalhadores prejudicavam a saúde para burlar a lei e conquistar aposentadoria por invalidez! E se sentiam satisfeitos com o subterfúgio, pois conseguiam se aposentar com menos de 40 anos de idade e ainda ganhavam algum dinheiro com outra profissão que seguiam. O Dr. Carlos Loureiro, com a sua diligência e capacidade conseguiu pôr fim à burla, dando, com a sua atitude, grande lucro à União, pois, a partir daquele momento, a fábrica de fazer doenças fechou, segundo o delegado de Polícia da época.

**Memorial do MPSC** – *E como era a relação com as outras autoridades na comarca?*

**André Mello Filho** – Naquele tempo era diferente... existia uma irmandade muito grande entre as chamadas autoridades. Todos se ajudavam e colaboravam uns com os outros. Eram poucas as pessoas de fora da cidade: o promotor, o juiz, o veterinário, o agrônomo, o gerente do Banco... Nem agência do Banco do Brasil havia em alguns municípios. As pessoas se reuniam no fim da tarde para conversar, tomar um refresco, discutir futebol, jogar umas peladinhos. Aliás, os campos de Orleans revelaram dois craques: eu, promotor público, um perna-de-pau legítimo, e o grande zagueiro Dr. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, Juiz de Direito. Essa era a vida... Não tinha muito mais o que se fazer.

**Memorial do MPSC** – *Depois o senhor foi para Videira?*

**André Mello Filho** – Sim, em 1973, onde permaneci quase cinco anos. Em Videira nasceu meu terceiro filho, Marcelo Luciano Vieira de Mello, que é advogado. Os dois primeiros haviam nascido em Orleans. O primeiro, André Otávio Vieira de Mello é Promotor de Justiça – está atualmente lotado em Balneário Camboriú. A segunda, Cândida Romina Vieira de Mello Silva é advogada e mora nos Estados Unidos da América.

**Memorial do MPSC** – *Quais são as suas lembranças de Videira? Algum processo que tenha lhe chamado mais a atenção?*

**André Mello Filho** – Foi uma cidade interessante. Muito agitada pela força da Perdigão. O promotor tinha, como uma de suas atribuições, funcionar na Área Trabalhista. Eu fazia o que era possível. Houve também alguns júris de boa memória. Alguns bem difíceis. O Dr. Taitalo Coelho, Promotor de Caçador, às vezes não podia fazer o júri e eu o substituía. O Dr. José Daura, grande expressão do Ministério Público catarinense, me designou, certa feita, para fazer um júri em Mafra, que era bem longe de Videira. Eu recém tinha comprado um Corcel zero Km... Quase chegando à cidade de Mafra, em dia chuvoso, na descida de um morro, em estrada de chão batido, o carro deslizou e bateu numa pedra. O conserto era mais caro que a diária, mas o Dr. Daura disse que não tinha como pagar nada além dela, pois não havia previsão orçamentária para aquela situação, ainda mais de um veículo particular. Azar o meu!, pensei, por que não fui de ônibus? Levava-se muito a sério cada pequeno gasto naqueles tempos. O Dr. Daura sempre foi um homem muito correto, culto, disciplinado, um dos homens mais honrados que conheci e um dos maiores procuradores-gerais que já tivemos.

**Memorial do MPSC** – *O senhor, que passou por várias cidades, sentiu diferença de um júri para o outro?*

**André Mello Filho** – Ahhh... sim! Naquela época, era muito difícil se condenar um homem que tivesse matado a sua mulher em defesa da honra ofendida. Se a mulher o tivesse traído, o júri o absolvía da acusação de homicídio.

Em determinada comarca, certa feita, argumentava para os jurados que a honra não se transfere, sustentando que, diante da traição, não seria o homem o desonrado, mas a mulher, pois o horizonte da honra era intransferível. Era um argumento para tentar sensibilizar os senhores jurados. Tratava-se de um réu que ia pela segunda vez a júri, por ter matado a esposa. Eu estava decidido a condená-lo. Ao meu lado sentou-se um cidadão, aposentado do Banco do Brasil, homem muito equilibrado,

correto, religioso. Lá pelas tantas, me disse: “Dr. André, a honra pode não se transferir, mas que dói, dói”. No final do júri perguntei-lhe por que me dissera aquilo: “porque a minha mulher me traiu e eu me arrependo até hoje de não tê-la matado”. Bem, esta história dá bem a ideia de como era o clima reinante em torno dos chamados “crimes passionais”. Na capital, um réu nessas condições provavelmente seria condenado. Mas no Oeste, naqueles tempos, jamais!

Enfrentei alguns júris memoráveis, que marcaram a minha vida. Júris que terminaram com os familiares da vítima me agradecendo, pois lhes era muito difícil enfrentar o algoz.

Mas um júri em particular me marcou. Meu filho estava de aniversário e eu queria ir a Florianópolis para a festinha na casa do meu sogro. Estudei o processo e achei-o simples, um caso em que caberia pedido de absolvição: o réu era tido como homem violento e perigoso e a pronúncia parecia meio forçada, por certo, para tirá-lo da comarca. Ele era muito arruaceiro, brigão, tinha sido preso com 21 anos, fugira, e o caso estava sendo julgado quase vinte anos depois... Fui falar com o advogado e antecipei minha intenção de pedir a absolvição, de sorte que faríamos um júri rápido. A sessão começaria às nove horas da manhã, e eu calculava terminar por volta das onze horas. Assim poderia chegar a tempo na festa de aniversário. Era uma sexta-feira. O advogado, entretanto, disse que não poderia me atender, pois era candidato e queria aproveitar o júri para fazer um *brilhareco*. Após explicar-lhe o motivo de tal pedido, disse-lhe, em tom apelativo: “não faz isso comigo!”. Mas não adiantou. Liguei para a minha esposa, então, avisando que provavelmente não estaria presente na festa, pois calculei que o júri se estenderia até mais tarde.

Aí fomos para o júri: eu ainda mantendo disposição de pedir a absolvição... Duas testemunhas ainda viviam. Instalou-se o júri. Na manifestação da primeira, percebi incoerências, mas na segunda notei que as testemunhas mentiam descaradamente. Aí requeri ao juiz para separar as testemunhas, para, após, processá-las pelo crime de falso-testemunho... A verdade acabou aparecendo. Afinal, o júri se estendeu por todo o dia,

terminando às 20h30min. O réu foi condenado a seis anos de prisão. A pena estava prescrita. Mas podia ter sido absolvido e acabou condenado! Para o advogado, foi um desastre, uma lição que ele nunca esqueceu. O advogado, hoje já morto, pediu-me para não contar isso ao réu, de jeito algum, pois temia retaliação. Ele ainda acabou perdendo a eleição...

**Memorial do MPSC** – *Quais eram as principais atividades do promotor?*

**André Mello Filho** – O promotor atuava muito mais na Área da Família do que hoje em dia. Hoje, tem mais atribuições. Mas na época, funcionava muito como conciliador. O que fazem hoje nos Juizados Especiais de Pequenas Causas resolvia-se no gabinete do promotor. No interior, eu atendia de cinco a dez pessoas por dia. Esse volume era maior nas comarcas do Sul, pela existência de um grande número de operários, as pessoas eram mais sacrificadas. De um lado os patrões, alguns proprietários rurais, de outro lado, os empregados, os mineiros, os homens do campo, cujos problemas costumavam ser resolvidos muito em função da vontade dos poderosos, pois as leis ainda eram muito acanhadas para a proteção do homem obreiro. O representante do Ministério Público funcionava como um mediador e muitos populares recorriam ao promotor, até porque não tinham outras opções. Às vezes, procuravam o delegado de Polícia. No entanto, tendiam a depositar mais confiança no promotor. Assim, o promotor fazia casamentos, recuperava laços familiares desfeitos... Naquele tempo, se um moço tivesse relações sexuais com uma moça, a família exigia reparação, e essa só poderia ocorrer com o casamento. Nesses casos, o casamento costumava ser considerado a solução aceitável e pacífica. Não é como hoje... O promotor precisava ter muito jeito para exercer a função. Era comum até, após a sua intervenção, ser convidado para o casamento ou para “ser padrinho”.

Além da Área de Família, a grande mola mestra da atividade do promotor era o júri. O promotor que não fizesse júri alcançava pouca repercussão para o seu trabalho. Havia grandes promotores de júri! Homenagearia três colegas, pelo apreço e admiração que sempre tive por

eles: Hélio Sacilotti de Oliveira, Valdemiro Borini e o grande promotor e escritor Enéas Athanázio.

**Memorial do MPSC – E como eram as condições de trabalho?**

**André Mello Filho** – O Ministério Público era muito respeitado, mas malpago. As condições de trabalho eram as mínimas possíveis. A sala era apertada, precária, pouco confortável, quando existia. Tínhamos uma máquina de escrever Olivetti, ou Royal, grandes, pesadas. E só! Não dispúnhamos do auxílio de assessores. O juiz tinha o cartório e seus funcionários para trabalhar para ele, mas o promotor vivia de favores para tudo aquilo que não pudesse fazer sozinho. Eu, por exemplo, que costumava ser muito independente, nunca me desentendi com os juízes... Raramente havia desencontros.

**Memorial do MPSC – E mudava muito a natureza da criminalidade de uma comarca para outra?**

**André Mello Filho** – O crime basicamente era homicídio, estelionato, furto e sedução. Havia pouco estupro e pouca extorsão. No oeste, havia mais homicídios do que em outras regiões do Estado. No litoral, estelionato e roubo predominavam. Registravam-se alguns homicídios, mas eram bem menos frequentes. O uso e tráfico de drogas, esta praga irreversível estava chegando.

**Memorial do MPSC – O senhor percebeu algum impacto da ação da política e dos partidos sobre a Justiça?**

**André Mello Filho** – Olha, essa é uma grande inverdade que se propaga por aí. Eu acho que um promotor ou um juiz independente não sofre pressão, nem hoje e nem nunca. O que podia acontecer era o promotor ou juiz ter alguma simpatia, por um dos partidos fortes na época, como a UDN, o PTB ou o PSD, o que poderia eventualmente interferir, chegando a revoltar o outro lado. Poderia se instalar, então, uma pequena desconfiança, com “a chamada autoridade” sendo contestada pelo lado contrário ou perdendo legitimidade de agir com independência. Mas, pressão direta sobre a atividade do promotor, isso não existia. Dou um

exemplo: todo mundo diz que militares pertencentes ao movimento da Revolução de 1964 intimidavam as autoridades civis. Na minha atividade, nunca interferiram. Eu processei um oficial, capitão do Exército, e nunca sofri retaliação.

Durante esse tempo, eu nunca recebi nem sequer uma visita de um oficial. Houve outros casos em que processei militares e sempre se verificou o mesmo respeito.

**Memorial do MPSC** – *O senhor tem conhecimento de algum promotor que tenha sido preso durante o regime militar?*

**André Mello Filho** – No fim da década de sessenta houve, creio, um caso. Não sei ao certo. Também houve, antes, o caso de um colega detido em Laguna. Mas era um homem pacato, honrado e tudo terminou bem. Houve o caso de um juiz que também foi preso por posição política, no entanto, era um dos magistrados mais cultos e corretos da Magistratura. Logo a situação foi resolvida. No entanto, mesmo no chamado período difícil da ditadura, nenhum membro da Magistratura ou do Ministério Público Catarinense foi acusado de corrupção. Isso é o reconhecimento da seriedade pelas duas Instituições.

**Memorial do MPSC** – *A prisão do colega em Laguna chegou a repercutir na classe?*

**André Mello Filho** – Que eu me lembre, causou um mal-estar. Na verdade, isso aconteceu antes de eu ingressar no Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *Esse foi um período também de reforma dos Códigos Civil e Penal. Como essa mudança impactou o Ministério Público?*

**André Mello Filho** – O Ministério Público passou a ter mais atribuições e houve aumento de demandas. Mas a grande revolução do Ministério Público de Santa Catarina começou a partir de 1970, com o Governo Colombo Salles e culminou, sobretudo, com a Constituição de 1988, que ampliou a dimensão e a responsabilidade da Instituição.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a acompanhar esse debate?*

**André Mello Filho** – Sim, eu presidi a Associação Catarinense do Ministério Público de Santa Catarina, em 1982/1984, com muita honra. Na época, o Procurador-Geral – um grande gestor – era o Dr. João Carlos Kurtz, com quem trabalhávamos em forte parceria. A revolução do Ministério Público começou, como já disse, em 1970, com o Dr. José Daura e com o Governador Colombo Salles, que prestigiou muito o seu procurador-geral. O Dr. Hélio Rosa tinha deixado a nova Lei Orgânica praticamente pronta, segundo ele mesmo declarou em entrevista recente, e o Dr. Daura garantiu a sua execução. Foi um salto importante. Mais tarde, o Dr. João Carlos Kurtz, jovem, culto, ousado e competente, possuidor de um bom relacionamento político, costurou apoios importantes junto ao então Governador Jorge Bornhausen, através de seu Secretário de Administração, Antônio Henrique Bulcão Vianna. Este relacionamento continuou no Governo Henrique Córdova, um homem muito culto e que tinha a exata dimensão da importância do Ministério Público, por isso autorizou o seu procurador-geral a redigir a nova Lei Orgânica do Ministério Público e a enviou à Assembleia Legislativa, sem emendas. Por tudo isso, estas ilustres autoridades, por terem prestado inegáveis serviços à instituição, receberam o título de “promotores honorários”.

Enfim, o Dr. João Carlos Kurtz foi também um dos grandes comandantes dessa renovação do Ministério Público em Santa Catarina. Foi ele quem conseguiu o prédio que abriga até hoje a sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Eu tive a honra de ser o corregedor-geral durante a sua gestão. Fui, também, por uns oito meses, procurador-geral, substituindo-o.

**Memorial do MPSC** – *Depois de Videira o senhor seguiu para onde? Em que ano o senhor chegou a Florianópolis?*

**André Mello Filho** – Em 1977 segui para Chapecó e de lá, para Blumenau, designado para a Vara do Júri. Ali, atuei também Professor da FURB. De Blumenau fui convidado pelo Dr. João Carlos Kurtz para assumir a Vara do Júri, em Florianópolis. Fiquei uns dois anos nessa

função, sendo nomeado promotor substituto de procurador, um cargo que não existe mais. Em 1983, fui promovido a procurador de justiça.

**Memorial do MPSC** – *E como foi esse seu período na Corregedoria-Geral?*

**André Mello Filho** – Aprendi muito lá. Um aprendizado intenso e enriquecedor. Como corregedor-geral, fiz o maior número de correições até então. Palmilhei todo o Estado de Santa Catarina. Meu secretário era o Dr. Carlos Gerlach de Oliveira, um jovem extraordinário! Ele não gostava de ficar sábado e domingo no interior, pois jogava uma canastrinha com os amigos no fim de semana, em Palhoça. Às vezes, então, ele voltava do interior para Palhoça. Na segunda-feira, me encontrava onde eu estivesse. Conteí, também, com a colaboração do Dr. João Almir Silveira, um grande Procurador de Justiça, amigo, leal, equilibrado, e que muito me ajudou na solução das questões e problemas que se apresentavam. Naquela época, havia alguns promotores que precisavam de mais atenção. Ao invés de punir, nós íamos conversar com o colega. Em geral, tudo se resolvia.

**Memorial do MPSC** – *Que tipo de problemas aparecia?*

**André Mello Filho** – Assuntos os mais diversos. Reclamações de falta de atenção às partes... Lembro-me de um que baixou uma portaria estabelecendo horário de atendimento para os colonos, do interior do município, das oito horas às dez da manhã. Como seria possível? O sujeito vinha lá do interior, conseguia chegar ao Fórum na melhor das hipóteses às nove horas, nove e trinta. Pedi que revogasse aquela portaria, o que gentilmente foi acatado.

No interior, o promotor desempenha um papel muito importante, às vezes pouco reconhecido na capital. Ele funciona como um mediador, atendendo famílias, arbitrando conflitos, ajudando na repartição dos bens, das terras, etc... A orientação do promotor é, assim, muito acatada. Então, não pode o promotor dificultar o atendimento às partes. Tem, sim, de estar disponível para atender ao povo mais necessitado! Essa foi a grande

meta da minha gestão: fazer com que o promotor se integrasse o máximo possível à comunidade, prestando esse relevante serviço comunitário.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a instalar algum processo administrativo contra um colega?*

**André Mello Filho** – Contra três colegas, que estavam em estágio probatório. Dois pediram exoneração e um foi demitido, mas não vale a pena falar de coisas desagradáveis.

O afastamento de um promotor é uma coisa muito difícil, um processo muito dolorido. É como um filho que sai de casa. Não me arrependo dessas decisões, até porque não as tomei sozinho.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor percebe a responsabilidade de acusação do Ministério Público?*

**André Mello Filho** – Acusar é uma das piores missões que Deus reservou ao Homem! Apontar o dedo em nome da sociedade para uma pessoa é muito difícil. A responsabilidade do promotor, então, é muito maior do que a do advogado. Quem acusa, pode dar graves prejuízos a um inocente. Por isso, diante de qualquer sinal de dúvida, o promotor precisa investigar, precisa fundamentar exaustivamente a culpabilidade do réu. Não pode achar que esta é uma tarefa somente da defesa. É sua também! A sociedade acredita muito na palavra e na seriedade do promotor. Aí reside a enorme responsabilidade do acusador. A acusação é um fato processual grave. Há de se ter responsabilidade para acusar. Um sujeito acusado de ladrão, por exemplo, pode vir a ser inocentado. Mas a diligência demandada pelo promotor vai marcá-lo para o resto da vida. Uma pecha carimbada por um promotor pode acompanhar o cidadão a vida inteira, mesmo que a inocência seja posteriormente reconhecida.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que o Ministério Público vem cumprindo a contento com o mandato que a sociedade lhe outorgou em 1988?*

**André Mello Filho** – Eu acho que o Ministério Público tem cumprido com o seu dever e tem atendido aos anseios da sociedade. Mas há alguns

exageros. Basta ver o que acontece com algumas ações civis públicas, baseadas em fatos que poderiam ser melhor apurados. Montam-se processos lastreados em acusações frágeis, amparadas em provas inconsistentes, tais como escutas telefônicas altamente contraditórias. Às vezes, assim, desmoraliza-se um cidadão e, ao final, prova-se que não foi nada daquilo.

Todavia, esse excesso é natural em qualquer profissão. A defesa também comete os seus excessos. Há que se dizer, em alto e bom tom, que no Ministério Público estes casos podem acontecer por entusiasmo incontrolável, mas jamais por desonestidade. Assim como a grande maioria é formada por promotores sensatos e equilibrados, há alguns mais destemperados, com muita ânsia de fazer justiça, de condenar. Cabe, então, nestes casos, à Corregedoria-Geral, colocar um freio na situação. Não falo aqui de punição, mas a presença do corregedor-geral para um bom aconselhamento, uma orientação segura, uma conversa amigável, que possa ampará-los também.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se refere aqui ao Ministério Público do Estado?*

**André Mello Filho** – Não, ao Ministério Público em geral. Essa febre de fazer justiça está levando o Ministério Público a alguns excessos, na Área Penal e Civil, tanto o Federal, quanto o Estadual.

**Memorial do MPSC** – *E como o senhor vê a relação do Ministério Público com o Judiciário? O senhor percebe alguma diferença de como as coisas funcionavam no seu tempo de promotor e como são hoje em dia?*

**André Mello Filho** – Sim, há uma diferença. No meu tempo de promotor, dependíamos muito do Judiciário, pois a infraestrutura da Instituição era precária. Até o papel, usávamos do Judiciário. Então, o promotor era necessariamente mais chegado ao juiz. Mas, mesmo assim, havia conflitos. Hoje, com a independência e boa infraestrutura, o Ministério Público ficou mais independente, mas confiante. Mas os atritos, em casos particulares, continuam a acontecer. Nossa profissão, por sua vez, insufla egos. Às vezes acontece que todos esquecemos de que trabalhamos para celebrar a justiça.

**Memorial do MPSC** – *E como o senhor percebe o papel do advogado nesta equação?*

**André Mello Filho** – O advogado fica no meio do juiz e do promotor, brigando, no bom sentido, com os dois. O advogado não representa o Estado, como o juiz, nem a sociedade, como o Ministério Público, mas as partes. É um papel um pouco diferente. O olhar dele é mais parcial, pois ele visa proteger o direito do indivíduo que o contratou, apesar de isso não o autorizar, é bem verdade, a extrapolar e a cometer excessos em nome da defesa de um cliente. Porque ele defende, em última análise, o ato praticado pelo cliente, por isso o advogado não pode extrapolar. Defende o cliente objetivando que lhe seja distribuída a verdadeira justiça pelo ato que esse praticou. Claro está que é deveras difícil equilibrar este objetivo na prática.

**Memorial do MPSC** – *Em que ano o senhor se aposentou?*

**André Mello Filho** – Me aposentei muito jovem, em 1988.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a pegar o início da gestão do Dr. Leal e do Dr. Piazza?*

**André Mello Filho** – Na gestão do Dr. Leal, eu ainda estava na ativa; percebi que o clima ficara pesado. Quando começou a gestão do Dr. Piazza, em 1987, o clima tornou-se insustentável! O Dr. Piazza tinha um temperamento forte, defendia muito o governador com quem trabalhou, mas era e é um homem honrado. Ali resolvi me aposentar. Sempre tive o desejo de retornar à advocacia e naquele momento resolvi pôr em prática esta vontade.

**Memorial do MPSC** – *O senhor teria mais alguma coisa para registrar?*

**André Mello Filho** – A minha história é mais ou menos como a dos outros colegas que viveram o Ministério Público daquela época. Há, claro, alguns acentos mais pessoais. O importante é que a luta naquela época era renhida. Tudo se conquistava com dificuldade. Havia respeito social pela autoridade do Ministério Público, mas uma certa má vontade política de parte das instituições. Se o Ministério Público não tinha

o prestígio do qual desfruta na atualidade, a Instituição de hoje deve muito àquela geração, pelas lutas que foram então travadas. Foi uma geração que incendiou em Santa Catarina, no Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, o Ministério Público Brasileiro. O grande espaço para esta construção institucional foi a CONAMP. Elegeram-se deputados federais pela classe, o que foi importante...

No nosso caso, labutaram e labutam colegas extraordinários a quem o Ministério Público de Santa Catarina muito deve e que serão sempre lembrados, como os Drs. Milton Leite da Costa, Hélio Rosa, José Daura, Napoleão Xavier do Amarante, João Carlos Kurtz, Hipólito L. Piazza, João José Leal, Moacyr de Moraes Lima Filho, José Galvani Alberton, Pedro Sérgio Steil, Gercino Gomes Neto, estes ex-Procuradores-Gerais de Justiça, Hélio Rosa, Emir Rosa, Aloysio Callado, Walmor Cardoso da Silva, José da Luz Fontes, Henrique Espada Rodrigues Lima, Ayres Cesário Pereira, Nuno de Campos, Ciro Campos, Valdemiro Borini, Ruyter Nascimento Ferreira, Zenon Torres Malschitzky, Nelson Ferraz, Arno Schmidt, João Almir da Silveira, Carlos Gerlach de Oliveira, Ruy Olympio de Oliveira, Marcio Fortes de Barros, Jádel da Silva, Maurílio Moreira Leite, Enéas Athanázio, Anselmo Agostinho da Silva, Valdir Vieira; os ex-Presidentes da Associação Catarinense do Ministério Público, Milton Leite da Costa, Nicolau Severiano de Oliveira, Hélio Sacilotti de Oliveira, Adhemar Guilhon Gonzaga, Ennio Demaria Cavallazzi, Aloysio de Almeida Gonçalves, Walberto Schmidt, Emygdio Geraldo Sada, Helio Juk, Moacyr de Moraes Lima Filho, Vidal Vanhoni Filho, Robson Westphal, Paulo Roberto Speck, Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti, Lio Marcos Marin, Rui Carlos Kolb Schiefler, e tantas outras jovens lideranças, homens e mulheres, que peço antecipadamente desculpas por não citá-los.

Também é importante reconhecer o papel dos servidores nesta construção. Quando eu ingressei no Ministério Público, o quadro não passava de uma dezena de pessoas comandada por Nery José Pedro, que carregavam o piano nas costas. Hoje, o quadro cresceu, se ampliou, se qualificou. A contribuição dos servidores precisa ser valorizada, inclusive do ponto de vista salarial.

# Luiz Fernando Sirydakís



**Luiz Fernando Sirydakis** nasceu em 2 de julho de 1939, em Florianópolis. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1971. Foi aprovado em concurso para o cargo de promotor público, em 1972. Assumiu a Comarca de Laguna, como promotor de justiça substituto. Efetivado na carreira, no mesmo ano, atuou na Comarca de Pomerode. Em 1974, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Braço do Norte e, novamente por merecimento, quatro anos depois, foi promovido para a Comarca de Concórdia. Em 1979 foi promovido para a Comarca de Joaçaba. No ano seguinte foi removido para a Comarca de Chapecó. Em 1987 foi removido para a 2ª Vara da Família na capital, e finalmente promovido a procurador de justiça em 1991. Aposentou-se em 2009.

# LUIZ FERNANDO SIRYDAKIS<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *Dr. Sirydakis, o senhor é natural de onde? De Florianópolis mesmo?*

**Luiz Fernando Sirydakis** – Sim, sou *manezinho da Ilha*. Quando eu era criança, chamar alguém de *manezinho da Ilha* era pé de briga. Naquela época, a expressão era ofensiva. O mesmo que chamar alguém de analfabeto, ignorante. Hoje, ser considerado *manezinho* dá troféu.

**Memorial do MPSC** – *E a sua família era natural daqui também?*

**Luiz Fernando Sirydakis** – Sim, a família era toda daqui. Somente minha mãe nasceu em Itajaí, mas veio para cá muito cedo. Nasci e me criei aqui, assim como meu pai e irmão.

**Memorial do MPSC** – *E a opção pelo Direito, tinha alguém em sua família com alguma tradição nessa área?*

**Luiz Fernando Sirydakis** – Não exatamente, embora eu tivesse um tio promotor de justiça. Cursei o primário, o ginásio, e nesse meio tempo, servi no Exército. Depois do ginásio, fui para o Científico, onde acabei me perguntando: “o que estou fazendo aqui?”. Física, química, matemática, nunca foram o meu chão. Não gostava. Então, fui cursar Contabilidade, pois era uma chance de terminar os estudos com uma profissão. Eu trabalhava no Cartório Luz. A turma de Contabilidade era mais madura, alguns colegas já eram senhores, um pouco mais velhos. Conversando com eles é que acabei consolidando a opção pelo Direito. Não eram muitas as possibilidades: Medicina, Odontologia, Farmácia, e como química e física eram matérias que não faziam muito a minha cabeça, acabei optando pelo Direito, mais por exclusão. Formei-me em 1959, como contador, mas não me achei suficientemente preparado

---

1 Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça, em Florianópolis, no dia 15 de dezembro de 2011, por Gunter Axt e Gabriela Schreiber. Transcrição de Alan Crsthian Michelmann, Anderson Elias, Manoela de Souza e Mariane Julia dos Santos.

para prestar o vestibular de Direito. No entanto, quando veio a segunda chamada, que acontecia quando nem todas as vagas eram preenchidas, resolvi encarar o desafio. A Faculdade de Direito ficava então na rua Esteves Júnior. Mas, como era de se esperar, não passei. Foi uma boa experiência.

Enquanto isso, no Exército, fizera um curso de formação para cabo, com seis meses de duração. Era um curso que permitia ascender até a graduação de sargento. No ano seguinte, ainda cabo, me engajei por dois anos, trocando definitivamente meu antigo emprego pelo Exército, porque como cabo engajado ganhava bem mais. Quando estava pronto para prestar outro vestibular, em 1960, acabei sendo promovido a sargento e segui para a cidade de Rio Negro, no Paraná, que, com Mafra, em Santa Catarina, dividiam os respectivos Estados.

**Memorial do MPSC – E para evoluir na carreira?**

**Luiz Fernando Sirydakís** – Para tanto, como sargento, precisava fazer um curso de aperfeiçoamento. Era feito um exame de seleção entre candidatos de todo o Brasil. Fiz o exame e, conseguindo classificação, fui para o Rio de Janeiro frequentar o referido curso, com duração de seis meses. Estava lá quando estourou a Revolução de 1964. Era o curso de Formação de Sargentos, diferente do de Agulhas Negras, destinado à preparação de oficiais do Exército. O Curso de Sargentos funcionava em Realengo. Em Deodoro, estava a Escola de Instrução Especializada. O oficial saía aspirante e ia até capitão; depois tinha de fazer um curso para chegar a coronel e, mais outro, para alcançar o generalato.

**Memorial do MPSC – Como foi em março/abril de 1964 no Rio de Janeiro?**

**Luiz Fernando Sirydakís** – Pouco pude acompanhar os eventos de então, porque éramos sargentos profissionais em curso de aperfeiçoamento, e, como tal, continuamos. O coronel-comandante da Escola reuniu a turma e disse: “isso aqui é uma escola e assim vai continuar; não vou interromper o curso!”. Já a Escola de Instrução Especializada, dos

oficiais, em Deodoro, paralisou as atividades. Em julho terminou o curso e cada um voltou para suas unidades de origem. Durante a Revolução, minha preocupação maior era a família: minha filha tinha menos de um ano de idade e estava em Florianópolis com minha mulher, na casa dos pais dela. Do Rio de Janeiro eu acompanhava os acontecimentos no Sul, pelos jornais. Foi angustiante, pois se lia que Florianópolis estava cercada por destróieres, e a cidade estaria em polvorosa. As comunicações eram precárias. Foram, enfim, meses de preocupação. Após o término do curso, voltei para Rio Negro, no 2º Batalhão Ferroviário, que construía o trecho de ferrovia entre Lages/SC e a Barra do Jacaré/PR.

Em 1965, depois da Revolução, o batalhão foi transferido para Araguari, em Minas Gerais, para onde também fui, permanecendo por lá um ano e alguns meses, até que consegui minha remoção do 2º Batalhão Ferroviário para a 16ª CSM, aqui em Florianópolis, de onde eu era originário.

Ao chegar, em julho de 1966, já com duas filhas, decidi prestar finalmente o vestibular. Preparei-me durante todo o semestre e dessa vez passei, razão do meu ingresso na Faculdade de Direito, em 1967, e formatura, em 1971.

Mais para o fim do curso, passei a colaborar, sem remuneração, na Seção da Justiça Federal. A jurisdição federal fora reorganizada pelo regime militar, em 1967, sendo os juízes titulares nomeados. A Seção funcionava na esquina da avenida Rio Branco com a rua Esteves Júnior, mais ou menos à altura de onde hoje está a farmácia do Angeloni.

Apesar de haver, na época, a figura de solicitador, para quem era quintanista (como o meu caso), eu não podia advogar, por ser militar. Tudo bem, até porque nunca me senti com temperamento para advocacia. Optei, assim, por assessorar o juiz federal. Nesta função, no início, datilografava audiências; depois, comecei a ajudar na redação das sentenças mais simples. Aos poucos, em contato com processos, cresceu a vontade de trabalhar na Justiça.

Formei-me em dezembro de 1971. Quando abriu concurso para o Ministério Público, em abril de 1972, não pensei duas vezes e me inscrevi. Estava com a faculdade fresquinha... Estudei um pouco mais, encarei o concurso, dei sorte e passei. Ou seja, quatro meses após me formar, já era promotor de justiça (na época, promotor público). Assumimos no dia 15 de maio. Uma turma muito legal! Éramos catorze, pois em 1971, no Governo Colombo Salles, tendo como Procurador-Geral o Dr. José Daura, foi criado o cargo de promotor substituto. Com isso, surgiram vinte e uma novas vagas, uma para cada circunscrição judiciária no Estado. Até aquele momento, ainda havia promotores adjuntos, alguns dos quais nem formados em Direito eram. O primeiro concurso foi feito em outubro de 1971, quando foram aprovados dez candidatos. Em abril de 1972, catorze foram aprovados e onze assumiram. Os três últimos o fizeram depois. Combinamos de tomar posse no dia 15 de maio, para que fosse mantida a antiguidade na carreira de acordo com a sequência da classificação no concurso.

Fomos para o interior com prazo mais ou menos determinado, de quatro a seis meses, pois seríamos promovidos quase que imediatamente. Foi um momento dinâmico na carreira porque havia muitas vagas. A escolha da comarca se deu de acordo com a classificação. Tendo sido classificado em 3º lugar, optei pela circunscrição da Comarca de Laguna, onde conheci o Promotor Titular, Dr. Arno Schmidt, que mais tarde foi Corregedor. Trabalhei também em Imaruí até que, no prazo referido, fui promovido para a comarca de primeira entrância, em Pomerode.

**Memorial do MPSC** – *Pomerode era uma comarca nova, não é?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Relativamente nova. Acho que o primeiro Promotor que assumiu em Pomerode foi o Dr. Valdir Vieira, hoje também aposentado.

**Memorial do MPSC** – *Sim, ele instalou a comarca.*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Não tenho certeza, mas acho que fui o segundo titular daquela comarca.

**Memorial do MPSC – Juiz, tinha?**

**Luiz Fernando Sirydakís** – Sim. Era o Dr. Eleazar Nascimento. Fiquei lá quase dois anos. Fui então promovido para a Comarca de Braço do Norte, de segunda entrância.

Na nossa carreira, só se é promovido mediante consulta. Se não nos inscrevêssemos para uma promoção ou para uma remoção, tal não acontecia. Quando consultado para promoção à segunda entrância, não me inscrevi para Dionísio Cerqueira, que vagara antes, mas para Braço do Norte e Urussanga, pois se não fosse promovido para Braço do Norte, por merecimento, o seria por antiguidade para Urussanga. O Dr. Hans (Bartek Peter Eduard Pilchowski) foi para Dionísio Cerqueira, razão pela qual me passou na antiguidade. Nesse interregno, o então Governador do Estado, Dr. Antônio Carlos Konder Reis e o Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Ary Pereira Oliveira, se desentenderam e durante quatro anos nenhuma vara ou comarca foi criada. Consequentemente, ninguém foi promovido. A carreira só andava se alguém se aposentava ou falecia.

**Memorial do MPSC – Por que houve esse desentendimento?**

**Luiz Fernando Sirydakís** – Eu realmente não sei. Talvez uma divergência em torno do repasse de verba ou da criação de uma ou outra comarca, ou do percentual de verba destinado à Magistratura... Enfim, ainda bem que eu não tinha ido para Dionísio Cerqueira! Tive sorte. Nada contra, exceto a distância de Florianópolis e a dificuldade de locomoção na época, porque eram precárias as estradas existentes.

**Memorial do MPSC – Sim, e com crianças pequenas...**

**Luiz Fernando Sirydakís** – Já não estavam mais tão pequenas assim... Mas, certamente, sempre que era consultado sobre uma comarca, procurava verificar as condições de vida que a cidade oferecia. Enfim, de Pomerode fui para Braço do Norte, de onde, depois de quatro anos, subi a serra, promovido para Concórdia. Lá permaneci por quase

dois anos, até ser promovido para Joaçaba, onde também fiquei quase dois anos. Porque pedi para ser designado para Chapecó, o Dr. João Carlos Kurtz, então Procurador-Geral, quando fui conversar com ele a respeito disse-me: “todo mundo pede para descer e você está pedindo para subir, queres ir já?”. “Quero”, respondi prontamente, e ele me designou na hora. Saí da Procuradoria com o Ato de Designação nas mãos. Depois de algum tempo, com a abertura de vaga, foi oficializada a remoção.

**Memorial do MPSC – Por que Chapecó?**

**Luiz Fernando Sirydakís** – Porque era uma comarca de quarta entrância, como Joaçaba, mas como ali me separei da minha mulher e, depois de algum tempo, com outra me casei, não quis ficar na mesma comarca.

Em 1986, foram criados grupos regionais de estudos pela Procuradoria ou pela Associação, não me lembro exatamente, com representantes nas diversas regiões determinadas.

**Memorial do MPSC – Acho que era uma iniciativa mista, da Procuradoria e da Associação.**

**Luiz Fernando Sirydakís** – Acabei me inscrevendo nessa iniciativa e fui eleito representante da região Oeste. Tendo seguido para Florianópolis para tomar posse, encontrei o Dr. Arno Schmidt, que foi o primeiro Promotor com quem eu trabalhei, em Laguna, conforme antes dissera. Nessa oportunidade, convidou-me para assessorá-lo na Corregedoria. Eu não queria sair de Chapecó, dentre outras coisas porque naquela cidade havia casa para promotor, onde eu morava bem e de graça – naquela época existia esse tipo de facilidade em algumas comarcas. Mas, como sou natural da Ilha, o convite mexeu comigo e acabei aceitando.

Enquanto trabalhava na Corregedoria, de 1986 a 1988, foram criadas algumas novas varas na capital, dentre elas a da 2ª da Família,

para a qual me inscrevi para remoção. Fui removido, mas continuei trabalhando na Corregedoria.

Em 1987, o Dr. Hipólito Luiz Piazza assumiu a Procuradoria-Geral, logo depois de um curto período do Dr. João José Leal, oportunidade em que o novo procurador-geral determinou o retorno dos convocados ou designados para as suas comarcas de origem, tendo, inclusive, destituído o corregedor-geral de suas funções. Mas logo depois, amparado em mandado de segurança que impetrara, o Dr. Arno Schmidt reassumiu a Corregedoria.

**Memorial do MPSC** – *O senhor se recorda do motivo dessa destituição?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Divergências políticas institucionais. Era uma situação muito polarizada. Eu sempre me dei mal com essa história, pois não pertencia a nenhum grupo e tinha amigos em quaisquer deles, o que talvez desse a impressão, para alguns, de sempre pertencer ao “time” contrário. Enfim, o Dr. Hipólito Piazza condicionou o pessoal da Corregedoria a ser promotor da capital. Por esse motivo, o Dr. Arno outra vez me convidou, mas então para acumular os serviços da assessoria com os da secretaria da Corregedoria-Geral, o que, sem dúvida, aceitei.

Durante algum tempo, o clima na Procuradoria-Geral esteve tenso, com discussões acaloradas e atitudes intempestivas, gerando bastante preocupação em toda a classe, ainda mais com a “expulsão” da Associação do prédio da Procuradoria.

Mas, depois de alguns contratempos, as coisas se acalmaram, permitindo o cumprimento das tarefas atinentes a cada setor da Procuradoria, até que, em 1988, com o término do mandato do corregedor, retornei à 2ª Vara da Família, na capital, para onde me removeram.

Não posso deixar de registrar que, depois da destituição do corregedor e da polêmica derivada da expulsão da Associação do prédio sede da Procuradoria-Geral, a maioria dos procuradores de então, se reuniu

com o governador do Estado, objetivando ver o Dr. Piazza destituído do cargo (na época o procurador-geral era nomeado livremente pelo governador), mas não se obteve êxito. Não satisfeitos, com o mesmo objetivo, um abaixo-assinado foi sugerido à classe, oportunidade em que me recusei a assiná-lo. Fui questionado sobre o porquê da recusa e se eu estava a favor do Piazza. Minha resposta foi: “Sou contra o abaixo-assinado”, simplesmente porque entendia ser uma estratégia equivocada, nada mais representando do que permitir, ao governador, que outra vez demonstrasse, com sua rejeição, que o procurador-geral fora ele quem escolhera e por isso permaneceria no cargo. Fui alertado que sofreria as consequências do meu posicionamento.

Pouco tempo depois, foi cogitada a impetração de um mandado de segurança buscando impedir o preenchimento de sete vagas que tinham sido criadas para o quadro de procuradores de justiça, sob o argumento, à boca pequena, de que poderiam ser favorecidas, pela administração da época, pessoas determinadas. Mais uma vez, me recusei a impetrar o *mandamus*, e isto simplesmente porque eu era o terceiro mais antigo promotor de quarta entrância, e, em sendo assim, não tinha razão para “trancar” o preenchimento de tais vagas.

No final das contas, realmente sofri as consequências dos referidos posicionamentos porque, embora promovido a procurador de justiça, tal somente aconteceu em 1991, por antiguidade, depois de quatro outros mais modernos terem sido promovidos. Mera coincidência?

Como procurador de justiça, trabalhei até o final de junho de 2009, quando então me aposentei, depois de trinta e sete anos de serviços prestados ao Ministério Público de Santa Catarina, dezenove dos quais como promotor de justiça e dezoito como procurador.

**Memorial do MPSC** – *Nessa passagem pelas comarcas do interior, era perceptível alguma variação na natureza dos feitos de uma cidade para outra? A criminalidade variava de uma comarca para outra?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Algumas tinham uma incidência criminal maior, mas nada como esta avalanche dos dias de hoje, nos quais a vida, a segurança e o patrimônio das pessoas de bem correm permanente risco.

Quando eu estava em Pomerode, fui designado para funcionar em um processo em Blumenau, pois o promotor havia se declarado impedido por não concordar com o teor da nova Lei de Tóxicos de 1971, mormente dada a oralidade da acusação, inclusive da denúncia, que era reduzida a termo em audiência. Mesmo não concordando com tal posicionamento do colega, lá fui eu e, se bem me lembro, era o caso de um motorista de caminhão, creio, que havia sido preso portando maconha. Naquela época, o tráfico de cocaína e outras drogas não era muito comum, pelo menos em nosso Estado.

Aquela foi uma comarca interessante. Em 1972, ainda havia pessoas que não falavam português, apenas o pomerano, com dificuldade, inclusive, para compreender o alemão falado em Blumenau. Então, era comum que o oficial de justiça, natural de Pomerode, embora não nomeado – pois a testemunha ouvida era brasileira – servisse de intérprete para que a audiência fosse realizada.

O crime mais comum derivava de brigas em botecos nos finais de semana. Durante o tempo em que lá trabalhei, nenhum homicídio aconteceu. Certa ocasião, um casal jovem veio a meu gabinete procurando saber o que teriam de fazer para poder casar, uma vez que, embora estivesse grávida, os pais da moça, menor de 18 anos, não davam o consentimento simplesmente porque eram protestantes e o rapaz, de família católica. Coisas de religião.

Por sua vez, Braço do Norte e Concórdia também não eram comarcas muito agitadas, mas com maior atividade criminosa do que Pomerode. Nelas se registravam homicídios, furtos e, em volume apreciável, estelionatos, sobretudo na modalidade de cheques sem fundos, além de estupros em casos mais raros.

Em Joaçaba havia duas Varas. Toda segunda-feira era frequente a fila de pessoas querendo falar com o promotor, normalmente por força de brigas de casal ou de vizinhos nos finais de semana. Na quase totalidade das vezes, as pessoas envolvidas eram por mim chamadas em gabinete para resolver as questões surgidas, e tal acontecia com êxito. Havia, na época, muito mais respeito e consideração para com as autoridades locais.

**Memorial do MPSC** – *Funcionava como uma espécie de justiça conciliatória?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Mais ou menos isso, era um *plus* que acontecia além dos processos. Era natural. Como as pessoas não tinham a quem recorrer, falavam com o promotor, que era a autoridade mais acessível. Havia um respeito muito grande pelo promotor, sem dúvida alguma. Resolvíamos muitas situações simples. Às vezes, se dizia para o cidadão que precisava emendar-se, porque: “da próxima vez que vieres aqui vou te prender”, e este normalmente nunca mais voltava.

Chapecó, no entanto, era uma comarca onde o crime era frequente, muitos homicídios, roubos, furtos, disputa de terras, drogas... não com a incidência de hoje, com disputa de ponto de tráfico, é claro, mas já com o problema instalado.

**Memorial do MPSC** – *Chapecó tem um histórico de comarca mais agitada.*

**Luiz Fernando Sirydakís** – É, ou pelo menos era uma comarca barra-pesada. Não enfrentei maiores problemas durante a carreira, tais como ameaças ou constrangimentos. Sempre fiz júris sem maiores preocupações. É claro que o risco sempre existe, pois a gente nunca sabe quem é que está sentado na plateia. Sempre cuidei de não tripudiar sobre o acusado. Vi profissionais do Direito fazer isso, mas não acho certo, pois o réu está ali, algemado, com dois policiais ao lado..., e não pode reagir. É uma condição triste. É, afinal, um ser humano que está ali. Querendo ou não, todos possuem um senso de justiça:

quando uma pessoa senta em frente ao júri como réu, sabe que poderá ser condenada, porque fez algo errado. Então, se a acusação é digna, ela tenderá a não ficar com raiva do acusador. Claro que toda a regra tem sua exceção. Mas eu sempre evitei chamar o réu de vagabundo, canalha, etc. Acho que isso não agrega nada; talvez por isso, nunca tive qualquer problema.

Lembro-me que, quando estava em Braço do Norte, um cidadão, de nome Alvino, chegou a meu gabinete dizendo que havia sido esfaqueado por outro e estava temeroso de novo ataque. Eram dois senhores já maduros, ambos colonos, um com treze e o outro com catorze filhos. O agressor era conhecido por “Sabão”. Como ele estava sendo processado pela referida agressão, recomendei a Alvino que fosse para dentro quando Sabão passasse em frente da sua casa, com ar ameaçador, segundo narrara. Disse a ele para não fazer nenhuma bobagem, pois fatalmente Sabão seria condenado pelo crime que cometera. Pareceu-me que tudo ficara ajustado. Quando em Florianópolis, durante as férias forenses de fim de ano, ouvi no rádio uma notícia sobre um homicídio ocorrido em São Ludgero, cidade próxima a Braço do Norte, onde eles moravam: Alvino matara Sabão com cinco tiros nas costas, na saída da Missa do Galo que lá se realizara, como de costume, à meia-noite. Sabão estava saindo pela porta lateral da Igreja, juntamente com inúmeras pessoas, quando foi alvejado. Fomos para o júri.

Um parêntese: acho o júri uma instituição espetacular. Mas, na verdade, o resultado do julgamento que nele ocorre quase sempre é inversamente proporcional ao tamanho da comarca onde se realiza: quanto menor a comarca, maior a chance de ser falho o julgamento, porque, ainda que indiretamente, pode haver influência da rede de amizades, da religião, da cor dos envolvidos, das preferências políticas, etc., etc. Tudo pesa. A justiça é a última a ser realmente considerada. O júri passa a ser mais impessoal à medida que a comarca é de um centro maior, pois, quanto maior a população, menos entre si se conhecem as pessoas e, por isso, a verdade sobre o ocorrido passa a ser mais apurada; por conseguinte, mais justo é o julgamento. Dando maior credibilidade ao acima afirmado,

restou sabido que Alvino visitara todos os vinte e um jurados sorteados e acabou, por maioria, sendo absolvido. No dia seguinte, ao sair do Fórum para almoçar, fui abordado por ele, que estava me esperando, e perguntou se eu iria recorrer da decisão. Disse-lhe que já havia recorrido e que, sem dúvida, iria a novo julgamento. Ele quis argumentar, mas respondi que não poderia agir de forma diferente. O recurso foi provido e em novo julgamento foi, finalmente, condenado.

**Memorial do MPSC** – *O novo júri foi na mesma comarca?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Sim, na mesma comarca, no ano seguinte, com outros jurados, é claro!

**Memorial do MPSC** – *E a defesa não recorreu?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Não, pois era o segundo júri, e pelo mesmo motivo, não caberia novo recurso.

Num outro caso, em Braço do Norte, em 1977, se não me falha a memória, uma mulher morreu em Grão-Pará. Falava-se em suicídio, mas à boca pequena semeavam-se dúvidas. Um dia apareceu em meu gabinete alguém que se dizia parente da falecida, afirmando que o marido a assassinara. Requeri uma série de diligências, depois que o inquérito chegou, ante as dúvidas que ele suscitava, e solicitei a exumação do cadáver, enterrado havia cinco meses. Pelas fotografias existentes no inquérito policial, ela morrera na cama, com o revólver sobre o peito, curiosamente bem limpo. Quando a polícia liberou o local, ao retirarem a mulher e o lençol ensanguentado da cama, encontraram um cartucho de um disparo que tinha batido na cabeceira e caíra entre dita cabeceira e o colchão. Eram dois cartuchos deflagrados. Estranhei, pois nunca vi ninguém se matar com dois tiros, ainda mais na cabeça. Fui à Delegacia e pedi para ver como funcionava a arma, tendo constatado que para cada disparo era necessário ativar o gatilho. Depois, a perícia relativa à exumação, confirmou que a vítima havia sido morta com dois tiros na têmpora e com apenas um orifício de entrada dos projéteis, o que fez com que eu postulasse para que o

inquérito passasse a ser presidido pelo delegado regional, em Tubarão, uma vez que leigo era o delegado local, fato este corriqueiro naquela época, pois muitos não eram formados em Direito, o que hoje, felizmente, não mais acontece.

Depois de algum tempo, fui procurado, em casa, por volta das 21 horas. Era o delegado de Braço do Norte me relatando que o suspeito fora trazido de Tubarão para a sua Delegacia e estava dizendo que fora constrangido e agredido por policiais em Tubarão, e gostaria que eu fosse até lá para comprovar tal situação. Aproveitei a oportunidade para conversar com o cidadão, que disse ter apanhado em Tubarão, onde fora colocado numa sala com três ou quatro policiais e obrigado a confessar o crime. Pedi para ele me contar tudo o que lá ocorrera. A história era inconsistente, com incongruências gritantes, o que reafirmou minha convicção de que realmente fora ele o autor do homicídio. Na oportunidade lhe disse: “Se acaso eu tivesse alguma dúvida a respeito, agora não tenho mais, tu mataste tua mulher.”

O réu era professor, havia frequentado o seminário religioso, desistindo de ser padre pouco antes de fazer os votos. Era uma pessoa inteligente, culta, estudava e lecionava em Lages. Não era para ter feito o que fez... A mulher lavrava a terra. A primeira coisa que me veio à mente foi: “tem outra mulher na história”. Mas, na verdade, o motivo determinante do crime foi a divergência de cultura entre ambos, já que ela ficava no cabo da enxada trabalhando na lavoura todos os dias e ele nos livros. Ela reclamava, achava um disparate, o que, afinal, deu causa, repita-se, ao homicídio.

No depoimento que prestara no inquérito policial, narrou que havia chegado em casa depois da aula, pouco depois das dez horas da noite. A mulher, adoentada, pediu-lhe para verificar se a porteira estava fechada, para barrar o acesso do gado à plantação. Era um dia especialmente frio. Ele disse que ao voltar, acabou dormindo no quarto do filho, uma criança. No dia seguinte, quando foi no quarto do casal, viu que ela tinha cometido suicídio. A história não convenceu.

**Memorial do MPSC** – *Ele não se assustou com o barulho dos disparos?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Justamente por isso a desconfiança. Na confissão, ele disse que chegou ao quarto, acendeu a lanterna deu um tiro na mulher e deu outro para certificar. Bom, o processo continuou e um dia ele apareceu em meu gabinete; disse que estava com um remorso muito grande e precisava confessar que realmente matara a mulher. Anos depois, quando eu já saíra de Braço do Norte para Concórdia, ele foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri e acabou condenado.

Esses foram os dois casos que mais me marcaram em Braço do Norte.

Em Joaçaba, ocorreu um caso tragicômico. Uma jovem, vítima de estupro, tinha necessidades especiais, limitações, digamos. Relatou que na saída de uma festa, fora assediada pelo réu, que a estuprara num velho fusca, cujos defeitos ela descreveu em detalhes: um farol queimado, o banco rasgado, pintura velha: “na verdade não era um carro, era um atestado de pobreza”. Antes disso, o juiz lhe perguntara se ela era a conhecida *Patinha*. Ela respondeu: “Não, eu sou a *Pata*, a *Patinha* é minha filha”. E assim seguiu o depoimento. Foi preciso esforço para que ninguém risse na ocasião, pois ainda que engraçada a coleta do depoimento, séria era a situação.

Outro caso engraçado: em Joaçaba, havia uma mulher muito conhecida porque se valia de uma criança de colo para pedir esmolas, e, por ser uma mulher grande, tinha o apelido de *Jamanta*. Em uma audiência criminal, uma testemunha, moradora nas proximidades da casa de *Jamanta* informou que à noite bateram em sua porta perguntando se ali morava a *Patrola*. “Não”, disse ela, “não conheço. O que sei é que mais adiante mora a *Jamanta*”.

Em Chapecó, certa feita, houve o choque de um carro com uma motocicleta, com duas mortes, o que fez com que eu oferecesse uma denúncia por homicídio com dolo eventual, fato, na época, nada co-

mum. O acusado tinha um tio que possuía uma oficina mecânica e nela um protótipo de carro de corrida, de cor preta, baixinho, sem qualquer iluminação. Pediu o carro emprestado e saiu em disparada durante a noite pela rua de acesso a Chapecó (hoje uma avenida, com um canteiro no meio e duas pistas). Nessa “brincadeira” em alta velocidade e na contramão, atropelou um motociclista que estava com um passageiro na garupa, entrando na cidade. Testemunhas disseram que os dois da motocicleta foram arremessados à altura dos fios da rede elétrica, tamanha a força do impacto; morreram na hora. Ora, o motorista sabia que era a entrada da cidade, rua de mão única, estava na contramão, o carro não tinha iluminação, e, conseqüentemente, agindo daquela forma, assumia o risco do resultado de sua conduta, o que deixava plenamente caracterizado o dolo eventual justificador de sua submissão a julgamento pelo Tribunal de Júri, o que depois aconteceu e redundou em sua justa condenação.

Já como procurador de justiça, recebi um processo da Comarca de Camboriú ou Itajaí, no qual um cidadão fora condenado a seis anos de prisão sob a acusação de estupro presumido, porque a vítima era menor de catorze anos. Acontece que o rapaz recém havia completado dezoito anos e ele e a pretensa vítima namoravam; no Carnaval, ela pulou a janela de sua casa e fugiu com ele. No outro dia a mãe a encontrou na casa do rapaz. Ante a insistência da própria filha, ela e o marido construíram uma meia-água atrás da casa onde moravam para que o jovem casal passasse a viver juntos. Após alguns meses de convivência, a moça pegou a bicicleta do companheiro e, saindo com ela, acabou furando um pneu. Na discussão havida, resultou uma agressão dele contra ela, tendo o fato chegado ao conhecimento do Conselho Tutelar. Como ela tinha menos de catorze anos, acabou o rapaz sendo processado e condenado. Acontece que nos autos do processo havia um bilhete da menor onde dizia o que o acusado deveria falar ao juiz para “limpar a barra” (a menina cursava o segundo grau e o rapaz era semianalfabeto). Ora, formalmente falando, sem dúvida, ocorrera um estupro presumido, mas pelas circunstâncias que envolviam os fatos,

injusta se nos afigurava a condenação do rapaz, o que fez com que nos posicionássemos por sua absolvição. Nosso posicionamento foi acatado pelo Tribunal de Justiça que, por unanimidade, determinou a absolvição do jovem. Foi um precedente, um caso nada comum nos tribunais, no qual a justiça efetivamente foi feita, o que nos deixou com sentimento de orgulho e satisfação íntima do dever cumprido, pela contribuição dada à efetiva distribuição da justiça e pelo fato de integrar o Ministério Público catarinense. Essas foram algumas das passagens marcantes em toda a minha carreira.

**Memorial do MPSC** – *Como era a infraestrutura de trabalho?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Era tudo muito simples. No início, quando eu vinha à capital, passava na Procuradoria e recebia papel timbrado do Ministério Público utilizado para as manifestações em juízo. E nada mais. Nem caneta ganhávamos. As outras coisas, como máquina de escrever, a correspondência, etc., tudo era por nossa conta.

**Memorial do MPSC** – *E havia muita substituição?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Sim. Quando eu estava em Braço do Norte, respondia por Orleans. Em Concórdia, respondi por Ponte Serreda. Sempre cumulativamente. Ganhávamos meia diária, algo assim. Chegava uns quatro meses depois. Em Joaçaba foi de lascar. Nos quase dois anos que lá fiquei, respondi cumulativamente pelas duas Varas da Comarca, por Capinzal e por uma Vara de Campos Novos. A distância entre Joaçaba e Campos Novos é de aproximados quarenta quilômetros. Pelo menos já havia asfalto. Por pouco não respondi também, na mesma oportunidade, pela Comarca de Tangará, cidade que não era sequer atendida por asfalto.

A propósito, lembro-me de uma vez em que fui à Procuradoria, que ficava ao lado do prédio dos Correios. Encontrei um procurador muito afável e, como era de costume, perguntou-me qual era a minha comarca. Ao responder que era Joaçaba, ele disse: “Excelente comarca”, no que, de imediato, retuquei que efetivamente era uma boa comarca,

mas o que me angustiava era que de Rio do Sul para cima ninguém queria ir. O pessoal fazia concurso e só queria ficar nas comarcas “de frente para o mar”. O mais longe que iam era até Rio do Sul. Ele ficou meio assim... disse que não tinha nada a ver com isso... foi um desabafo meu, afinal. Quem atuava nas comarcas do interior do Estado acabava sendo castigado neste aspecto, e os que por lá passaram naquela época sabem do que estou falando.

**Memorial do MPSC** – *Campos Novos também não era uma comarca fácil, certo?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – De fato. E Curitiba era pior ainda. Mas, como dizia, sem falsa modéstia, eu sempre fui de trabalhar. Sempre gostei do serviço de gabinete. Na carreira, nunca me meti na política administrativa. Acho que para isso precisa um temperamento próprio que não combina com meu jeito de ser. Jamais atuei em campanhas para, por exemplo, eleição do corregedor-geral, ou do presidente da Associação. Fazia meu serviço, cumpria com minhas obrigações funcionais e pronto. Foi assim a minha vida na Instituição.

**Memorial do MPSC** – *O senhor, em algum momento, chegou a participar da Associação do Ministério Público?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Sim. Assim que eu cheguei a Florianópolis, o Dr. Moacyr de Moraes Lima Filho, então Presidente da Associação, me convidou para atuar como diretor social, porque faltava um nome para completar a chapa. Relutei um pouco, mas como a função na verdade se resumia a enviar congratulações aos associados, inclusive pela passagem de aniversário e que, naquela época, o presidente tudo fazia, acabei aceitando.

Numa oportunidade, cheguei a ser convidado para integrar um “grupo independente”, formado por procuradores de justiça. Mas se estava em curso a criação de um grupo, por óbvio seus integrantes não poderiam ser independentes. Então, fiel à minha linha de conduta, também não aderi ao convite.

Não critico quem faz política institucional. Não se trata disso. É que eu, apenas, não tenho perfil para esta atividade. Nunca me envolvi nas disputas internas. Se tivesse que criticar algo, fazia-o pontualmente, numa perspectiva objetiva, sem politizar ou pessoalizar o tema.

Quando, por exemplo, o Dr. Piazza desconvocou os promotores, foi bem num momento em que eu estava entrando no gozo das férias a que tinha direito. Três ou quatro dias depois, recebi um ofício cassando-as por “necessidade de serviço”. Foi um choque! Nós havíamos crescido juntos, ele morava na avenida Rio Branco e eu na rua Padre Roma. Conhecia-o havia muito tempo. Então, achei que deveria ir falar com ele e perguntar-lhe se havia algo de pessoal contra mim, afinal, o trabalho do meu gabinete estava em dia. Seria porque eu fora assessor do Dr. Arno na Corregedoria-Geral? Eu não tinha nada a ver com a briga deles... O Dr. Piazza negou estas suposições e garantiu ser dificuldade de pessoal mesmo. Propôs-me escolher qualquer outro mês para gozar as férias, o que acabei fazendo para não mais polemizar. Ao final, gozei as férias, bem como uma merecida licença-prêmio. Sempre adotei o princípio de que conversando é que a gente se entende.

Quando da primeira eleição para procurador-geral de justiça pelo voto direto, integrei a comissão eleitoral, indicado pela Associação. O Presidente da comissão era o Hélio Sacilotti de Oliveira.

**Memorial do MPSC** – *Nessa ocasião o Dr. Kurtz foi o eleito?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Sim. A partir daí, eu praticamente integrei todas as comissões eleitorais. Por ser o mais antigo, costumava presidi-las. Presidi, assim, umas três ou quatro eleições para procurador-geral de justiça.

**Memorial do MPSC** – *E a experiência da Corregedoria, como foi?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Foi muito boa! A gente fazia a análise dos trabalhos dos promotores em estágio probatório. Mantínhamos fichas de controle da movimentação, da produção... A parte do Direito,

propriamente dita, não, pois no Ministério Público o promotor é livre para defender a sua tese. Nisso nunca nos metemos. Não há uniformização de entendimento. Às vezes aconselhávamos. Nas comarcas, além disso, fazíamos levantamento da situação em que se encontravam os processos afetos ao promotor, tendo em vista, principalmente, a permanência dos mesmos em gabinete.

**Memorial do MPSC** – *Chegaram a constituir algum processo administrativo?*

**Luiz Fernando Sirydakis** – Não. Em duas comarcas o serviço estava atrasado e se recomendou uma solução. Os responsáveis deram uma intensiva. Algum tempo depois, quando lá retornamos, estava tudo em dia.

**Memorial do MPSC** – *Como era a rotina na Procuradoria?*

**Luiz Fernando Sirydakis** – Eu chegava ao gabinete por volta das nove horas da manhã. Não saía para almoçar. Às vezes trabalhava até as 20, às vezes até as 18 horas... Tocava direto até que me sentisse cansado, então, voltava para casa. Como eu não saía para almoçar, acabei convivendo pouco com colegas e servidores. Não encontrava quase ninguém na Procuradoria.

Como sempre trabalhei “para ontem”, não me valia do concurso dos assessores. Preferia trabalhar sozinho. Mas isso foi possível enquanto não tínhamos assessores individuais, isto é, havia uma sala para os assessores, que atendiam conjuntamente todos os procuradores. Quando instituíram os assessores individuais e todos os procuradores passaram a ter gabinetes com espaço para tanto, convidei um deles para trabalhar comigo. A gente ficava sabendo dos bons pela “rádio-corredor”, sempre muito efetiva nessas avaliações. De forma que sempre se sabe quem trabalha e quem não gosta muito de trabalhar, quem tem mais ou menos conhecimento jurídico, interesse, etc., etc., razão pela qual convidei a Gisele Pereira João, pessoa que preenchia todos os requisitos para uma boa assessoria e não me decepcionei. Ao contrário, sua capacidade de

trabalho, versatilidade, conhecimento jurídico, interesse, excelência nas pesquisas e nas lides com os processos e o computador, facilitaram sobremaneira o desempenho de minhas funções. Não posso deixar de registrar nesta oportunidade, como já o fiz pessoalmente, os meus sinceros agradecimentos à prestimosa ajuda que ela me deu.

Enfim, em resumo, assim foi a minha história no Ministério Público de Santa Catarina. Fiquei com saudades depois da aposentadoria. Não queria sair... Gostava do meu trabalho e me dava bem com todo mundo.

**Memorial do MPSC** – *O senhor pegou justamente um momento de transformação institucional importante do Ministério Público. Foi aquele período de fim dos anos de 1980 e início dos de 1990, quando houve enorme ampliação de atribuições, um reforço no orçamento, no quadro funcional. Como o senhor viu esse processo?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Com a Constituição de 1988, o leque de atribuições do Ministério Público, que já era grande, alastrou-se. A ação civil pública ampliou enormemente as atribuições ministeriais. No começo, talvez, tenha havido algum excesso, até porque se tratava de matéria nova e todos estavam se adaptando. Mas, com o tempo, a coisa se assentou e o Ministério Público se firmou cada vez mais no conceito da população como um todo. Hoje, é realmente um efetivo defensor da sociedade, gozando de uma credibilidade impressionante. Tudo isso conquistado graças a sua forma de atuação. É claro que uma das consequências foi se tornar mais visado, o que não deixa de ser algo positivo, pois exige desempenho cada vez mais preciso e objetivo nas causas por ele abraçadas.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que o Ministério Público está atendendo as expectativas em relação ao mandato que a sociedade lhe entregou em 1988?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Sim. Embora haja bastante coisa a merecer maior atenção ou forma de atuação, sempre há condições de

melhorar, e o empenho da Instituição para que tal aconteça o mais rápido possível, sem dúvida, tem o aval da sociedade que nela vê seu efetivo representante e deposita suas esperanças de viver em um Brasil melhor, mais sério, justo e desenvolvido.

**Memorial do MPSC** – *Quais são as áreas que o senhor acha que precisam ser enfrentadas e mais bem trabalhadas? Por exemplo, considerando que o senhor se aposentou há pouco tempo, qual a sua avaliação do segundo grau? Como o senhor percebe certa tendência à especialização no segundo grau?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – O papel primordial do procurador de justiça é a manifestação, em parecer, em um processo. Muita gente hoje acha que o procurador de justiça é, na verdade, um assessor de luxo do desembargador. Não concordo com tal entendimento. A referida manifestação reflete sua atribuição como fiscal da lei e defensor da sociedade, podendo, como tal, recorrer da decisão do Tribunal acaso contrária à sua manifestação. Contudo, concordo que o procurador não deve se limitar à emissão de pareceres. Hoje, na Procuradoria, já existe uma série de órgãos chefiados por procuradores, de maneira atuante, no desempenho de várias das atribuições destinadas ao Ministério Público pela Constituição de 1988. No meu entender, temos de estar capacitados para a “clínica geral”, como se diz. No entanto, nada impede, e acho que para tanto se está caminhando, que a especialização aconteça, dada a grande demanda no Judiciário e à diversificação da matéria a ele pertinente. Não bastasse isso, a gama de atribuições afetas ao Ministério Público torna indispensável a existência de membros e setores especializados para a resolução dos problemas que estiverem em pauta.

**Memorial do MPSC** – *E as causas cujo foro original é o segundo grau?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – São casos da atribuição do procurador-geral e de sua assessoria, casos de foro privilegiado ou, quando não, de procurador designado por ele para tanto.

**Memorial do MPSC** – *Tendo em vista as frequentes manchetes nos jornais retratando o quadro de violência e corrupção que se instaurou no país,*

*o senhor acha que há hoje no Brasil uma crise de impunidade? E isso teria ou poderia ter, no seu entendimento, alguma relação com o excesso de recursos na legislação processual penal?*

**Luiz Fernando Sirydakís** – Não necessariamente. Crimes de violência e corrupção, de uma maneira geral, sempre existiram. Porém, com o fortalecimento e a expansão da mídia, passaram a ter maior divulgação. Abstraindo-se esse aspecto, a criminalidade realmente aumentou muito. Há uma política de esvaziamento das penitenciárias, porque o Poder Público é incapaz de prover instalações apropriadas para abrigar os condenados. Na prática, acaba havendo certa impunidade. O rico contrata um bom advogado e se vê livre da punição. O pobre vai para a cadeia. O acusado de grande poder aquisitivo contrata bancas famosas que se valem de tudo quanto é recurso que a lei permite em defesa de seus interesses. Conseqüentemente, quantos mais recursos se tem, mais tempo vai sendo postergado o julgamento. E muitos deles sequer acontecem, porque são abrangidos pelo instituto da prescrição. Culpa do excesso de recursos criminais? Acho que não. Na verdade, não são tantos assim. O que acontece é que a justiça, como um todo, é realmente morosa.

É bem verdade que a onda de criminalidade aumentou porque a população aumentou, a educação está pior e relegada a um segundo ou terceiro plano, a vida hoje é muito mais corrida e atribulada do que antigamente e o tráfico de drogas, por sua vez, potencializou o mundo criminal. E os verdadeiros grandes traficantes nunca aparecem. Somente os pobres coitados, o “aviãozinho”, a “mula” é que são presos e processados. Há pouquíssimos processos com gente graúda, determinante para o tráfico de drogas. Os presos, repita-se, são sempre uns pobres coitados. Há necessidade premente de um esforço hercúleo dos poderes constituídos para agilizar o combate à violência, à corrupção, ao crime organizado, e por aí afora.

Enfim, é preocupante, é realmente preocupante. A tranquilidade está cada vez menor. Está todo mundo se trancando. Não se sai mais à

rua. Na Florianópolis de tempos atrás todo mundo se conhecia. Hoje em dia, um assaltante, às 3 horas da tarde, ataca na sinaleira. Não se tem mais tranquilidade... é tiro, é droga, é homicídio, é assalto, é sequestro relâmpago...

Acho que a grande solução parte da educação do povo. Se este país tivesse mais educação, se houvesse mais fiscalização, mais seriedade e honestidade, talvez o problema não fosse tão grande assim.

# Paulo Armando Ribeiro



**Paulo Armando Ribeiro** nasceu em 12 de julho de 1944, em Blumenau. Em 1969 formou-se em Administração de Empresas pela Universidade do Estado de Santa Catarina e em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1970. Entrou na carreira do Ministério Público em 1972, quando tornou-se promotor público da Comarca de Araranguá. Posteriormente atuou nas Comarcas de Ponte Serrada e Mondai, nesta última, sendo designado para responder pelas Comarcas de Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste. Em 1973, em Ibirama; em Biguaçu no ano de 1977, onde foi designado para promover, na Comarca de Palhoça, ações discriminatórias envolvendo o Parque do Tabuleiro; em 1978 nas Comarcas de Brusque, Araranguá e Joaçaba; em 1980 atuou na 1ª Vara Criminal da Capital e na 4ª Vara Criminal da Capital no ano de 1982. Ainda na Capital, atuou na 1ª Vara Cível, onde foi designado, cumulativamente, para representar o Ministério Público, promovendo ações relativas ao Consumidor e Meio Ambiente. Foi nomeado procurador de justiça, em 1989. Foi designado ao cargo de corregedor-geral interino nos anos de 1989 e 1990, aposentando-se no ano de 1993.

# PAULO ARMANDO RIBEIRO<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de onde?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Nasci em Blumenau. Sou um florianopolitano que não nasceu em Florianópolis. Explico: meu pai trabalhou em Blumenau por dois anos, nesse período eu nasci, mas toda minha infância, juventude e idade adulta eu vivi em Florianópolis, só saindo da cidade quando ingressei no Ministério Público e fui fazer carreira no interior do Estado.

**Memorial do MPSC** – *O que fazia o seu pai em Blumenau?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Meu pai, que era advogado, foi para Blumenau como fiscal do antigo IAPI. Com a criação da Procuradoria do Instituto em Santa Catarina, foi transferido para Florianópolis, onde passou a exercer a função de procurador. Além de advogado militante, foi professor catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFSC e presidente da OAB/SC.

**Memorial do MPSC** – *Então existia uma tradição de Direito na sua família?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim.

**Memorial do MPSC** – *Mais alguém além dele?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Entre seus filhos, não. Tenho dois irmãos: um é médico e minha irmã se formou em Línguas, mas exerceu sempre a função de secretária. Entre seus descendentes, tenho um sobrinho que é advogado militante aqui em Florianópolis.

**Memorial do MPSC** – *E por que a opção pelo Direito?*

---

1 Entrevista realizada em 3 de agosto de 2011, por Gunter Axt, Alexandre Martins e Thiago Oliva Lima de Araújo, na residência do depoente, em Florianópolis. Transcrição de Antonio Luzzato.

**Paulo Armando Ribeiro** – Entendi que era o curso de ensino superior que mais se adaptava ao meu estilo de vida. Tanto que, desde o 2º grau, fiz o curso Clássico, ao invés do Científico, caminho natural de quem pretendia fazer uma faculdade. Neste mesmo ano (1965), fiz vestibular para a ESAG e me formei na primeira turma do curso de Administração. Na vida profissional, optei pelo Direito e, posteriormente, pelo Ministério Público de Santa Catarina.

**Memorial do MPSC** – *O senhor ingressou na faculdade em 1966, não é?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim. Formei-me em Direito, em 1970. Um ano antes, concluí a Faculdade de Administração.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a trabalhar nesse período?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, eu trabalhava no Tribunal Regional Eleitoral. Cursava Administração no período da manhã, trabalhava à tarde e fazia Direito à noite.

**Memorial do MPSC** – *Era o dia inteiro em atividade. E qual era a sua função no Eleitoral?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Comecei como auxiliar administrativo e, posteriormente, passei a chefe de zona eleitoral. Saí quando ingressei no Ministério Público catarinense.

**Memorial do MPSC** – *E a opção pelo Ministério Público, como foi?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Formado, precisava me definir entre ser advogado e permanecer no Tribunal Eleitoral, ou fazer um concurso público. Pelo meu jeito de ser, pela minha formação, entendi que poderia ser um promotor atuante. Por esta razão me inscrevi em um curso preparatório; quanto mais as aulas práticas e teóricas iam desenvolvendo-se, mais seguro eu ficava de que era esta a atividade que eu almejava na vida. O curso ainda não havia terminado, quando eu me inscrevi no concurso e fui aprovado, ingressando na carreira em 5 de janeiro de 1972, como promotor substituto da Circunscrição de Araranguá.

**Memorial do MPSC** – *Como era Araranguá nessa época? Como foi a recepção na cidade ao promotor substituto? O senhor tinha recebido alguma orientação da Instituição?*

**Paulo Armando Ribeiro** – A orientação foi muito breve, já que a necessidade de atuação dos promotores concursados era muito maior. A razão é simples: sou da primeira turma de promotores substitutos e, sendo janeiro mês de férias coletivas, havia necessidade urgente de que entrássemos no exercício do cargo. Como não havia promotor de justiça (na época, promotor público) na circunscrição, simplesmente cheguei ao Fórum e me apresentei: sou o promotor substituto e vim assumir o cargo. Foi assim. Aprendi na prática, no dia a dia, na batalha diária da comarca, como exercer as atividades inerentes ao cargo que acabava de assumir.

**Memorial do MPSC** – *Quais eram os seus principais interlocutores na época?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Eu tinha muito contato com o juiz substituto, o hoje Desembargador Gaspar Rubik. Estávamos iniciando nossas carreiras e não tínhamos a quem recorrer. Por isso, trocávamos experiências, procurando descobrir, juntos, o caminho correto para o deslinde do fato jurídico em análise. Outro que muito me auxiliou foi o Dr. Guedes (João Guedes da Fonseca), que reassumiu a Promotoria de Justiça de Araranguá em fevereiro e estava sempre pronto a conversar sobre as questões que me eram apresentadas nas Promotorias de Turvo e de Sombrio, para onde fui designado após seu retorno, uma vez que as duas comarcas estavam sem promotores.

**Memorial do MPSC** – *Qual era o perfil dos feitos com os quais o senhor lidava, na Área Cível, na Área Criminal?*

**Paulo Armando Ribeiro** – O que caracterizava, principalmente, Araranguá e Sombrio, eram os incêndios. Alguns proprietários de casas comerciais contratavam seguros e depois simulavam um incêndio. Como, na época, nossa Polícia Técnica não dispunha de mecanismos para detectar a origem criminosa do incêndio, os crimes ficavam impunes.

Não me recordo de nenhum caso em que o autor tenha sido processado e condenado. Toda a cidade sabia que era armação, mas não havia mecanismos para prová-la. No mais, eram crimes comuns, predominando a lesão corporal. Na esfera Civil, o Ministério Público não dispunha dos instrumentos jurídicos atuais, por isso limitava-se aos inventários, aos feitos em que havia interesse de menores ou incapazes, aos acidentes de trabalho e aos executivos fiscais.

**Memorial do MPSC** – *Quer dizer que, tirando os casos de incêndio criminoso, cuja comprovação era de difícil execução, na verdade existia um quadro mais tranquilo?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, todas as três comarcas eram tranquilas. Na época (1972), não havia o tóxico, e o comércio ilícito de entorpecentes que hoje potencializa a violência e a criminalidade, era incipiente. O que predominava era o uso de bebida alcoólica nos finais de semana e, em consequência, o desentendimento entre amigos, vizinhos e família e que resultavam, com frequência, em vias de fato ou em lesão corporal de natureza leve. Nestas comarcas, o número de homicídios era muito pequeno.

**Memorial do MPSC** – *E, na Área Cível, o senhor se recorda de alguma coisa que tenha lhe chamado mais a atenção?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Nada em especial, porque o promotor, nessa época, diferentemente da de hoje, tinha uma limitação de atuação na esfera Civil, já que havia necessidade de sermos judicialmente provocados. Nossa atuação estava limitada, pelo que recordo, aos feitos em que houvesse interesse de menores ou de incapazes, fundações e acidentes de trabalho. Nessa época, representávamos, ainda, os interesses da Fazenda Pública.

**Memorial do MPSC** – *O senhor chegou a fazer cobrança da Fazenda?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, na época não havia a Procuradoria-Geral do Estado, nem a União possuía representação em todas as comarcas. Por isto cabia ao promotor de justiça promover a execução fiscal.

**Memorial do MPSC** – *Esta ação gerava muita reclamação na comunidade, ou não?*

**Paulo Armando Ribeiro** – No caso de dívidas estaduais, quando a certidão de dívida ativa chegava às mãos do promotor para execução, era porque o Exator não havia conseguido cobrá-la amigavelmente, seja por se tratar de pessoa desconhecida ou por inexistência de patrimônio. O mesmo acontecia com os órgãos federais. Assim sendo, as execuções fiscais eram em pequeno número e de difícil solução. E, por isso, não provocavam nenhum constrangimento na comunidade. mesmo porque havia muito mais respeito pela lei e a lei determinava que o promotor era o representante do Estado no Judiciário.

**Memorial do MPSC** – *O promotor ganhava alguma percentagem sobre a cobrança realizada?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Eu nunca ganhei nada, quer por serviços prestados nas execuções fiscais, quer pelo exercício da função de promotor eleitoral. Quando ingressei não recebíamos diárias ou substituições. Cada deslocamento em decorrência de audiência gerava o pagamento de meia diária, o deslocamento por outras necessidades não gerava qualquer tipo de pagamento. O Ministério Público tinha grandes dificuldades financeiras. Era uma instituição pobre em termos financeiros.

**Memorial do MPSC** – *E os salários?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Bem pequenos. Nada comparado com os de hoje. Sempre dependemos do Governo do Estado na definição de nossa remuneração. Assim, nossos salários dependiam da vontade do governador, algumas vezes razoáveis, outras, muito baixos. Algumas vezes passamos por dificuldades financeiras. Foi assim por uns vinte anos.

**Memorial do MPSC** – *Como eram as condições de trabalho que o senhor encontrou?*

**Paulo Armando Ribeiro** – O promotor tinha um gabinete no Fórum. A Procuradoria fornecia papel e caneta, mais nada Não havia

assessores, secretários, estagiários. Dependendo do grau de relacionamento com o juiz de Direito, se conseguia um auxiliar que trabalhasse no Fórum para prestar algum tipo de serviço. Toda a estrutura do Ministério Público se resumia à pessoa do promotor de justiça. Nem telefone tínhamos! Se o magistrado não quisesse ceder uma extensão do Fórum, não tínhamos como nos comunicar. Aliás, quando ingressei, este serviço era extremamente precário em todo o Estado de Santa Catarina, principalmente, no oeste, onde fui morar oito meses após ter ingressado no Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *E quanto tempo o senhor ficou no sul do Estado?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Oito meses. Existia um vácuo muito grande na carreira. Os promotores foram sendo promovidos, fazendo com que as entrâncias inferiores ficassem vagas, além do que, a legislação havia proibido a figura do promotor adjunto. O promotor adjunto era uma pessoa da comunidade que substituíu o promotor de justiça no caso de vacância do cargo ou nos seus impedimentos. Sou da primeira turma de promotores substitutos e, por isso, fui promovido diretamente à segunda entrância, ou seja, saí da Circunscrição de Araranguá para a Comarca de Mondaí de segunda entrância, onde fiquei por três anos. Para que fosse obedecida a carreira fui promovido a primeira entrância e, durante meu trânsito, de primeira para segunda.

**Memorial do MPSC** – *E como foi em Mondaí? Houve alguma mudança na característica dos crimes?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Mondaí também era uma cidade calma, o predomínio era de crimes de lesões corporais, decorrentes de brigas em festas e do álcool consumido nos finais de semana. Brigas de vizinhos também aconteciam frequentemente. No geral se tratava de um povo de origem alemã, muito ordeiro e cumpridor de suas obrigações, tanto que não recorro de ter ingressado com processo de homicídio ou de execução fiscal.

**Memorial do MPSC – E depois de Mondai?**

**Paulo Armando Ribeiro** – Fui removido para Ibirama e daí, para Biguaçu. Quando estava em Ibirama, meu pai ficou muito doente. Pedi uma licença para o Procurador-Geral, Dr. Napoleão Xavier do Amarante, e fiquei um mês cuidando dele aqui em Florianópolis. Sou muito agradecido pela sua compreensão. A seguir, o Dr. Napoleão me designou para acompanhar as ações discriminatórias que envolviam o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Propus, salvo engano, cinco ações, número de áreas em que o Parque foi dividido para as medidas judiciais a serem tomadas. Estas ações visavam identificar as terras devolutas existentes dentro dos seus limites, bem como a origem dos imóveis escriturados. Havia muita terra devoluta ocupada, títulos fornecidos pelo Estado (IRASC) e registros cujas origens vinham de antes do Código Civil, cuja transmissão, via de regra, era a sucessão. Fiquei em Biguaçu por dois anos e durante este período atendi, igualmente, estas ações que corriam na Comarca de Palhoça e na Justiça Federal, em Florianópolis.

**Memorial do MPSC – O senhor acha que essas foram as primeiras ações em Santa Catarina na área do Meio Ambiente?**

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, foram as primeiras.

**Memorial do MPSC – O objetivo era consolidar o Parque?**

**Paulo Armando Ribeiro** – O objetivo era identificar os posseiros, os proprietários e as terras devolutas, assim entendidas as que não tinham proprietários, nem eram ocupadas. Estes eram os objetivos das ações discriminatórias, discutindo-se, inclusive, a legitimidade dos títulos de propriedade. O processo estava em curso quando foi criada a Procuradoria-Geral do Estado e os advogados do Estado assumiram a titularidade das ações. Não sei como se findaram, já que o Ministério Público deixou de representar o Estado.

**Memorial do MPSC – E quanto aos feitos em Ibirama e Biguaçu?**

**Paulo Armando Ribeiro** – Em Ibirama se registravam alguns homicídios e crimes de lesão corporal grave. Em Biguaçu, a predominância era de questões ligadas à família.

**Memorial do MPSC** – *A que o senhor atribui essa modalidade de crime?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Atribuo fundamentalmente ao abuso de bebida alcoólica. Nas comarcas onde passei o promotor era, muitas vezes, acionado para resolver pequenos litígios, procurando conciliar antes que os desentendimentos evoluíssem para fatos mais graves.

**Memorial do MPSC** – *Que tipo de demandas o senhor recorda? Eram coisas familiares?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sempre tive grande preocupação com as questões familiares. Esses desencontros tinham normalmente a bebida alcoólica como grande motivador.

**Memorial do MPSC** – *Havia problemas de pensão alimentícia, de criança fora do casamento?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Não, raramente o Ministério Público era acionado para questões desta natureza.

**Memorial do MPSC** – *De Biguaçu, o senhor veio para a capital?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Não, antes fui promovido para a 2ª Vara de Brusque. Só que não cheguei a assumi-la. Meu pai faleceu em maio de 1977 e eu, como disse anteriormente, era responsável pelas ações discriminatórias que tramitavam na Comarca de Palhoça e na Justiça Federal. Por esta razão, participei ao procurador-geral que a motivação para eu ficar próximo a Florianópolis havia terminado e que estava pronto a retornar para minha comarca de origem. Como resposta e para meu orgulho, o Dr. Napoleão Amarante disse-me que nesse momento o Estado e o Ministério Público necessitavam que eu concluísse as ações discriminatórias em curso. Assim, permaneci acompanhando estas causas até a criação da Procuradoria-Geral do

Estado que assumiu o patrocínio das mesmas. Pouco antes de entregar o comando das ações à Procuradoria do Estado, assumi a 1ª Vara Criminal; em seguida, fui removido para a 4ª Vara Criminal e, posteriormente, para a 1ª Vara Cível, onde permaneci até ser promovido a procurador de justiça. Concomitantemente com o exercício na Vara Civil coordenei, como representante do Ministério Público, o DECON (Defesa do Consumidor) e a defesa do Meio Ambiente na Comarca da Capital.

**Memorial do MPSC** – *E como foi a sua atuação no eleitoral?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Como promotor ajudei em algumas eleições em Mondaí, no oeste catarinense, e em Ibirama, atuando muito mais como observador. Para tanto, usei minha experiência de dez anos trabalhando no Tribunal Regional Eleitoral, mais precisamente, na 12ª Zona Eleitoral, aqui em Florianópolis.

**Memorial do MPSC** – *Como aconteceram essas eleições que o senhor acompanhou como observador? Porque foram eleições feitas sob o regime militar, não é?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Foram eleições estaduais e municipais.

**Memorial do MPSC** – *Que tipo de situação acontecia?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Eram dois partidos – ARENA e MDB. Portanto, o processo e a contagem de votos eram muito mais tranquilos. E os políticos do interior faziam sua campanha sem brigas, sem encrencas que chegassem às raias do Judiciário. Os candidatos eram amigos entre si. Não me recordo de nenhuma ocorrência, nenhum entrevero, nenhuma encrenca com maior repercussão na vida comunitária que exigisse a intervenção do Ministério Público. Eu penso que a função ministerial mais importante é a vida da comunidade, é a defesa dos interesses da população, seja na esfera Eleitoral, Criminal ou Civil. O promotor precisa conhecer a população da cidade em que atua, seus usos e costumes, para poder distinguir o fato criminoso do fato corriqueiro.

**Memorial do MPSC** – *Houve situações em que o senhor chegou a pedir a absolvição do réu por entender que, embora existissem os componentes que pudessem justificar uma denúncia, o contexto caminhava no sentido oposto?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Em relação à denúncia, não, pois entendendo que sempre que houver dúvidas se deve iniciar o procedimento criminal e, se for o caso, pedir sua absolvição ao final da instrução. Teve um fato em Ibirama que me deixou bastante constrangido: ao final da instrução de um processo de homicídio, a legítima defesa era flagrante e eu, na fase de pronúncia, pedi a absolvição do réu. O juiz de Direito sentenciou pela absolvição liminar do réu e recorreu de ofício ao Tribunal de Justiça. E o Tribunal modificou a decisão de primeiro grau e mandou o réu a júri.

**Memorial do MPSC** – *Ainda existe recurso ex-officio?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Não sei.

**Memorial do MPSC** – *Era uma situação um pouco bizarra: o promotor pede absolvição, o juiz o absolve e aí há o recurso ex-officio para o Tribunal, que o manda a júri. Mas é obrigado a mandar a júri?*

**Paulo Armando Ribeiro** – O provimento do recurso pelo Tribunal, nesta fase processual, obriga o denunciado a ir a júri. Na fase da pronúncia dá para fazer a opção. É isto que digo: a vivência do promotor no local em que exerce sua atividade, o contato que mantém com a população é que vai lhe dizer o que aconteceu e como o fato está sendo considerado, pois, no final, é a própria sociedade quem vai julgá-lo. Existem nuances que não aparecem no processo criminal, não havendo como evidenciar certas circunstâncias que, somente o contato direto com a população deixa claro. No meu caso específico, o réu foi a júri e eu fui o promotor. Numa situação bastante constrangedora li minhas alegações finais e o acórdão do Tribunal de Justiça. O júri absolveu o réu por unanimidade. O réu foi absolvido, porém, teve que se submeter ao julgamento da sociedade onde cometeu o fato considerado, em princípio, criminoso.

**Memorial do MPSC** – *O senhor como promotor foi designado para a Área Eleitoral?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Nunca recebi qualquer designação para atuar no Eleitoral. Na Promotoria sempre agi como observador, e, nas vezes em que auxiliei, foi por convite do juiz Eleitoral. Na época, eu entendo, era automático o promotor de justiça da Vara do Juiz de Direito, responsável pela Zona Eleitoral, ficar a ela vinculado. Não existia, como hoje, uma designação formal, inclusive com pagamento de gratificação. Posso relatar que, quando trabalhava na 12ª Zona Eleitoral, aqui em Florianópolis, onde eram feitos os registros dos candidatos para as eleições municipais, o comando da Revolução de março de 1964 impugnou os registros de alguns candidatos que, na opinião do mesmo, não tinham condições de se candidatarem. O promotor de justiça vinculado ao Juizado de Menores, mesma Vara do juiz de Direito que respondia pela 12ª Zona Eleitoral, foi chamado para impugnar aquelas candidaturas. Esta era a forma correta de trazer, ao processo de registro de candidatos, a documentação apresentada pelo Exército, e que impedia o registro das candidaturas. Não me recordo se os partidos políticos retiraram as candidaturas ou se a impugnação do Ministério Público foi julgada procedente. O fato é que os impugnados não foram candidatos. Nessa época eu trabalhava no Tribunal Regional Eleitoral e não havia ingressado no Ministério Público. Não recordo e não participei de nenhum outro processo que levasse a impugnação de candidaturas.

**Memorial do MPSC** – *E o transporte ilegal de eleitores?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Bom, isto sempre existiu. Naquela época mais que hoje. Mas como eram dois partidos e os dois faziam o transporte, não havia comunicação do fato, não havia denúncia. Mas que existia, isso é certo, até porque os meios de transporte funcionavam precariamente. Havia uma necessidade deste meio de transporte para que o eleitor pudesse chegar a sua seção de votação.

**Memorial do MPSC** – *E como era a sua relação nessas várias comarcas pelas quais o senhor passou com as diversas autoridades? Do juiz o senhor já falou um pouco...*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sempre tive um bom relacionamento com todas as autoridades constituídas, fosse o prefeito, o magistrado, os serventuários da Justiça, os policiais, civis ou militares, assim como com a comunidade. Eu fazia visitas constantes à Delegacia de Polícia. Devo salientar que estou me referindo às Comarcas de Mondaí e de Ibirama, uma vez que na Circunscrição de Araranguá fiquei por oito meses e respondia pelas comarcas de Turvo e Sombrio. Na comarca de Biguaçu, estava mais envolvido com as ações discriminatórias relativas ao Parque do Tabuleiro que corriam na Comarca de Palhoça. E, em Florianópolis, nosso contato era esporádico e sempre com o delegado de Polícia responsável pelo inquérito policial que estávamos examinando. Em Mondaí, não me recordo da existência de presos. Já em Ibirama havia presos cumprindo pena privativa de liberdade, mas era um número bastante reduzido. Não posso precisar quantos.

**Memorial do MPSC** – *Nas Delegacias o senhor encontrava algum tipo de dificuldade?*

**Paulo Armando Ribeiro** – As duas comarcas a que me referi eram muito tranquilas. As Delegacias eram diferentes do que são hoje. Conhecia-se todo mundo e quando aparecia um novo preso, já se sabia, estava curando a embriaguez.

**Memorial do MPSC** – *Bom, daí o senhor passou pela 1ª e pela 4ª Vara Criminal de Florianópolis...*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, depois fui removido para a 1ª Vara Cível, onde fui promovido a procurador de justiça.

**Memorial do MPSC** – *Dessa fase, há algum processo que o senhor se recorde, alguma situação importante?*

**Paulo Armando Ribeiro** – As ações mais importantes que participei foram as ações discriminatórias, pois era algo novo, que demandava grandes estudos. A 1ª Vara Cível era privativa de arrolamentos e inventários entre maiores, portanto, a atuação do promotor ficava limitada à fiscalização da aplicação da lei, à avaliação dos bens inventariados e à partilha destes bens. Enquanto estávamos no exercício desta Promotoria, a legislação mudou para facilitar o curso deste tipo de processo. A avaliação passou a ser feita pela Exatoria, onde eram igualmente recolhidos os tributos devidos e a partilha era apresentada pelos herdeiros. Em razão da modificação da lei, o Ministério Público deixou de atuar nestes processos, já que quando havia interesse de menores, os feitos corriam na Vara da Família, Órfãos e Sucessões; os de interesse da Fazenda Estadual ou Municipal, na Vara da Fazenda Pública, e os feitos ligados ao Registro Público, na 2ª. Vara Cível. Hoje, ao que me consta, praticamente inexistem processos de arrolamento ou de inventário entre maiores, sendo ele executado junto à Exatoria, só indo ao Judiciário para homologação da partilha pelo juiz de Direito. Somente quando os herdeiros não se entendem, quando há uma disputa pela herança, é que o Judiciário é acionado, porém, sendo os herdeiros maiores e capazes não há intervenção do Ministério Público. Não sei se hoje os processos de arrolamento ou inventário que correm na 1ª Vara Cível obedecem a esta sistemática, nem se a mesma continua sendo privativa, pois, quando me aposentei, deixei de atuar na área do Direito. Hoje, quando consultado, dou minha opinião e aconselho a procurar um advogado militante.

**Memorial do MPSC** – *A promoção, então, para o segundo grau aconteceu por volta de 1990?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Eu era titular da 1ª Vara Cível, quando o Dr. Hipólito Luiz Piazza convidou-me para ser secretário-geral do Ministério Público. Fiquei na Secretaria até ser promovido a procurador de justiça. Eu assumi a Secretaria-Geral no lugar do Dr. Valdir Vieira e fiquei no exercício desta atividade até ser promovido a procurador de justiça. Uma preocupação que sempre tive na carreira foi o respeito à

antiguidade e, quando chegou minha vez, na relação dos promotores que desejavam promoção, fiz minha inscrição e fui promovido, mesmo que por merecimento.

**Memorial do MPSC** – *Esse período do Dr. Piazza foi sabidamente tormentoso no Ministério Público, na medida em que surgiram conflitos. Entre estes, o conhecido conflito com a Associação, uma mobilização da classe contra o procurador-geral, como é que o senhor viveu esse contexto?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Eu entendo que alguns promotores, lotados em circunscrições perfeitamente definidas e alguns procuradores de justiça tinham, como grande motivação, a falta de recebimento de seus proventos, pois vivíamos uma situação muito difícil em termos financeiros. Explico: o Dr. Hipólito havia concedido um grande avanço, qual seja, a equiparação de vencimentos entre procuradores de justiça e desembargadores. Só que o Ministério Público dependia de repasse financeiro da Secretaria da Fazenda para efetuar seus pagamentos. Diferentemente de hoje, em que há um percentual que o Poder Executivo precisa respeitar e o Ministério Público o aplica conforme seu orçamento, na época não tínhamos orçamento próprio e toda movimentação financeira dependia do que a Secretaria da Fazenda repassasse. Se não havia dinheiro, não havia como pagar o salário dos procuradores e dos promotores de justiça. Esta era a causa da revolta de alguns integrantes da classe. Quanto à retirada da Associação do espaço ocupado pela Procuradoria-Geral, entendo que se num primeiro momento houve um movimento contrário, liderado pelo seu Presidente, Dr. Moacyr Lima – integrante de facção política inversa à do procurador-geral, posteriormente se mostrou saudável, já que a partir desse momento nossa Associação passou a crescer em passos largos. Os momentos de dificuldades, tanto na Secretaria, como na Corregedoria, eram próprios do cargo ocupado, pois sempre tive um bom relacionamento com os colegas e tenho consciência de que contribuí para o pleno desempenho das atividades do Ministério Público, evitando, com meu gesto, transtornos de ordem administrativa para o procurador-geral.

**Memorial do MPSC** – *Mas como vocês lidaram com o momento da renúncia do Conselho?*

**Paulo Armando Ribeiro** – A renúncia dos Conselheiros não teve a menor repercussão, pois o Dr. Hélio Sacilotti de Oliveira aceitou a designação para ser, no Conselho, o representante dos procuradores de justiça e eu era o corregedor, portanto éramos três, num total de cinco, o que dava o número legal e a capacidade plena para a tomada de decisões. Assim, não houve descontinuidade da atividade ministerial.

**Memorial do MPSC** – *E como foi, na perspectiva da Secretaria-Geral, vivenciar todas as crises? Porque uma das características da administração do Dr. Hipólito foi a desconvoação de promotores que prestavam serviço na Procuradoria-Geral, reposicionando-os nas suas comarcas de titularidade...*

**Paulo Armando Ribeiro** – No início da gestão do Dr. Hipólito Piazza, o Secretário-Geral era o Dr. Valdir Vieira, e eu, apesar de ser seu grande amigo, não sei como se desenvolveu o processo de retorno dos promotores de justiça convocados para as suas comarcas de origem.

**Memorial do MPSC** – *Mas o senhor chegou a pegar esse movimento?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Não, quando assumi já não havia mais promotores convocados, a exceção dos dois secretários: o secretário-geral do Ministério Público e o secretário da Corregedoria. Os procuradores de justiça já possuíam assessores. Esses assessores eram advogados de outros órgãos do Estado que foram colocados à disposição do Ministério Público e foi definido pelo procurador-geral onde cada um iria assessorar. Eu já havia assumido o cargo de procurador de justiça quando houve o primeiro concurso público para o cargo de assessor.

**Memorial do MPSC** – *E como foi o seu período na Corregedoria?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Assumi a Corregedoria por designação do Dr. Hipólito Piazza, em razão da renúncia do Dr. Henrique Espada. Aceitei a designação e exerci o cargo em toda a sua plenitude, sem ter problemas com os colegas da Instituição. É claro que foram poucas

as viagens de inspeção ou mesmo de correição, mas as dificuldades advinham da contingência orçamentária e não por vontade do corregedor ou da situação política vivenciada pela Procuradoria. Já falei que sempre tive bom relacionamento com todos os colegas e, por isso, não sofri qualquer situação que me impedisse de exercer o cargo para o qual fora designado.

**Memorial do MPSC** – *E a situação geral, como os abaixo-assinados da classe contra o procurador-geral?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Eu entendo que a única coisa que realmente causou repercussão foi a exclusão da Associação do espaço físico ocupado pela Procuradoria-Geral. Este fato motivou manifesto, mandado de segurança e abaixo-assinado, que não tiveram qualquer resultado prático. Ao que me recordo foram poucas as manifestações extraclasse, com alguns colegas indo ao jornal. Porém, tais manifestações não tiveram qualquer resultado prático, eis que o procurador-geral de justiça era, na época, cargo de confiança do governador do Estado e os opositores do Dr. Hipólito não tinham força política capaz de minar a confiança que lhe dedicava o chefe do Poder Executivo, além do que, os grandes motivadores eram o baixo valor da remuneração e sua descontinuidade, e estas questões fugiam à responsabilidade do procurador-geral.

**Memorial do MPSC** – *Se o senhor tivesse que fazer um balanço desse período da gestão do Dr. Piazza, qual foi o principal ganho?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Olha, entendo que o principal ganho foi a equiparação salarial entre o Ministério Público e a Magistratura. Esse mérito ninguém pode tirar do Dr. Hipólito Piazza. Igualmente, foi ele quem deu a primeira sede própria ao Ministério Público. Quando ele assumiu, a Procuradoria-Geral estava lotada em dois andares alugados de um prédio na Av. Hercílio Luz. Mudamo-nos para um edifício na rua Felipe Schmidt que foi ocupado com exclusividade, o que permitiu a criação e implantação da Escola do Ministério Público. No Governo

seguinte, quando era Procurador-Geral o Dr. João Carlos Kurtz, houve a mudança para o prédio em que hoje está sediada, enquanto a Escola saiu da esfera da Procuradoria e foi para a Associação.

**Memorial do MPSC – E na Secretaria-Geral?**

**Paulo Armando Ribeiro** – No período em que estive na Secretaria havia enormes dificuldades financeiras, porém, o tumulto maior, resultante do atraso no pagamento dos integrantes do Ministério Público ocorreu na gestão do Dr. Fontes, que me sucedeu na Secretaria em virtude de minha promoção a procurador de justiça.

**Memorial do MPSC – Então foram três Promotores a ocuparem a Secretaria durante a gestão do Dr. Piazza: o Dr. Valdir, o senhor e o Dr. Fontes?**

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, o Dr. Valdir pediu exoneração do cargo, eu fiquei até ser promovido e o Dr. Fontes deixou o cargo quando o Dr. Hipólito Piazza foi substituído em decorrência da posse do novo governador do Estado, em virtude de o cargo ser de confiança do governador, e o novo procurador-geral ter designado outro promotor para o cargo.

**Memorial do MPSC – Dr. Paulo, a manifestação contra o Dr. Piazza não dificultou a administração política da Instituição?**

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, não resta a menor dúvida de que causou danos políticos, porém, sem repercussão na esfera administrativa. Os serviços continuaram dentro da normalidade, mas as renúncias do Dr. Valdir, da Secretaria, do Dr. Ciro e do Dr. Espada, da Corregedoria, juntamente com a movimentação de procuradores de facções políticas contrárias, provocaram desgaste. Eu, particularmente, não tive nenhuma dificuldade para bem desempenhar as funções de corregedor; nossas dificuldades eram próprias do cargo e de ordem financeira, motivadas pelas dificuldades que a Procuradoria tinha para receber repasse suficiente para bem desempenhar todas as suas atividades. No entanto, essas dificuldades não provocaram a paralisação de nossas atividades, ou melhor, das atividades da Corregedoria.

Eu lembro que me desloquei duas ou três vezes para o interior. Em uma, fui a Porto União apaziguar os ânimos do promotor de justiça que tivera um desentendimento com o juiz de Direito. Em outra, fui à região de Joaçaba em vista de um acidente de trânsito envolvendo o promotor de justiça. Em todos estes lugares mantive contato com os promotores da região sem qualquer dificuldade e sempre cuidando de assuntos de interesse da classe, quando procurava demonstrar que as dificuldades vividas tinham origem na falta de repasse pelo Governo do Estado. Claro que sempre havia alguém mais arredio ao contato, mas isto faz parte do jogo político. Eu era vinculado à corrente liderada pelo Dr. Piazza, mas havia outras correntes que lhe faziam oposição. No entanto, nunca me senti ofendido ou agredido em razão do cargo que estava ocupando.

**Memorial do MPSC** – *O que houve em Porto União foi só um desentendimento entre promotor de justiça e juiz de Direito?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Sim, fomos a Porto União e ouvimos o promotor de justiça, enquanto a Corregedoria da Justiça ouvia o juiz de Direito. Não me recordo, ao certo, mas me parece que ouvimos também algumas testemunhas. Em Florianópolis, concluímos a investigação e a encaminhamos ao procurador-geral de justiça.

**Memorial do MPSC** – *Em Joinville, também?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Não, em Joinville foi antes de eu assumir como secretário-geral do Ministério Público; eu tinha sido designado e estava exercendo a Coordenadoria de Defesa do Consumidor.

**Memorial do MPSC** – *Esse período – entre 1987 e o início dos anos 1990 – foi de grande ebulição e transformação institucional, especialmente para o Ministério Público, porque temos a Lei Complementar de 1981, a Lei da Ação Civil Pública de 1985, a Constituinte, a Constituição e, depois, todos os diplomas que compõem os horizontes dos direitos indisponíveis, como o ECA, o da Improbidade Administrativa... O senhor chegou a acompanhar o debate em torno dessa transformação toda?*

**Paulo Armando Ribeiro** – O debate para a criação destas leis não, mas sua implantação, sim. O que acontecia, e volto a afirmar, era a inexistência de obrigação do Poder Executivo em repassar um valor determinado, ou um percentual da arrecadação como é hoje. Na época, dependíamos do repasse da Secretaria da Fazenda, que era inconstante e não cobria as despesas do Ministério Público. Eram tempos difíceis. Então a solução encontrada foi a designação do promotor de justiça de determinada vara ou comarca para, cumulativamente, promover ações de defesa do Meio Ambiente e do Consumidor. Eu mesmo, enquanto titular da 1ª Vara Cível da Capital coordenei, como representante do Ministério Público junto ao gabinete do vice-governador, a defesa do Meio ambiente. Igualmente, coordenei o DECON, que evoluiu para o PROCON. Na época, a intervenção do Estado nestas áreas era novidade e o Ministério Público não estava aparelhado para assumi-las, por isso, as designações e o compartilhamento com os demais órgãos do Estado, tanto que no PROCON, o corpo funcional era constituído de servidores do Estado designados e sua movimentação dependia do plano econômico do Governo Federal. Se estivesse em curso um destes planos mirabolantes, como o congelamento de preços, o movimento era grande, caso contrário, eram poucas as pessoas que iam reclamar do defeito do bem adquirido, a não entrega no prazo estipulado ou do serviço não prestado. Por isso, o DECON foi despejado e praticamente desapareceu. Num outro momento ressurgiu, com o Dr. Rogério Ferreira, também membro do Ministério Público – hoje aposentado -, no comando. Quando dispunha de verbas, o Ministério Público catarinense se fazia presente, tanto que me recordo que um grupo de promotores de justiça da capital foi a um simpósio em São Paulo, mas a defesa destas importantes áreas era muito embrionária em relação aos serviços prestados na atualidade. Fomos os iniciadores e elas foram crescendo lentamente e aumentando seus tentáculos para todas as esferas. Volto a afirmar, o promotor era uma figura solitária, sem nenhuma estrutura de apoio. Se ele não dispusesse de uma máquina de escrever própria, teria que escrever suas manifestações de próprio punho. Na Procuradoria,

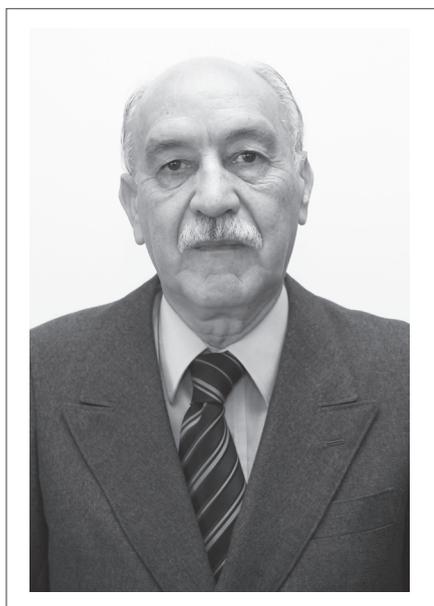
as manifestações eram datilografadas por uma equipe de funcionários (havia o cargo de datilógrafo). O Ministério Público, a exceção do gabinete do procurador-geral, não dispunha de qualquer tipo de assessoria. A partir da administração do Dr. Hipólito foi que os procuradores de justiça passaram a ter assessores. Hoje sei que houve uma grande mudança e que todos os promotores e procuradores possuem assessores em seus gabinetes.

**Memorial do MPSC** – *Como foi o contexto da sua aposentadoria? O senhor teve alguma atividade adicional depois da aposentadoria?*

**Paulo Armando Ribeiro** – Eu me aposentei em 1993. Uma das metas que eu tinha era completar os trinta anos de serviço. Quando completei (em julho de 1992), passei a ter direito a mais uma licença-prêmio. Nos meses subsequentes, tirei a licença-prêmio e as férias de janeiro e, quando deveria retornar, em fevereiro de 1993, pedi aposentadoria por tempo de serviço. Ao me aposentar, pensei em fazer uma advocacia leve, ou seja, sem grandes preocupações com o escritório e descobri, de início, sua impossibilidade. Em outras palavras, constatei que a advocacia exige dedicação plena. Por isso resolvi me aposentar em definitivo, porém, sem deixar de ter alguma atividade que preenchesse meu tempo ocioso. Fui, então, fazer filantropia e o fiz por mais de quinze anos na Irmandade do Divino Espírito Santo, Instituição voltada aos cuidados de menores e adolescentes de zero a dezoito anos. Também participei da Irmandade do Senhor dos Passos, onde fui membro da Mesa Administrativa por uns seis anos. Atualmente, auxilio minha esposa na administração de sua loja comercial.



# Roque Silva Machado



**Roque Silva Machado** nasceu em 17 de agosto de 1941, em São Borja, Rio Grande do Sul. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1969. Assumiu o cargo de promotor público da Comarca de São José, em 1972. Passou pelas Comarcas de Pinhalzinho, promovido, por merecimento, em 1973; São João Batista, em 1974; Palmitos, em 1977, também promovido por merecimento. Em 1978, atuou em Biguaçu, Mondaí e Xanxerê. No mesmo ano foi promovido, por antiguidade, para a Comarca de São Miguel do Oeste. Em 1980, também por merecimento, foi promovido para Lages; ainda em 1980, foi removido para a Comarca de Joinville. Aposentou-se em 1987. Atualmente, exerce a advocacia em seu próprio escritório na capital.

# ROQUE SILVA MACHADO<sup>1</sup>

**Memorial do MPSC** – *O senhor é natural de São Borja, não é?*

**Roque Silva Machado** – Sim, São Borja, no Rio Grande do Sul.

**Memorial do MPSC** – *E o senhor se criou em São Borja?*

**Roque Silva Machado** – Nasci em São Borja, mas com um ano de idade meus pais se mudaram para Santiago, onde permaneci até a adolescência. Posteriormente, fiz concurso para o Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), sendo nomeado para a agência de São Borja, onde morei então por mais três anos. Morei um tempo ainda em Cruz Alta, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, de onde vim para estudar em Florianópolis. A intenção era retornar a Porto Alegre depois de formado, mas acabei permanecendo em Santa Catarina.

**Memorial do MPSC** – *Qual foi o período que o senhor ficou na faculdade?*

**Roque Silva Machado** – Foi de 1965 a 1969.

**Memorial do MPSC** – *Quais são as lembranças que o senhor guarda dessa época de faculdade?*

**Roque Silva Machado** – Minha aspiração era cursar Engenharia, mas não foi possível, pois o curso era diurno e eu trabalhava. Surgiu a oportunidade de cursar Direito, que tinha aulas ministradas também à noite. Penso que eu fiz um curso razoável, sem grandes méritos. Eu não tinha inclinação e nem predisposição inicial para o Direito, mas não tive outra escolha. Como eu era bancário, havia a conveniência de matérias relacionadas ao Direito Comercial, úteis na minha área, o que me inspirou a dar mais importância à faculdade. De fato, prestei concurso

---

1 Entrevista realizada em Florianópolis, no escritório do depoente, no dia 13 de dezembro de 2011, por Gunter Axt e Priscilla Nathani Pessoa de Lima. Transcrição de Gunter Axt.

para fiscal da Fazenda em 1969, quando me formei. Não fui aprovado. Contudo, eu notei que se eu estudasse um pouco mais, avançaria. Foi uma percepção marcante, porque me animei. Em seguida, em 1970, uns conhecidos me informaram que havia sido criado um curso de ingresso ao Ministério Público, à Magistratura, além de aprimoramento. Inscrevi-me.

**Memorial do MPSC** – *Onde acontecia esse curso? Como era?*

**Roque Silva Machado** – Na rua São Francisco, próximo de onde há uma escola. Foi um curso muito bom, com excelentes aulas sobre a prática, ministradas por juízes, desembargadores e membros do Ministério Público. Havia, também, aulas para o aprimoramento dos advogados.

**Memorial do MPSC** – *Era um curso com chancela do Tribunal?*

**Roque Silva Machado** – Não, foi criado pelo Dr. Napoleão Xavier do Amarante, onde lecionavam os doutores João José Caldeira Bastos, Paulo de Medeiros Vieira, Ivo Sell, Volnei Ivo Carlin e Edmundo Bastos. Surgiu um concurso, em 1971, no qual me inscrevi. Mas, de novo, não passei. Entretanto, senti novamente que se estudasse um pouco mais, daria para passar. Com o tempo, de aluno passei também a professor desse curso. Eu ministrava as aulas de Acidentes de Trabalho. Apareceram novos concursos, pois era uma época de expansão da carreira e criação de novas vagas. Houve dois concursos em 1972: eu fiz o segundo e fui aprovado, assim ingressando no Ministério Público de Santa Catarina.

**Memorial do MPSC** – *Para qual comarca a o senhor foi nomeado?*

**Roque Silva Machado** – Primeiro, fui substituto em São José; em Florianópolis eu substituí na Vara da Fazenda, e depois fui mandado para Pinhalzinho.

**Memorial do MPSC** – *E como foi?*

**Roque Silva Machado** – O ambiente lá era parecido com o do Rio Grande do Sul, a economia, os costumes, a colonização... A comarca

tinha sido criada havia algum tempo, mas permanecera muitos anos sem instalação. Originalmente, pertencia à Circunscrição de Maravilha. Processos da comarca tinham ficado parados em Maravilha. Quando lá cheguei, havia algum número de processos-crime, lesão corporal, pequenas brigas, um homicídio... Permaneci até janeiro de 1973. Em abril de 1974, fui transferido para São João Batista.

**Memorial do MPSC** – *O senhor sentiu muita diferença de uma comarca para outra?*

**Roque Silva Machado** – Mudavam um pouco os costumes das pessoas entre o Litoral e o Oeste. Em São João Batista já havia uma colonização predominantemente açoriana e forte presença do plantio da cana-de-açúcar.

**Memorial do MPSC** – *Isso de alguma forma impactava os feitos que chegavam à Promotoria?*

**Roque Silva Machado** – Tinha alguma influência, sim, porque havia lá muito executivo fiscal, dívidas das empresas para com o Estado. Alguma ação de usucapião também... E fiz um júri em São João Batista, um caso de tentativa de homicídio. No mais, era uma comarca muito tranquila, sem problemas maiores...

**Memorial do MPSC** – *E depois?*

**Roque Silva Machado** – Em 1976, o Dr. Napoleão Amarante, quem eu conhecia do curso preparatório, nomeado então Procurador-Geral do Estado, cargo que englobava a chefia do Ministério Público e a defesa do Estado, me convocou para atuar na Procuradoria-Geral, como secretário. Foi no Governo do Dr. Antônio Carlos Konder Reis. Com isso, fiz quase toda a minha carreira em Florianópolis. No início de 1987, desconvocado, fui para Joinville, onde fiquei uns seis meses, até me aposentar.

**Memorial do MPSC** – *O que motivou o convite do Dr. Napoleão?*

**Roque Silva Machado** – Como bancário, eu era chefe de setor, numa função comissionada, no Banrisul. Nesse setor, um funcionário, a mim subordinado, era muito amigo do Dr. Napoleão. Assim, nos encontrávamos com frequência, por casualidade, na hora do cafezinho, na cafeteria, que ficava na Praça. De vez em quando, também nos encontrávamos na hora do almoço. O Dr. Napoleão exercia, então, a função de Procurador Substituto da República, sendo o Dr. Volney Collaço o titular. A Procuradoria da República funcionava no prédio do INSS. Assim, todo dia era: “bom dia!”, “boa tarde!” ... Até que esse subordinado comentou com o Dr. Napoleão que eu acabara de me formar em Direito. Foi aí que o Dr. Napoleão me falou do curso que estava sendo criado, com ênfase na prática. As aulas aconteciam das 20 às 22 horas, o que para mim era conveniente e compatível com a minha profissão de bancário. São, enfim, essas coincidências da vida.

**Memorial do MPSC** – *E qual era a sua função como secretário?*

**Roque Silva Machado** – Eu prestava assessoria para o procurador-geral e atendia às reivindicações dos membros do Ministério Público, tais como problemas de deslocamento, uma vez que, na época, nem todas as comarcas estavam preenchidas, e o índice de substituição era grande; além disso, concessão de férias, licenças-prêmio, tudo passava por mim. Havia que compatibilizar o orçamento ministerial com o orçamento do Estado. Era preciso verificar e comprovar despesas, etc. Também assessorava os procuradores e gerenciava os funcionários, seus direitos e deveres. Muito importante era a atividade relacionada aos processos no Tribunal. Era preciso fazer a distribuição manualmente, com uma grade de escalas. Tudo, enfim, desembocava na Secretaria do Ministério Público.

**Memorial do MPSC** – *O secretário também chegava a despachar com o governador ou não?*

**Roque Silva Machado** – Não, esta era uma prerrogativa do procurador-geral. Eventualmente, eu era designado para compor comissões disciplinares, em especial na Secretaria da Fazenda, onde se verificaram

problemas sérios de faltas disciplinares. Mais de uma vez fui nomeado presidente dessa comissão.

**Memorial do MPSC** – *Na Secretaria, como era relação com os membros do Ministério Público?*

**Roque Silva Machado** – Muito boa! Chegavam muitas reivindicações e requerimentos, de assuntos relacionados a diárias, progressão na carreira, remoção, férias, licenças, enfim, temas atinentes à vida funcional do membro. O pessoal queria, por exemplo, estar informado das vagas que abririam, pois todos desejavam se programar com alguma antecedência.

**Memorial do MPSC** – *Havia muita política para as promoções?*

**Roque Silva Machado** – Sim, com certeza! Isso faz parte da Instituição. Naquela época, tanto mais. Era normal o promotor ter amizade com um ou outro procurador, buscar o voto dele para algo de seu interesse. Enfim, fazia parte do processo todo.

**Memorial do MPSC** – *Era perceptível alguma influência da política externa sobre a vida funcional do Ministério Público?*

**Roque Silva Machado** – Não, isso não se percebia. Não tinha.

**Memorial do MPSC** – *Depois da função de secretário, o senhor continuou como convocado, não é?*

**Roque Silva Machado** – Sim. Atuei com os processos, primeiro na Área Cível, por um tempo, depois, na área administrativa e, finalmente, concentrei-me nos mandados de segurança.

**Memorial do MPSC** – *Havia alguma coisa, em especial, nesses mandados de segurança, que o senhor recorde?*

**Roque Silva Machado** – Não, era rotina. O mandado de segurança é uma ação contra ato emanado de autoridade. Em geral, eram para a Área Fiscal, da Fazenda, concursos públicos, quando, por exemplo, o

candidato entendia ter sido relegado por algum motivo... Enfim, era rotina. Qualquer um podia impetrar, se entendesse ter um direito ofendido por uma autoridade. Isto, claro, não significava que fosse deferido. Os pedidos eram analisados, estudados... É um direito que todos nós temos.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor percebia as condições de trabalho do promotor na época, tanto no interior, quanto na capital?*

**Roque Silva Machado** – Eram muito precárias. Não havia a estrutura que existe hoje. O promotor era um homem só, na comarca, sem auxiliares e tendo apenas uma máquina de escrever manual, portátil, que ele adquiria com recursos próprios, por companhia de trabalho. Os gabinetes eram muito simples. Quando necessário, consultava-se o procurador-geral. Mas geralmente o promotor tinha livre-arbítrio para receber munícipes, ofícios, reclamações, processos, dando-lhe os encaminhamentos pertinentes.

**Memorial do MPSC** – *Como era a relação com outras autoridades da comarca?*

**Roque Silva Machado** – Nunca tive maiores problemas. Foi sempre uma convivência harmoniosa, construtiva, colaborativa.

**Memorial do MPSC** – *E como foi o seu retorno para o interior, durante a gestão do Dr. Hipólito Piazza? O senhor chegou a pegar o início dessa gestão, não é?*

**Roque Silva Machado** – Sim. O Dr. Piazza adotou uma política de desconvoação geral. Todos os convocados voltaram para as promotorias das quais eram titulares. Eu estava para me aposentar. Então, passei uns meses em Joinville, conheci a cidade, fiquei uns cinco ou seis meses lá, e pedi minha aposentaria. Encontrei colegas e amigos por lá, como o Dr. Pedro Steil, entre outros.

**Memorial do MPSC** – *Algum processo em particular lhe chamou a atenção em Joinville?*

**Roque Silva Machado** – Foi tudo rotina. Não recordo de nada em especial.

**Memorial do MPSC** – *Depois o senhor passou a advogar?*

**Roque Silva Machado** – Sim. Sempre em Florianópolis. É uma atividade gratificante. Creio que tive uma experiência de vida profissional valiosa, rica. Cada caso é um caso, com as suas especificidades. É preciso estudar os caminhos para a ação, compor a relação com o cliente. Depois de proposta a ação, tem de vigiar o seu andamento, conversar com o juiz, com o promotor, acompanhar as audiências, as decisões. Não se conformando, tem de apresentar o recurso cabível: há vários à disposição do defensor, tais como embargo declaratório, ou declaração, ou agravo, etc. Muitas vezes, em julgamentos no Tribunal de Justiça, preparamos memoriais, para sustentação oral. Há recursos para os Tribunais Superiores... É uma atividade rica, que exige uma presença constante do advogado. A questão do prazo é um aspecto essencial dessa atividade. O advogado não pode nunca se descuidar. De nada adianta o Direito ser bom, a petição estar perfeita, se o advogado perde o prazo.

**Memorial do MPSC** – *O senhor concordaria que há um excesso de recursos na nossa legislação processual, ou não?*

**Roque Silva Machado** – Sim, há. O problema é que este excesso pode estar favorecendo a impunidade em algumas situações. Isso precisa ser corrigido e vem sendo discutido. O Supremo Tribunal Federal já até aprovou algumas modificações.

**Memorial do MPSC** – *Como o senhor percebe o Ministério Público de ontem e o de hoje?*

**Roque Silva Machado** – Houve uma revolução muito grande, a começar pelo número de pessoas, funcionários e membros, que aumentou significativamente. As atribuições ministeriais, também foram ampliadas e fortalecidas. Sobre várias ações, na época em que atuei, o Ministério Público não tinha competência, como o inquérito civil, a

ação de improbidade, as ações do Meio Ambiente... São vários aspectos do Direito sobre os quais o Ministério Público tem hoje primazia. Atualmente se trata de uma atividade muitíssimo mais abrangente. Isso exigiu uma vasta reestruturação. Em face disso, o Ministério Público cresceu, tanto que as sedes atuais estão pequenas, já não comportam a Instituição em toda a sua dimensão e plenitude.

**Memorial do MPSC** – *O senhor acha que esse novo Ministério Público vem correspondendo às expectativas da sociedade, com relação ao mandato que recebeu do Constituinte de 1988?*

**Roque Silva Machado** – Eu acho que, no geral, o Ministério Público está desempenhando muito bem suas funções. Não posso dar uma opinião precisa, porque estou afastado. Mas aquilo que acompanho, à distância, permite perceber que o Ministério Público tem sido muito atuante. Claro que algumas vezes, ficamos, agora, em polos opostos: o Ministério Público como fiscal da lei, tentando preservar o Direito, por exemplo, do Meio Ambiente, ou tentando punir alguém, um funcionário do serviço público, um parlamentar, enfim, e nós como advogados, tentando defender este cidadão. Mas tudo sempre levando em consideração a Lei e o Direito. Quem perde, recorre.

**Memorial do MPSC** – *Há algo mais que o senhor gostaria de deixar registrado?*

**Roque Silva Machado** – Eu gostaria de agradecer a deferência da visita que vocês me fizeram aqui, no meu gabinete, para conversarmos sobre a minha trajetória no Ministério Público, permitindo-me fazer esta retrospectiva. Foi uma oportunidade rara, uma satisfação muito grande para mim e eu gostaria de registrar meu agradecimento por esta gentileza, esperando ter correspondido, com minhas respostas, às perguntas que me foram propostas.

**Memorial do MPSC** – *Nós é que agradecemos a sua atenção!*

